

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

O Turismo Inteligente: a Cultura e a Natureza
- O Parque Natural do Vale do Guadiana -

Victor Manuel do Sacramento Figueira

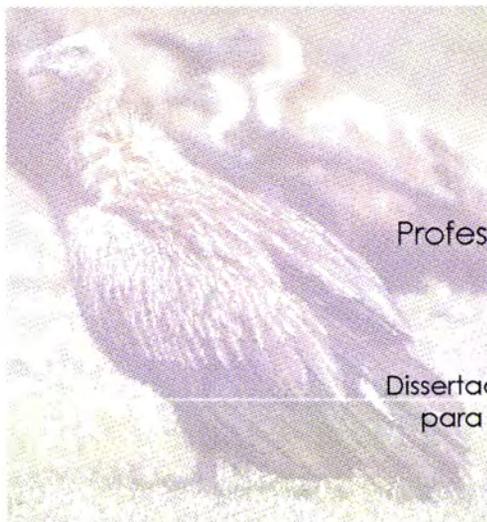
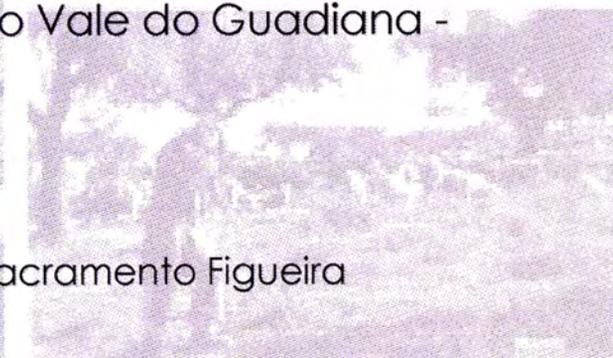
Orientador:
Professor Doutor Francisco Martins Ramos

Évora
2008

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

O Turismo Inteligente: a Cultura e a Natureza
- O Parque Natural do Vale do Guadiana -

Victor Manuel do Sacramento Figueira



Orientador:
Professor Doutor Francisco Martins Ramos

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor no ramo de
Turismo

Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri



168 655-

Évora
2008

Para todos aqueles que moram
dentro do meu coração

"Compreender não é procurar no que nos é estranho a nossa projecção dos nossos desejos. É explicar o que se nos opõe, valorizar o que até aí não tinha valor dentro de nós. O diverso, o inesperado, o antagónico é que são a pedra de toque dum acto de entendimento".

in Miguel Torga

RESUMO

Na actualidade, o respeito pelo ambiente e a conservação dos recursos naturais podem ser considerados enquanto uma necessidade de ordem política, social, económica e cultural, sem a qual as regiões não se desenvolvem de forma sustentável. Por outro lado, o turismo assume um papel de relevo na economia se bem que não se deva desenvolver de forma indiscriminada, ou seja, à custa da utilização excessiva dos recursos patrimoniais existentes – sejam edificados, não edificados ou naturais. Tendo por base esta perspectiva de integração, o turismo em áreas protegidas deverá ter em conta não só as sensibilidades inerentes à existência da fauna e flora, mas também a sua conjugação com o elemento humano. Neste enquadramento procurou-se, com a realização do presente trabalho, identificar nomeadamente os constrangimentos existentes ao nível do desenvolvimento da actividade turística no Parque Natural do Vale do Guadiana, tendo por base a opinião dos residentes e das entidades regionais com mais relevância nessa matéria. Procurou-se, seguidamente, elaborar algumas propostas relativas às actividades a implementar, bem como outras de carácter estrutural – com base na informação que se recolheu através da aplicação de variadas técnicas de pesquisa secundária e primária e ilustrativa da oferta actualmente existente no território em análise.

Intelligent Tourism: Culture and Nature

-The Vale do Guadiana Natural Park

ABSTRACT

Nowadays, the respect for the environment and for the preservation of natural resources can be envisaged as a political, social, economic and cultural need, without which regions do not develop sustainably. Although tourism plays a relevant role in the economy, it should not be developed indiscriminately, i.e., at the expense of the built, non built or natural heritage resources. Starting from this integration perspective, tourism in protected areas shall take into account not only the sensitivities inherent to the existence of flora and fauna, but also their connection with the human element. In this framework, the present work sought to identify namely the constraints that exist in the development of the tourist activity in the *Vale do Guadiana* Natural Park, by taking into consideration the opinions of both the residents and the regional institutions more relevantly connected to this subject matter. The work then sought to reach a set of proposals regarding the activities to be implemented, as well as others of structural nature. These followed from the information gathered and from the application of several secondary and primary research techniques, which illustrate the existing offer in the territory under analysis.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Ramos, a motivação que me soube transmitir desde o momento em que nos conhecemos. Agradeço-lhe, igualmente, as críticas e sugestões que colocou e que enriqueceram este trabalho, assim como o empenho e o interesse que depositou nesta orientação.

Agradeço também ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade o facto de ter permitido a utilização neste trabalho de informação relativa ao Parque Natural do Vale do Guadiana, assim como aos senhores Presidentes de Câmara, Juntas de Freguesia e representantes das entidades entrevistadas cuja colaboração foi indispensável para a sua concretização.

Finalmente, agradeço o apoio incondicional que a minha mulher e o meu filho sempre me têm prestado no decurso dos meus projectos. Saliento em particular, a ajuda que me foi prestada pela minha sogra «mãe», em vida, fruto da sua infinita bondade.

ÍNDICE GERAL

	Pág.
ÍNDICE DE FIGURAS	10
ÍNDICE DE QUADROS	11
ÍNDICE DE GRÁFICOS	15
ÍNDICE DE TABELAS	16
INTRODUÇÃO	17
1. Justificação da escolha do tema	17
2. Objectivos da investigação	18
3. Fontes de informação	19
4. Metodologia e estrutura	19
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
CAPÍTULO I – O HOMEM E A SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE	31
1.1. O ambiente na reflexão sociológica	31
1.1.1. A emergência de uma sociologia ambiental	33
1.1.2. Contributos para uma reflexão ambiental nas ciências sociais em Portugal	37
1.2. Os movimentos ambientalistas em Portugal	41
1.2.1. A sociedade portuguesa e a influência externa em Portugal	41
1.2.2. O contexto político e o ambiente em Portugal	45
1.2.3. O associativismo ambiental em Portugal	50
CAPÍTULO II – A CONSERVAÇÃO, OS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO	58
2.1. A conservação dos recursos naturais: conceito e síntese histórica	58
2.2. A conservação e a biodiversidade	61
2.3. Instrumentos de regulação jurídica nacional e internacional	66
2.4. As áreas protegidas	74
2.4.1. A situação em Portugal	79
2.4.2. A importância do envolvimento das comunidades locais	85
2.5. A paisagem	88
2.6. O desenvolvimento	92
2.6.1. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: breves apontamentos	95

CAPÍTULO III – O TURISMO	99
3.1. Uma perspectiva global do turismo	99
3.1.1. No mundo	99
3.1.2. Na Europa	102
3.1.3. Na Península Ibérica e em Portugal	105
3.2. O turismo e a cultura	109
3.2.1. Breve associação	109
3.2.2. Os impactos socioculturais do turismo	112
3.2.3. O turismo cultural	118
3.3. O turismo e o meio ambiente	123
3.3.1. Algumas notas introdutórias ao tema	123
3.3.2. Os impactos ambientais do turismo	128
3.3.3. O turismo sustentável	137
3.3.4. A capacidade de carga	146
3.4. O ecoturismo	154
3.4.1. Abordagem conceptual	155
3.4.2. O ecoturismo enquanto um mercado turístico sustentável e de especialidade	162
3.4.3. Os impactos do ecoturismo	170
3.4.4. O envolvimento da comunidade local no ecoturismo	175
3.4.5. Breves notas sobre o planeamento do ecoturismo	181
3.5. O turismo em áreas protegidas	187
3.5.1. A carta europeia de turismo sustentável	193
3.5.2. O turismo nas áreas protegidas em Portugal Continental	198
3.5.2.1. <i>A visitação nas áreas protegidas</i>	202
3.5.2.2. <i>A realidade actual do turismo nas áreas protegidas</i>	207
3.5.2.3. <i>A animação turística nas áreas protegidas</i>	210

**PARTE II – O (ECO)TURISMO NO PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA
COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS
COMUNIDADES LOCAIS**

CAPÍTULO IV – REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ACTUAL	218
4.1. Análise dos Dados Secundários: resultados obtidos	218
4.1.1. Síntese de caracterização	218
4.1.1.1. <i>Apresentação geral do Parque Natural do Vale do Guadiana</i>	218

4.1.1.2. Objectivos e regulamentação	219
4.1.1.3. Localização geográfica	220
4.1.1.4. Hidrogeologia, solo e uso do solo	222
4.1.1.5. Principais habitats, flora e fauna	223
4.1.1.6. Caracterização socio-económica	229
4.1.1.6.1. <u>Demografia</u>	229
4.1.1.6.2. <u>Sectores de actividade e emprego</u>	238
4.1.1.7. Condições de vida	242
4.1.1.7.1. <u>Educação</u>	242
4.1.1.7.2. <u>Saúde</u>	245
4.1.1.7.3. <u>Acessibilidades, transportes e comunicação</u>	246
4.1.1.7.4. <u>Equipamentos colectivos e outros serviços de apoio</u>	248
4.1.1.7.5. <u>Associativismo</u>	250
4.1.1.8. <i>Turismo</i>	252
4.2. Análise de Dados Primários	271
4.2.1. Entrevistas realizadas a entidades públicas e privadas com relevância	271
4.2.2. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes	281
4.2.2.1. <i>Análise descritiva</i>	281
4.2.2.2. <i>Análise das hipóteses de trabalho</i>	287
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	290
BIBLIOGRAFIA	297
ANEXOS	329

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 2.1. Regiões Biogeográficas em Portugal	70
Figura 2.2. Mapa da diversidade correspondente a 1139 espécies de plantas, vertebrados e invertebrados em Portugal continental (esquerda). Padrões de diversidade entre espécies não representadas no sistema de áreas protegidas (direita)	71
Figura 2.3. Rede Nacional de Áreas Protegidas em Portugal Continental	83
Figura 2.4. Factores chave na relação Comunidade-Governo-Conservação	87
Figura 2.5. Diagrama de formação da paisagem	90
Figura 3.1. Modelo para o turismo sustentável	145
Figura 3.2. A evolução do conceito de ecoturismo	157
Figura 3.3. O ecoturismo enquanto um conceito de desenvolvimento sustentável	163
Figura 3.4. O segmento de mercado do ecoturismo	164
Figura 3.5. Produtos ecoturísticos	170
Figura 3.6. A dimensão do mercado internacional de turismo baseado na natureza	191
Figura 3.7. Áreas protegidas aderentes e candidatas à CETS	197
Figura 3.8. Marca Parques de Portugal	206
Figura 3.9. Evolução criativa e declinações para as áreas protegidas	206
Figura 3.10. Oudoors's para as áreas protegidas	206
Figura 4.1. Símbolo do Parque Natural do Vale do Guadiana	219
Figura 4.2. Localização geográfica do Parque Natural do Vale do Guadiana	221
Figura 4.3. Influência territorial das freguesias incluídas no Parque Natural do Vale do Guadiana	221
Figura 4.4. Rede viária na zona do PNVG	247

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1.1. Contributos das instituições públicas na reflexão sobre o ambiente	40
Quadro 1.2. Um olhar sinóptico sobre a sociedade portuguesa	43
Quadro 1.3. O primeiro relatório sobre o estado do ambiente em Portugal	46
Quadro 1.4. Principais características dos Governos Constitucionais em Portugal	48
Quadro 1.5. Etapas da institucionalização da política pública de ambiente em Portugal	50
Quadro 1.6. Aspectos favoráveis e desfavoráveis da Lei das ADA	55
Quadro 1.7. Distribuição regional de associações de defesa do ambiente e dos protestos populares	56
Quadro 2.1. Espécies existentes no Planeta	61
Quadro 2.2. Habitats naturais e espécies de flora e fauna presentes nos SIC	70
Quadro 2.3. Espécies na base de dados e estimativa da percentagem que representam em relação ao total nacional	71
Quadro 2.4. Primeiras ONG de defesa do ambiente (1843-1914)	77
Quadro 2.5. Cronologia da criação das áreas protegidas de interesse nacional em Portugal Continental	84
Quadro 3.1. Regiões emissoras de turistas internacionais	99
Quadro 3.2. Regiões receptoras de turistas internacionais	100
Quadro 3.3. Os dez principais destinos turísticos (chegadas de turistas internacionais – milhões)	100
Quadro 3.4. Receitas do turismo internacional no mundo	101
Quadro 3.5. Os dez principais países (receitas do turismo internacional – biliões de USD)	101
Quadro 3.6. Destino das viagens* (em %), em 2000	102
Quadro 3.7. Chegadas de turistas internacionais nos países europeus	103
Quadro 3.8. Receitas do turismo internacional nos países europeus	104
Quadro 3.9. Gasto médio	104
Quadro 3.10. Origem dos turistas internacionais que chegam a Portugal e a Espanha	105
Quadro 3.11. O conceito de cultura	111
Quadro 3.12. Tipologia do turismo: frequência de tipos de turista e sua adaptação às normas locais	114
Quadro 3.13. Modificações socioculturais do país/região visitado	117

Quadro 3.14.	A relação de impactos entre o turismo e ambiente	132
Quadro 3.15.	O desenvolvimento turístico e o ambiente	134
Quadro 3.16.	A lista de tópicos de Green sobre os impactos ambientais causados pelo turismo	136
Quadro 3.17.	O Turismo Sustentável – integração de vectores fundamentais	143
Quadro 3.18.	A problemática do turismo sustentável	144
Quadro 3.19.	Áreas e prioridades de pesquisa sugeridas para o desenvolvimento sustentável no turismo	146
Quadro 3.20.	Factores limitativos da capacidade de carga	149
Quadro 3.21.	Definições de ecoturismo	159
Quadro 3.22.	Modalidades e/ou actividades do ecoturismo	169
Quadro 3.23.	Actores, papel e objectivos a atingir	178
Quadro 3.24.	Passos básicos para encorajar a participação comunitária	180
Quadro 3.25.	Plano comunitário de desenvolvimento turístico	183
Quadro 3.26.	Principais elementos a serem inventariados	184
Quadro 3.27.	Visitantes em áreas protegidas no mundo (2003-2007)	191
Quadro 3.28.	Objectivos fundamentais do turismo sustentável em áreas protegidas	198
Quadro 3.29.	Visitantes nas áreas protegidas de âmbito nacional em Portugal no período de 2002-2006.	204
Quadro 4.1.	Uso do solo	223
Quadro 4.2.	Algumas espécies mais representativas de fauna e flora do PNVG	228
Quadro 4.3.	População residente no Alentejo, Baixo Alentejo e Distrito de Beja (1991-2001).	231
Quadro 4.4.	Principais lugares/povoações existentes no PNVG	232
Quadro 4.5.	População residente nas freguesias que compõem o PNVG	232
Quadro 4.6.	População residente no PNVG	233
Quadro 4.7.	Densidade populacional nas freguesias que compõem o PNVG	234
Quadro 4.8.	População residente, por local de residência, sexo e grupo etário nas freguesias que compõem o PNVG	235
Quadro 4.9.	População residente, por município e grupo etário nos concelhos que compõem o PNVG	235
Quadro 4.10.	Idade média da população residente nas freguesias que compõem o PNVG	236
Quadro 4.11.	Proporção da população com mais de 65 anos residente nas freguesias que compõem o PNVG	237

Quadro 4.12. Índice de envelhecimento da população residente nas freguesias que compõem o PNVG	237
Quadro 4.13. Empresas com sede no concelho de Mértola, segundo CAE-Rev2 em 31-12-2001	238
Quadro 4.14. Sociedades em actividade no concelho de Mértola, segundo CAE-Rev2 em 31-12-2001	239
Quadro 4.15. Evolução das taxas de desemprego e de actividade entre 1991 e 2001	240
Quadro 4.16. População empregada, por local de residência e sector de actividade económica nas freguesias que compõem o PNVG	241
Quadro 4.17. Taxa de actividade da população residente por local de residência nas freguesias que compõem o PNVG	241
Quadro 4.18. Taxa de analfabetismo existente nas freguesias que compõem a região do PNVG	243
Quadro 4.19. Níveis de escolaridade da população residente nas freguesias que compõem a região do PNVG.	244
Quadro 4.20. Estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Mértola	245
Quadro 4.21. Equipamentos desportivos existentes no concelho de Mértola	249
Quadro 4.22. Equipamentos culturais existentes no concelho de Mértola	249
Quadro 4.23. Movimento associativo do concelho de Mértola	250
Quadro 4.24. Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31.7.2006 e proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, por município (2006)	253
Quadro 4.25. Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município (2006)	254
Quadro 4.26. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual (2006)	255
Quadro 4.27. Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual (2006)	256
Quadro 4.28. Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II a 31.12.2006	256
Quadro 4.29. Número de estabelecimentos, nº de quartos e nº de camas por tipo de alojamento no concelho de Mértola em Dezembro 2007	259
Quadro 4.30. Estabelecimentos de restauração e similares no concelho de Mértola	260

Quadro 4.31. Oferta de actividades de animação e lazer existentes no concelho de Mértola	262
Quadro 4.32. Principais elementos do património cultural construído no concelho de Mértola	264
Quadro 4.33. Principais elementos do património cultural não construído no concelho de Mértola/PNVG.	265
Quadro 4.34. Principais elementos do património natural no concelho de Mértola	267
Quadro 4.35. Posição relativa à prática de actividades turísticas no PNVG	271
Quadro 4.36. Possibilidade de contribuição da população residente para o desenvolvimento da prática de actividades turísticas no PNVG	272
Quadro 4.37. Forma de contribuição da população residente para o desenvolvimento da prática de actividades turísticas no PNVG	273
Quadro 4.38. Entendimento das actividades turísticas enquanto factor de desenvolvimento socio-económico para as comunidades residentes	274
Quadro 4.39. Forma de contribuição do turismo para o desenvolvimento socio-económico das comunidades residentes	275
Quadro 4.40. Tipo de actividades turísticas que melhor se adequam à região do PNVG	276
Quadro 4.41. Existência de atractivos e condições que possam motivar a visita de turistas ao PNVG	277
Quadro 4.42. Atractivos que possam motivar a visita de turistas ao PNVG	278
Quadro 4.43. Condições actuais na região do PNVG que podem motivar a vinda de turistas	279

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 3.1. Actividades de carácter turístico que mais se desenvolvem nas áreas protegidas	208
Gráfico 3.2. Entidades responsáveis pelo desenvolvimento de actividades turísticas nas AP's	209
Gráfico 3.3. As áreas onde o turismo pode representar o maior e melhor contributo para as AP's	210
Gráfico 3.4. Razão do não desenvolvimento de actividades nas AP's	212
Gráfico 3.5. Actividades de carácter turístico que mais são desenvolvidas pelas empresas de animação turística	213
Gráfico 3.6. Colaboração das EAT com as empresas de restauração e alojamento locais	213
Gráfico 3.7. Contratação de residentes para as actividades desenvolvidas nas AP'S	214
Gráfico 3.8. Tempo médio de duração das actividades de animação turística	215
Gráfico 3.9. Valor médio, diário, pago a um colaborador nas actividades de animação turística	215
Gráfico 4.1. Estrutura das habilitações da população do concelho de Mértola (1991-2001)	242
Gráfico 4.2. Grau de Escolaridade	281
Gráfico 4.3. Recepção/acesso a informações do PNVG	282
Gráfico 4.4. Relação existente entre a gestão/administração do PNVG e as comunidades residentes	283
Gráfico 4.5. Actividades de carácter turístico que melhor se adaptam à região do PNVG	285
Gráfico 4.6. Disponibilidade de participação em actividades turísticas na região do PNVG	286

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 4.1. Tabela de contingência "disponibilidade/idade"	287
Tabela 4.2. Teste do Qui-Quadrado	287
Tabela 4.3. Tabela de contingência "disponibilidade/profissão"	288
Tabela 4.4. Teste do Qui-Quadrado	288
Tabela 4.5. Teste de correlação "grau/avaliação"	289

INTRODUÇÃO

1. Justificação da escolha do tema

A actividade turística que se desenvolve em meio natural apresenta um passado ainda recente. Em Portugal, a Resolução de Conselho de Ministros nº112, de 25 de Agosto de 1998, é pioneira ao expressar a preocupação que é dada às áreas protegidas através do Programa Nacional de Turismo da Natureza. Segundo a mesma legislação, o turismo a ser desenvolvido nas áreas protegidas deve constituir-se como ecologicamente sustentável a longo prazo, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade; ser cultural e socialmente sustentável, de forma a assegurar que o desenvolvimento desejável seja compatível com a manutenção dos valores culturais e sociais, podendo, deste modo, manter-se a identidade das comunidades; contribuir de maneira positiva para o desenvolvimento económico local, nomeadamente através da promoção de emprego, utilização dos produtos e valorização dos saberes locais, visando revitalizar as actividades ligadas às economias tradicionais, como a agricultura, o artesanato, a pesca, e favorecer a criação do rendimento diversificado e da pluriactividade.

No ano seguinte, foi criada a figura legal "Turismo da Natureza" (Decreto – Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro), iniciando-se assim a sua regulamentação. São institucionalizados os serviços de hospedagem, sendo incluídas as Casas e empreendimentos de Turismo no Espaço Rural, e Casas de Natureza nas modalidades de Casas-Abrigo, Centros de Acolhimento e Casas-Retiro.

Associado a este conceito surge o Ecoturismo , uma forma de turismo baseada na natureza, que privilegia a sua observação e das culturas tradicionais, procurando reduzir os impactes negativos sobre a envolvente natural e sociocultural procurando uma melhoria da qualidade de vida das comunidades, assim como contribuir para o desenvolvimento sustentável dos locais.

Esta forma de turismo é procurado fundamentalmente por cidadãos de todas as idades atraídos pelos espaços naturais e, se bem planeado, poderá contribuir para o aumento de rendimento das populações locais, tal como estimular o orgulho de pertencer a essa mesma região.

Apesar das constantes agressões ambientais, de que são exemplo a desflorestação que se fez sentir em todo o Alentejo, a campanha do trigo, entre outras, o Baixo Alentejo é dotado de recursos culturais e naturais específicos desde o cante, a gastronomia, a hospitalidade, o artesanato, as estepes cerealíferas, a fauna e flora existentes, que conferem a toda esta região uma riqueza diversificada, e que deve ser preservada. Do ponto de vista ambiental usufrui de

uma situação invejável, quer na riqueza quer na personalidade da sua paisagem, como ainda no grau de conservação da mesma.

Numa óptica paisagística, o perfil dominante é a planície que convida à contemplação e, simultaneamente, à descoberta, em particular, nas temperaturas amenas de Primavera ou de Outono e, deste modo, à fruição de um final de tarde calma de Abril ou à frescura de uma noite límpida do interior.

No entanto, para enfrentar esse desafio é indispensável integrar, por um lado, pela via do desenvolvimento local e regional, actividades de suporte e geradoras de renda, economicamente sustentáveis, que mantenham a população; por outro lado, fomentar uma educação das pessoas com vista a uma consciência ambientalista, para que sintam elas próprias, a importância dessa preservação e manutenção dos recursos naturais.

A pergunta de investigação que constitui o ponto de partida deste estudo, funcionando como elemento gerador de pesquisa é:

A actividade turística no Parque Natural do Vale do Guadiana contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável?

2. Objectivos da Investigação

Pretende-se, com este trabalho, desenvolver uma reflexão e análise relativas ao desenvolvimento e conservação dos recursos naturais, apresentando como veículo do desenvolvimento sustentável numa área protegida a aposta na prática de actividades turísticas adequadas.

Assim, o seu objectivo geral é **viabilizar uma melhor e mais rentável adequação da actividade turística, do conjunto de recursos naturais, humanos, económicos, sociais, culturais, assim como das infra-estruturas existentes no Parque Natural do Vale do Guadiana.**

Para isso é necessário atender à especificidade da região em causa. O facto de se tratar de uma área protegida leva a que se devam salvaguardar as restrições em termos de acesso e condicionamento das espécies animais e vegetais aí existentes.

Como objectivos específicos, consideram-se:

- Oferecer um quadro teórico e de enquadramento, à problemática do Homem e da sua relação com o meio ambiente, na perspectiva dos estudos turísticos;
- Salientar a importância da conservação dos recursos naturais, para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais;
- Proceder ao levantamento, através da perspectiva dos agentes regionais e locais e das comunidades rurais, da capacidade de produção e integração de actividades turísticas, com vista à

dinamização do Parque Natural do Vale do Guadiana, e melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes;

3. Fontes de Informação

Foram consultadas variadas fontes de informação secundária, nomeadamente livros e revistas científicas disponíveis em diversas universidades nacionais e às quais se conseguiu ter acesso, assim como o Centro de Documentação do Instituto de Turismo de Portugal e o Centro de Documentação do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

A Internet é, actualmente, um recurso precioso, e este também não foi descurado na realização da pesquisa, em particular no acesso ao site do Instituto Nacional de Estatística, do Instituto de Turismo de Portugal, do Governo Português e de Institutos internacionais onde se destacam a Internacional Union for the Conservation of Nature and Natural Resources(IUCN), The International Ecotourism Society (TIES) e a World Tourism Organization(WTO).

Na recolha da informação primária, as respectivas fontes de informação foram:

- os residentes da região do Parque Natural do Vale do Guadiana no período em que foram aplicados os questionários;
- os Presidentes das diversas entidades entrevistadas (ou seus representantes) que forneceram a informação institucional face à problemática em estudo, bem como outras informações importantes para a elaboração e caracterização da região em estudo.

4. Metodologia e estrutura

a) Delineamento geral e procedimentos

O trabalho que agora se apresenta pode classificar-se como de pesquisa descritiva, na medida em que realiza a descrição de variados factos, mas também de pesquisa analítica e explanatória, pois procura igualmente estabelecer relações entre as diversas variáveis, assim como determinar a natureza dessa relação.

A metodologia de um trabalho científico é a organização crítica das práticas de investigação (Almeida e Pinto, 1990). Envolve, assim, a escolha dos métodos e das técnicas de pesquisa. Neste caso, optou-se pela escolha do método de medida ou de análise extensiva, em virtude do objecto de estudo ser bastante amplo, usaram-se variadas técnicas de pesquisa de acordo com a particularidade dos fenómenos que se pretendiam estudar. Assim, recorreu-se a:

- técnicas documentais para efectuar a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo, no tratamento dos dados recolhidos através da entrevista que se realizou às diferentes entidades;

- técnicas não documentais, nomeadamente, a observação directa e/ou participante, na aplicação dos questionários por administração directa e na realização das entrevistas;
- técnicas de amostragem, por conveniência e intencionais;
- técnicas estatísticas para o tratamento dos dados.

Tendo por objectivo dar resposta ao problema inicialmente colocado, o presente trabalho estrutura-se em duas grandes partes: a primeira, destinada ao seu enquadramento teórico, desenvolve-se em torno de três grandes áreas do conhecimento, aquelas que servem de suporte à temática em causa, ou seja, a relação do homem e do ambiente, a conservação dos recursos naturais e o turismo. A segunda inclui o necessário trabalho empírico.

Pela importância que se atribuiu a alguns documentos que se conceberam especificamente para dar resposta aos objectivos propostos para este trabalho, entendeu-se apresentá-los em Anexos. Inseriram-se aqui alguns documentos resultantes da pesquisa primária efectuada, nomeadamente, o guião da entrevista realizada às entidades, o questionário on-line aplicado às empresas de animação turística e às áreas protegidas de Portugal Continental e o questionário aplicado à população residente.

Por último e a fim de recordar as ideias principais, assim como pôr em evidência o problema inicialmente formulado e a compreensão da temática em estudo, faz-se a sua síntese no que se intitula de "Conclusões e Recomendações".

b) Contexto e objecto de estudo

O turismo apresenta-se enquanto um fenómeno que tem vindo a ganhar ao longo dos tempos uma relevância bastante grande face aos reflexos que o mesmo pode apresentar em termos económicos, ambientais, sociais, entre outros. No entanto, para que os estudos turísticos tenham de facto um fundamento real torna-se necessário um conjunto de informação, estatística e outra, de modo a que o seu planeamento e tomada de decisão se efectue de forma mais coerente, quer se trate de decisões políticas e governamentais ou de entidades privadas.

"Anteriormente ligava-se o turismo essencialmente a um conjunto de características directamente relacionadas com o turista/visitante em si. Assim era trabalhada informação sobre: tipo de visitantes, condições em que viajavam e permaneciam, motivos das deslocações, etc" (CTP, 2005:231).

Actualmente os estudos turísticos recaem sobre variadíssimas áreas, todas elas complementares do fenómeno turístico (económico, ambiental, social, demográfico, etc). No entanto, dada a importância económica da indústria turística, os estudos mais frequentes

inserem-se no âmbito dos fluxos turísticos, nacionais e internacionais, bem como sobre os serviços directamente a ele associados como sejam a hotelaria, restauração, operadores turísticos, entre outros. Esses estudos apresentam um conjunto de informação muito válida, não só a nível global, como também de informação específica regional passível de utilização na gestão e planeamento ao nível dos municípios.

Relativamente aos estudos elaborados a propósito das áreas protegidas em Portugal, são promovidos sobretudo pelas organizações que têm responsabilidades ao nível da gestão/administração dessas áreas. No entanto os trabalhos que se encontram disponíveis nessas organizações, orientam-se sobretudo para estudos faunísticos e florísticos, de conservação e de carácter ambiental. O turismo aparece enquanto uma actividade suplementar passível de se realizar no contexto dessas áreas protegidas.

Só após a aprovação da legislação relativa ao Turismo de Natureza, é possível encontrar alguns estudos/artigos mais direccionados para o turismo nessas áreas, nos quais se destaca, por exemplo: "Parques Visão XXI", elaborado pelo ISCTE em colaboração com o ICN (2004); "Interpretação em Áreas Protegidas" (Brás, 2005); "A escolha do Destino Turístico a Visitar – Motivos da Visita a Áreas protegidas" (Costa, 2006) e mais recentemente o "Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas" (2007), estudo realizado pela empresa TT-ThinkTur para o ICNB com o objectivo de melhorar as condições de visitabilidade das áreas protegidas de forma sustentada e integrada. Todos estes estudos, embora de grande importância, abordam temáticas mais gerais orientadas para o visitante nas áreas protegidas. Nem sempre os aspectos que se prendem com a opinião dos residentes e a mais valia que o turismo pode representar para quem lá vive é evidente.

Nos próprios Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, na sua generalidade, o turismo aparece referenciado nas "Classes de Espaços" – quando se referem às áreas preferenciais para o recreio e turismo e nos "Compromissos e intenção de uso dos solos" – onde são referenciados alguns projectos previstos e outras áreas/localidades com apetências turísticas, evidenciadas, possivelmente, pela existência de alguns recursos patrimoniais mais evidentes.

O presente trabalho, orientado apenas para uma única área protegida, e enquanto um trabalho exploratório, procura identificar a sensibilidade dos residentes e dos responsáveis regionais, analisando, de forma o mais coerente possível, a hipótese de realização de actividades turísticas e as mais valias que isso pode representar.

c) População, amostra e amostragem

Este estudo de caso teve como alvo principal as pessoas que mais directamente influenciam ou podem influenciar o território que delimita o Parque Natural do Vale do Guadiana.

Daí a aplicação de entrevistas a entidades que influenciam o dia-a-dia da região quer em termos estruturais, económicos e sociais. O processo de selecção das entidades a entrevistar foi não probabilístico e intencional, em função da relação de importância que cada uma delas tinha para os objectivos deste trabalho uma vez tratar-se de entidades com responsabilidades ao nível da gestão, planeamento e administração da área em estudo. Face à adequação e marcação das entrevistas com as entidades respectivas, o período de 24 de Setembro a 19 de Outubro de 2007 foi o escolhido para a realização das mesmas.

No sentido de conhecer melhor a opinião daqueles que usufruem e sentem todas as influências de forma directa, constante e permanente aplicou-se o inquérito por questionário dirigido exclusivamente aos residentes nesta área. Foi aplicada uma amostra não probabilística aos residentes na região do parque natural durante os meses de Outubro a Dezembro de 2007. Esta opção justificou-se pelo facto de se procurar com mais exactidão a opinião daqueles que estão sujeitos à gestão/administração efectiva do PNVG.

No que respeita à representatividade da amostra, pode-se considerar que cálculo da dimensão da mesma foi empírico, equacionando-se critérios como o custo e a dimensão de amostras usadas com êxito em anteriores estudos. Numa pesquisa cujo objectivo é identificar problemas e tendo-se optado por uma amostra não probabilística, o valor da mesma deverá oscilar entre o mínimo de 500 indivíduos e o máximo de 1000-2500 (Silvério, 2003). De acordo com Churchill (1996) existe também outra possibilidade para o estudo de populações, a nível regional ou especial (que poderia representar o caso de estudo por ser um caso limitado geograficamente) onde a dimensão típica da amostra pode situar-se entre os 200-500 inquéritos (Silvério, 2003). Determinou-se, assim, face ao número estimado da população (cerca de 5000 indivíduos) efectuar 500 inquéritos por questionário, que corresponde a cerca de 10% da população residente. Para que aplicação do inquérito fosse distribuída de forma mais uniforme face à realidade existente, optou-se por solicitar às Juntas de Freguesia envolvidas uma estimativa do número de residentes na área que limita o parque natural. Atendendo ao número indicado (coincidente com o número anteriormente referido, atribuído ao ICN), atribuiu-se o princípio da proporcionalidade de acordo com o número total de questionários a realizar.

Nos inquéritos on-line aplicados, a informação pretendida estava direccionada, à partida, para o objecto de estudo, uma vez que existia uma facilidade e conhecimento prévio das áreas protegidas. Face à necessidade de obter informações detalhadas, tendo por base

um curto espaço de tempo, a propósito de questões particulares das áreas protegidas em Portugal Continental, optou-se por realizar este tipo de inquérito, através de uma amostra intencional¹, seleccionando para isso as principais áreas protegidas de Portugal Continental (Parque Nacional, Parques Naturais e Paisagens Protegidas).

Para as empresas de animação turística optou-se, igualmente, por uma amostra intencional. Importava, contudo, encontrar uma fonte fidedigna para a selecção das empresas incluídas neste estudo. Para o efeito recorreu-se ao Instituto de Turismo de Portugal numa listagem onde são disponibilizadas todas as empresas de animação turística licenciadas (actualizada até Maio de 2007)².

Ambos os inquéritos on-line foram realizados de 15 de Outubro a 15 de Novembro de 2007. A recepção das respostas e o tratamento dos dados foi efectuado através de software próprio designado por SmartSurveyor.

d) Conceptualização das variáveis

Para a construção dos inquéritos aplicados teve-se em atenção a simplicidade e a clareza necessária nos termos evidenciados nas variáveis propostas. Assim, as variáveis utilizadas não são passíveis de deduções ou interpretação dúbia.

Apesar dessa preocupação, importa talvez evidenciar três conceitos utilizados e que pela sua importância deverão ser devidamente explicitados: "*actividades turísticas*" – esta designação engloba o conjunto total de actividades turísticas como sejam as actividades hoteleiras, restauração, agências de viagem, actividades de animação, etc; "*actividades de carácter turístico*" – para os questionários aplicados esta designação refere-se propriamente a actividades de animação e outras que possam ser exploradas por turistas como sejam a caça, a pesca e que fazem parte das possibilidades enunciadas nos inquéritos; "*atractividade turística*" – com esta expressão pretende-se aferir todo o conjunto de recursos que, no entender das pessoas possa servir para o desfrute do turista, ou seja, o conjunto de recursos naturais, culturais e até morais que, de alguma forma, possa chamar a atenção dos turistas fazendo-os deslocar até ao destino.

¹ "Consiste numa forma de amostragem por conveniência mas onde os entrevistados são seleccionados em função de indicações precisas fornecidas pelo investigador aos entrevistadores. Esta técnica é utilizada, principalmente, quando se deseja obter informações detalhadas, durante um certo espaço de tempo, sobre questões particulares [...] se os critérios de escolha da amostra forem correctos, uma amostra deste tipo traz melhores resultados do que uma por conveniência" (Silvério, 2003:83).

² http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AA5/AreasActividade/qualificacaoooferta/classificacaoequalidade/ofertaturisticaclassificada/Anexos/Empresas%20de%20Anima%C3%A7%C3%A3o%20Turistica_Maio2007.pdf , consultado em 27-09-2007.

e) Instrumentação e análise da informação

Para a concretização do trabalho de pesquisa realizaram-se abordagens metodológicas diferentes de acordo com a especificidade das tarefas. Procurou-se, inicialmente, consultar as fontes de dados secundários por forma a caracterizar a situação actual do sector do turismo na região do Parque Natural do Vale do Guadiana tendo-se recorrido à pesquisa bibliográfica junto de organismos oficiais e públicos. Salienta-se, entre outros, o Instituto de Turismo de Portugal, as Câmaras Municipais de Mértola e Serpa, o Parque Natural do Vale do Guadiana, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e o Instituto Nacional de Estatística.

Tendo-se verificado que eram insuficientes os dados disponíveis para responder ao que se pretendia, optou-se pela realização de pesquisa primária traduzida em diferentes técnicas com metodologias distintas, quer ao nível da sua aplicação quer ao nível do tratamento dos dados obtidos e que se especifica seguidamente:

▪ **Entrevistas Realizadas a Entidades Públicas e Privadas com Relevância**

Optou-se, igualmente, por realizar entrevistas conduzidas junto de entidades públicas e privadas cuja opinião foi considerada relevante no processo inicial de auscultação dos agentes que operam na região. O guião das entrevistas pretendeu traduzir os objectivos da pesquisa, traduzindo-os em tópicos claramente redigidos.

Optou-se por criar um formulário com questões abertas, tendo estas sido colocadas segundo a forma e a ordem previamente estabelecidas, possibilitando ao entrevistado responder livremente (Anexo 1 – Guião da Entrevista). A opção por esta técnica deveu-se ao facto de se pretender recolher um número de opiniões reduzido mas pessoal e individualizado, ou seja, as opiniões dos responsáveis máximos das diferentes entidades auscultadas. Estas foram:

- o Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG);
- a Câmara Municipal de Mértola (CMM);
- a Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva (JFAR);
- a Junta de Freguesia de Corte Pinto (JFCP);
- a Junta de Freguesia de Espírito Santo (JFES);
- a Junta de Freguesia de Mértola (JFM);
- a Junta de Freguesia de Santana de Cambas (JFSC);
- a Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros (JFSJC);
- a Câmara Municipal de Serpa (CMS);
- a Junta de Freguesia de São Salvador - Serpa (JFSS-S);
- a Junta de Freguesia de Santa Maria - Serpa (JFSM-S);*

- a Região de Turismo da Planície Dourada(RTPD);
- a Empresa Municipal de Turismo de Mértola (MERTURIS);
- * Não se mostrou disponível para a realização da mesma.

Na definição da estratégia para a realização das entrevistas considerou-se, por um lado, a particularidade dos dados que se pretendia aferir, tendo em conta as diferentes variáveis passíveis de afectar o problema; por outro lado, e com o objectivo de evitar o fenómeno do contágio ou da confusão, procurou-se formular as perguntas de forma simples e clara.

Os objectivos gerais das entrevistas foram:

1. aferir o grau de receptividade/aceitação/envolvimento das entidades relativamente ao desenvolvimento do turismo na região do PNVG;
2. identificar qual a sua percepção do papel das comunidades rurais nesse processo de desenvolvimento turístico.

Assim, as questões que foram colocadas e a forma como foram organizadas reflectem exactamente estes propósitos.

Dado o carácter qualitativo desta investigação e a fim de proceder ao tratamento dos dados, recorreu-se à técnica da análise de conteúdo. Adoptou-se, como procedimento específico, a "análise categorial", que se traduz no seguinte:

[A análise categorial] (...) pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. (...) É o método das categorias, espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (Bardin, 1994:37).

Para o estudo da informação recolhida nas entrevistas, entendeu-se que esta análise constituía a melhor forma de traduzir "uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente" (Bardin, 1995:37), e assim tratar a informação recolhida segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido para a sua melhor compreensão e análise.

Assim e logo que a colheita de dados foi efectuada, procurou-se proceder à sua organização. Para o efeito, e dado as entrevistas terem sido gravadas, transcreveu-se o seu conteúdo. Procedeu-se, seguidamente, à codificação dos dados, ou seja, definiram-se as



categorias analíticas de acordo com um modelo fechado³ a fim de prevenir eventuais afastamentos do tema.

▪ **Inquéritos por questionário aplicados aos residentes na área do PNVG**

Este estudo teve por objectivos:

- a) caracterizar o perfil do residente na área do PNVG com base nas suas características socio-económicas, nas características da satisfação pela residência e auscultar igualmente a sua opinião face ao desenvolvimento de actividades turísticas: procedeu-se ao tratamento desta informação através de algumas técnicas de estatística descritiva;
- b) testar as hipóteses de trabalho que a seguir se discriminam tendo-se procedido ao tratamento da informação através do recurso a algumas técnicas de estatística bivariada:
 - b.1) *A disponibilidade na participação das actividades turísticas no PNVG está associada ao escalão etário da população residente;*
 - b.2) *A disponibilidade na participação das actividades turísticas no PNVG está associada à profissão da população residente;*
 - b.3) O grau de escolaridade e o nível da avaliação efectuada pelos residentes estão positivamente associados.

Foi concebido, como instrumento de pesquisa, um questionário (Anexo 2 – Formulário do Questionário Aplicado aos Residentes do PNVG), com 18 perguntas e 91 variáveis. As variáveis do questionário foram criteriosamente escolhidas, tendo por base os objectivos do presente trabalho. Assim, o questionário aplicado encontra-se estruturado em três partes fundamentais:

- *Parte I. Caracterização socio-económica* - pretendeu-se aferir uma caracterização social e económica do residente com base nas variáveis sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, situação profissional actual, rendimento do agregado familiar. Integram esta parte as perguntas de um a seis, com questões fechadas, de escala nominal e ordinal, tendo sido posteriormente realizada uma análise descritiva das variáveis, através da realização de tabelas de frequência, absoluta e relativa, cálculo da mediana, da moda, do desvio padrão e da variância;

³ De acordo com o modelo fechado o pesquisador decide, à partida, as categorias ou itens de significação, apoiado numa perspectiva teórica, submetendo depois esse trabalho à realidade.

- *Parte II . Verificação da satisfação pela residência no Parque Natural do Vale do Gadiana* - pretendeu-se realizar uma verificação da satisfação pela residência no PNVG. Para o efeito, procurou-se saber se a população tinha conhecimento dos objectivos da criação do parque, se recebia ou não informações relativas às suas actividades, quais os itens mais representativos que a população residente considerava enquanto contributo para os objectivos da gestão do PNVG, quais os aspectos relativos à relação existente entre a administração/gestão do PNVG e as comunidades residentes, bem como a sua avaliação pelo facto de residir numa área protegida. Integram esta parte as perguntas sete a onze, com questões fechadas e de escolha múltipla, de escala nominal, ordinal e de Likert, tendo sido posteriormente realizada uma análise descritiva das variáveis, através da realização de tabelas de frequência, absoluta e relativa, cálculo da mediana, da moda, do desvio padrão e da variância. Para a questão dez foi também realizado o teste de Friedman⁴;
- *Parte III. Desenvolvimento de actividades turísticas no Parque Natural do Vale do Gadiana* - procurou-se conhecer a avaliação que cada inquirido fazia do desenvolvimento de actividades turísticas no PNVG. Nesse sentido procurou-se auscultar quais as áreas específicas em que as comunidades rurais poderiam beneficiar com esse desenvolvimento, bem como, de acordo com a sua percepção e experiência, determinar os seguintes aspectos: relativos às condições existentes na região do PNVG que envolvam a recepção de turistas; condições que caracterizam a região e que podem determinar ou aumentar a sua atractividade turística e a propósito das actividades de carácter turístico cuja implementação mais se poderá adequar à região em estudo. Por fim pretendeu-se saber qual a disponibilidade dos inquiridos para colaborar nas possíveis actividades turísticas existentes ou a criar no PNVG. Integram esta parte as perguntas doze a dezoito, com questões fechadas e de escolha múltipla, de escala nominal, ordinal e de Likert, tendo sido posteriormente realizada uma análise descritiva das variáveis, através da realização de tabelas de frequência, absoluta e relativa, cálculo da mediana, da moda, do desvio padrão e da variância. Nas questões catorze e dezassete foi aplicado o teste de Friedman;

A validade e a fiabilidade do inquérito aplicado resulta de vários processos de interacção. Entendeu-se proceder a uma consulta a algumas entidades com papel relevante na gestão do território a propósito da estrutura e relevância das questões efectuadas donde resultou uma compreensão real e opinião favorável da pertinência das mesmas. Também se

⁴ Pretende-se hierarquizar a importância de um conjunto de aspectos (variáveis da questão).

realizou o pré-teste⁵, ou seja, determinou-se aplicar 50 questionários a fim de avaliar se as questões estavam bem formuladas, de forma clara e perceptível no entendimento das pessoas, bem como outras eventuais imprecisões. Visto que não resultaram quaisquer problemas deste trabalho preliminar levou a concluir que o mesmo era válido, tendo-se dado início à sua aplicação. Na sequência desta análise, e no sentido de medir a consistência ou fidelidade interna da escala utilizada nas questões do inquérito realizou-se um teste de Correlação entre os índices associados a determinadas questões bem como a determinação do θ Cronbach's (Bryman e Cramer, 1992). O primeiro teste revelou um conjunto de valores associados a uma correlação baixa e/ou moderada, o que significa que as questões apresentadas, de uma forma satisfatória, discriminam o que efectivamente se está a medir. O segundo teste apresenta uma satisfação total relativo aos itens avaliados, uma vez que não apresentam valores superiores ao coeficiente θ global e apresentam valores próximos de 1⁶.

Para o tratamento das hipóteses consideradas, recorreu-se a uma metodologia assente em técnicas estatísticas como sejam:

- para explorar diferenças entre valores de duas variáveis optou-se pela realização de Tabelas de Contingência, ou *Cross-Tabs*, usualmente acompanhadas pelo teste do Qui-Quadrado;
- para identificar associações entre variáveis optou-se pela Correlação⁷.

Este questionário foi aplicado por 12 alunos da Escola Superior Agrária de Beja, junto das diversas localidades que fazem parte da região em estudo. A fim de assegurar a correcta aplicação dos questionários houve a necessidade de ministrar alguma formação aos alunos com o objectivo de minimizar as diferentes leituras e perspectivas dos próprios inquiridores.

A fim de transformar os dados recolhidos em informação passível de ser trabalhada, deu-se, seguidamente, início à fase de preparação dos dados. Começou-se por codificar o instrumento de recolha e, depois, fez-se a leitura dos inquéritos, tendo-se constituído a base de dados em ficheiro no software SPSS 13.0.

▪ **Inquéritos por questionário on-line**

As novas tecnologias vieram trazer a facilidade e a possibilidade de acesso à informação de forma generalizada e assim permitir o uso de novas ferramentas, de acesso

⁵ "o pré-teste permite certezas onde antes só se dispunham de estimativas e dá, por tanto, luz verde para a realização da pesquisa propriamente dita" (Silvério, 2003:68).

⁶ "... na medida em que varia de 0 a 1; quanto mais perto estiver de 1 - idealmente, sendo maior ou igual a 0,8 - maior fidelidade interna tem a escala" (Bryman e Cramer, 1992:92).

⁷ "O conceito de correlação é um dos mais básicos e importantes no estudo de relações bivariadas. Ao contrário do qui-quadrado, as medidas de correlação indicam a força e a direcção da associação entre um par de variáveis" (Bryman e Cramer, 1992:207).

rápido, que permitem realizar determinados estudos onde a informação actual é preponderante para o entendimento de determinado fenómeno.

➤ **aplicado às áreas protegidas**

Na tentativa de identificar alguns aspectos actuais relativos à existência ou não de actividades turísticas a decorrer em áreas protegidas foi concebido um inquérito on-line (Anexo 3 – Questionário on-line/áreas protegidas) administrado a quem tem responsabilidades ao nível da administração/gestão dessas mesmas áreas. Foram obtidos 27 questionários respondidos, correspondentes a 27 das 29 áreas protegidas inquiridas. Este questionário foi dirigido aos serviços centrais do ICNB, o qual se encarregou de reenviar para as áreas protegidas em estudo.

Do questionário fazem parte cinco questões: na primeira pretendia-se saber da existência ou não de actividades turísticas a decorrer na área protegida; em caso de resposta positiva deveria identificar cinco actividades de carácter turístico que mais se destacam (segunda questão) e responder à questão seguinte (terceira questão) que pretendia saber quem tinha a iniciativa no desenvolvimento dessas actividades; no caso de não se desenvolverem actividades turísticas nessas áreas, passaria de imediato à questão quatro onde se questionava da importância da actividade turística nas áreas protegidas; na última questão pretendia identificar-se qual o melhor contributo da actividade turística no seio das áreas protegidas.

➤ **aplicado às empresas de animação turística**

À semelhança do que foi feito para as áreas protegidas foi concebido um inquérito on-line administrado às empresas de animação turística de Portugal Continental (Anexo 4 – Questionário on-line/empresas de animação turística). Das empresas listadas apenas foi possível aplicar o inquérito a 231 empresas por aí disponibilizarem o seu contacto de e-mail. No lançamento do inquérito foram inviabilizados 46 endereços por não corresponderem ao e-mail actual ou porque deixou de estar disponível. Das 185 empresas validadas foram obtidos 102 questionários respondidos.

Do questionário fazem parte sete questões: na primeira pretendia-se saber se a empresa de animação realizava actividades turísticas em AP's; caso a resposta fosse negativa deveria responder apenas à pergunta 2 e finalizar o inquérito; caso a resposta fosse positiva deveria passar à questão 3 e continuar o inquérito. Pretendia-se assim não só saber o porquê da sua não actuação nas AP's (questão 2) como também saber com mais profundidade a opinião de quem efectivamente realiza essas actividades validando para as questões seguintes apenas as empresas que desenvolvessem actividades nas AP's. A terceira questão pretendia fazer uma

análise correspondente sobre as actividades turísticas mais desenvolvidas por estas empresas nas AP's. Na questão seguinte (4) era questionado o modo de operacionalização dessas actividades, nomeadamente na sua ligação com os serviços de alojamento e restauração local; ainda sobre a operacionalidade das suas actividades, era questionado na questão 5, a sua colaboração com a população residente principalmente através da sua contratação para as actividades desenvolvidas; no sentido de fazer uma análise do eventual proveito a obter pela população residente contratada para o desenvolvimento das respectivas actividades foram elaboradas as questões 6 e 7 que interrogavam a propósito do tempo médio de duração dessas actividades bem como o valor médio passível de ser pago a um colaborador.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – O HOMEM E A SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE

1.1. O ambiente na reflexão sociológica

Para se tratar uma matéria como o ambiente, à luz da reflexão sociológica, é necessário compreender aquilo que, na sua essência, a palavra significa, obrigando a mover-nos num domínio que apresenta muitas incertezas teóricas, desde a própria definição do conceito, aos possíveis campos de investigação que daí podem advir.

O ambiente implica "um conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, do solo, da água e de organismos" (Art, 1998:22-23).

Também se pode referir ao ambiente como " região, vizinhanças ou circunstâncias em que qualquer coisa existe; tudo o que é exterior ao organismo. O ambiente de um organismo inclui o meio puramente físico ou abiótico em que o organismo existe [...]e o meio orgânico ou biótico ..." (Gilpin, 1980:19).

Para outros autores, além de significados puramente biológicos, enfatizam igualmente um conceito também humanista. Desta forma o ambiente sugere "aquilo que envolve, cerca, rodeia (...) [e que] constitui as classes que se frequentam, o meio material, moral ou intelectual em que se vive" (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1998:302-303).

O Conselho Editorial de Língua Francesa definiu o ambiente como "o conjunto, num dado momento, dos aspectos físicos, químicos, biológicos e dos factores sociais, capazes de ter um efeito directo ou indirecto, imediato ou a longo prazo, sobre os seres vivos e as actividades humanas" (Duvigneaud, 1980:485).

O ambiente humano objectivo é referido como "perceptível ou não pelos nossos sentidos e encarado nos seus aspectos benéficos (água, oxigénio, etc) a preservar, ou nos seus aspectos maléficos (poluição, ruído, destruição,etc) a combater" (Friedel, 1987:21-22).

Nestas últimas referências é evidenciada a capacidade de interacção que o homem tem de transformação do seu próprio meio natural, constituindo esse um dos factores essenciais, que fizeram com que a Sociologia aprofundasse o seu campo de análise às questões ambientais. No seu todo, o termo ambiente coincide, no sentido comum, com o de natureza, se bem que os seus significados sejam um pouco diferentes.

O termo ambiente deriva do latim *ambire*, rodear, envolver, circundar, em inglês *surrounding*, em alemão *Umwelt* – que significa o "mundo em redor", numa mesma raiz etimológica com "âmbito". Por sua vez, natureza revela uma evidente raiz com o verbo

"nascer", remetendo para nascimento, ver a luz. Da análise etimológica da palavra podemos referir que o ambiente aponta para aquilo que é exterior a um sistema.

Se quisermos reportar o termo ambiente referindo-o a um sistema social, poder-se-á entender que o mesmo :

"(...) acaba por englobar aquilo que se pode definir quer como ambiente natural (conjunto de elementos de ordem física, biológica, etc.) quer como ambiente social (ou sociocultural, entendendo por este termo um conjunto de aspectos típicos de um contexto mais amplo, que se integram com as dimensões mais estreitamente biológicas na determinação do contexto analisado) (...) As dificuldades em tentar efectuar uma distinção teórica clara entre as duas diferentes dimensões do conceito de ambiente apresenta novamente um problema que não é novo para a teoria sociológica: a distinção entre a esfera "natural" e outra, "social"; entre uma dimensão "biótica" e outra, "cultural", que caracterizam a vida dos indivíduos, a sua interacção e o funcionamento dos sistemas sociais" (Mela et al, 2001: 14).

Ainda segundo este autor, muitas destas dificuldades de definição envolvem aquilo que são as chamadas necessidades humanas: as necessidades naturais (de ordem biológica, física, instintiva, que de algum modo associam o ser humano aos outros seres vivos e a necessidades sociais, gerados por complexos processos de socialização dos indivíduos (necessidades de estima, auto-realização, cultural, etc.).

Esta falta de permeabilidade sob a forma como se encaram estes conceitos natural/social, remonta ao início do século passado com autores "como Park ou o próprio Durkeim, quando definia o tema como *homo duplex*, caracterizado por duas diferentes mas inseparáveis componentes de corporeidade e de socialidade" (Mela et al, 2001:15).

Desta forma, a formação de uma Sociologia especializada para o ambiente, tomava-se, apesar de emergente, difícil de contextualizar face aos diferentes pontos de vista da época.

Schmidt (1999), refere duas dificuldades principais: a primeira face ao campo temático, o ambiente parecia não requerer uma nova sociologia mas apenas a aplicação das propostas teóricas gerais a esse domínio; por outro lado, o campo temático que caracterizava o ambiente, contrariava o modelo clássico de oposição entre as ciências naturais e sociais.

Face à recusa da introdução das variáveis ecológicas na análise social "[...]A sociologia do ambiente juntar-se-ia assim a outras tentativas de fusão disciplinar, como as da sociobiologia (Wilson, 1975) ou da etologia (Lorenz, 1966), que reequacionam e integram os factos naturais, técnicos e sociais" (Schmidt, 1999:175).

1.1.1. A emergência de uma sociologia ambiental

Não há crise alguma no funcionamento dos sistemas naturais, que é o mesmo que afirmar que a crise ambiental não tem razões ecológicas, mas sim uma origem social face à forma de intervenção antrópica sobre os sistemas e ciclos ecológicos (Folch, 1998).

O "motor" do aparecimento de uma sociologia especializada, deve-se essencialmente à crise ambiental, provocada pela utilização em excesso dos recursos naturais e pela obsessão produtiva dos sectores mais industrializados, na época, particularmente nos Estados Unidos.

A preocupação ambiental concentrou-se, inicialmente, sobre os aspectos mais do foro da conservação da questão ambiental, mas gradualmente foram assumindo outros contornos de que é exemplo em 1960 – a contaminação ambiental produzida pela produção industrial e agrícola (Carson, 1962) e a partir de 1973 – a crise energética motivada pela alta dos preços do petróleo. Simultaneamente à crise do petróleo foi lançado, pelo Clube de Roma, o Relatório *Limites do Crescimento* (Meadows, 1972), que alertava de forma muito intensa para a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária, caso se mantivesse as actuais expectativas económicas (Eckersky, 1995). No entanto a ideia vigente da era da prosperidade e crescimento económico e produtivo, interrompeu as preocupações do "pesadelo da escassez". Contudo, os grandes acidentes envolvendo centrais nucleares e contaminações tóxicas de elevadas proporções (Three-Mile Island /1979; Bhopal/1984; Chernobyl/1986), fizeram ressurgir o debate público e científico sobre o risco e consequências daí resultantes, e por sua vez a questão da cidadania e qualidade de vida ganhou novos impulsos. Os problemas ambientais passaram assim, de uma análise a nível local para uma escala global.

Todas as variáveis introduzidas através da influência dos factores ambientais na sociedade conduziram a um período de auto-análise que a Sociologia inicia a partir dos anos 70. Nesses anos, um grupo de sociólogos procura introduzir a variável meio ambiente na reflexão sociológica no sentido da criação de uma sociologia ambiental, motivados por várias questões, como sejam:

- a ubicuidade da crise ambiental;
- a introdução do tema na análise sociológica;
- o aparecimento dos valores ambientalistas;
- o fomento institucional dos estudos ambientais;
- o aparecimento dos movimentos ambientalistas ("verdes").

(Tur e Gómez, 2001)

Desta forma pode-se referir que o desenvolvimento de uma sociologia ambiental teve por base três razões fundamentais:

1. O meio ambiente só é inteligível se incluirmos a história da população humana que nele habita. O impacto da acção antrópica sobre os ecossistemas a uma velocidade cada vez maior mereceu o interesse dos sociólogos para a problemática ambiental;
2. A história humana também não pode ser entendida se não incluirmos os factores ambientais que terão exercido uma poderosa influência na dinâmica social. É indiscutível a influência que o petróleo, a água, o clima, tem sobre a dinâmica económica, sendo inequívoca a importância que os factores ambientais têm nas sociedades contemporâneas;
3. As influências entre a sociedade e o meio ambiente são bidireccionais, pois da mesma forma que o homem influencia/modifica ou altera os ecossistemas naturais, os fenómenos e processos sociais se vêm influenciados pelos factores ambientais, num processo contínuo de retroalimentação (Tur e Gómez, 2001).

Para Schmidt (1999), existem vários autores que deram a sua contribuição para o processo de teorização das relações entre o homem e a natureza, que terá conduzido a uma abordagem mais completa através de Dunlap e Catton, nos anos 70. Refere especificamente o *darwinismo social* e o *spencerismo* durante o século XIX, pela importância que poderão ter tido em certos quadros do pensamento dos clássicos Durkeim e Marx - mesmo que por oposição -, a *ecologia* de Haeckel (1866), a *antropogeografia* de Humboldt (1855), a *ecologia urbana* da Escola de Chicago (Park, 1936) e num panorama mais recente a *etologia* de K. Lorenz (1966) e a *sociobiologia* de E. Wilson (1975).

Mela *et al* (2001) reforçam o contributo de Émile Durkeim, atribuindo-lhe a primeira definição da relação sociedade/natureza, onde procuram definir a relação existente entre o mundo da natureza e os factos sociais. Durkeim reconhece que os factos sociais têm uma espécie de alocação física, graças à existência de um abstracto sobre o qual assenta toda a vida social. A introdução do conceito de abstracto, permitiria a explicação sociológica, respeitando desta forma, o princípio da explicação dos factos sociais com outros factos sociais.

Assim, e de acordo com Buttel (1996), a sociologia ambiental resulta de uma amálgama de contributos de outras áreas e subdisciplinas já devidamente sedimentadas há vários anos como:

- *"Ecologia Humana, que surgiu estudando a mudança rural/urbano, os processos internos da cidade industrial, seus factores dinâmicos e limitadores, as atitudes e valores dos urbanitas. A Ecologia Humana, porém, nunca chegou a dar importância aos factores ambientais em sentido restrito: tratava de ver como o meio físico da*

cidade actuava no comportamento das pessoas e criava uma cultura específica. A Ecologia Humana tradicional estava limitada ao foco da cooperação competitiva na organização espacial de populações metropolitanas.

- *A Sociologia Rural (por sua vez encaixada na geografia e antropologia económicas), estudando as comunidades directamente dependentes de recursos naturais, tais como pescadores, mineiros, agricultores, lavradores, etc.*
- *A Sociologia dos Recursos Naturais, estudando a gestão do meio ambiente, este entendido enquanto recursos naturais: engloba estudos sobre política de terras públicas, planeamento de usos da terra, a gestão das unidades de conservação, incluídos parques e áreas de lazer".*

Acrescentaríamos ainda a Psicologia Social e a Antropologia Cultural, com estudos sobre atitudes e valores, a Sociologia dos Movimentos Sociais, dando enfoque a novos sujeitos colectivos, às suas agendas de lutas e os conflitos dos diversos agentes sociais, a Sociologia do Desenvolvimento, esta última na sua vertente marxista, questionadora do mito do desenvolvimento, e a Sociologia Urbana, sobre o meio ambiente construído" (Herculano, 2000: 45).

É pois com William R. Catton e Riley E. Dunlap, a quem se podem atribuir as primeiras reflexões em sociologia ambiental, propondo uma nova perspectiva na forma de olhar sociologicamente as questões ambientais, que se "reconhece o impacto sem precedentes das sociedades humanas sobre o ambiente global e o efeito retroactivo deste sobre aquelas" (Schmidt, 1999:180).

As ideias fundamentais que Catton e Dunlap desenvolvem baseiam-se: i) na crítica do paradigma antropocêntrico sobre o qual se tinham desenvolvido a ciência moderna e a sua substituição por um paradigma ecocêntrico; ii) a sociologia ambiental representa uma tentativa de estudar as recentes alterações sociais associadas ou expressas pela crise ambiental, concentrando a sua atenção numa série de linhas de investigação; iii) a reformulação do complexo ecológico de Duncan.

Para estes autores, os sociólogos clássicos não conseguiram integrar os fenómenos biofísicos e interpretar a relação entre sociedade e natureza, que se baseia numa visão antropocêntrica sobre a mesma. Tornava-se evidente a necessidade de evidenciar uma visão mais ecológica que ultrapassasse o reducionismo ecológico dos clássicos, proveniente essencialmente do axioma durkheimiano que "quando tomado dogmaticamente, poderia constituir uma autêntica «venda nos olhos» dos sociólogos, incapacitando-os de analisar um dilema actual " (Schmidt, 1999:180).

Catton e Dunlap designaram esta perspectiva ou Paradigma de HEP – *human «excepcionalism» paradigm*, transformando depois o E em Exemptionalism (Isentabilidade), passando a ser chamado de *human «exemptionalism» paradigm*, que estava baseado em quatro pressupostos:

- *“Os seres humanos são únicos entre todas as criaturas, porque têm cultura;*
- *A cultura tem uma capacidade infinita de mudança e a sua velocidade é muito mais rápida que a dos processos de mudança biológica;*
- *Muitas das diferenças entre os seres humanos são mais sociais do que inatas, e podem ser socialmente alteradas, e os aspectos negativos podem ser eliminados;*
- *A herança cultural implica que o progresso possa continuar sem limite, o que indica, em última instância que qualquer problema social pode ser resolvido”.*

(Catton e Dunlap, 1978:42-43)

Frente a esta forma de entendimento, Catton e Dunlap “levaram a cabo uma cruzada para convencer os sociólogos que o seu Novo Paradigma Ecológico (NPE) tinha por objectivo eliminar de uma ponta à outra as divisões no âmbito da teoria sociológica” (Hannigan, 1995:23), considerado por outros autores como “uma tentativa polémica de «reorientar a sociologia»” (Schmidt, 1999:181).

Este NPE consiste num conjunto de permissas em que se entende que: a) o ser humano é uma das espécies de entre muitas que existem implicadas de forma interdependente nas comunidades bióticas que compõem o nosso mundo; b) as complexas relações de causa-efeito e de feedback no tecido da natureza produzem múltiplas consequências imprevistas; c) o mundo é finito e limitado; desta forma, os limites físicos e biológicos são poderosos condicionantes restritivos do crescimento económico e do progresso social (Catton e Dunlap, 1978).

As suas reflexões sociológicas sobre o NPE levaram a propor uma série de linhas de investigação, como sejam:

- Os usos recreativos das áreas naturais;
- Problemas associados à sobreutilização dos recursos, assim como a análise da capacidade de resistência dos subsistemas natural e social;
- Estudos sobre o movimento ambiental;
- Análise da opinião pública sobre o meio ambiente;
- Análise da influência das edificações sobre o comportamento da população urbana;
- Respostas aos problemas ambientais que se dão desde o sector industrial e aos governos;
- Desastres e catástrofes naturais;

- Gestão dos impactos sociais das grandes obras de infra-estrutura.

(Dunlap e Catton, 1979)

Por último, no âmbito do seu desenvolvimento teórico, importa destacar a reformulação do complexo ecológico de Duncan – POET (População, Organização, Environment/ambiente, Tecnologia). O mérito desta reformulação foi o de subdividir a *Organização*, que passa a ser designada por «organização social» em três subsistemas – *sistema social, cultural e individual*, e por sua vez a variável *Environment* é desagregada em quatro categorias – *natural, construído, modificado e social*. Desta forma, " a natureza simultaneamente complexa e mista – natural e social – dos problemas ambientais fica claramente assumida, integrando na mesma fórmula de causalidade, e de modo interdependente, factores biofísicos e sociais" (Schmidt, 1999:182).

Desta maneira Catton e Dunlap enfatizam o estudo da relação entre o meio ambiente e a sociedade como o objecto de estudo da sociologia ambiental.

1.1.2. Contributos para uma reflexão ambiental nas ciências sociais em Portugal

Pretende-se, de uma forma muito sucinta, apresentar, numa perspectiva evolutiva, o percurso rumo ao entendimento das questões relativas à aplicação das ciências sociais à temática do ambiente, em Portugal. Saliendam-se algumas instituições/personalidades, que de uma forma ou de outra, lançaram a primeira pedra na elaboração de trabalhos no contexto das suas investigações. Neste contexto salientam-se o trabalho produzido por Mansinho e Schmidt (1994).

À semelhança dos estudos efectuados na América, também em Portugal poderá dizer-se que a reflexão social sobre o ambiente, se deve em grande parte à reflexão social sobre os campos, que começou a ter expressão em Portugal a partir do final do século XIX.

Várias personalidades de diferentes áreas deram a sua contribuição para os estudos das questões rurais onde, mesmo de uma forma incipiente, abordaram ou fizeram convergir as questões do meio ambiente. Assim, considera-se como referência:

» **Agrónomos e Silvicultores**⁸: através das ciências sociais procuraram explicar um conjunto de questões ligadas ao mundo rural e à ruralidade, tendo surgido vários estudos durante os anos 50, sobre os vários concelhos do país. Destaca-se a contribuição do Centro de Estudos de Economia Agrária (CEEA) da Fundação Calouste Gulbenkian, criado em 1957, que em colaboração com o Instituto Superior de Agronomia (ISA), criou uma dinâmica muito relevante, contribuindo definitivamente para a continuidade das pesquisas realizadas em

⁸ Destacam-se os contributos de Lima Basto, Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Castro Caldas.

Portugal. Após a queda do regime autoritário, a sociologia rural foi dominada em pleno pelos estudos referentes às estruturas agrárias da reforma agrária, entre outros, relegando para outro plano os problemas ambientais como objecto dos estudos sociais. No seguimento desta contribuição, pode-se referir que:

"Não há portanto, entre nós, o equivalente àquilo que nos Estados Unidos se chama sociologia das questões ambientais (sociology of environmental issues), precedendo a sociologia ambiental (environmental sociology), que não existe mesmo em Portugal. Os sociólogos portugueses nem mesmo chegam a ser «conselheiros do príncipe» no domínio das aplicações pragmáticas de resultados de investigação à política de ambiente. Nos seus trabalhos mais recentes não deram senão uma contribuição insignificante para o estudo das relações entre as condições de vida das populações rurais, o seu meio biofísico e a prática das instituições ou o comportamento dos agentes sociais" (Mansinho e Schmidt, 1994:447).

» **Florestais e Paisagistas:** ligados essencialmente às actividades desenvolvidas pelo ISA. Por tradição a área florestal está intimamente ligada à protecção da natureza⁹. Foi no entanto com Barros Gomes (silvicultor/geógrafo), no ano de 1800, que foram estabelecidas as primeiras cartas de caracterização ecológica do país, e mais tarde, já em meados do século XX, Mimoso Flores escreveu aquilo que se pode considerar como o conceito de "protecção da natureza", inspirado nas escolas norte-americanas. Outras contribuições importantes foram dadas por outros investigadores, nomeadamente aquelas que se prendem com a protecção da floresta e às suas múltiplas utilizações que vão ao encontro das preocupações ambientais e do desenvolvimento sustentável.

» **Arquitectos Paisagistas:** pessoas que se ligaram essencialmente às questões do ordenamento do território e pelo ambiente, num sentido muito moderno : a ideia do *continuum naturale* e de *continuum culturale* e a sua integração, apresentada por Caldeira Cabral. Nesta linha destacou-se também Ribeiro Telles, pelo seu contributo relevante para o estudo do ambiente, da legislação ambiental, da integração na política, trazendo a temática do ambiente para as questões centrais governativas e da própria opinião pública portuguesa.

» **Geógrafos**¹⁰: a sua contribuição teve por base a geografia humana¹¹ e alguns aspectos da geografia física, onde desenvolveram várias reflexões de cariz ecológico. Destaca-se a contribuição de Orlando Ribeiro que fundou aquilo que pode designar-se "a base mais segura dos saberes ecológicos em Portugal".

⁹ Vem-nos do século XIX com Andrade e Silva, uma das primeiras referências neste domínio.

¹⁰ Barros Gomes e Silva Teles.

¹¹ Com Amorim Girão e sobretudo com Orlando Ribeiro.

» **Antropólogos:** o discurso científico feito por estes profissionais tinha raízes muito profundas e antigas na tradição intelectual portuguesa.

"Toda esta tradição romântica e naturalista, muitas vezes inspirada no positivismo, ecoou em nomes tais como os de Teófilo de Braga, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho e Rocha Peixoto. Nos seus trabalhos pode encontrar-se a construção, através do saber popular, do conhecimento das relações entre os homens e as significações do mundo natural – lendas e contos populares, mitologias, ritos e celebrações – recolhidos da tradição oral, mas também da observação directa da vida de um campesinato tributário dos modelos do antigo regime" (Mansinho e Schmidt, 1994:451).

No entanto, apesar dos inúmeros trabalhos que se produziram no âmbito da antropologia pode afirmar-se que dedicaram, em geral, alguma importância ao meio natural na estruturação das relações sociais, sendo muito difícil fazer uma verdadeira avaliação sobre o contributo da antropologia social no conhecimento das questões ecológicas.

Quanto à investigação/contributos que eram realizados, além das instituições governamentais (Ministérios, Secretarias de Estado, etc), pode destacar-se aquele que era feito ao nível das instituições de ensino superior, nomeadamente das universidades e de algumas instituições privadas.

Deste modo, procuram-se resumir no Quadro 1.1, os principais destaques ao nível das instituições públicas.

Pode-se, pois, afirmar que na década de 90 a emergência de estudos que envolvessem as questões ambientais deu-se de norte a sul do país, no âmbito das instituições públicas de ensino superior. Resumindo, e para além dos estudos e projectos em que as variáveis "ambiente" são abordadas, pode-se dizer que haveria cerca de 8 disciplinas, 1 licenciatura específica de ambiente, 3 Pós-Graduações e 2 Mestrados, que abordavam com mais veemência esta temática.

Num trabalho efectuado por Figueira *et al* (2003), apenas tendo como objecto de estudo o primeiro e o segundo ciclo de estudos superiores (bacharelato e licenciatura) nas Instituições Públicas de Ensino Superior (Politécnicos e Universidades), pode verificar-se que existiam na altura cerca de 21 licenciaturas em cuja designação existiam as palavras "Ambiente"(14), "Ciências do Ambiente"(1), "Ciências e Tecnologia do Ambiente"(1), "Ambiental e dos Recursos Naturais"(1), "Ambiente e Território"(1), Ciências Agrárias e Ambiente"(1), "Ordenamento dos Recursos Naturais"(1) e "Gestão e Ordenamento Rural"(1). Isto para não falar na existência quase indiscutível de disciplinas, em quase todos os cursos, (sejam eles de cariz mais agrícola, de ciências sociais, alimentar ou de saúde) que versassem

esta temática. Isto demonstra claramente a importância dada à área do "ambiente", bem como a oportunidade de "mercado" que a mesma representava.

Quadro 1.1. Contributos das instituições públicas na reflexão sobre o ambiente

Instituição	Contributo
Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa (ISCTE)	Licenciatura em Sociologia (1993-1994) » disciplina de "Sociologia do Ambiente" por substituição da "Sociologia Rural" – mais tarde foi remodelada adoptando o nome de "Sociologia e Planeamento"- onde domina o ambiente urbano.
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)	Disciplina de "Economia e Energia" (a funcionar desde 1978) – domina a temática sobre os recursos energéticos.
Instituto Superior de Agronomia (ISA)	<ul style="list-style-type: none"> . Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural » disciplinas sobre "Economia dos Recursos Naturais" – pós-graduações na mesma área; . Departamento Florestal » linhas de investigação ligadas à "Economia dos Recursos Naturais" – onde a vertente ambiente é dominante; . Centro de Estudos de Arquitectura Paisagística » desenvolvem-se pesquisas no âmbito do "Ordenamento do Território" e das "Imagens das Paisagens".
Faculdade de Letras de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> . Centro de Estudos Geográficos » realiza estudos onde estão presentes as "variáveis ambientais"; . Curso de geografia » funcionam duas disciplinas sobre as "questões ambientais".
Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)	Curso de Pós-Graduação em "Educação Ambiental"
Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia	Um grupo de investigadores estuda o problema dos "comportamentos ambientais".
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	<ul style="list-style-type: none"> . Partilha a perspectiva da linha de investigação da Faculdade de Psicologia. . É onde se desenvolve umas das primeiras teses de doutoramento em Ecologia Social (João Lutas Craveiro).
Universidade de Évora (UÉvora)	<ul style="list-style-type: none"> . Curso de Sociologia » disciplinas curriculares de "Ecologia Humana, Planeamento Social e Regional e Sociologia Rural" (1973); . Mestrado em Ecologia Humana (1985); . Em 1993 – Licenciatura em "Engenharia do Ambiente"; . Funcionamento do Centro de Ecologia Aplicada (realização de estudos no âmbito físico e biológico).
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	Em 1993 tem início um Mestrado e Pós-Graduação em "Agricultura, Mercados e Ambiente".
Centro de Estudos Sociais (ligado à Universidade de Coimbra)	Projectos onde se incluem "questões ambientais".
Universidade do Porto (UP)	Surgem na licenciatura em Ciências da Nutrição algumas disciplinas que articulam a "saúde pública e o ambiente".
Universidade do Algarve (UALG)	Estudos no domínio da antropologia ecológica, da geografia e do desenvolvimento regional.

Fonte: Autor.

Quanto à investigação privada, esta tem origem em três grupos principais: as empresas de estudos – motivadas pelas necessidades do mercado face à necessidades de trabalhos sobre o ambiente (planos de ordenamento das autarquias, estudos de impacte ambiental, etc.); as associações defesa do ambiente – que realizam as suas próprias investigações de forma independente e procedem a estudos para o governo a seu pedido, aproveitando as linhas de investigação da União Europeia; centros de estudos independentes – que fazem investigação específica em algumas áreas e que promovem sobretudo conferências, debates, palestras.

Pode-se concluir que a evolução da nossa aprendizagem no tratamento e reflexão sobre as questões ambientais, remonta ao contributo de muitas profissões, investigadores, instituições e pessoas, que, de uma forma ou de outra, foram lidando com esta nova área temática. Deste modo, pode-se referir que a reflexão sociológica sobre o ambiente é interdisciplinar e troca experiências com uma vasta gama de disciplinas, quer sejam específicas de ciências sociais, como das ciências naturais, além das diversas profissões e ocupações. Só assim se consegue maximizar o conhecimento e trazer à sociologia do ambiente o verdadeiro conhecimento sobre as suas interacções entre o ambiente e a sociedade.

1.2. Os movimentos ambientalistas em Portugal

1.2.1. A sociedade portuguesa e a influência externa em Portugal

Quando se pretende descrever, mesmo que de uma forma breve, a formação do movimento associativo ambientalista em Portugal, é necessário possuir uma visão larga e específica das suas condições estruturais e institucionais, quer se trate de aspectos específicos da nossa sociedade ou de impulsos provenientes de acontecimentos externos mas que determinam comportamentos e impulsionam tendências e pressões políticas na concretização dos seus objectivos globais.

Existiam na sociedade portuguesa diversas características que determinavam o seu comportamento perante a questão ambiental como sejam:

- "- A ruralidade;
- Falta de espírito competitivo;
- Escassa literacia e débil organização da sociedade civil;
- Um Estado burocrático e anquilosado"

(Soromenho-Marques, 2001:116)

No sentido de especificar melhor cada um destes pontos, Soromenho-Marques (2001) refere que a ruralidade dominou Portugal até aos nossos dias, apresentando ainda um valor de 11% da população activa trabalhando no sector primário já depois da recessão que teve efeito após a integração europeia. Apesar do nosso carácter rural, houve durante o século XX graves problemas de foro ambiental, apoiados por políticas do estado como sejam «a campanha do trigo» – que levou a uma mobilização intensiva dos solos para uma monocultura de cereais e o seu desgaste prematuro, bem como a destruição de muito do coberto vegetal existente em determinadas áreas rurais - e as «campanhas florestais», centradas nas monoculturas do pinheiro bravo e do eucalipto.

A existência de um Estado autoritário (1926-1974) cuja política não beneficiou o dinamismo e a concorrência em termos económicos, fortemente proteccionista e sob o amparo dos mercados do império colonial, deu origem a "uma economia estagnada e obsoleta, sem capacidade para enfrentar uma concorrência externa agressiva" (Soromenho-Marques, 2001:116). Contudo e ainda hoje, apesar das alterações que emergiram após 1974 e sobretudo desde 1986, muitos são os sectores empresariais que não conseguem ver a protecção ambiental como uma factor de exigência para a sua modernidade e dinamismo do seu mercado enquanto produtores de serviços e bens para uma população cada vez mais informada e exigente.

Todo o contexto político repressivo existente em Portugal até 1974 e o elevado grau de analfabetismo que a sociedade portuguesa representava, tornaram-na quase inactiva no que diz respeito às manifestações e mobilizações para causas públicas. Mesmo após todo o processo de democratização, o associativismo em Portugal continua a sentir dificuldades nomeadamente na sua participação activa e efectiva dos seus membros, o que não implica que a actuação das ONGA (organizações não governamentais de ambiente) portuguesas não possam contudo revelar uma notável eficácia. De acordo com Medina Carreira:

"Em 1940, tínhamos em Portugal 59,3% de analfabetos. Esta percentagem é sensivelmente superior ao número de analfabetos existentes, em 1799-1800, nas cidades-estado, nos reinos, nos ducados e nos bispados do território que se tomaria a Alemanha. Estes números revelam um atraso de meio século, mesmo em relação a outros países meridionais, como é o caso da Espanha e da Grécia" (Soromenho-Marques, 1998a:96).

Na referência ao último ponto o autor refere em síntese que:

"(...)uma sociedade que no seu conjunto apresentava um baixo índice de racionalização, na acepção weberiana (o que vai desde a baixa produtividade no trabalho industrial até a indolência burocrática e administrativa), não constituía um campo propício para o desenvolvimento nem de um associativismo vibrante nem de uma

política de ambiente pujante que fossem capazes de estar à altura do novo objectivo integrador das políticas públicas, a que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável" (Soromenho- Marques, 2001:117).

Veja-se no Quadro 1.2, as características mais relevantes que impedem uma plena cidadania, elemento fundamental para o entendimento da política de ambiente.

Quadro 1.2. Um olhar sinóptico sobre a sociedade portuguesa

- O efeito perverso da hiperidentidade nacional (o ex. da literacia e das tarefas educativas do estado).
- Um grande «atraso» na racionalização, no sentido de Max Weber e F. Tönnies. Predomínio da ruralidade e da lógica corporativa da «comunidade» (*Gemeinschaft*) sobre o carácter abstracto-universal da «sociedade» (*Gesellschaft*).
- Inexistência de um dinâmico e competitivo sector económico privado.
- Eclipse da estrutura constitucional e da vida política democrático-representativas entre 1926-1974.
- Ausência de uma cultura de espaço público.
- Longo divórcio Estado-sociedade civil: dificuldades de implementação política das legislações.

Fonte: Soromenho-Marques (1998a:98).

Em termos internacionais surgia um crescente incómodo da opinião pública, face aos problemas ambientais, resultando num discurso que acabou por ser adoptado pelos políticos e pelos governos. A crescente afirmação da consciência ambiental obrigou mesmo os governos a formular novas abordagens nas suas políticas e programas de governo no sentido de solucionar ou mitigar os problemas ambientais existentes e assim dar resposta às preocupações da opinião pública. Simultaneamente, iam sendo criadas estruturas em cada país que iriam tornar o ambiente um factor integrador de políticas públicas. Foi o caso da Grã-Bretanha, em 1970, com o *Department of the Environment* e no mesmo ano nos Estados Unidos a *Environmental Protection Agency (EPA)*, tendo-se esta última tomado pouco tempo depois a maior instituição mundial de política pública de ambiente. Enquanto que as competências no primeiro caso estavam dispersas por três ministérios, a EPA, apesar de não ter a categoria equivalente aos ministérios europeus, respondia directamente junto do presidente.

Portugal seguia a tendência mundial para a criação de estruturas e posterior integração nas suas políticas públicas. Existia, a nível mundial, uma dinâmica crescente e activa da população originando «movimentos ecologistas» e ambientalistas, como é exemplo o *Greenpeace* ou *WWF (World Wide Fund for Nature)* que contestavam os governos nas suas

políticas, tornando-se muitas vezes factor chave nas decisões políticas, através da promoção de consensos amplos na sociedade civil.

Este aspecto deu origem à criação de Partido(s) Verde(s), um pouco por toda a Europa, dando assim um carácter partidário e de influência mais directa dentro do próprio governo. Surge, desta forma, o primeiro Partido Verde a disputar eleições, a nível mundial o *Values Party* da Nova Zelândia, em Novembro de 1972. Foi, no entanto, em Março de 1983, com a chegada ao parlamento do país mais importante da Comunidade Europeia, a ex-Alemanha Federal, que o *Die Grünen* se posicionou com os seus 5,6% nas eleições federais para o *Bunderstag*. Essa expressão do voto popular demonstrada pelos alemães motivou e incentivou outros Partidos Verdes, o que se pode verificar pelos resultados posteriores, nomeadamente na Holanda e na Bélgica. Estavam então criadas condições para a consolidação da esperança que estes êxitos pudessem contribuir para uma nova construção de um novo modelo de civilização. Mais tarde, em 2 de Dezembro de 1990, face ao retrocesso eleitoral do *Die Grünen*, impôs-se a uma reflexão mais ampla sobre a sua forma de actuação partidária bem como a forma como a sua intervenção ecologista se devia fazer sentir. Na realidade, "(...) a riqueza do movimento ambientalista não dispensa, mas também não se confina à vertente partidária de intervenção" (Soromenho-Marques, 1996a:43).

Outros autores referem que:

"(...)o caso português não é, no entanto, tão paradigmático, uma vez que a formação de um partido desta natureza não determinou o aparecimento de um discurso «verde» nos partidos tradicionais, dado que a temática ambiental (embora com oscilações na sua referência) vai sendo abordada nos manifestos partidários ao longo do tempo e não só após a formação do Partido «Os Verdes» Esta situação coloca-nos perante um quadro de interacção onde a influência do discurso político «verde» poderá ser relevante na formação de uma opinião pública do mesmo teor" (Figueiredo e Martins, 1996:60).

Esta questão revela para alguns autores alguma controvérsia, através daquilo a que designam a «partidarização da questão ecológica». Há mesmo quem afirme que o:

"(...) Partido Ecologista os Verdes (PEV), criado em 1983, teve nas suas origens algum protagonismo na defesa do ambiente, devido à sua pequena representação parlamentar. Contudo, a sua aliança explícita ao Partido Comunista Português cedo lhe retirou importância nas questões ambientais, estando hoje completamente isolado do movimento ecologista" (Mansinho e Schmidt, 1994:463).

De facto, as diversas interações que se geram bem como os modelos de intervenção ambientalista devem corresponder às situações concretas de cada país ou região, bem como aos diferentes tipos de tarefas a desempenhar.

Para a contextualização da acções evidenciadas do movimento ambientalista, enunciam-se os principais vectores por onde a intervenção ecologista se faz sentir:

- a) *"Domínio político-partidário;*
- b) *Domínio cívico não governamental;*
- c) *Domínio científico e pedagógico;*
- d) *Domínio comunicacional e informativo*
- e) *Os agentes económicos e o mercado verde;*
- f) *Domínio ético e filosófico"*

(Soromenho-Marques, 1996a:43)

1.2.2. O contexto político e o ambiente em Portugal

Como já foi referido anteriormente, a pressão na mudança do discurso político em Portugal não se fez tendo em conta a opinião pública, até porque o regime ditatorial em que se vivia não era consonante com a livre forma de expressão, fosse ela qual fosse.

No entanto, mesmo com esse quadro político é importante evidenciar alguns aspectos que certamente terão contribuído mesmo de forma lenta, na longa marcha da consciência ambiental. É importante referir que todas elas são fruto da pressão externa a que Portugal estava sujeito, quer pela sua ligação com a Europa e o Mundo, quer pela sua condição colonial.

Na esteira de Soromenho-Marques (1998a), surge em 19 de Junho de 1971 a portaria 316/71 que criava a Comissão Nacional do Ambiente, surgindo assim a primeira instituição portuguesa com uma orientação clara para os assuntos que se relacionavam com a política pública de ambiente. Contudo, o primeiro órgão governamental dedicado de forma específica e com poderes interministeriais só foi criado por pressão de uma Nota do Secretário-Geral da ONU, resolução 2398, aprovada na 23ª sessão da Assembleia Geral, que iria dar início ao processo da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que teve lugar em Estocolmo, no ano de 1972. O Governo de Marcelo Caetano fez-se representar por amplas delegações quer na própria Conferência como nas reuniões de preparação, que por influência da situação, terá tido origem o primeiro relatório do estado do ambiente em Portugal, publicado em 1971. Veja-se o Quadro 1.3. que retrata o primeiro relatório sobre o estado do ambiente em Portugal, realizado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), em 1971.

O facto de Portugal ser uma potência colonial levou a que, por força de compromissos internacionais em matéria de conservação da natureza, assinasse algumas convenções como a *Convention for the Preservation of Wild Animals, Birds and Fish in Africa* (1900) e *Convention Relative to the Preservation of Fauna and Flora in Their Natural State* (1933).

Nas reflexões sobre o ambiente no discurso político em Portugal (1976-1995), abordadas por Figueiredo e Martins (1996), são colocados com clareza alguns aspectos importantes para esta reflexão, mais concretamente o contexto político e a sua natureza e estabilidade do poder político, e por outro lado a mudança do discurso político no sentido da sua aproximação ao contexto social existente e ao acompanhamento da opinião pública portuguesa.

Quadro 1.3. O primeiro relatório sobre o estado do ambiente em Portugal

No âmbito da preparação da representação portuguesa à Conferência de Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, 1972, foi produzido o primeiro relatório sobre o estado do ambiente.

Corria o ano de 1971.

Nesse documento, hoje apenas de significado histórico, é gritante o contraste entre a ambição do objecto em consideração e a modéstia dos meios empregues: o relatório, nas suas escassas 60 páginas, contemplava não só o território de Portugal continental e ilhas atlânticas como, igualmente, o vastíssimo império colonial, um conjunto de 2.102.205 Km²! Essa desproporção não retira ao documento o seu carácter pioneiro. Dois aspectos merecem um especial destaque:

- i) no plano interno, o relatório, recomendava «necessária existência de um órgão central ao mais alto nível da administração, responsável pela planificação integrada e com poder de decisão». Era o apelo à criação de um órgão governamental tutelador da área ambiental.
- ii) No plano internacional, o relatório estabelecia uma curiosa escala de prioridades para o combate internacional às ameaças ambientais.

Era a seguinte a hierarquia das prioridades, nesses distante ano de 1971:

- « a) Problemas associados ao uso dos pesticidas, particularmente no que se refere à contaminação do solo, da água, do ar e dos alimentos do homem e dos animais.
 b) Problemas de contaminação pela radioactividade.
 c) Problemas de poluição das águas, particularmente por bactérias, vírus, hidrocarbonetos, metais (especialmente mercúrio e chumbo), pesticidas, detergentes e tensoactivos.
 d) Protecção dos animais migradores.»

À luz do presente, essas prioridades conferiam à visão dos problemas ambientais de Portugal e do mundo um tom quase tranquilizante...

Fonte: Soromenho-Marques (1998a:84-85).

No primeiro caso, são considerados três períodos chave; entre 1974-1976 – que é caracterizado pela intervenção activa dos militares na vida política, vigorando a Junta de Salvação Nacional ; 1976-1987 – a partir desta altura foi aprovada a Constituição da República e os governos começaram a ser eleitos democraticamente. No entanto, a duração governativa e número excessivo governos eleitos (10 governos em 12 anos), demonstram claramente o clima de instabilidade social, económico e político que se vivia na altura; 1987-1995 - a partir desta data considera-se que Portugal teve mais condições de estabilidade para implementar acções e medidas públicas concretas, quer relativas ao ambiente, quer à própria governação como um todo. Para isso contribuíram certamente os governos eleitos com maioria absoluta.

Quanto ao discurso político em Portugal, é importante evidenciar dois aspectos fundamentais: a associação que é feita ao longo do tempo aos problemas ambientais, e a intensidade e aplicação de facto no discurso directo partidário e de governo.

Pode-se dizer que até 1987 a maior parte dos partidos demonstra uma tendência de interpretação ao fenómeno ambiental dirigido aos conceitos do meio Físico e Biológico, enquanto que a partir dessa data surge mais frequentemente associada aos conceitos do Meio Social e Económico, sendo que em 1995 essa associação se faz com particular relevo para o Desenvolvimento Sócio-Económico, Participação Pública e Formação/Informação/Educação.

O discurso político «verde» em Portugal foi-se alterando e modificando sucessivamente ao longo dos governos. Todo o processo de transformação foi deveras influenciado pela crescente sensibilização pública sobre os problemas ambientais e pela adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), mesmo que numa primeira fase tenha sido identificada mais pelos aspectos económicos que daí eram provenientes e não pelos valores que já então coexistiam em termos ambientais. Só a partir de 1987 se torna visível uma mudança política na identificação com os problemas ambientais e apenas no XI Governo é estabelecida, de facto, uma relação entre a integração da CE e a necessidade de preservação e protecção do ambiente. Essa mudança na política governamental é notória, nomeadamente, na criação de estruturas próprias, como é exemplo o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, de modo a atribuir a importância devida ao tema do ambiente. A partir de 1995 o discurso partidário e governativo torna-se mais coerente, demonstrando uma maior solidez no tratamento desta temática.

O discurso político até 1995 não foi muito eficaz, dadas as suas características, para a formação de uma opinião pública «verde». Por outro lado, as características da opinião pública em Portugal "... não transforma eficazmente o discurso político, uma vez que não é o reflexo de uma real «consciência ambiental», mas manifesta mais uma sensibilidade para os

problemas do meio ambiente, atitude que, em conjunto com outros aspectos, toma esta opinião pública pouco reivindicativa e interessada." (Figueiredo e Martins, 1996:63).

Veja-se o Quadro 1.4. que resume as principais características dos Governos Constitucionais em Portugal.

Quadro 1.4. Principais características dos Governos Constitucionais em Portugal

Governos Constitucionais	Natureza Política		Duração		Tutela do Ambiente		Primeiro Ministro
	Tend. Política	Formação	Data	Meses	Ministério	Secretaria(s)	
I Governo	Socialista	Eleições de 1976 SMA	23/7/76 a 23/1/78	19	a)	a)	Mário Soares
II Governo	Socialista I	Eleições de 1976 SMA*	23/1/78 a 28/8/78	7	Habituação e Obras Públicas	Ordenamento Físico e Ambiente	Mário Soares
III Governo	Independente	Iniciativa Presidencial	29/8/78 a 22/11/78	3	Habituação e Obras Públicas	Ordenamento Físico, Rec. Hídricos e Ambiente	Alfredo Nobre da Costa
IV Governo	Independente	Iniciativa Presidencial	22/11/78 a 7/7/79	7	Habituação e Obras Públicas	Ordenamento Físico, Rec. Hídricos e Ambiente	Carlos Mota Pinto
V Governo	Independente	Iniciativa Presidencial	7/7/79 a 3/1/80	6	Habituação e Obras Públicas	Urbanismo e Ambiente	Maria Lurdes Pintassilgo
VI Governo	Social-Democracia	Eleições de 1979 SMA**	3/1/80 a 9/1/81	12	a)	a)	Francisco Sá Carneiro
VII Governo	Social-Democracia	Eleições de 1980 SMA**	9/1/81 a 4/9/81	8	Qualidade de Vida	Ordenamento e Ambiente	Francisco Pinto Balsemão
VIII Governo	Social-Democracia	Eleições de 1981 SMA**	4/9/81 a 9/6/83	21	Qualidade de Vida	a)	Francisco Pinto Balsemão
IX Governo	Socialista	Eleições de 1983 SMA***	9/6/83 a 6/11/85	29	a)	a)	Mário Soares
X Governo	Social-Democracia	Eleições de 1985 SMA	6/11/85 a 17/8/87	21	Plano e Administração do Território	Ambiente e Recursos Naturais	Aníbal Cavaco Silva
XI Governo	Social-Democracia	Eleições de 1987 MA	17/8/87 a 31/10/91	50	Ambiente e Recursos Naturais	Ambiente e Defesa do Consumidor	Aníbal Cavaco Silva
XII Governo	Social-Democracia	Eleições de 1991 MA	31/10/91 a 28/10/95	48	Ambiente e Recursos Naturais	. Recursos Naturais . Ambiente e Consumidor	Aníbal Cavaco Silva
XIII Governo	Socialista	Eleições de 1995 SMA	28/10/95 a 25/10/99	48	Ambiente	Ambiente	António Guterres
XIV Governo	Socialista	Eleições de 1999 SMA	25/10/99 a 6/4/02	29	Ambiente e Ordenamento do Território	. Ambiente . Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza	António Guterres
XV Governo	Social-Democracia	Eleições de 2002 SMA****	6/4/02 a 17/7/04	28	Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente	Ambiente e Ordenamento do Território	José Durão Barroso
XVI Governo	Social-Democracia	Eleições de 2002 SMA*	17/7/04 a 12/3/05	8	Ambiente e Ordenamento do Território	Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do território	Pedro Santana Lopes
XVII Governo	Socialista	Eleições de 2005 MA*	12/3/05 a [...]	...	Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Ambiente	José Sócrates

* Governo de coligação (PS e CDS).

** Governo de coligação (PSDS, CDS e PPM)

*** Governo de coligação (PS e PSD)

**** Governo de coligação (PSD e PP)

SMA - Sem Maioria Absoluta

MA - Maioria Absoluta

a) - Sem dados fiáveis

Fonte: Figueiredo e Martins (1996:65-66) ; <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/>, consultado em 26-02-07. Adaptado.

Após 1995, e apesar da instabilidade quase sempre permanente face à forma como os governos são eleitos sem uma maioria estável, não deixou de estar presente na constituição dos governos um Ministério ligado ao Ambiente, com clara tendência para a sua associação ao Ordenamento do Território. A presença contínua desse ministério resultou certamente da crescente mobilização popular portuguesa, essencialmente através das ONGA's (Organizações Não Governamentais de Ambiente) e da sua crescente experiência com ligações a nível internacional¹² e da ligação política de Portugal em termos internacionais, em particular na Europa - na nossa qualidade de membro efectivo, muitas vezes com responsabilidades ao nível dos governos da Comunidade Económica Europeia (CEE), que terá pesado para o acompanhamento e actualização permanente daquilo que eram os interesses comunitários, bem como a participação em estruturas internacionais ligadas ao ambiente e comissões responsáveis pela avaliação do ambiente (nomeadamente através dos institutos que tutela, o Instituto de Ambiente (IA)¹³ e o Instituto de Conservação da Natureza (ICN)¹⁴.

Neste contexto, torna-se importante apresentar em resumo algumas daquelas que foram as primeiras etapas da institucionalização da política pública de ambiente em Portugal. Veja-se o Quadro 1.5. .

Nos tempos actuais, a opinião pública portuguesa bem como a classe política e os governantes, estão hoje mais informados e conscientes da importância do respeito pelo ambiente. A comunicação social, as associações ambientais, os partidos e os governos transmitem permanentemente nos seus discursos palavras de ordem dirigidas à população que ajudam definitivamente à tomada efectiva de consciência em matéria de ambiente. É quase inédito não aparecer em qualquer jornal ou boletim informativo, a informação referente a problemas ambientais locais, regionais ou mesmo mundiais. A massificação do uso da internet veio dar também uma mobilidade maior à troca de informações às estruturas próprias e também para o mero cidadão na procura da sua curiosidade ambiental com objectivos didácticos ou pedagógicos. Sem deixar de referir a crescente produção académica.

O século XXI será sem dúvida, para Portugal e não só, um século fundamental para avaliar a capacidade que os governos, os partidos e a sociedade em geral têm para efectivarem uma educação ambiental há muito requerida.

¹² Como exemplo destacam-se as seguintes: World Conservation Union (IUCN), European Environmental Bureau (EEB), European Union for Coastal Conservation (EUCC), BEE - Secretariado Europeu do Ambiente, YEE - Youth Environment Europe, GE-NET - Rede Europeia sobre Transgénicos, CLIMATE NETWORK EUROPE, Med FÓRUM - Rede Mediterrânea para a Ecologia e o Desenvolvimento Sustentável, Conselho Ibérico para a Defesa da Natureza (CIDN), European Partners for the Environment (EPE), Seas at Risk (SAR), World Wild Fund for Nature (WWF), Stichting Natuur en Milieu, Comissão Nacional da UNESCO. (<http://www.geota.pt>, <http://www.ipn.pt>, <http://www.quercus.pt>, <http://www.fapas.pt> - consultado em 26-02-2007).

¹³ Resultante da fusão da Direcção Geral do Ambiente (DGA) e do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB). (<http://www.iambiente.pt> - consultado em 26-02-2007).

¹⁴ Resulta das reestruturações dos antecessores Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP) e do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN). (<http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/> - consultado em 26-02-2007).

Quadro 1.5. Etapas da institucionalização da política pública de ambiente em Portugal

Instituições políticas

- 1971: Comissão Nacional de Ambiente
- 1974-1975: Ministério do Equipamento Social e do Ambiente
- 1978-1985: Ministério da Qualidade de Vida
- 1990-1995: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais
- 1995-...: Ministério do Ambiente

Dimensão jurídico-legal

- 1976: Direitos do Ambiente na Constituição da República Portuguesa (CRP)
- 1987: Lei de Bases do Ambiente
- 1990: Lei da Avaliação do Impacte Ambiental

Interface Administração-Sociedade Civil

- 1987: Criação do Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), mais tarde, Instituto de promoção Ambiental (IPAMB)
- 1987: Lei das Associações de Defesa do Ambiente (ADA), mais tarde, Organizações Não Governamentais do Ambiente (ou ONGA)
- 1992: ADA (ou ONGA) com representação no Conselho Económico Social

Monitorização e capacidade científico-técnica

- Relatórios de qualidade ambiental a partir de 1987
- Livro Branco: apenas uma edição (a de 1991)
- Dificuldades na criação de sistemas de informação eficazes e actualizados nas áreas de ambiente

Fonte: Soromenho-Marques (1998a:88).

1.2.3. O associativismo ambiental em Portugal

Podem-se evidenciar dois momentos relativos à criação do associativismo ambiental, também referidos por alguns autores como "novos" movimentos sociais¹⁵: antes de 1974 e após 1974.

No primeiro momento não podemos referir que tenha havido algumas iniciativas relevantes, alguns protestos não passaram de atitudes tímidas e pontuais, face ao regime em que se vivia.

Houve no entanto algumas manifestações que são importantes evidenciar, como por exemplo a publicação, em 1970, dos "Cadernos do Século"¹⁶ coordenados por Afonso

¹⁵ Rodrigues(1995) faz uma análise sociológica sobre a problemática dos Novos Movimentos Sociais(NMS), evidenciando os factores que contribuíram para a sua criação, bem como uma referência ao caso de Portugal. Também Michel Wieviorka (2003) no âmbito da temática dos movimentos "antimundialização", identifica as várias concepções do «movimento social», fazendo também uma referência aos NMS, cuja expressão foi lançada por Alain Touraine no início dos anos setenta. Soromenho-Marques (1998b, 2003) interroga-se sobre a validade de que o movimento associativo ambiental possa constituir um NMS e evidencia os valores dos movimentos sociais clássicos e do movimento associativo ambientalista no sentido de estabelecer um quadro comparativo, tentando desta forma justificar a existência de um novo movimento social.

Cautela, que registam uma mentalidade muito radical para a época que se vivia, e cujos títulos como "O Mundo contra a Fome", "Etapas para o Ano 2000", entre outros, representarem em termos públicos a tentativa de alargamento do entendimento das questões ecológicas. Também importa realçar os protestos dos agricultores do Baixo Vouga, em finais dos anos 40, e dos habitantes de Pernes, desde a década de 50, "perante os efeitos destrutivos da Companhia Portuguesa de Celulose sobre as terras e arrozais, no primeiro caso, e a contaminação da água pelas fábricas de curtumes instaladas nas margens do Alviela, no segundo" (Rodrigues, 1995:9).

As manifestações de protesto popular eram quase inexistentes, sendo que apenas poderiam ter mais visibilidade aquelas que se prendiam com os recursos das populações ou sobre a sua vida. No entanto, a intolerância do Estado perante manifestações de cariz popular levavam a que qualquer protesto, mesmo os que se prendessem com as questões ambientais e de agressão física sobre as populações, não prevalecesse face aos interesses de governação.

No que diz respeito ao associativismo formal, a única organização fundada neste período foi a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), em 1948, que ainda hoje ocupa um lugar de destaque no conjunto das organizações da caracter ambiental. Este grupo de defesa do ambiente foi impulsionado por professores da Faculdade de Ciências de Lisboa, com ligações a movimentos internacionais de conservação da natureza, cuja orientação foi virada para a conservação da natureza e protecção da vida rural (Rodrigues, 1995).

Existiam contudo, pequenos grupos ou associações que mais directa ou indirectamente poderiam ter uma ligação à temática ambiental, mas que não eram específicos nesse campo de actuação.

De acordo com Melo e Pimenta (1993), antes de 1974, todos os problemas ambientais que existiam tinham uma expressão deveras limitada sendo muito localizados, face ao baixo nível de urbanização e industrialização existentes na altura. No segundo momento (após 1974), existem várias fases importantes para a contextualização da evolução dos movimentos ambientalistas em Portugal.

Segundo Rodrigues (1995) e Figueiredo e Fidélis (2000), podem-se destacar quatro fases distintas:

» **a primeira fase (1974-1975)**, apoiada no contexto revolucionário, fez com que surgissem vários movimentos populares na sociedade, sobretudo aqueles relacionados com o bem-estar e a segurança física e económica. Pode-se destacar o aparecimento do Movimento Ecologista Português (MEP), cujo discurso foi orientado para a causa social e política, não se limitando aos aspectos meramente conservacionistas. No entanto, a falta do

¹⁶ Era este o prefácio de Afonso Cautela no nº 1: "Se a biosfera se satura de venenos letais, se o meio ambiente se degrada e polui, se o *encombrement* ameaça sufocar, afogar e paralisar o homem, todos devem saber se ainda vão a tempo de emendar a civilização, de se defender e de preparar um mundo mais habitável aos que vierem".

espírito voluntarista e a falta de adesão de muitos à mensagem transmitida pelos ecologistas da altura, condenou ao fracasso a acção deste grupos. Para isso terá certamente contribuído a escassez de experiência de organização em termos associativos, só despertos após o 25 de Abril.

» **a segunda fase (1976-1983)** - pode ser associada, particularmente, à luta anti-nuclear. Com bases nessa luta surgiram vários movimentos activos que lutavam contra as atitudes dos governos face àquilo que entendiam como uma afronta às condições de vida das populações, nomeadamente quando o governo pretendeu instalar uma central nuclear (1976-1977) na povoação de Ferrel. O discurso ambientalista revelava ainda alguns aspectos da radicalização política e ideológica que dominava também a sociedade portuguesa. As várias correntes dos movimentos ambientalistas levavam à dificuldade de entendimento o que conduziram ao aparecimento das "Coordenadoras Ecológicas Nacionais" no sentido de promover o debate e a coordenação entre os vários grupos e associações do sector, a nível nacional. No ano de 1979 reaparece, após uma reestruturação do MEP, a "Associação Portuguesa de Ecologistas/Amigos da Terra", tomando-se na mais activa e representativa associação até aos princípios dos anos 80. Em Setembro de 1982 surge em Portugal a primeira estrutura partidarizada, de génese ambientalista – o partido "Os Verdes", contestado por alguns ecologistas por considerarem um aproveitamento das estruturas comunistas, face à crescente importância da temática ambiental.

» **a terceira fase (1984-1988)** – é nesta fase que se define uma viragem do associativismo ambiental organizado em Portugal. Começam a existir condições sociais e económicas capazes de assegurar uma estabilidade no País e proporcionar um aumento da sensibilidade social para os problemas ambientais. As associações de ambiente começam a intervir de forma mais pragmática, o que faz realçar o trabalho de algumas associações como sejam a LPN, Quercus e GEOTA. A entrada de Portugal para a União Europeia, permitiu a introdução de novas estratégias e uma maior ligação internacional por parte das associações de defesa do ambiente. Como acontecimento mais marcante salienta-se a publicação, em 1987, da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente (ADA), que veio institucionalizar de forma definitiva as questões ambientais e que de acordo com Melo e Pimenta (1993), foi a primeira grande oportunidade para a acção colectiva do ambiente consolidar as suas estruturas organizativas.

Importa, contudo, realçar mais algumas considerações a propósito das associações ambientalistas atrás referidas, bem como fazer uma breve referência sobre a importância que a Lei das ADA, veio introduzir ao nível das organizações formais de ambiente.

A LPN¹⁷ era considerada uma associação muito tradicional e fechada, e que funcionava essencialmente ligada às universidades. Aquela procurou, no entanto, alargar mais o seu nível de intervenção social, procurando conjugar a vertente científica com a sociedade. O facto de estar ligada a vários organismos e projectos internacionais, aliada à sua antiguidade, valeu-lhe uma imagem favorável, de respeito e dignificação do seu trabalho, junto dos organismos governamentais.

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, foi formalmente constituída em 31 de Outubro de 1985. Esta associação teve origem num grupo de activistas (1984) ligados a actividades de conservação do património natural, provenientes de vários outros grupos ambientalistas que tinham consciência da necessidade efectiva da criação de uma organização mais forte e mais actuante na área da Conservação da natureza. Esta nova associação tinha inicialmente sede em Braga e designava-se como Quercus¹⁸ – Grupo para a Recuperação da Flora e Fauna Autóctones. Inicia, em 1985, a publicação do seu jornal "Quercus" e do boletim interno designado por "Bolota" , sendo mais tarde alterada a sua designação para "O Teixo", que ainda hoje existe. Realizou várias acções individuais e em colaboração com outros grupos, nomeadamente o Grupo de Estudo e Protecção da Flora e Fauna do Alto Alentejo (GEPFA), com sede em Portalegre e com o Centro Ecológico de Lisboa que acabariam por se tornar, mais tarde, no núcleo de Portalegre da Quercus e de Lisboa (Grupo Quercus). Participou também no 1º Encontro Nacional de Ecologistas realizado em Tróia em Março de 1985. Em 1987 – Ano Europeu do Ambiente – a Quercus procura uma projecção cada vez maior, levando a cabo diversas acções nacionais, destacando-se a sua colaboração com uma organização ecologista regional, o Projecto Setúbal Verde, dirigido por Viriato Soromenho-Marques. Esta viria, mais tarde, a transformar-se na Quercus no distrito de Setúbal. Em Março desse ano, a Quercus dá um passo importante para o início da sua internacionalização e passa a integrar a BEE (Secretariado Europeu do Ambiente), importante estrutura que congrega associações congéneres de todos os países da Europa. No final de 1987, a associação consegue implantar-se por quase todo o país, tendo surgido os núcleos da região de Bragança, Beja, Castelo Branco, Paiva e Évora, ultrapassando os 1000 associados. Além das preocupações com a preservação e conservação da flora, a fauna assume também particular relevância em particular pelas condições criadas para o tratamento de aves feridas por caçadores ou outras situações naturais. Em 1993 e

¹⁷ Hoje a LPN encontra-se sediada em Lisboa, dotada de um Centro de Formação Ambiental em Castro Verde. Possui 5 Herdades Biológicas, numa área total de 1700 ha e um Centro de Educação Ambiental em Vale Gonçalinho. A LPN tem 3 delegações regionais: LPN-Alentejo, LPN-Algarve e LPN-Centro. Está ligada a vários organismos nacionais e internacionais, tendo como missão fundamental contribuir para que a sociedade conserve o ambiente, conciliando as especificidades sociais e culturais com a preservação da biodiversidade e com o uso sustentável dos recursos naturais (<http://www.lpn.pt>, consultado em 26-02-2007).

¹⁸ "[...]adoptou para seu símbolo uma folha de carvalho e um bolota. A própria denominação, utilizando o termo Quercus, nome científico do género a que pertencem os carvalhos, sobreiros e azinheiras, as árvores predominantes do coberto vegetal primitivo do nosso País, e o seu símbolo – uma folha e uma bolota de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) – eram reveladores das preocupações dos seus fundadores, com a conservação da vida selvagem" (Quercus, 2005:31).

"(...) com uma história ainda recente a Quercus surge neste momento como a maior associação de defesa do ambiente em Portugal de que são prova os seus quase 7000 associados, que, um pouco por todo o País, suportam as estruturas que lhe dão vida e lhe dão representatividade junto das instituições como parceiro relevante na vida da comunidade" (Quercus, 1993:18).

Quanto ao GEOTA¹⁹ (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), foi constituído legalmente em 1986, mas a sua existência remonta a 1981, enquanto grupo de reflexão. Tem inicialmente uma conotação com o Partido Social Democrata (PSD), uma vez que mais tarde dois quadros desta associação foram recrutados para a Secretaria de Estado do Ambiente (Carlos Pimenta e Macário Correia). Daí também o seu rápido reconhecimento institucional perante as estruturas políticas e governativas na altura. Tomaram algumas iniciativas importantes ao lado de outras associações ambientais, nomeadamente da Quercus, o que permitiu atenuar algumas das críticas que lhe foram apresentadas inicialmente pela ligação com o poder político.

A Lei das ADA veio permitir que as associações ambientais, definitivamente, assumissem o papel que lhes era naturalmente atribuído na luta pela defesa e protecção do ambiente no nosso País.

Trouxe, também, certos entraves que geraram alguns constrangimentos e descontentamento face a esta legislação. Procura-se reunir no Quadro 1.6. abaixo, alguns aspectos considerados, de acordo com Nave e Fonseca (2000), como indicadores, mais ou menos favoráveis, decorrentes da referida legislação.

Na realidade, ela estrangulava muitas das associações existentes (a maior parte contava cerca de 200 membros), naquilo que eram os seus objectivos de se fazer ouvir nos órgãos ou comissões públicas. Apenas cerca de 6 associações detinham um número de sócios que lhes permitia aceder à classificação de «âmbito» Nacional.

» **a quarta fase (depois de 1989)** – este período caracteriza uma nova era no que diz respeito à intervenção, implementação e domínio das associações ambientalistas, face às políticas públicas de ambiente, bem como à dinamização da participação pública dos cidadãos. A existência de um número crescente de associações ambientais, mas com uma fraca implementação em termos nacionais, deu origem à criação da Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), criada em 1991, no sentido reforçar a sua acção no panorama nacional, tomando-se desta forma numa das maiores

¹⁹ Conta actualmente com mais de 2000 associados por todo o País, sendo 65% dos seus associados jovens com menos de 30 anos, muitos com formação universitária. O seu núcleo principal localiza-se em Lisboa e encontra-se ligado em parceria com várias associações regionais e nacionais, estando inserido num conjunto de redes internacionais, onde intervém regularmente. O seu trabalho desenvolve-se em cinco grandes áreas: educação; reflexão e intervenção política; intervenções em casos específicos; projectos multi-objectivo e desenvolvimento do movimento associativo ambiental. (<http://www.geota.pt>, consultado em 26-02-2007).

organizações ambientalistas do País, actualmente com mais de cem (109) associações confederadas. Outro aspecto fundamental foi a publicação da Lei nº35/98, publicada no Diário da República de 18 de Julho de 1998, que estabelece o regime das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA). Esta Lei traduz-se numa melhoria de alguns aspectos reivindicados na Lei das ADA's, nomeadamente no âmbito de actuação das associações, introduzindo também algumas melhorias como sejam, a instituição do mecenato ambiental, o estatuto de dirigente associativo, entre outros.

Quadro 1.6. Aspectos favoráveis e desfavoráveis da Lei das ADA

ASPECTOS FAVORÁVEIS	ASPECTOS DESFAVORÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> • Permittiu a institucionalização da participação dos grupos ambientalistas como «parceiros sociais» aos mais diversos níveis dos processos de elaboração, negociação e decisão da área das políticas públicas do ambiente; • Dotou os grupos ambientalistas de um estatuto legal; • Por comparação, as associações de ambiente tinham um estatuto privilegiado face a outros grupos ou associações de outra área da sociedade civil; • Este período coincide com o início de um processo de intensificação da intervenção pública, dando oportunidade a que os grupos ambientalistas alarguem a sua esfera de actuação; • Os media passaram a recorrer às associações ambientais como fonte bem informada na área das políticas públicas, dando-lhes assim também, maior notoriedade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta Lei permaneceu por muito tempo com notados défices de regulamentação imprescindível à sua efectiva aplicação; • Mostrava-se demasiado exigente sobre as condições que as associações em Portugal detinham para aceder às classificações de «âmbito» Local, Regional ou Nacional, em conformidade com o número de sócios; • Face à sua classificação, o tipo de instituições ou órgãos em que se podiam fazer representar.
<ul style="list-style-type: none"> • Permittiu o nascimento de mais organizações e a renovação de outras mais antigas. 	

Fonte: Autor.

Importa ainda mencionar algumas outras informações. O Quadro 1.7. mostra-nos a distribuição regional das associações de defesa do ambiente e dos protestos populares.

Quadro 1.7. Distribuição regional de associações de defesa do ambiente e dos protestos populares

Regiões	Nº de ADA's	%	Nº de Protestos Populares	%
Norte	27	25	221	40,4
Centro	18	16,7	136	24,8
Lisboa e Vale do Tejo	47	43,5	148	27
Alentejo	10	9,3	21	3,8
Algarve	6	5,5	22	4
Total	108	100	548	100

Fonte: Figueiredo e Fidélis (2000:10).

Não é de estranhar que o maior número de associações e de protestos se encontrem em número superior na zona litoral e nas grandes áreas urbanas de Lisboa e Porto, já que são estas as principais áreas potenciadoras de desenvolvimento urbano e industrial, arrastando igualmente efeitos danosos sobre os problemas sociais, económicos e ambientais.

Numa análise mais detalhada, realizada por Rodrigues (1995), apresentada num inquérito realizado às ADA's, pode-se concluir que a maior parte das ADA's têm entre 100 a 300 membros e intervêm predominantemente ao nível "local" e "regional", nomeadamente nas áreas de defesa do património, sendo que a denúncia pública continua a ser usada como a principal forma de contestação, através do recurso aos meios de comunicação social.

Importa também salientar uma outra vertente dos movimentos de protesto ambiental de base popular que existiam em Portugal. Tal como refere Kousis "o movimento ambiental não deve ser identificado apenas com as organizações ambientalistas formais" (Figueiredo e Fidélis, 2000:3).

Apesar das semelhanças entre ambos os movimentos serem mínimas, o trabalho efectuado pelas associações formais de ambiente com a ajuda dos mass media, deram uma maior visibilidade aos problemas ambientais o que contribuiu, nitidamente, para a intervenção destes movimentos de base popular, muito centrados nos interesses privados e também designados por *Nimby (Not in My Backyard)*. Poucos destes movimentos ambientalistas de raiz popular passaram do estado *Nimby* para uma contribuição mais vasta de uma consciência ambiental (*Niaby – Not in Anyone's Backyard*), apontada por alguns autores como a principal característica de evolução destes movimentos de raiz popular.

Para finalizar, há que referir que e para os Portugueses em particular, a «sensibilidade ecológica» " da população surge marcada por um elemento de temor, o qual se liga

directamente à saúde ... [...] aliás, um dos aspectos mais alarmantemente referenciados. Pode dizer-se que os portugueses temem a degradação ao nível do próprio corpo" (Lima e Schmidt, 1996:226).

Neste sentido, pode-se afirmar que a consciência ecológica dos Portugueses se relaciona, sobremaneira, com a preservação/perda de saúde, sendo pois, este o elemento que poderá servir de base para futuras campanhas de sensibilização para as questões ambientais.

CAPÍTULO II – A CONSERVAÇÃO, OS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO

2.1. A conservação dos recursos naturais: conceito e síntese histórica

A conservação dos recursos *naturais*, envolve a compreensão de três conceitos que, mesmo de uma forma simplista, importa ter em conta. Assim, entende-se por «conservação» por "tudo o que se refere à preservação de recursos naturais" Ferri (1978:37). Esta definição generalista engloba os recursos naturais não esclarecendo, contudo, nenhum deles. Para Costa (2004) existem também algumas dissonâncias conceituais que ligam a «conservação» à «preservação» - no primeiro caso, a preocupação passa por garantir a continuidade do processo evolutivo no qual todas as populações naturais vivem mergulhadas. Nesse sentido toma-se necessário proteger as comunidades ecológicas inteiras como acontece, por exemplo, quando se resguardam amostras representativas de habitats dentro das reservas e parques. Já na preservação a preocupação está mais orientada para o bem estar imediato de indivíduos ou grupos de indivíduos que vivem fora do seu habitat natural, como é o caso dos jardins botânicos, aquários, jardins zoológicos ou bancos genéticos, onde as espécies podem ser "guardadas" por períodos longos no tempo. Apesar de que muitas vezes a distinção entre um e outro termo ser de carácter mais ideológico do que biológico, os conservacionistas defendem que dificilmente a protecção integral da vida selvagem se compatibiliza com a presença de populações humanas, enquanto que os preservacionistas referem que as questões ambientais e sociais estão definitivamente interligadas e são, por isso, indissociáveis.

"(...) A conservação, no seu sentido amplo, sempre foi uma das aplicações mais importantes da ecologia. Infelizmente o termo «conservação» sugere «armazenagem», como se a ideia fosse simplesmente a de um racionamento de abastecimentos estáticos, de tal forma que possa ficar alguma coisa para o futuro. No entender do público em geral o «conservantista» é visualizado, com demasiada frequência, como uma pessoa anti-social que se apresenta contra qualquer tipo de «desenvolvimento»" (Odum, 2001:649).

Ainda segundo este autor, os motivos que levam um defensor da conservação a actuar é o receio de um não planeamento do desenvolvimento pondo em causa as "leis tanto ecológicas como humanas" . Nesse sentido considera que a conservação tem um duplo objectivo:

- assegurar a preservação de um ambiente com qualidade que garanta as nossas necessidades estéticas, de recreio como as dos produtos;
- assegurar uma produção contínua de plantas, animais e materiais úteis, mediante um ciclo equilibrado de colheita e renovação.

Quanto aos «recursos» pode-se referir que se trata de *qualquer factor que as espécies utilizam e «naturais» - como aqueles que são provenientes da natureza ou aqueles que a natureza nos fornece.*

Os problemas relativos à conservação remontam praticamente ao aparecimento do Homem na Terra. Desde o início a Humanidade exerceu uma forte influência no seu habitat, muito superior a qualquer outra espécie animal, muitas vezes num sentido desfavorável aos equilíbrios naturais, e aos seus próprios interesses, a longo prazo.

Há poucos milénios, no entanto, o Homem adquiriu a capacidade não só de usar como de modificar o meio em que vive, no sentido de melhorar o seu próprio conforto. Alguns marcos dessa evolução são representativos na :

- utilização do fogo (o homem primitivo já dispunha de um instrumento cujo poder não era proporcional ao seu pequeno grau de tecnicismo);
- domesticação dos animais e o pastoreio;
- descoberta da agricultura com a conseqüente sedentarização (a descoberta da agricultura corresponde a uma profunda e transcendente alteração nos hábitos de vida da população humana, aquela que mais e notáveis conseqüências teve para a humanidade durante algumas centenas de anos
- exploração e uso abusivo sobre os solos, desflorestação, etc) ;
- recente manipulação genética.

Assim, o nosso Planeta encontra-se hoje numa situação sem precedentes na história: por um lado, assiste-se a um crescimento populacional em que os problemas daí inerentes se desenrolam a uma escala tal que os torna quase incontroláveis – problemas económicos como a subalimentação de uma parte da população do mundo; por outro lado a delapidação de um património e dos recursos naturais que não deixam de aumentar:

"(...) De oito em oito segundos, perde-se mais um hectare de solo fértil, somando anualmente a área devastada das florestas cerca de 150 mil quilómetros quadrados (a dimensão equivalente ao desaparecimento de quase três países como a Suíça)... Todos os anos 6 milhões de hectares de terra de sequeiro transformam-se em deserto, sendo que cerca de 10% da superfície da Terra já passou, no decurso das actividades humanas, de floresta e solo fértil, a deserto; e calcula-se que mais 25% corre o risco de ter o mesmo destino..." (Brito, 1997:25).

O Homem não se aquietou, sempre muito activo na utilização da sua própria inteligência e poder mental, diferente das outras espécies, mesmo daquelas mais afins, das quais se julgava afastar na busca de uma progressiva superioridade, sempre pouco suficiente para satisfazer a sua ânsia de progresso. As suas conquistas da técnica e o ritmo das descobertas científicas levam-no a manifestar uma absoluta confiança na tecnologia e na sua

capacidade de resolver os seus problemas, menosprezando o auxílio do meio em que surgiram os nossos antepassados, e no qual viveram numerosas gerações. O Homem considerava, pois, que tinha como missão melhorar e aperfeiçoar as criaturas que estavam submetidas ao arbítrio humano.

"(...) Não se pode negar que esta maneira de proceder com o universo produziu os seus frutos: os pântanos transformaram-se em terras aráveis, as distâncias reduziram-se graças aos meios de transporte modernos, o homem aterrou na lua e, nos nossos dias é já capaz de agir sobre os genes. No entanto, nenhuma vitória da medicina conseguiu reduzir o número total de doentes; se é certo que a mortalidade infantil regrediu, a sobrepopulação impediu no entanto qualquer verdadeiro progresso; a esperança de vida aumenta, mas ao mesmo tempo aumenta sobretudo o número de pessoas idosas que são dependentes. E – trata-se do reverso da medalha de todos estes sucessos – novas ameaças aparecem constantemente; além da sobrepopulação, há nomeadamente a poluição do ar e da água, o desaparecimento das florestas tropicais, de espécies animais e vegetais, a morte das florestas, o esgotamento da camada de ozono, o efeito de estufa... De resto, declaramo-nos partidários da protecção da natureza, o que na prática significa que é necessário renunciar a todas as "intervenções" excepto aquelas que são exigidas pelo bem-estar do indivíduo: todas as aves devem gozar da vida eterna sobre a terra e serem felizes – salvo evidentemente aquelas que, de manhã cedo, nos impedem de dormir fazendo barulho, ou então aquelas cujos excrementos sujaram o nosso automóvel. Quanto aos coelhos e às corças, é preciso deixá-los correr, excepto se comem os botões das nossas roseiras. De uma maneira geral, cada animal tem direito à vida e ao bem estar, excepto se nos incomoda e se, com o seu zumbido e as suas picadas, nos estraga uma noite de verão sobre o terraço. Também todas as plantas devem ser poupadas, sobretudo nas regiões longínquas, excepto evidentemente as "ervas daninhas" do nosso jardim" (Schönburg-Glauchau, 1992:4).

O território humanizou-se de tal forma que o ritmo de exploração dos recursos tornou-se, em muitos domínios, mais acelerado do que a capacidade da natureza para os repor. Numa grande parte do Planeta é já hoje em dia quase impossível encontrar resquícios dos ecossistemas virgens, antes da influência humana. Em muitas zonas, a destruição ultrapassou completamente a capacidade de auto-recuperação dos ecossistemas (efeitos da poluição, destruição de espécies e habitats, disrupção dos equilíbrios ecológicos e globais).

Foi rompido o velho pacto entre o homem e a natureza, prevalecendo o poder tecnicista no sentido de "moldar" a Terra a seu belo proveito. Não estão em causa os progressos técnicos necessários no acompanhamento da evolução crescente da

humanidade, mas sim a preocupação nas acções irreflectidas do homem sobre o seu meio, desencadeando processos que agora já não consegue controlar, pondo em causa a sua própria sobrevivência.

Pode assim concluir-se que com a conservação dos recursos naturais pretende-se, já que a reversibilidades dos ecossistemas degradados é praticamente impossível de atingir durante uma geração, estabelecer uma estratégia. Significa, pois, que o seu grande objectivo é que as comunidades humanas futuras possam vir a usufruir de uma qualidade ambiental melhor do que a vivida pelo "homem civilizado" após os desvarios que a própria civilização justificou e que a essas mesmas comunidades sejam garantidos os recursos naturais indispensáveis à continuação da vida no Planeta Terra.

2.2. A conservação e a biodiversidade

Associado ao conceito de conservação aparece o da Biodiversidade (ou Diversidade Biológica), que segundo a Convenção da Diversidade Biológica retrata "a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens [...]; compreende a diversidade dentro de cada espécie (diversidade genética), entre as espécies (riqueza específica) e nos ecossistemas." (Rabaça, 2007:1)

Ao certo ninguém consegue saber o número de espécies animais e vegetais que vivem no Planeta. Estima-se que variem entre cinco e trinta milhões, se bem que este número possa ser substancialmente superior, tendo sido estudadas até hoje cerca de um milhão e meio, donde sobressaem, pelo seu número, os insectos. O Quadro 2.1, seguinte, mostra a dimensão do problema.

Quadro 2.1. Espécies existentes no Planeta

Grupo	Número de espécies identificadas	Número de espécies estimadas	Percentagem das espécies identificadas	Número de espécies em risco de extinção
Mamíferos, Répteis e anfíbios	14.484	15.210	95	728
Pássaros	9.040	9.225	98	683
Peixes	19.056	21.000	90	472
Plantas	322.311	480.000	67	?
Insectos	751.000	30.000.000	3	895
Outros invertebrados e microorganismos	276.594	3.000.000	9	530
Total	1.392.485	33.525.435	4	

Fonte: Erickson (1991:209).

A extinção das espécies faz parte da ordem natural das coisas desde que há vida na Terra. Os alguns milhões de espécies de hoje são os sobreviventes modernos de outras espécies que já existiram. No entanto, quase toda a extinção passada ocorreu por processos naturais como mudanças climáticas.

A sobrevivência do Homem está naturalmente associada à vida animal. Nesse sentido é preocupante a progressiva destruição dos ecossistemas, tanto a nível global como local, o que decerto originará, também, problemas económicos. Com a rápida proliferação da sua própria espécie, o Homem vai destruindo de uma forma arbitrária muitas outras espécies e introduzindo elementos artificiais no estado de equilíbrio em que se encontra a natureza. Não há qualquer dúvida de que hoje em dia a actividade humana é a maior causa de extinção das espécies.

Toma-se difícil fazer uma monitorização da extinção das espécies, pois tal como já se afirmou, desconhece-se o número de espécies existentes, dispondo-se apenas de algumas estimativas.

Previsivelmente, nos próximos 25 anos, se continuar a actual tendência de modificação dos ecossistemas, o mundo perderá entre 2 e 7% das espécies, o que equivale a uma perda de 20 a 70 espécies por dia - se o número de espécies for de 10 milhões ou até 300 espécies por dia - se o número de espécies existentes for de 33 milhões (Erickson, 1991).

Mais de 10% das espécies vegetais e animais existentes na Terra poderão desaparecer durante os próximos 25 anos e, por dia, mais de 50 espécies se juntam às longas listagem de espécies em vias de extinção. Desta forma, dois milhões de espécies animais e 60 mil espécies vegetais correm o risco de extinção até meados do século XXI. Ainda segundo o mesmo autor, todos os dias desaparecem, para sempre, cerca de 100 espécies, algumas sem sequer terem sido ainda identificadas, ao mesmo tempo que se assiste ao desaparecimento da diversidade genética no interior das espécies (Brito, 1997).

As alterações previsíveis já referidas no século passado, associadas às alterações climáticas pela acção cumulativa do efeito de estufa e do aquecimento da atmosfera poderão produzir mudanças consideráveis sobre todos os ecossistemas, o que torna mais importante a conservação da diversidade genética natural, para que possa haver uma adaptação das espécies. Alguns cientistas alertam para o facto de que com as mudanças climáticas em curso no planeta, a menor diversidade de espécies fará com que haja menor capacidade de adaptação por causa da menor viabilidade genética e isso limitará o processo evolutivo comprometendo, inclusive, a viabilidade de sobrevivência de grandes contingentes populacionais da espécie humana.

A destruição dos habitats é a maior ameaça à diversidade biológica, levando conseqüentemente à extinção das espécies e ao empobrecimento da Biosfera.

As alterações sucessivas dos habitats e a extinção das espécies não são por isso uma ameaça única. O planeta está sendo empobrecido pela sua perda de raças e variedades dentro de cada espécie. Muitas espécies estão a perder inúmeros dos seus elementos a um ritmo que lhe irá reduzir a amplitude genética e, portanto, a capacidade de se adaptarem a mudanças climáticas e outras quaisquer adversidades ambientais. Por exemplo, no que respeita ao manancial de genes das plantas que dão alimentos básicos, como o milho, o arroz, já só existe uma fracção da biodiversidade genética que continham há umas décadas atrás, embora as espécies propriamente ditas não corram qualquer perigo. Existe, pois, uma grande diferença entre extinção de espécies e perda de fontes genéticas.

O facto de desaparecer esta ou aquela espécie não constitui uma preocupação de maior, na medida em que os ecossistemas proporcionam a sua adaptação e têm vitalidade através de uma cadeia de interações. Todavia, cada vez mais se tem a consciência de que a eliminação de uma única espécie pode alterar de um modo profundo e imprevisível o equilíbrio de um ecossistema e, com isso, ameaçar a sobrevivência de inúmeras outras espécies.

Conservar as espécies e os ecossistemas ao mesmo tempo, é a maneira mais racional de tratar esta questão (CNAD, 1987).

Muitos esforços têm sido feitos no sentido de colmatar as diversas agressões aos habitats e à sua protecção, através da criação de reservas biológicas, parques e outras áreas de protecção, mas mesmo esses, com a melhor eficiência de administração, não podem provavelmente constituir uma resposta suficiente.

De qualquer modo é impossível travar o incremento que alguns países dão nas "corridas à madeira tropical", promovendo a importação desse tipo de produto ou o encorajamento dado na América Central e do Sul, onde muitos governos têm encorajado a conversão em larga escala de florestas tropicais em ranchos de gado. A criação destes ranchos resulta, ecológica e economicamente, em grande número contraproducente, pois os solos perdem rapidamente a fertilidade, as infestantes tomam conta das forragens plantadas e a produtividade do pasto cai abruptamente (CNAD, 1987).

O mesmo se passa com a indústria das peles, bem como do ganancioso comércio de marfim, correndo o risco de os grande herbívoros, como o elefante africano e o rinocerante negro se tornarem extintos (Erickson, 1991).

Pité e Avelar (1996), afirmam que as causas últimas da extinção das espécies devem-se ao crescimento exponencial da população humana, a qual agrava todos os outros problemas. Qualquer solução global para a conservação das espécies terá necessariamente de passar, no futuro, pelo controlo racional do crescimento da população.

É claro que o número crescente dos seres humanos não constitui, por si só, o único factor responsável pela degradação do ambiente e extinção das espécies. A crescente importância dada às questões de ordem económica, em termos universais, sem que nunca tenham sido contabilizados os custos indirectos e sociais da destruição do ambiente, podem levar, a curto prazo, a que seja este o principal factor responsável pela degradação do ambiente.

Como causas actuais imediatas pela extinção das espécies Pité e Avelar (1996) referem:

- a sobrexploração;
- a introdução de espécies exóticas;
- a destruição e fragmentação dos habitats;
- as extinções secundárias;
- a dimensão, forma e gestão das reservas;
- a manutenção de populações viáveis.

Neste contexto, os argumentos que fundamentam a conservação das espécies são nomeadamente, os que a seguir se referem.

A diversidade biológica representa uma riqueza incalculável, pois ela garante matéria-prima para alimentos, tecidos, remédios, energia e processos industriais e outras indústrias como é o caso da turística. Caso se assegure convenientemente a sobrevivência das espécies, o mundo pode ter acesso a alimentos novos e melhorados, novas drogas e medicamentos e novas matérias-primas para a indústria. A possibilidade de as espécies poderem contribuir cada vez mais para o bem estar da humanidade, é justificação mais que suficiente para que se aumentem os espaços para salvaguardar os milhões de espécies da Terra.

Vejamos alguns exemplos concretos:

"(...) Do top de vendas dos medicamentos mais comumente prescritos, mais de 70% têm a sua origem na natureza, já que são muitas as substâncias químicas puras extraídas de seres vivos que são usadas na indústria farmacêutica em todo o mundo. Mesmo grande parte das drogas sintéticas, incluindo o ácido acetil salicílico da aspirina, foram inicialmente descobertas em plantas e animais selvagens. A medicina tradicional, que depende de espécies selvagens ou cultivadas, constitui a base dos cuidados médicos primários para mais de 80% das pessoas que vivem em países em desenvolvimento. Contudo, mesmo nos países mais desenvolvidos, a medicina tradicional está a conquistar partidários, o que promove a importação de plantas com propriedades medicinais, com óbvios efeitos em termos económicos... Algumas destas substâncias mostram propriedades realmente inacreditáveis, como o taxol, extraído do teixo, que tem sido

utilizado no tratamento de tumores ováricos. Outro exemplo impressionante está relacionado com a leucemia. Nos anos 60, esta doença na idade infantil tinha apenas uma em cinco hipóteses de cura. Actualmente, graças a drogas anti-cancerígenas desenvolvidas a partir de um composto descoberto na planta selvagem de pervinca, a taxa de sobrevivência subiu para 80%...[...]a biodiversidade providencia uma imensa quantidade de oportunidades recreativas e de valor estético. Nos EUA, em 1991, as actividades recreativas associadas à observação de aves gerou, só por si, mais de 20 milhões de dólares e 250000 postos de trabalho, e a pesca desportiva em água salgada gera 15 biliões de dólares anualmente, mantendo 200000 empregos a tempo inteiro. Os parques naturais são outra fonte de receita e de postos de trabalho. Por exemplo, em 1986, o Quénia recebeu mais de 400 milhões de dólares com as visitas às suas áreas protegidas. Estas gigantescas receitas reflectem o elevado valor dado à recreação que envolva a biodiversidade" Reis (s/d).

Igualmente importantes são os processos para a manutenção de vida que a natureza proporciona (incluindo a estabilização do clima, a protecção das vertentes hidrográficas e do solo, preservação das zonas de reprodução e de nidificação, reciclagem de elementos essenciais como o carbono, oxigénio e azoto, etc) não se podendo dissociar a conservação destes processo da conservação de cada uma das espécies dentro dos ecossistemas.

Assim, a manutenção da biodiversidade é fundamental por três ordens de argumentos:

- » Argumento ético – que aponta como principal razão o facto do homem ser o guardião da vida na Terra, cuja contribuição tem sido mínima se comparamos com a diversidade total da vida na Terra que é o resultado de uma evolução de milhões de anos, sendo por isso inaceitável eticamente a perda de um valor tão precioso e único;
- » Argumento ecológico - a biodiversidade representa um factor de equilíbrio e resistência dos ecossistemas – desta forma o desaparecimento de uma qualquer espécie pode causar rupturas nas cadeias tróficas ou reduzir a capacidade de resistência dos sistema face a alterações externas;
- » Argumento económico – as espécies constituem importante fonte de matéria-prima necessária para um conjunto de utilizações pelo Homem, desde a própria alimentação, médico-farmacêuticos, combustíveis, entre outros; em particular as espécies naturais constituem preciosos reservatórios genéticos para a pesquisa e utilização na indústria da biotecnologia (Melo e Pimenta, 1993).

A estes argumentos acrescentaria os de ordem social (tradições, simbolismo, espiritualidade) e educacional, constituindo este o maior garante da continuidade da nossa própria sobrevivência e qualidade de vida no Planeta, pela importância da consciencialização de todos por um objectivo comum.

2.3. Instrumentos de regulação jurídica nacional e internacional

Há que afirmar que "a conservação da natureza em Portugal é uma das mais antigas áreas de intervenção pública na área do ambiente" (Soromenho-Marques, 2004:54).

Como foi anteriormente referido, enquanto potência colonizadora, Portugal teve que assumir alguns compromissos internacionais de preservação da fauna e flora e dos seus habitats. Ainda em tempo de guerra colonial, Portugal disponibilizou-se para subscrever a Convenção de Londres no ano de 1900 – protecção da fauna em África, tendo sido posteriormente reformulada.

As políticas de intervenção na área da conservação resultam de uma série variada de legislação internacional e nacional, fruto de todas as convenções e encontros internacionais ocorridos no tempo. Importa aqui destacar alguns daqueles que se consideram mais relevantes para todo o enquadramento legislativo.

Miller (1997) chama a atenção para alguns dos programas e instrumentos internacionais, que se concentram em áreas protegidas e que se valem do conceito de «valor internacional» de certos espaços espalhados pelo mundo: **Convenção de Ramsar**, assinada na cidade iraniana de Ramsar, em 02 de Fevereiro de 1971, tendo entrado em vigor no ano de 1975, constitui um tratado inter-governamental onde os Estados participantes designam áreas dos seus respectivos territórios e inscrevem-nas numa Lista de Zonas Húmidas²⁰ de Importância Internacional, comprometendo-se com a sua protecção a longo prazo. Esta Convenção foi ratificada por Portugal em 1980.

O Programa Homem e a Biosfera (Man and Biosphere Programme - MAB), da UNESCO (United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization), lançado no início dos anos 70, como um programa de cooperação internacional para apoiar a pesquisa científica e o monitoramento da natureza e dos fenómenos antropomórficos, visando melhorar e adaptar a utilização humana do meio ambiente global. Dele fazem parte a «Rede de Reservas de Biosfera» que tem promovido a designação pelos governos de unidades de conservação como «Reservas de Biosfera», conceito este que apenas teve o seu desenvolvimento em 1974

²⁰ Segundo a Convenção, zonas húmidas são definidas como "zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré não exceda os seis metros" (<http://www.icn.pt>, consultado em 20-05-2007).

(revisto em 1995 na Conferência Mundial sobre Reservas de Biosfera em Sevilha), visando conjugar o conhecimento científico com as modalidades de governação no que diz respeito às políticas de conservação e biodiversidade, enquadramento social, económico e cultural para a sustentabilidade ambiental bem como para fins educacionais tendo em conta o desenvolvimento sustentável. Após 1995²¹, o conceito foi revisto (Conferência Mundial sobre Reservas de Biosfera em Sevilha), e foi alargado o seu objecto de intervenção no sentido de equacionar convenientemente os problemas de gestão dos recursos nas regiões vizinhas às Reservas de Biosfera. Na lista mundial de Reservas de Biosfera, em Portugal, apenas consta a Reserva de Biosfera do Paul de Boquilobo, inserida no sistema nacional de áreas protegidas como Reserva Natural, tendo como data da sua integração o ano de 1981.

A Convenção Mundial sobre o Património Cultural e Natural (CMPCN) foi adoptada em 1972 pela Conferência Geral da UNESCO, por meio da qual os seus signatários designam locais que são inscritos numa Lista Mundial, e que serve como uma manifestação do compromisso do Estado proteger tais lugares. Esse compromisso é bem manifestado pelo teor do seu preâmbulo onde se refere que "certos bens do património cultural e natural apresentam um interesse excepcional que torna necessária a sua conservação como elemento do património mundial de toda a humanidade" Jardín (1992:11). Continua esta autora enunciando que desta forma os Estados reconhecem que se trata de um património universal para a protecção do qual toda a comunidade internacional tem o dever de cooperar.

De forma a assegurar a cooperação entre as partes, assim como o comércio internacional de animais e plantas selvagens, sem pôr em causa a sua sobrevivência, foi assinada em Washington em 1973, a **Convenção de Washigton (CITES)**²². Esta foi posteriormente sujeita a emendas, no ano de 1983, em Gabarone/Botswana. As espécies que integram a CITES encontram-se inscritas em três anexos(I; II e III) no secretariado Internacional e em quatro anexos(A,B,C,D) pela União Europeia, consoante o grau de protecção. Em Portugal, a sua aprovação data do Decreto-Lei nº 50/80, de 23 de Julho, seguindo-se todo um conjunto de legislação sucessiva de aplicação dos princípios da Convenção.

A necessidade de cooperação internacional com vista à conservação das espécies animais migratórias através de fronteiras foi reconhecida em 1972 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente da Humanidade. Este reconhecimento deu origem à Convenção Sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem, conhecida como a **Convenção de Bona**²³. Assinada em 23 de Junho de 1979, em Bona na Alemanha, entrou em vigor em Novembro de 1983. Em Portugal essa Convenção foi ratificada através do Decreto-Lei 103/80, de 11 de Outubro.

²¹ <http://www.unesco.org/mab>, consultado em 20-05-2007.

²² <http://www.icn.pt>, consultado em 20-05-2007; Instituto do Ambiente (s/d).

²³ <http://www.icn.pt>, consultado em 20-05-2007 .

A Convenção sobre a Vida Selvagem e os Ambientes Naturais na Europa, mais conhecida como **Convenção de Berna**²⁴, foi assinada a 19 de Setembro de 1979, durante a 3ª Conferência Europeia de Ministros do Ambiente. De acordo com o seu Artigo 1º, tem como objectivos garantir a conservação da flora e da fauna selvagens e dos seus *habitats* naturais, nomeadamente das espécies e dos *habitats* cuja conservação exige a cooperação de diversos Estados e promover essa cooperação, dedicando especial atenção às espécies ameaçadas de extinção e vulneráveis, incluindo as espécies migradoras. As Partes Contratantes deverão adoptar medidas necessárias para fazer cumprir as obrigações e todos os aspectos que se relacionam com os anexos da Convenção, nomeadamente as espécies da flora e fauna selvagens estritamente protegidas, as espécies de fauna protegidas, devendo proibir, consoante as necessidades, os meios e os métodos de captura interditos das espécies que beneficiem de protecção total no próprio território e que não figurem nos anexos da Convenção. As Partes Contratantes comprometem-se a cooperar (principalmente para reforçar a eficácia das medidas tomadas) e a encorajar a reintrodução de espécies indígenas da flora e fauna selvagens, sempre que tal medida possa contribuir para a conservação de uma espécie ameaçada de extinção, de acordo com estudos prévios realizados. As Partes Contratantes poderão adoptar medidas mais rigorosas do que as previstas na presente Convenção com vista ao cumprimento dos objectivos nela estipulados. Em Portugal, foi ratificado através do Decreto-Lei nº 95/81, de 23 de Julho, tendo sido promovida a sua aplicação através do Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro.

Como resultado da preocupação de todos os países, no sentido de uma partilha justa e equitativa de todos os possíveis benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos, é assinado em Nairobi/Quénia a 22 de Maio de 1992, a **Convenção da Diversidade Biológica**. Segundo Swanson (1997), a Convenção representou a convergência de diversos grupos de movimentos que têm tratado de dimensões diferentes da biodiversidade, como sejam as áreas protegidas, os recursos genéticos, a biotecnologia, o conhecimento tradicional, espécies domesticadas, entre outros. De acordo com Albagli (1998), a emergência da questão da biodiversidade teve origem na convergência de interesses no que diz respeito à sua conservação, sendo objecto de muitos conflitos, quer se trate da propriedade, legislação ou o status legal dos recursos genéticos, em que a variável científico-tecnológica ganha cada vez mais uma papel de destaque. Também Pimbert (1997) refere que o bem estar de todos vai depender de como e para quem a biodiversidade é usada e conservada. Nesse sentido, o autor destaca dois grupos que têm influenciado as políticas nacionais e posições governamentais: por um lado a «*Indústria da Vida*» (*Life Industry*) com grande poder económico e que representa grandes indústrias internacionais que vendem e controlam o

²⁴ <http://www.icn.pt>, consultado em 20-05-2007; Decreto-Lei nº 95/81, de 23 de Julho.

mercado dos produtos bio-industriais relacionados com alimentos, agricultura, saúde e energia. Através de novas tecnologias integram áreas como processamento de alimentos, produções de sementes, melhoramentos genéticos, agro-químicos, farmacêuticos e produtos veterinários; por outro lado, as «ONGs e populares» (*peoples organizations*), que agregam um conjunto de vários grupos grandes ou pequenos, representativos de povos indígenas, agricultores, ONGs, e que procuram evidenciar as questões relativas aos direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente. Políticas à parte, e de acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade²⁵, a Convenção

"(...)procurou introduzir uma nova forma de abordagem ao reconciliar a necessidade de conservação com a preocupação de desenvolvimento, baseada em considerações de igualdade e partilha de responsabilidades[...]é um dos mais recentes e significativos instrumentos do direito internacional e das relações internacionais no âmbito do ambiente e desenvolvimento" (<http://www.icn.pt>, consultado a 20-05-2007).

Portugal ratificou esta Convenção da Diversidade Biológica através do Decreto-Lei n°21/93, de 29 de Junho, tendo entrado em vigor a 21 de Março de 1994²⁶.

Influenciada pela Convenção de Berna no que diz respeito à preocupação da definição de políticas de conservação na Europa, bem como na identificação de espécies ameaçadas no espaço europeu, surgiram os textos referentes à Directiva Aves (1989) e Habitats Naturais (1992), que mais tarde foram negociados e aprovados. **A Directiva Aves**, transposta da Directiva Comunitária 79/409/CEE, pretende que cada Estado Membro tome as medidas necessárias no sentido da protecção de várias populações de espécies de aves selvagens bem como dos seus habitats, captura, abate e comercialização dessas espécies. Nesse sentido cada Estado membro deve propor a classificação dessas áreas como Zonas de Protecção Especial (ZPE), as quais deverão integrar directamente a Rede Natura 2000. Quanto à **Directiva Habitats** tem como principal objectivo assegurar a biodiversidade por meio da conservação de habitats naturais e espécies de fauna e flora ameaçadas no espaço europeu. Nesse sentido cada Estado Membro deverá elaborar uma lista de sítios, com base nos critérios da Comissão, sendo posteriormente seleccionados os Sítios de Importância Comunitária (SIC), por região Biogeográfica. Após um período de seis anos, cada Estado membro poderá designar esses sítios como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) que serão integrados na Rede Natura 2000.

A **Rede Natura 2000** é uma rede ecológica destinada a assegurar a biodiversidade no espaço europeu, resultante da aplicação das Directivas Aves e Habitats. É formada por áreas de importância comunitária (SICs, ZECs, ZPEs), tendo em vista a conservação de espécies e

²⁵ <http://www.icn.pt>, consultado em 20-05-2007.

²⁶ <http://www.icn.pt>, consultado em 20-05-2007.

habitats, onde deverão ser compatíveis as actividades humanas, no sentido da preservação desses valores, visando a gestão sustentável dessas mesmas áreas e concertando políticas de conservação, agrícolas, turísticas, ou outras, no sentido de encontrar formas de articulação e desenvolvimento vivido desses espaços, ao mesmo tempo que pretende gerar uma economia produtiva e sustentável. Face ao posicionamento privilegiado de Portugal em termos geográficos, existem 3 zonas Biogeográficas em todo o território nacional – Atlântica e Mediterrânea no continente e Macaronésia nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores.

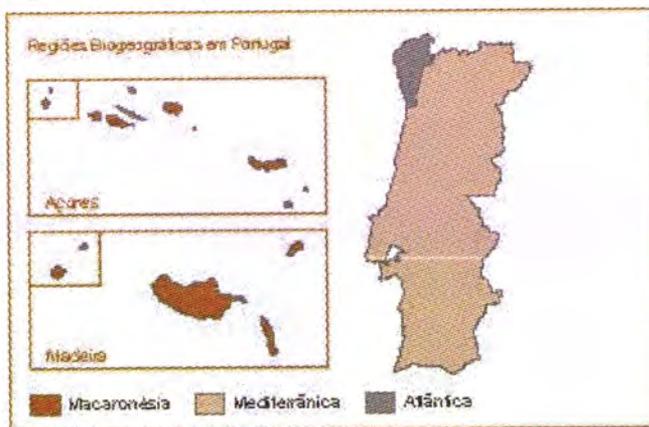
Atenda-se ao Quadro 2.2 e Figura 2.1.

Quadro 2.2 – Habitats naturais e espécies de flora e fauna presentes nos SIC

Região biogeográfica	Nº de SIC	Habitats Naturais (anexo I)	Espécies e Flora (anexo II)	Espécies de Fauna (anexo II)
Atlântica	7	40	13	28
Mediterrânica	54	87	81	48
Macaronésica	Açores	23	26	2
	Madeira	11	16	46

Fonte: ICN (2006).

Figura 2.1 – Regiões Biogeográficas em Portugal



Fonte: ICN (2006).

Existe no entanto, alguma discrepância entre os objectivos da Rede Natura 2000 e a conservação da biodiversidade em Portugal. Grande parte do nosso país, cerca de :

"(...)75% do território nacional estão englobados nos apenas 1,4% do planeta necessários para conservar 44% das plantas vasculares e 35% dos vertebrados a nível mundial, é crível que qualquer análise rigorosa da biodiversidade portuguesa aponte para a necessidade de gerir uma percentagem elevada do território para fins de conservação" (Araújo, s/d).

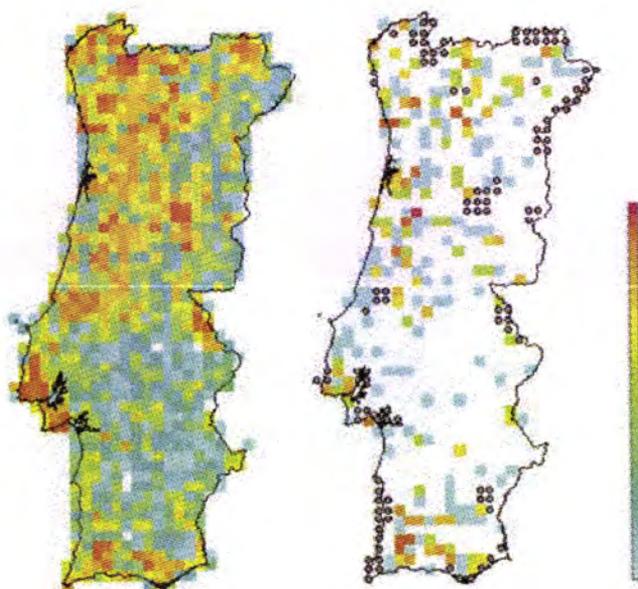
Segundo este autor, mesmo trabalhando com estimativas de dados referentes à biodiversidade no nosso país, a área que será necessária para conservar a biodiversidade em Portugal, poderá ter uma dimensão 10 vezes superior ao sistema actual de áreas protegidas e de aproximadamente 4 vezes superior ao somatório das áreas protegidas da Rede Natura 2000. Veja-se o Quadro 2.3 e a Figura 2.2 a esse propósito.

Quadro 2.3- Espécies na base de dados e estimativa da percentagem que representam em relação ao total nacional

Grupos	Nº de espécies	proporção em relação ao total nacional
Plantas	767	~23%
Vertebrados	43	~12%
Invertebrados	329	?

Fonte: Araújo (s/d).

Figura 2.2 - Mapa da diversidade correspondente a 1139 espécies de plantas, vertebrados e invertebrados em Portugal continental (esquerda). Padrões de diversidade entre espécies não representadas no sistema de áreas protegidas (direita).²⁷



Fonte: Araújo (s/d).

²⁷ Os dados estão referenciados em quadrículas UTM de 10 por 10 km. As cores reflectem gradientes de diversidade: máximo a vermelho, mínimo a azul e o branco refere-se a ausência de registos. Os círculos cinzentos no mapa da direita representam áreas protegidas.

Neste sentido, a área correspondente à Rede Natura 2000 não se torna suficiente para as necessidades de conservação da biodiversidade em Portugal. A acrescentar a tudo isto estão os iminentes conflitos entre os defensores do conservacionismo, geralmente cidadãos e outros grupos de carácter técnico-científico, e aqueles que vivem nos locais e que fazem desses espaços o seu ganha pão e modo vida e que constantemente são impedidos de realizar os seus modos de produção tradicionais, vendo-se obrigados a mudar os seus hábitos enraizados no espaço e no tempo. Apesar do objectivo geral da Rede Natura 2000 permitir a convivência e o desenvolvimento entre os dois aspectos, importa aqui definir quem suporta os custos da conservação para que os autóctones e os agricultores não sejam prejudicados nos seus objectivos de produção – uma coisa é subsidiar um sistema produtivo agro-silvícola e outra é, eventualmente, a produção de outras culturas que vão permitir a definição de um habitat favorável às abetardas, sisões, águias caçadeiras ou outras espécies inseridas nessa protecção. Quantas abetardas ou sisões valem em troca de 20 hectares de trigo? Importa não esquecer que as paisagens emergentes nestas áreas são antropogénicas e portanto adaptadas à realidade da vida rural numa óptica produtiva e pouco de outros valores morais. O que será então das espécies sem as pessoas que lá vivem ou, por outro lado, de que forma os rurais podem constituir os actores principais dessa conservação e desenvolvimento desejado?

Para financiar as acções da Rede Natura 2000, além do financiamento do Estado ou de privados, surgem co-financiamentos de origem comunitária. Alguns fundos como o Fundo Europeu Agrícola, do Desenvolvimento Rural ou outros poderão contemplar estas acções. Para além disso existe o Programa Life-Natureza que é a componente do instrumento financeiro LIFE, que apoia o desenvolvimento de projectos de Conservação da Natureza nas áreas candidatas a integrar a Rede Natura 2000.

A entrada em vigor em 2001 da **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**(ENCNB), Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, é "(...) reconhecidamente, um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável" (MAOT, 2002:9). Procurou assim conferir-se uma maior coerência aos diversos institutos reguladores da conservação da natureza no nosso país. É para vigorar até 2010 e de acordo com Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, assume três objectivos gerais:

"(...)conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está

envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º21/93, de 29 de Junho, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos" (MAOT, 2002:9).

Para conseguir concretizar os objectivos gerais propostos a ENCNB desenvolveu dez opções estratégicas:

1. *"Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;*
2. *Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;*
3. *Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;*
4. *Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;*
5. *Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;*
6. *Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;*
7. *Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;*
8. *Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;*
9. *Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;*
10. *Intensificar a cooperação internacional"* (MAOT, 2002:9-10).

No entanto, a operacionalização, coordenação e cooperação dos vários organismos envolvidos na ENCNB, não é tarefa fácil e por isso é alvo de muita preocupação face às dificuldades que passam por:

- contraste significativo entre os meios disponíveis e as competências que são atribuídas às entidades que regulam essas competências, em particular ao Instituto de Conservação da Natureza;
- falta de capacidade na fiscalização, implementação dos planos já existentes e na entrada em vigor dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- dificuldades de coordenação entre os objectivos da conservação e a sua relação com outras áreas de actividade agrícola, florestal cinegética, turística, entre outras, juntamente com a fraca adesão existente demonstrada pelos principais actores regionais e locais;
- carência na área de investigação sobre o nosso património natural e biodiversidade;
- atraso na aplicação e cumprimento da legislação que enquadra a conservação bem como da aprovação dos planos de ordenamento das áreas protegidas²⁸ e Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Soromenho-Marques, 2004).

Para finalização deste ponto importa ainda referir outros instrumentos legislativos base, que, de uma forma ou de outra, tiveram e têm a sua importância no contexto da conservação, como sejam a Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho de 1989), Reserva Ecológica Nacional²⁹ (Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de Julho), Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril), Lei da Protecção da Natureza (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro) – influenciada pela Lei 9/70 que introduziu na nossa ordem jurídica as noções de parque nacional e reserva, Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto) e mais recente o Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens, que conceitualiza as ZEC, ZPE e os SIC e a lista nacional de sítios classificados.

2.4. As áreas protegidas

A preocupação relativa à protecção da natureza e dos seus recursos é inerente a todas as sociedades. O respeito pelos valores naturais, o seu simbolismo, preserva questões culturais, importantes para todos os povos.

²⁸ Note-se que, neste momento, das 29 áreas protegidas apenas 13 têm o plano de ordenamento publicado e aprovado, 5 das quais encontram-se em revisão. Todos os outros estão em elaboração. (<http://www.icn.pt>, consultado em 13-06-2007)

²⁹ "A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma questão de Interesse nacional [...] surgiu de uma experiência de trabalho e reflexão que teve vários pontos de partida mas em que há sempre a referir o conceito de contínuo natural defendido por Francisco Caldeira Cabral [...] Não tenho dúvidas: o país, a nossa paisagem, os portugueses, estaríamos bem pior – bem mais feios, bem mais pobres, bem mais desordenados – se não tivesse havido a REN!" (Andresen, 2004:56-57).

Desde há muito tempo que os mais diversos soberanos, partilhavam, conforme as estações, vários dos seus castelos integrados em verdadeiros paraísos privados de florestas muito ricas onde a natureza se exprimia de forma calma e segura.

Mesmo os reis mais poderosos, que espalhavam a destruição e o terror a muitos povos, souberam discernir a oportunidade na defesa de determinadas espécies. Em tempo oportuno, proibiam a caça a determinadas espécies ou em períodos de reprodução.

Os próprios espaços criados pelos cidadãos nas zonas verdes, parques ou jardins, reflecte o desejo de usufruir de um espaço privilegiado, ao alcance de qualquer pessoa, e onde acabam por estar presentes algumas espécies de fauna e flora que aí sobrevivem protegidas (Lamy, 1996).

A Revolução Industrial veio impulsionar a utilização dos recursos naturais em proveito de uma lógica de produção e consumo em massa, onde apenas predominavam as regras económicas, com efeitos potencialmente destruidores dos recursos naturais. É nos Estados Unidos da América (EUA), onde essa lógica se expressou de forma mais intensa e por isso, se manifestam mais cedo os efeitos irreparáveis provocados pela agressões aos recursos naturais, levando a que os cidadãos tomem consciência da necessidade de os proteger, até mesmo para a sua própria sobrevivência económica e pessoal.

Veja-se o caso dos rios que outrora conseguiam depurar ao longo do seu caudal os detritos, também eles mais orgânicos, resultantes da acção directa dos homens e de alguma manufactura. No " início do século XIX, os membros do parlamento britânico ainda pescavam salmão em Londres, na ponte de Westminster, e até ao fim do século XVIII, a água potável dos parisienses era retirada do Sena³⁰ sem que fosse preciso submetê-la a nenhum tratamento particular" Dorst (1973: 234). Actualmente, fruto das enormes quantidades de poluição a que estão sujeitos, não conseguem, por si só, ultrapassar esse efeito e por isso transformam-se em enormes recipientes à mercê de qualquer agressão. Além de pôr em causa um bem comum, prejudica a qualidade de vida, pondo em causa um bem necessário à nossa própria sobrevivência.

Mesmo que meramente por razões sentimentais, o homem sentiu a necessidade de colocar em prática um sistema que fosse coerente na defesa e protecção da natureza e dos seus recursos. É neste contexto que surgem as áreas protegidas, tendo como pioneiro a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, com o objectivo de proteger das acções predadoras da acção humana, desde as gigantescas sequóias da Califórnia aos bisontes-americanos, muito perto da sua extinção. A este conceito estava implícita uma ideia muito conservacionista, visivelmente orientada para a exclusiva protecção das espécies em particular as ameaçadas pela extinção, das paisagens grandiosas, dos monumentos naturais.

³⁰ No fim do século XIX ainda se pescavam 1 000 toneladas no Reno, antes de se ter transformado num dos esgotos do nosso continente.

Nesta linha ideológica, a interferência humana era proibida quase na íntegra, não permitindo qualquer contacto efectivo com elementos da fauna aí existentes. Impulsionados pelo Yellowstone, e conscientes da efectiva necessidade da salvaguarda da natureza, começam a aparecer em todo o mundo vários parques de entre os quais se destacam : na Europa – (1914) Parque Nacional Suíço, em França (1928/privada) Reserva de Camargue³¹, (1963) Parques de Vanoise, de Port-Cros e (1970) dos Pirenéus ocidentais e das Cêvennes, em Portugal (1971) o Parque Nacional Peneda-Gerês, na Polónia o Parque de Bialowieza; em África – (1929) Parque Nacional Albert, Parque Nacional de Garamba, Upemba e Kagera, os Parques do Quénia, do Uganda e a Rodésia; Austrália e Ásia - (1879) Royal National Park, o Parque Nacional Jorge V, os Parques de Kasiranga, no Assam e a Reserva de Ujung Kulon-Panallan, a oeste de Java. Nos EUA³², criaram-se consecutivamente outros parques e reservas como o Parque do Grande Canyon no Arizona, e o Parque das Everglades, na extremidade da Florida. Simultaneamente, a ex-URSS instalou uma região de protecção do seu património natural com 93 parques nacionais, que abrangia cerca de 6 milhões de hectares (Bonnefus, 1973; Lamy, 1996; Soromenho-Marques, 1998a).

Para contextualizar as opções da altura, é importante salientar as classificações utilizadas para a classificação das áreas protegidas: *reservas naturais integrais* – onde o homem estava impedido de qualquer intervenção que pudesse alterar o equilíbrio natural; o *parque nacional* - que associava a protecção da totalidade da vida da fauna e flora com a actividade turística; as *reservas parciais* – que tinham por vocação proteger e preservar uma categoria específica de elementos de fauna e flora; e as *reservas especiais* – que apresentavam apenas alguns elementos do complexo biológico.

A "fórmula do parque nacional é aquela que ilustra melhor as preocupações de protecção global e dinâmica da natureza [...] asseguram eficazmente a salvaguarda do património natural [...]constituem lugares de prazeres incalculáveis" (Bonnefus, 1973:97).

De realçar que os parques nacionais em França possuem uma particularidade, que os torna originais e que é a existência de um anteparque, na sua zona limítrofe que funciona como uma área de acolhimento e onde são autorizadas as diversas actividades económicas, em particular a turística. Foi criado também uma outra classificação de parque natural regional onde se pretendia conciliar a natureza, a cultura, as diversas actividades económicas desenvolvidas pelos rurais, entre elas a actividade agrícola valorizada através da transformação em agricultura biológica. Tratava-se de um conceito que proporcionava "um encontro entre cidadãos e rurais, que vai permitir aos primeiros conhecerem a natureza através da actividade dos segundos" (Lamy, 1996:193).

³¹ Fundada pela Sociedade Nacional de Protecção da Natureza e de Aclimação de França. Esta reserva abriga a única colónia regular de flamingos-rosa que há na Europa.

³² De índole privado estabeleceram-se diversas reservas ornitológicas através da National Audubon Society.

Para a contextualização desta consciencialização orientada para a defesa e protecção dos valores naturais, em muito contribuíram, além dos vários governos e políticas associadas, as organizações não governamentais na área do ambiente. Atenda-se ao Quadro 2.4, que apresenta algumas das primeiras ONG's de defesa do ambiente que tiveram uma importância significativa para esse efeito.

Em 1959, uma resolução da ONU reconheceu a importância dos parques nacionais e reservas pelo seu valor para as gerações futuras. Os aspectos culturais, os valores económicos, científicos, associados aos valores ecológicos e bem estar das populações constituíram elementos vistos como essenciais para a promoção das Áreas Protegidas. (Harrison e Simpson, 2002)

Quadro 2.4. Primeiras ONG de defesa do ambiente (1843-1914)

- 1943 – Manchester Association for the Prevention of Smoke
- 1965 – Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society
- 1867 – East Riding As. For the Protection of Sea Birds
- 1870 – Association for the Protection of British Birds
- 1880 – Fog and Smoke Committee
- 1883 – American Ornithologists Union (EUA)
- 1883 – Natal Game Protection Association (AS)
- 1885 – Plumage League
- 1886 – Audubon Society (EUA)
- 1889 – Society for the Protection of Birds
- 1892 – Sierra Club (EUA)
- 1895 – National Trust
- 1898 – Coal Smoke Abatement Society (depois: National Society for Clean Air)
- 1903 – Society for The Preservation of the Wild Fauna of the Empire
- 1909 – Liga Suíça para Protecção da Natureza (CH)
- 1909 – Sociedade Sueca para a Protecção da Natureza (S)
- 1909 – Wildlife Preservation Society (Austrália)
- 1909 – National Conservation Association (EUA)
- 1912 – Society for the Promotion of Nature Reserves
- 1913 – British Ecological Society

Fonte: Soromenho-Marques (1998a:27-28).

Além das entidades evidenciadas no quadro anterior importa destacar outras que se seguiram e que se constituíram como elementos relevantes em termos internacionais. É o caso do Conselho Internacional para a Preservação das Aves (ICBP), em 1922; em 1928, o Office

International pour la Protection de la Nature e vinte anos mais tarde, em Paris, a União Internacional para a Protecção da Natureza (UIPN), onde a conjugação de ambas veio, mais tarde, formar a International Union for the Conservation of Nature (IUCN). A IUCN³³ tornou-se a mais importante e abrangente organização na defesa dos interesses da natureza, congregando interesses e apoios com os governos mundiais. Para isso agrupava várias comissões permanentes (ecologia, parques, salvaguarda, legislação, educação, etc), descentralizando aos vários níveis os objectivos específicos que pretende alcançar em termos globais. Tinha simultaneamente representação com funções consultivas em várias organizações internacionais como é o caso da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) e da UNESCO.

Todo o trabalho desenvolvido pela IUCN, apesar de reconhecido mundialmente, teve problemas ao nível do financiamento e na reunião de fundos para permitir as suas várias intervenções. Nesse sentido foi criado, em 1961, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), cuja actividade principal, além da anteriormente referida, era também contribuir para a educação do público em matéria de protecção e conservação.

Actualmente a IUCN³⁴ conta com seis comissões permanentes, a *Species Survival Commission* (SSC), a *World Commission on Protected Areas* (WCPA), a *Commission on Environmental Law* (CEL), a *Commission on Education and Communication* (CEC), a *Commission on Environmental, Economic and Social Policy* (CEESP) e a *Commission on Ecosystem Management* (CEM).

Nesta linha de pensamento importa destacar ainda o papel da WCPA³⁵, cujos objectivos se prendem com a ajuda aos governos na estratégia e planeamento na integração das políticas para as áreas protegidas, no fornecimento das ferramentas necessárias para uma verdadeira capacidade de efectivação da gestão das áreas protegidas, no procurar influenciar a opinião pública no sentido de mostrar a valoração decorrente dos benefícios do investimento nas áreas protegidas, bem como providenciar a cooperação entre todos os membros a fim de implementar as linhas de orientações definidas no programa da IUCN.

A partir das várias classificações e denominações de áreas protegidas no mundo, muitas delas com objectivos diferentes, a IUCN³⁶ desenvolveu um sistema de classificação para as áreas protegidas baseado nos objectivos da sua gestão. Essa classificação compreende o Parque Nacional, o Parque Natural ou Regional, a Reserva de Biosfera e o Sítio Património Mundial. Os objectivos de gestão aparecem-nos divididos nas categorias I, II, III, IV, V e VI, e apresentam-se em Anexo (Anexo 5 – Sistema de Categorias de Áreas Protegidas da IUCN).

³³ Na lista de membros portugueses na IUCN constam o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens (FAPAS) e o Instituto Português de Ecologia. (http://www.iucn.org/members/Documents/members_list_june2007.pdf, consultado em 10-06-2007).

³⁴ <http://www.iucn.org/>, consultado em 10-06-2007.

³⁵ <http://www.iucn.org/themes/wcpa/wcpa/wcpaindex.htm#mission>, consultado em 10-06-2007.

³⁶ <http://www.iucn.org/>, consultado em 10-06-2007.

Na Europa, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Europarc Federation³⁷, que a si mesmo se intitula *the voice of Europe's protected areas*, e que funciona como um organismo de topo na protecção das áreas protegidas. Congrega os parques nacionais, os parques regionais, os parques naturais e as reservas de biosfera em 38 países com o objectivo comum de proteger, as variedades únicas da vida selvagem, habitats e paisagem. É responsável pela divulgação pública dos parques e dos benefícios que deles decorrem tendo, para isso, criado desde 1999, o *European Day of Parks*. Também no âmbito da divulgação dos sítios da Rede Natura 2000, foram criados os *Dias Verdes*³⁸, cujos objectivos se prendem com o conhecimento dos valores naturais, dos espaços classificados, da legislação existente e nas medidas de conservação existentes ao nível dessa rede ecológica europeia, em cada um dos países aderentes.

Em jeito de conclusão pode-se afirmar que o conceito de áreas protegidas sofreu muitas alterações até aos dias de hoje. Partimos de uma 1ª geração em que se defendiam integralmente os valores naturais, como meio de subsistência, simbolismo e defesa dessa herança para as gerações futuras, para uma 2ª geração onde se deu o aparecimento de espaços isolados para a conservação e em que a interferência humana se reduzia ao mínimo, até mesmo pelo efeito "maléfico e devastador" que tinha tido sobre os recursos naturais; uma 3ª geração considera a existência de uma conectividade territorial em rede de espaços de conservação em integração com as comunidades humanas e prevalece a noção, o sistema e a necessidade de atracção do desenvolvimento urbano/económico como fonte de energia para a conservação, onde as áreas protegidas podem criar valor (ICN, 2004).

As áreas protegidas constituem "uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à protecção e preservação da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e culturais associados, e gerida através de meios legais ou outros meios eficazes" (IUCN, 1994:12).

Concordando com as palavras de alguém pode dizer-se que "... mais que criar áreas protegidas é necessário criar a não necessidade de as criar" (Monteiro, 1987:131).

2.4.1. A situação em Portugal

A conjuntura temporal favorável e que sensibilizava a opinião pública e os governantes, nos anseios do conservacionismo, aliado à comemoração do Ano Mundial da Conservação (1970), levou também Portugal a ter um papel mais activo nas políticas de conservação da

³⁷ <http://www.europarc.org/international/europarc.html>, consultado em 10-06-2007.

³⁸ Em divulgação no site do ICNB, para o período de 22 de Maio a 05 de Junho de 2007.

natureza, o que levou à publicação da Lei 9/70 que introduziu na nossa ordem jurídica as noções de parque nacional e reserva.

É neste contexto que é criado, em 1971, O Parque Nacional Peneda-Gerês - PNPG (Decreto-Lei nº187/71, de 8 de Maio), ainda hoje o único parque nacional no nosso país.

Importa, contudo, desenvolver um pouco mais a forma como foi criado este parque em Portugal, até porque, sendo pioneiro, constituiu uma importante ferramenta de experiência e conhecimento para o desenvolvimento de novas áreas protegidas em Portugal. Assim, importa distinguir o trabalho desenvolvido pelo Eng³⁹ José Lagrifa Mendes, principal impulsionador dessa criação. Perfeito conhecedor das directivas internacionais, procurou criar um espaço que, por um lado respondesse aos anseios da protecção de zonas de maior interesse – em particular as zonas ausentes de presença humana e estado selvagem – mas que também fosse ao encontro do conceito mundialmente aceite e que se prendia com o usufruto por parte dos visitantes em espaços recreativos, culturais, educativos, científicos, etc. Nesse sentido, recorreu ao conceito desenvolvido em França de Pré-Parque (anteparque), resolvendo desta forma duas questões importantes: a primeira tinha a ver com a área total inserida no próprio parque que deveria ter uma determinada dimensão para que fosse reconhecida pela IUCN; a outra deveria proporcionar uma área onde pudessem ser desenvolvidos um conjunto de actividades diversificadas não pondo em causa os princípios conservacionistas das áreas mais críticas, podendo até a existência do Parque motivar o desenvolvimento das regiões vizinhas e onde a sua gestão apenas dependesse das autoridades locais (Macedo, 1987).

Para este autor "esta concepção de Parque Nacional da Peneda-Gerês, vai ao encontro dos objectivos clássicos dos Parques Nacionais, de conservação, usufruto turístico e aproveitamento científico, junta-se o da promoção sócio-económica das populações residentes na área do Pré-Parque" (Macedo, 1987:125).

Efectivamente, na Segunda Conferência Mundial de Parques Nacionais (1972), realizada nos Estados Unidos da América, no Parque Nacional do Grand Teton, que coincidiu com a comemoração do centenário do Parque Nacional de Yellowstone, foram levantadas algumas questões como sejam:

- » o *usufruto e aproveitamento dos espaços* - estabelecendo zonas para usos específicos para não afectar negativamente a conservação das características pelas quais foi estabelecida a zona;
- » *planificação de estradas e sistemas de transporte* – nomeadamente no cuidado na execução de estradas apenas onde sejam indispensáveis, bem como o uso de sistemas alternativos de transporte no sentido de evitar o automóvel;

³⁹ Silvicultor, ecologista, primeiro Director do PNPG.

» *medidas de intervenção* – nomeadamente as que se prendem com a perturbação indevida causada pelos visitantes, sendo que as actividades turísticas se deveriam desenvolver, sempre que possível, fora da área do Parque.

A propósito do trabalho desenvolvido por Lagrifa Mendes:

"(...) A XII Recomendação⁴⁰, traduz pois quasi que integralmente o pensamento inovador do principal responsável pela criação do nosso único Parque Nacional, a filosofia inerente à existência dum Parque propriamente dito (área de ambiente natural) e dum Pré-Parque (área de ambiente rural), com as suas zonas específicas consoante a diversa vocação, permite realmente a aplicação integral da recomendação em causa, aceitando, como é certo, que embora parte integrante do Parque Nacional, o Pré-Parque está fora dos limites do Parque propriamente dito" (Macedo, 1987:126).

O pioneirismo, a dedicação e a aprendizagem recolhida desta experiência contribuiu, naturalmente, para a sensibilidade das políticas governamentais na continuação do trabalho referente à conservação da natureza. Nesse sentido, e após o 25 de Abril de 1974, o governo criou, através da Secretaria de Estado do Ambiente (Decreto-Lei 550/75, de 30 de Setembro), o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP), organismo este dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e cujas atribuições principais se prendiam com a inventariação de paisagens e sítios, definição e estudo de áreas de protecção, estudo da integração dos elementos caracterizadores existentes em cada área, propostas para a constituição de novos parques, reservas e sítios, promoção para a elaboração de planos de ordenamento, entre outras. O referido Decreto-Lei, no seu preâmbulo, expressa, claramente, a preocupação do Estado em travar o descontrolo proveniente da construção indisciplinada, do abate de determinadas espécies de flora, bem como de outros danos, tendo noção da sua irreversibilidade. No seu Capítulo IV, define aquilo a que designou *Serviço de Estudos de Ambiente*, referenciando três áreas fundamentais:

» Novas Paisagens – cuja preocupação principal se prendia com a conceitualização e integração da paisagem, na definição de paisagem rural, urbana ou industrial em áreas a converter ou a recuperar e integração nas áreas de recreio e turismo ou em infra-estruturas de desenvolvimento.

» Conservação da Natureza e Protecção da Paisagem – pretendia-se arranjar uma metodologia comum e uma acção coordenadora de todos os organismos, organizando um

⁴⁰ A XII Recomendação expressava: "Considerando que podem surgir conflitos entre a conservação da natureza e outros usos legítimos dos Parques Nacionais, especificamente o Turismo; Considerando que algumas actividades levadas a cabo nos Parques Nacionais podem ser igualmente efectuadas em áreas fora do Parque que sejam menos delicadas e de menor valor".

sistema à escala nacional que tivesse em conta a protecção e conservação da natureza, bem como fazer estudos de inventariação para conhecimento da natureza e das paisagens.

» Sociologia do Ambiente – onde era promovido o estudo dos aspectos biológicos e de biogeografia humana que se relacionassem com o ambiente, a influência do ambiente na sociedade e apresentação de propostas e esquemas sociais de intervenção.

A evolução do conceito e das directivas internacionais levam Portugal a reformular os seus serviços no sentido de responder cabalmente aos desafios internacionais e nacionais. Nesse sentido, em 1983 foi criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), através do Decreto-Lei n.º49/83, de 31 de Janeiro, e logo após a aprovação do novo regime jurídico de classificação de áreas protegidas (Decreto-Lei n.º. 19/93, de 23 de Janeiro – cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas), foi criado o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), através do Decreto-Lei n.º. 193/93 de 24 de Maio. Por sua vez, e já no ano presente, tendo em conta a lei orgânica do MAOTDR (Decreto-Lei n.º207/2006, de 27 de Outubro), o ICN foi redenominado, refundando com a componente da biodiversidade, tendo adoptado a designação de Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), através do Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril de 2007.

Actualmente, e de acordo com o Decreto-Lei n.º19/93, as áreas protegidas classificam-se de acordo com determinadas categorias, sejam elas de interesse nacional, regional ou local e de estatuto privado, como sejam:

» **Parque Nacional** – uma área que possua um ou mais ecossistemas inalterados ou pouco alterados pelo homem, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional;

» **Reserva Natural** – uma área destinada à protecção de habitats da flora e da fauna;

» **Parque Natural** – uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural;

» **Monumento Natural** – uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação.

As áreas protegidas de interesse regional ou local classificam-se como **Paisagem Protegida** – uma área com paisagens naturais, semi-naturais, e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que evidencie grande valor estético ou natural.

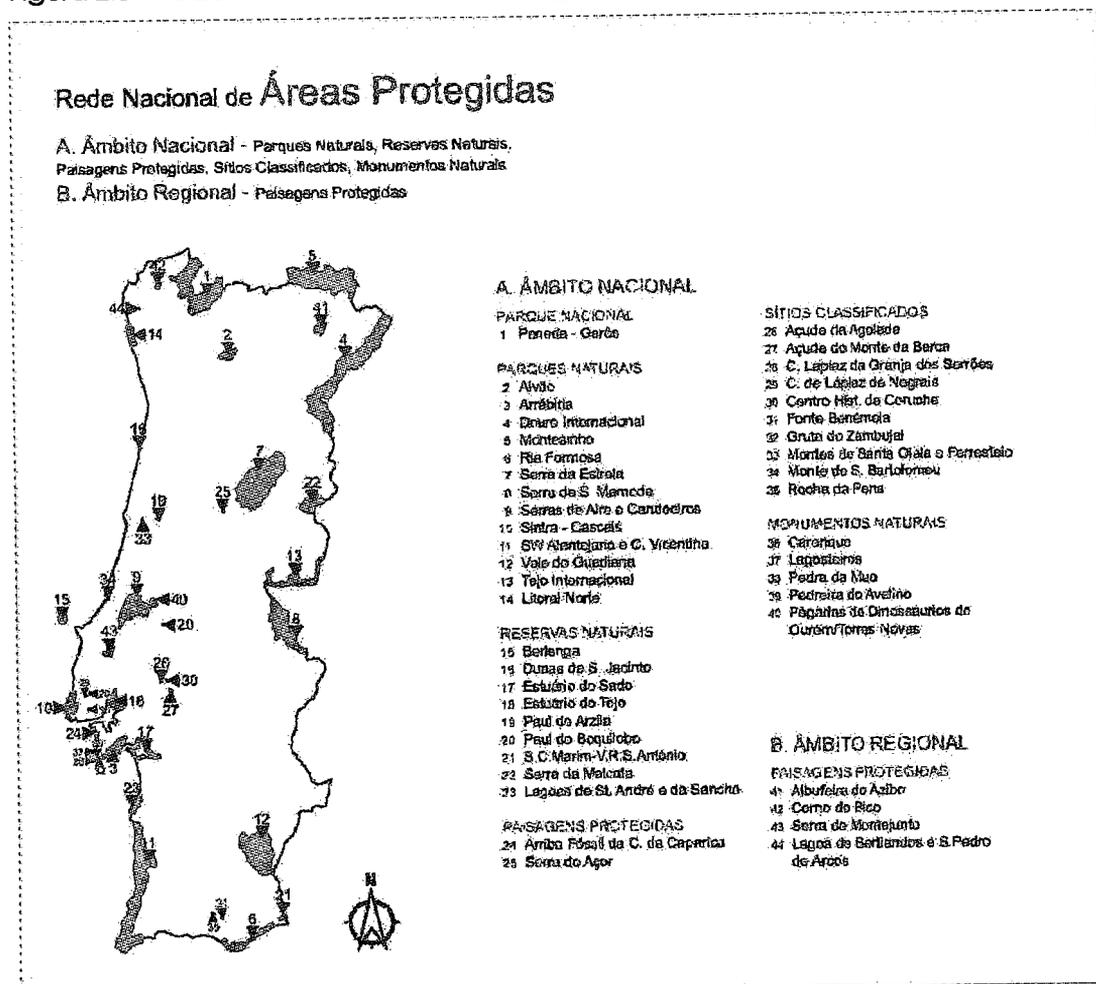
As áreas protegidas de estatuto privado tomam a designação de *Sítio de Interesse Biológico* - tem por objectivo proteger espécies de fauna e flora selvagem e respectivos habitats naturais com interesse ecológico ou científico.

Dentro das áreas protegidas podem ainda ser demarcadas outras zonas de protecção integral, denominadas *Reservas Integrais*, cujo objectivo é a manutenção em estado imperturbável de determinados processos naturais onde a presença humana só é admitida por razões de monitorização ambiental ou investigação científica.

Interessa também referir que, no caso da gestão das áreas protegidas de interesse nacional, esta compete ao ICNB, por delegação do respectivo Ministério, enquanto que as áreas protegidas de interesse regional ou local poderão ser geridas através das autarquias locais e associações de municípios, em particular.

Veja-se na Figura 2.3, a Rede Nacional de Áreas Protegidas existente em Portugal Continental.

Figura 2.3 - Rede Nacional de Áreas Protegidas em Portugal Continental



Fonte: <http://www.icnb.pt>, consultado em 13-06-2007.

De notar que existem duas referências a Paisagens Protegidas na classificação de âmbito nacional. Tratam-se de áreas protegidas que provêm de classificações mais antigas, e que se encontram actualmente em vias da sua red denominação, prevista juntamente com a aprovação do seu plano de ordenamento, de acordo com as categorias nacionais de classificação existentes.

Para percepção da forma como se desenvolveu a criação das áreas protegidas em Portugal Continental, atenda-se ao Quadro 2.5.

Quadro 2.5. Cronologia da criação das áreas protegidas de interesse nacional em Portugal Continental

Data da Criação	Designação
08 de Maio de 1971	Parque Nacional Peneda-Gerês
27 de Março de 1975	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim
16 de Julho de 1976	Parque Natural da Serra da Estrela
19 de Julho de 1976	Reserva Natural do Estuário do Tejo
28 de Julho de 1976	Parque Natural da Arrábida
02 de Maio de 1978	Reserva Natural da Ria Formosa » (9/12/87) Parque Natural da Ria Formosa
06 de Março de 1979	Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto
04 de Maio de 1979	Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros
30 de Agosto de 1979	Parque Natural de Montesinho
24 de Junho de 1980	Reserva Natural Parcial do Paul do Boquilobo » (20/11/97) Reserva Natural do Paul do Boquilobo
01 de Outubro de 1980	Reserva Natural do Estuário do Sado
03 de Setembro de 1981	Reserva Natural da Berlenga » (20/12/99) Reserva Natural das Berlengas
15 de Outubro de 1981	Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais » (11/03/94) Parque Natural de Sintra-Cascais
16 de Outubro de 1981	Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata » (30/09/99) Reserva Natural da Serra da Malcata
03 de Março de 1982	Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor
08 de Junho de 1983	Parque Natural do Alvão
22 de Maio de 1984	Área de paisagem Protegida da Arriba Fóssil das Costa da Caparica
27 de Junho de 1988	Reserva Natural do Paul de Arzila
07 de Julho de 1988	Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina » (21/09/95) Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
14 de Abril de 1989	Parque Natural da Serra de São Mamede
18 de Novembro de 1995	Parque Natural do Vale do Guadiana
22 de Outubro de 1996	Monumento Natural das Pegadas de Dinossauro de Ourém – Torres Novas
05 de Maio de 1997	Monumento Natural de Carenque
07 de Maio de 1997	Monumento Natural da Pedra da Mua
07 de Maio de 1997	Monumento Natural dos Lagosteiros
07 de Maio de 1997	Monumento Natural da Pedreira do Avelino
11 de Maio de 1998	Parque Natural do Douro Internacional
18 de Agosto de 2000	Parque Natural do Tejo Internacional
22 de Agosto de 2000	Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha

Fonte: Autor.

Para o melhor conhecimento de todas as áreas protegidas existentes em Portugal continental, bem como da sua integração no contexto nacional e internacional, junta-se em Anexo os respectivos estatutos de conservação (Anexo 6 – Estatutos de Conservação).

A fim de permitir a melhor funcionalidade na gestão das áreas protegidas em Portugal, decorrente das novas atribuições que originaram o ICNB, foram criados cinco⁴¹ departamentos para a gestão das áreas classificadas, que englobam todas as áreas de âmbito nacional. São eles o Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Norte, Centro e Alto Alentejo, Litoral de Lisboa e Oeste, Sul e Zonas Húmidas. De realçar o desaparecimento das comissões directivas, e o aparecimento do conselho consultivo e conselho estratégico das áreas protegidas de interesse nacional – de carácter consultivo - que integram, além de elementos de várias áreas de especialidade, representantes das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e ONGA's.

Salienta-se a opinião do Ministro Francisco Nunes Correia, em entrevista à jornalista Eduarda Ferreira (2007)⁴², a propósito da nova organização do ICNB, onde refere a necessidade de fomentar o turismo de natureza, dizendo mesmo que "há que tirar partido dos valores naturais e favorecer economias locais, não transformando os parques naturais em ilhas com arame farpado à volta", afirmando mesmo que se deve rejeitar o pressuposto de que um cidadão nascido e residente num parque natural "esteja condenado a uma vida pobre e humilde".

2.4.2. A importância do envolvimento das comunidades locais

"As áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e económico no qual estão inseridas"

(Recomendação 5.29 – V Congresso Mundial de Parques, Setembro de 2003)⁴³.

As áreas protegidas (AP) não podem ser vistas isoladamente das comunidades que vivem e residem nelas, porque nelas existe uma componente cultural muito marcada. Apesar da existência de determinada legislação que vai de encontro aos objectivos que o Estado pretende para essas áreas, não se pode esquecer que foram essas comunidades, durante anos, as protectoras desses espaços naturais e dos recursos culturais, tão importantes para eles. Ignorar as comunidades é simplesmente por em causa a própria segurança destas áreas.

Nesse sentido é fundamental a defesa desta perspectiva de que:

⁴¹ Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril.

⁴² http://jn.sapo.pt/2007/03/24/sociedade_e_vida/parques_e_reservas_naturais_agrupado.html, consultado em 12-04-2007.

⁴³ <http://www.iucn.org/>, consultado em 10-06-2007.

"A salvaguarda e o estudo das riquezas naturais que se pretendem proteger [...] não podem alhear-se da história da ocupação humana desses territórios, da forma como as sucessivas sociedades aproveitaram os recursos e as alterações que introduziram na estrutura do espaço" (Lemos e Baptista, 1992:23).

Não se pode esquecer que " os espaços protegidos, em áreas rurais ou fora delas são antes de mais um processo político [...] A legitimidade do Estado vem de certo modo desqualificar as formas mais tradicionais e enraizadas no território, de consumo e de usufruto da natureza, tentando substituí-las por outras" (Figueiredo, 2004: 3-4).

Continua a autora, relevando a importância que se deve ter face às necessidades e consumos das populações existentes nessas regiões face aos recursos naturais, e procurando entender a sua importância e o seu ponto de vista a fim de que se possam integrar nas políticas e medidas de protecção. Deste modo, o desenvolvimento do seu processo económico pode revelar-se de extrema importância no que diz respeito à compreensão das eventuais e potenciais ameaças das áreas protegidas.

Grande parte das comunidades residentes nas AP situam-se em regiões deprimidas economicamente, esvaziadas de população e algumas delas com elevados índices de pobreza, o que permitiu assim a preservação do aspecto "mais natural" dessas regiões, sendo que muitas delas foram criadas à custa dessas mesmas comunidades, através de deslocamentos ou desapropriações. Neste sentido, qualquer estratégia de conservação a aplicar nessas regiões deverá:

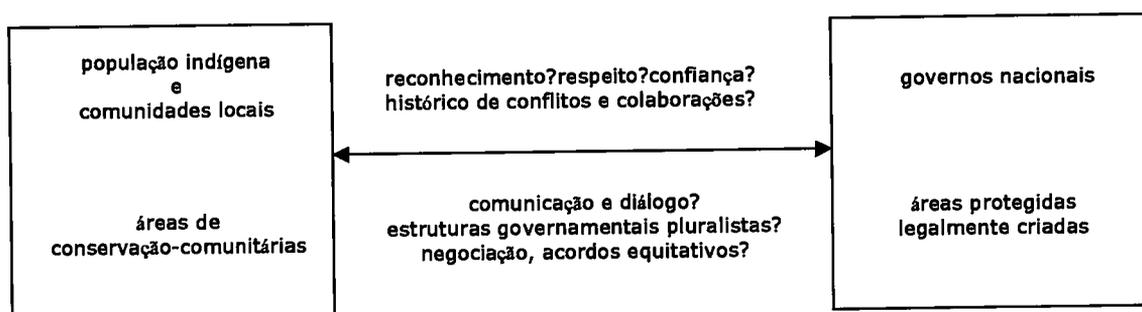
"(...) pensar no emprego, na satisfação das necessidades básicas, na melhoria dos níveis de atendimento, na qualificação da prestação de serviços. No topo da pirâmide da conservação está a espécie humana. Mesmo os espaços onde o primado da conservação é claro, existem actividades produtivas que são o sustento e o suporte de determinados 'habitats', de certas espécies florísticas e faunísticas" (Magalhães, 1997:7).

Qualquer orientação que não tenha em conta, simultaneamente, a protecção da natureza e as necessidades locais de desenvolvimento económico, pode constituir um entrave à própria gestão dessa mesma AP. Nesse sentido:

"(...) é necessário voltar à natureza dos habitantes, dos que nela vivem e gerem todos os dias. A tomada em consideração das suas representações, das suas práticas e saberes poderá contribuir para corrigir os excessos da racionalidade tecnocrática ou a visão apenas estética e formal dos profissionais e gestores e assim, permitir gerir o território, mais do que simplesmente regulá-lo" (Figueiredo, 2004:4).

A base do relacionamento entre as comunidades locais, os governos e a conservação deve ter a ver com uma combinação de factores, sejam eles históricos, culturais e socio-políticos. Veja-se a Figura 2.4.

Figura 2.4 – Factores chave na relação Comunidade-Governo-Conservação



Fonte: Borrini-Feyerabend (2002:6). Adaptado.

O seu conhecimento, a sua experiência e o seu sentido de responsabilidade perante a sua região deve ser encorajado e aproveitado para a própria gestão e acompanhamento dos objectivos previstos para a protecção destas áreas. Não se pode negar, por outro lado, que alguns aspectos mais ou menos enraizados por determinadas comunidades poderão ser prejudiciais à contínua protecção desses recursos. Nesse sentido, é necessário explicar e demonstrar aos residentes esses motivos, dando-lhes alternativas para o seu bom funcionamento.

A relação de interdependência existente entre o bem-estar do homem e a conservação tem vindo a ser assegurada através de vários instrumentos políticos internacionais como sejam a Convenção sobre a Diversidade Biológica, entre outros. Por outro lado, a preocupação sentida relativamente à importância do papel das comunidades locais tem também vindo a ser discutida, nomeadamente nos aspectos decorrentes da criação e gestão das AP, bem como da importância de estender os benefícios das áreas protegidas à população local.

Na Recomendação 5⁴⁴ do Terceiro Congresso Mundial de Parques, (Bali-1982), reconhece particularmente que as populações das áreas protegidas podem apoiar a gestão da área caso sintam que estão a usufruir dos benefícios da mesma, devendo ser compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos, devendo ser tidos em conta e consideração no planeamento e execução das operações.

⁴⁴ <http://www.iucn.org/> , consultado em 10-06-2007.

No Quarto Congresso Mundial de Parques, dez anos depois, os participantes da Declaração de Caracas concordaram que a gestão das áreas protegidas deve ser feita de forma sensível tendo em conta as necessidades e preocupações das populações locais, onde é encorajada a participação das comunidades, ONG's e instituições privadas na criação e gestão dos parques. Este Plano de Acção de Caracas tem em conta as preocupações das populações e áreas protegidas, recomendando aos governos que o processo de planeamento esteja devidamente integrado com os programas de desenvolvimento sustentável das culturas e economias locais (McNeely, 1993).

Para outros autores as abordagens da criação e gestão das áreas protegidas estão evoluindo no sentido de uma maior responsabilidade social, que incluem as necessidades e aspirações das populações locais (Phillips, 2003).

Um exemplo bem sucedido do valor das interacções humanas com a natureza e o papel que as populações têm tido na formação de muitos ecossistemas, são as áreas protegidas da categoria V (IUCN) as chamadas "lived-in, working landscapes" (paisagens onde se vive e se trabalha) que promovem e apoiam meios de subsistência e culturas tradicionais, assim como a protecção da biodiversidade (Oviedo e Brown, 1999). Desta forma é necessário encontrar o equilíbrio entre aquilo que é a manutenção dos principais actores da conservação – as comunidades locais - e os objectivos de conservação do Estado. Por outro lado, é preciso saber demonstrar os benefícios inerentes à inclusão numa área protegida que poderá estar associado à qualidade dos alimentos, água pura, plantas medicinais, herança cultural, educação, protecção de bacias, etc, além da possibilidade de recurso a um conjunto de incentivos financeiros que poderão ir desde o fomento do emprego, como guardas ou guias florestais, na indústria do turismo, ou mesmo através da criação de um fundo comunitário de impostos⁴⁵ que pode reverter para os projectos de desenvolvimento dessas comunidades.

2.5. A paisagem

"A gradual afirmação da identidade cultural de um povo vincula-se através do encontro desse povo com a terra. Construíram-se paisagens que ainda são hoje suporte e memória das comunidades e, portanto, marcos culturais e históricos que, em muito, contribuem para garantir a independência das nações" (Telles, 1992:52).

Segundo Amaral (2001) o termo «paisagem» deriva do latim *pagus*, que representava o campo ou o território cultivado, de onde resultou a palavra em Francês *pays* e posteriormente

⁴⁵ Exemplo do fundo criado pela Ezemvelo KZN Wildlife, cobrados aos visitantes das áreas protegidas - KwaZulu Natal, África do Sul.

paysan e *paysage*. Na língua italiana originou a palavra *paesaggio*, em espanhol *paisaje*, em holandês *landacha* e em sueco *landskap*. Noutras línguas como a alemã e o inglês, de uma mesma raiz comum, *land*, resulta *landschaft* e *landscape*.

Continua o autor referindo que no caso português o termo não deverá ter sido adoptado do latim *pagus* mas sim uma adaptação do francês *paysage* em meados do século XVII. A abordagem referente à sua definição é deveras complexa por envolver factores biológicos, ecológicos, sociais, psíquicos, entre outros.

A paisagem é tudo - é um diagnóstico de uma organização humana do território (Telles, 2006). Outra referência ainda é que a paisagem representa "a extensão do território que se abrange de um só lance de vista, e que se considera pelo seu valor artístico, pelo seu pitoresco" (Telles, 1994:31).

Teresa Pinto Correia refere-se à paisagem como "um sistema complexo e dinâmico composto por elementos naturais e culturais, que evoluem e interagem ao longo do tempo". Também Viriato Soromenho-Marques refere que a paisagem "é uma metáfora das relações entre cultura e natureza" (Ramos *et al*, 2002:194).

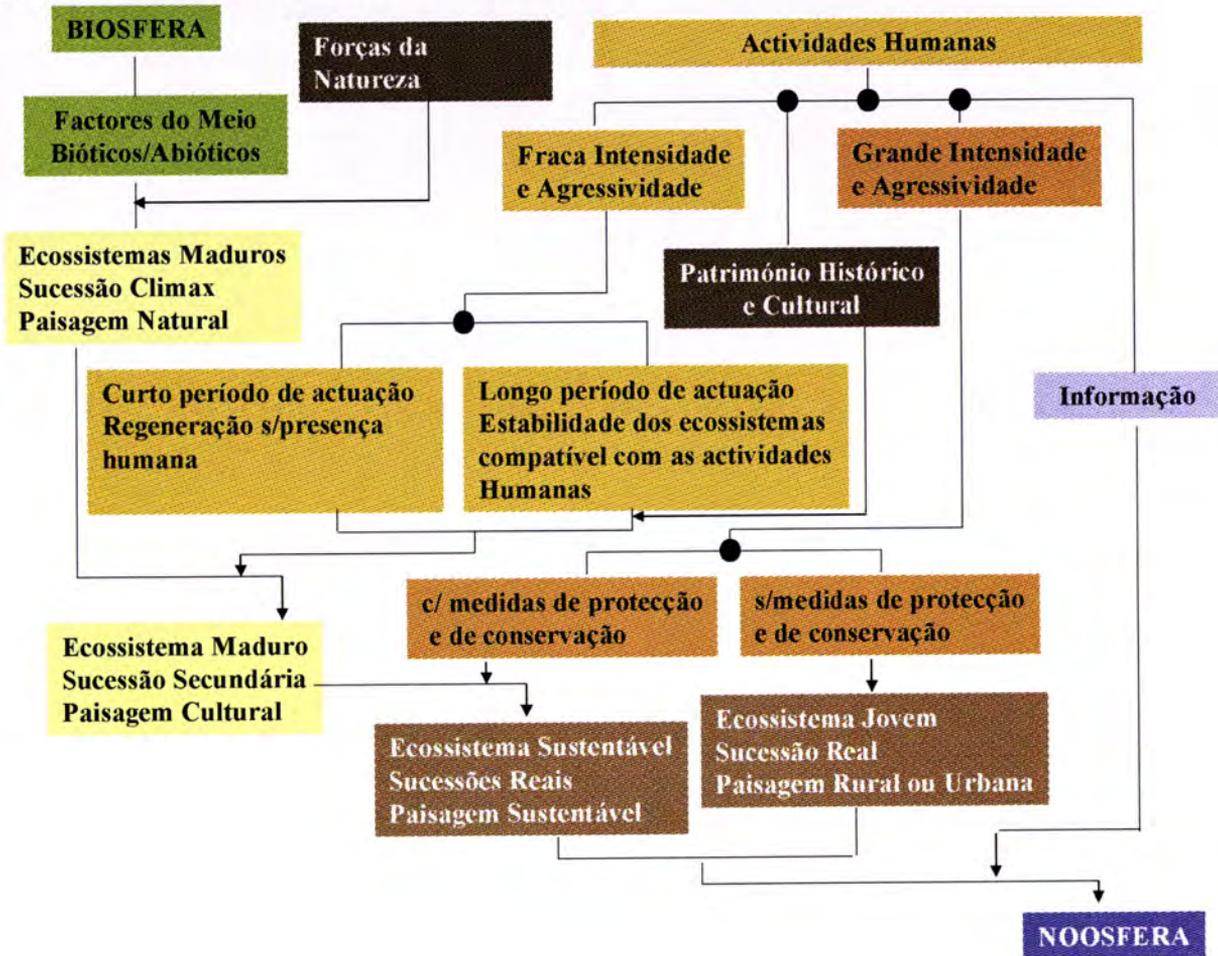
Cary (1994) apresenta-nos ainda outras perspectivas passíveis de serem consideradas como a referida por Deffontaines (1973) e Orlando Ribeiro (1986). Para aquele autor a paisagem resulta da porção do território que pode ser percebida pelo observador, onde surgem determinadas interacções, num dado momento, sendo apenas perceptível o seu resultado global. Já para Orlando Ribeiro a paisagem constitui um registo da memória colectiva onde se traduz a história das comunidades e das formas de aproveitamento de determinado espaço geográfico para fins produtivos.

Na sua qualidade de agrónomo e entusiasta no que respeita às questões relativas à conservação dos recursos naturais e à paisagem, Lima de Carvalho (2001) procurou estabelecer um diagrama a fim de demonstrar a forma como a paisagem é criada. Veja-se a Figura 2.5.

Neste diagrama, visualiza-se a importância das Forças da Natureza e das Actividades Humanas na formação dos vários tipos de ecossistemas, tipos de sucessões e tipos de paisagem.

Assim, podemos referir que o conceito de paisagem está envolvido por questões naturais e biológicas e que, por outro lado, a intervenção humana construiu nesses espaços a sua própria paisagem à qual associou os seus hábitos e modos de vida próprios. Por outro lado, as paisagens representam as múltiplas maneiras de ver os territórios e da sua representação. A atribuição que um agricultor dá a uma porção de terreno decerto irá ser diferente de um pintor ou escultor que a vê como um produto de imaginação e arte.

Figura 2.5 – Diagrama de formação da paisagem



Fonte: Carvalho (2001:12).

A paisagem constitui assim um reflexo da diversidade social e natural e deve constituir "uma realidade resultante da interacção de factores compreendida pelo homem" (Correia, 2007:3).

Hoje em dia não podemos falar de paisagens naturais, vista como uma estrutura em equilíbrio, sem perturbações. Podemos falar apenas de uma paisagem cultural que representa uma maneira de ver a paisagem onde se releva a interacção ente o homem e a natureza ao longo dos tempos, dando origem à paisagem rural e urbana.

Falar desta paisagem é "para a maioria dos europeus [...] falar do espaço rural que é constantemente associado à natureza. As paisagens estritamente naturais são portanto extremamente raras, uma vez que todo o território europeu foi modificado pelo homem" (Luginbühl, 1998:4).

Nesta perspectiva, a paisagem de futuro deverá responder a várias questões como sejam:

- " (...) – desemprego crescente;
- aumento dos tempos livres;
- novas possibilidades da informática;
- crescente número de reformados;
- inquietação provocada pela monotonia do trabalho e pela claustrofobia dos lugares de trabalho;
- melhor localização e dimensão da habitação e dos equipamentos;
- melhoria da qualidade do ambiente;
- qualidade dos alimentos;
- afirmação da identidade cultural;
- desenvolvimento da criatividade;
- regeneração dos recursos vivos;
- conservação da natureza e da biodiversidade;
- defesa do património de que a paisagem é um dos valores mais significativos".

(Telles, 1994:39)

Importa ainda referir que a paisagem vive em grande parte da imagem que se tem dela e por isso uma paisagem desordenada traduz disfunções e desequilíbrios ambientais enquanto que uma paisagem ordenada traduz o equilíbrio e a harmonia da relação entre os sistemas naturais e humanizados, traduzindo-se normalmente em paisagens de alguma beleza.

Nas paisagens construídas pela acção humana, a beleza:

"(...) deve ser o reflexo espontâneo da boa adequação da obra ao fim proposto, como qualidade intrínseca, e não, como geralmente se supõe, em resultado de uma série de operações acessórias posteriores – e portanto extrínsecas – chamadas de «embelezamento» (Espornica, 1994:85-86).

A paisagem deve, pois, ser encarada como um produto da história, digna de uma herança cultural que deve ser transmitida para as gerações futuras, provendo a sua multifuncionalidade de forma sustentável, quer seja pela manutenção e enriquecimento das culturas efectuadas, pelo equilíbrio do seu povoamento, pelas suas várias funções e actividades naturais ou pelo desenvolvimento de outras actividades económicas que podem passar pelo turismo e pelo recreio.

Em jeito de sistematização importa referir que os aspectos da conservação, dos recursos naturais e do ambiente devem ser adequadamente estudados, contribuindo desse modo,

definitivamente, para os fins do desenvolvimento sustentável. Qualquer estratégia a implementar não pode tratar estes termos separadamente, nem evocar, à partida, qualquer incompatibilidade. Está em causa a salvaguarda dos elementos necessários para a nossa sobrevivência, do património cultural, da nossa identidade.

As áreas protegidas poderão assim constituir-se como "laboratórios" privilegiados, para a aplicação de estratégias que possibilitem o renovar do reencontro das interacções entre a natureza, o homem e o desenvolvimento.

2.6. O desenvolvimento

Quando se aborda o tema do desenvolvimento importa começar por clarificar a diferença existente entre o conceito de desenvolvimento e o conceito de crescimento.

Em primeiro lugar e à partida, este discurso remete para a ciência económica; não se pode esquecer, igualmente, que a Economia é uma ciência social mas seria, certamente, reducionista, analisar esta temática exclusivamente à luz dos aspectos económicos. Aliás "os problemas de desenvolvimento estão muito longe de serem apenas problemas da economia" (Neto, 2006:64). Prossegue o autor ao afirmar que " (...) o desenvolvimento será sócio-económico, será social (...) deverá ser humano, porque às pessoas se destina." Segundo este autor, o conceito de desenvolvimento envolve, pois, muitas outras dimensões, como sejam, por exemplo, a liberdade, a justiça, o equilíbrio e a harmonia; esta é a razão pela qual uma qualquer sociedade, mesmo se dotada de importantes meios materiais, mas onde prevaleça a opressão, as desigualdades e onde o bem estar de uns resulte da pobreza de outros, não pode ser considerada uma sociedade verdadeiramente desenvolvida.

Por outro lado, e no que respeita ao conceito de crescimento, pode-se afirmar que: "*(...) [este] será, frequentemente, necessário ao desenvolvimento, mas para o servir; do que resulta não ser qualquer crescimento, o crescimento em qualquer lado ou o crescimento a qualquer preço necessariamente útil ao desenvolvimento*" (Lopes, 2001:64).

Neste contexto, o desenvolvimento deverá ser direccionado para as pessoas localizadas num determinado espaço e, por definição, envolve sempre o conceito de sustentabilidade.

Lopes (2001) defende que o desenvolvimento não deve ser adjectivado (de regional ou local) pois é sempre desenvolvimento e envolve também sempre a vertente humana. Todavia, por uma questão de operacionalidade do conceito, a tentativa de o quantificar e

assim, de o tornar passível de ser medido, é importante na medida em que facilita a sua utilização. De qualquer das formas e dado as dificuldades que tal tarefa comporta, entende-se que, com o objectivo de medir quantitativamente os níveis de desenvolvimento, há que considerar o seguinte:

"(...) - desenvolvimento é acesso e a acessibilidade é mensurável.

- *desenvolvimento é acesso das pessoas, porque o desenvolvimento é para as pessoas.*
- *desenvolvimento é acesso das pessoas, onde vivem, porque não é legítimo contar apenas com a possibilidade de algumas se deslocarem a procurar o desenvolvimento quando este não lhes chega; seriam as mais desfavorecidas a ter menos capacidade para o procurar (...).*
- *desenvolvimento é acesso das pessoas onde vivem, aos bens e serviços e às oportunidades que permitem satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo-se nas oportunidades, por exemplo, o emprego e a formação, com necessidades verdadeiramente básicas, e no conjunto dos bens, serviços e oportunidades, a fruição de bens e serviços culturais" (Lopes, 2001:66).*

No âmbito desta análise e caso se introduza o aspecto da localização, poder-se-á então falar de desenvolvimento à escala regional ou local, mais uma vez por uma questão de operacionalidade do conceito de desenvolvimento.

Actualmente, podem-se apontar alguns factores favoráveis e também desfavoráveis à potenciação de políticas de desenvolvimento regional. No âmbito dos primeiros – factores favoráveis – e ao nível europeu, poder-se-á mencionar o "Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário" (EDEC)⁴⁶, assim como a aquisição do princípio da subsidiaridade ao nível da União Europeia (UE)⁴⁷; e ainda o Segundo⁴⁸ e o Terceiro Relatórios sobre a Coesão

⁴⁶ <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/g24401.htm>, consultado em 29-05-2007. O EDEC "(...) constitui um quadro de orientação política a fim de melhorar a cooperação das políticas sectoriais comunitárias que possuem um impacto significativo no território" já que "as políticas de desenvolvimento espacial têm por objectivo assegurar um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da União de acordo com os objectivos fundamentais da política comunitária, a saber: a coesão económica e social, uma competitividade económica baseada no conhecimento e conforme aos princípios do desenvolvimento sustentável, a preservação da diversidade dos recursos naturais e culturais."

⁴⁷ O aparecimento da UE tal como hoje é conhecida baseou-se em três instituições dotadas de personalidade e capacidade jurídica internacional - a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada pelo Tratado de Paris de 1951, a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA, mais conhecida como Euratom) e a Comunidade Europeia (CE), denominada até 1993 Comunidade Económica Europeia, ambas criadas pelos Tratados de Roma de 1957. Estas estabeleceram um sistema institucional único no mundo, baseado no princípio da subsidiaridade, motivo pelo qual só se propõe legislação nos domínios em que a União Europeia está em melhores condições para actuar que os seus Estados membros, e que reveste dois traços principais: i) a existência de uma série de instituições encarregadas de exercer as competências atribuídas pelos tratados às Comunidades; ii) criação de um novo ordenamento jurídico, o Direito Comunitário, formado pelos tratados constitutivos das Comunidades e pelo chamado direito derivado (normas criadas pelas próprias instituições comunitárias e dirigidas directamente aos cidadãos e aos Estados membros).

⁴⁸ Apresentado a 30 de Janeiro de 2003 e que preconiza a elaboração de uma política regional renovada capaz de responder às necessidades que surjam tanto nos novos Estados membros como nos Quinze;

Económica e Social⁴⁹. A nível nacional, o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)⁵⁰ com sequência nas Grandes Opções do Plano (GOP)⁵¹.

Considerados enquanto factores desfavoráveis à criação e propagação de políticas de desenvolvimento regional pode-se citar, por exemplo, o agravamento dos desequilíbrios o que, por sua vez, gera um crescente empobrecimento em recursos humanos, nomeadamente mais qualificados, dotados e capazes, que se deslocam para outros locais onde são aproveitados. Este facto leva também ao empobrecimento das regiões de partida já que gera um subaproveitamento dos recursos naturais e das infra-estruturas instaladas.

Manifesta-se, assim, "(...) uma redução significativa de força de pressão necessária para fazer valer os objectivos de desenvolvimento em base espacial; mesmo em ambiente democrático e particularmente nele, porque é determinante a força do voto" (Lopes, 2001: 69).

As áreas metropolitanas, pelo seu lado, funcionam como "áreas de recepção" de todos aqueles que abandonam as "áreas de drenagem". Ao receberem mais pessoas os problemas relativos à habitação, emprego, saúde, educação, etc, tendem, naturalmente, a aumentar. Contudo, dado que a sua força de pressão também aumenta, estes seus problemas ganham uma visibilidade gigantesca, enquanto que aqueles que caracterizam as regiões interiores mantêm um *status quo* não conseguindo chamar devidamente a atenção por forma a serem mais facilmente viabilizadas verdadeiras soluções (ou medidas impulsionadoras para as atingir) para os seus problemas.

Intimamente ligado ao fenómeno do desenvolvimento está o conceito de globalização. Muito resumidamente, poder-se-á dizer que, desde sempre, os povos procuraram alargar os seus horizontes, impelidos mais directa ou indirectamente por questões de índole económica. Este facto fez resultar um crescimento das comunidades de forma diferenciada. Nos dias de hoje a questão das assimetrias geradas pela globalização

⁴⁹ <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/g24006.htm>, consultado em 29-05-2007 "A política de coesão económica e social produz efeitos positivos nos territórios em dificuldade da União Europeia. No entanto, continuam a subsistir grandes disparidades socioeconómicas entre os Estados-Membros e entre as regiões. Estas diferenças de riqueza e de dinamismo têm origem nas deficiências estruturais em certos factores-chave de competitividade, como os investimentos em infra-estruturas materiais, a inovação e os recursos humanos. Os Estados-Membros e as regiões têm, por conseguinte, necessidade do apoio das políticas comunitárias para superar as suas deficiências, desenvolver as suas vantagens comparativas e evoluir de uma forma mais positiva num ambiente cada vez mais concorrencial. O alargamento para 25 Estados-Membros em 1 de Maio representa um desafio sem precedentes para a União Europeia. Em especial, põe em risco o equilíbrio actual da política regional. O terceiro relatório sobre a coesão económica e social faz propostas concretas para a política regional após 2006. A Comissão baseia as suas propostas na situação socioeconómica da União, bem como no estudo do impacto da política regional, das outras políticas europeias e das políticas nacionais."

⁵⁰ http://www.ordemeconomistas.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3399&Itemid=664, consultado em 29-05-2007. O documento revela preocupações com o desenvolvimento espacial e com a integração da componente ambiental., destacando-se as análises/diagnósticos subjacentes ao Plano, na inventariação dos pontos fortes e fracos das regiões; e uma tentativa séria de sistematização das "intervenção operacionais", com saliência para as intervenções intermunicipais e para as acções integradas de base territorial.

⁵¹ <http://www.lcp.pt/template20.jsp?categoryid=8258&contentid=292093>, consultado em 29-05-2007. São sinteticamente : i) assegurar uma trajectória de crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação e na qualificação dos recursos humanos; ii) Reforçar a coesão, reduzindo a pobreza e criando mais igualdade de oportunidades; iii) melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial num quadro sustentável de desenvolvimento; iv) elevar a qualidade da democracia, modernizando o sistema político e colocando a justiça e a segurança ao serviço de uma plena cidadania; v) valorizar o posicionamento externo de Portugal e construir uma política de defesa adequada à melhor inserção internacional do País.

mantêm-se, dela resultando os seus apoiantes que consideram que esta é uma realidade incontornável, assim como os seus opositores, muito fundamentalistas. Todavia, mais do que procurar argumentos a favor ou contra a globalização num cenário de desenvolvimento dos países e das regiões, a pergunta para a qual se deverá procurar a resposta é a seguinte: "Até onde a globalização, que traz associada a competitividade, vai ser marcada pela solidariedade?" (Lopes, 2001).

Entende-se que as políticas de desenvolvimento devem procurar regular os efeitos negativos da globalização, numa óptica de racionalidade e bom senso.

No entanto:

"(...) tempo virá, se não está já aí, em que nos valores do desenvolvimento hão-de pesar cada vez menos as condições materiais de vida, em que as necessidades básicas, satisfeitas as mais elementares e primárias, passam a situar-se aos níveis de exigência mais elevados do conhecimento, da cultura, do ambiente, da qualidade de vida; e assistir-se-á então à procura pressurosa dos espaços geográficos deixados antes. Importante será, contudo, - é a racionalidade a justificá-lo - , que não se deixem degradar mais tais espaços, por inércia, por incúria, por falta de voluntarismo, porque será então muito mais elevado o preço a pagar pela sua fruição e porque a sua descaracterização gerando empobrecimento, é um risco real no arrastamento da sua degradação" (Lopes, 2001:70).

2.6.1. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: breves apontamentos

A Revolução Industrial constitui, indiscutivelmente, o marco mais relevante no processo de industrialização nos países dotados, nos dias de hoje, de economias mais florescentes. Além das diversas transformações que provocou em termos sociais, políticos e culturais, contribuiu para a melhoria das condições de vida das populações. Daí que, para muitos autores, constitua a base do processo de desenvolvimento, dando início a um período de crescimento da população, de bens e de serviços, a nível mundial.

Após a II Guerra Mundial, desenvolvimento e crescimento significavam exactamente o mesmo. Só a partir dos anos 60, sensivelmente, nasce a preocupação de recorrer a indicadores clássicos de natureza económica aliados a outros como a diminuição dos níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade para proceder à caracterização de um país ou de uma região. Foi a partir deste momento que, para a definição do conceito de desenvolvimento, o conceito de crescimento económico passou a integrar igualmente objectivos de índole social.

A partir da década de 70, surgiram variados problemas e acidentes de ordem ambiental o que fez, igualmente, aumentar a notoriedade da acção do movimento

ecológico. Nasce, pois, uma voz crítica aos modelos de desenvolvimento industrial existentes e exige que, paulatinamente, seja incorporada a questão ambiental aos programas de governo nacionais, ao sistema político-partidário e à agenda de organismos internacionais.

A Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 5-16 de Junho de 1972) promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) constitui uma das primeiras iniciativas internacionais em que o ambiente tem uma posição de destaque.

Ainda no mesmo ano, em 1972, o Clube de Roma (fundado em 1968) publicou o relatório encomendado e realizado pela equipa do Prof. Meadows do Massachusetts Institut of Techonology (MIT) – "Os Limites do Crescimento". Este documento alertava para o facto de que o crescente consumo mundial viria a provocar um limite do crescimento e um provável colapso do ecossistema global. Na análise realizada foram equacionados cinco parâmetros: i) a industrialização acelerada; ii) o forte crescimento populacional; iii) a crescente insuficiência na produção de alimentos; iv) o esgotamento dos recursos naturais não renováveis; v) a degradação irreversível do meio ambiente. Em suma, o relatório considerava que, num horizonte até 2010, caso se mantivesse o ritmo de crescimento que na altura se sentia, os alimentos e a produção industrial teriam tendência para decrescer o que iria determinar um decréscimo da população devido à penúria, à falta de alimentos e à poluição. Como forma de tentar reverter este cenário, claramente catastrófico, preconizava o crescimento zero, tanto populacional como industrial. Dado o carácter alarmante do relatório, este veio desencadear variadas reacções, algumas até fortemente contraditórias. Esta discussão tornou-se ainda mais premente quando, em 1973, se dá a crise do petróleo. Contudo, a realidade é que a partir desta data, o ambiente passou a integrar os discursos proferidos e a adoptar uma posição de destaque na agenda internacional.

Mas a Conferência de Estocolmo teve ainda outra virtude: além de firmar as bases para um novo entendimento entre o meio ambiente e o desenvolvimento, foi no seu âmbito que surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, como resultado da polémica entre os defensores do crescimento e os defensores do crescimento zero. O conceito de ecodesenvolvimento é usado pela primeira vez por Maurice Strong, primeiro director executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a fim de caracterizar uma concepção alternativa ao desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo. Consiste na necessidade de utilizar, criteriosamente, os recursos locais sem comprometer o esgotamento da Natureza.

No ano seguinte, em 1974, tem lugar a Conferência de Cocoyoc, no México, onde são definitivamente envolvidas as cidades do Terceiro Mundo na discussão a propósito do desenvolvimento. Aí são enfatizadas as relações existentes entre a explosão populacional, a

pobreza, a degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos relativamente aos anteriores problemas em função do seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição.

Mais tarde, já na década de 80, o Professor Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris) e consultor das Nações Unidas advoga uma concepção de desenvolvimento em que se deve atender ao objectivo da eficácia económica representada pelo aumento da riqueza, mas também aos requisitos de ordem ecológica, social, cultural e espacial, traduzindo, assim, a sua concepção de ecodesenvolvimento. Parte do princípio que existem três pilares em que o conceito se baseia: eficiência económica, justiça social e prudência ecológica e determina que, no âmbito das variadas condições necessárias à operacionalização do conceito, há que destacar a necessidade de conhecer profundamente as culturas e os ecossistemas, nomeadamente a relação pessoa/ambiente, assim como o envolvimento dos cidadãos no planeamento das estratégias de desenvolvimento pois são aqueles que melhor conhecem a realidade local.

Em 1975, a Fundação Dag-Hammarskjöld, envolvendo a participação de pesquisadores e políticos de quarenta e oito países, a contribuição da PNUMA e ainda treze organizações da ONU, apresenta o relatório "Que Faire?" onde são reforçados os argumentos já anteriormente utilizados na Declaração de Cocoyok.

Mais tarde, em 1983, é criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Foi sua presidente a primeira ministra da Noruega na altura, Gro Harlem Brundtland. Esta comissão tinha por objectivo reexaminar os aspectos mais críticos relativamente às relações entre o ambiente e o desenvolvimento no Mundo e formular propostas exequíveis a fim de melhorar essas relações ou solucionar os problemas que delas poderiam resultar. Em Abril de 1987, a comissão apresenta o relatório "O Nosso Futuro Comum" também conhecido por Relatório Brundtland⁵², onde se defende a necessidade de conciliar o crescimento económico e a conservação ambiental e onde surge, pela primeira vez, alusão ao conceito de desenvolvimento sustentável, o qual tem, desde então, ocupado uma posição de destaque no debate ambiente/desenvolvimento económico e social.

O relatório concede muita atenção às consequências da pobreza sobre o meio ambiente, considerando-a, inclusivamente, uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Esta interpretação sugere que a pobreza obedece a um ciclo vicioso e, assim sendo, constituir-se-á como um problema de difícil solução; por outro lado, o relatório sugere igualmente a possibilidade de tolerar o contínuo aumento do crescimento económico desde que resulte do recurso a tecnologias limpas e moderadas ao nível do consumo energético. Contudo e é exactamente aqui que se radicam

⁵² http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland, consultado em 31-05-2007.

algumas vozes críticas relativamente aos verdadeiros objectivos do conceito de desenvolvimento sustentável, a realidade é que mesmo que as tecnologias mais modernas se adaptem a este novo paradigma, desconhece-se até que ponto poderão, igualmente, ocorrer mudanças sociais e culturais que sustentem, de forma natural, esta opção, já que o que caracteriza a sociedade industrial é justamente o elevado desperdício. Por outro lado, entende-se que é o facto de chamar a atenção, nesta análise, para que os aspectos sociais deverão ter a primazia sobre os aspectos económicos onde se radica a vertente mais inovadora do conteúdo do conceito de desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)⁵³ (2005-2015) "visa aproximar Portugal dos padrões de desenvolvimento dos países mais avançados da UE, assegurando o equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental". Neste sentido e segundo artigo publicado no Jornal "o Expresso" em 12 de Maio de 2007 "(...) tanto aposta em reduzir o insucesso escolar para metade, como em aumentar a eficiência energética ou sustentar a perda da biodiversidade."⁵⁴ Apesar de dever começar a ser aplicada a partir de 2005, a ENDS só foi aprovada em 2006, tendo este atraso sido devido "(...) à necessidade de articular a ENDS com outros instrumentos políticos, nomeadamente com o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QERN) que permitirá o financiamento das medidas previstas." Prevê-se que a sua publicação ocorra até final de Maio e o governo comprometeu-se a apresentar, até final de Junho, um relatório sobre a aplicação da ENDS.

Esta, segundo proposta do Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)⁵⁵ "estabelece como desígnio mobilizador formar Portugal num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental, e de responsabilidade social".

Entende-se que para que os cidadãos portugueses possam beneficiar, efectivamente, com esta proposta deve-se, em primeiro lugar, proceder amplamente à sua divulgação, apresentando soluções localizadas no tempo, quer ao nível das energias renováveis, das tecnologias mais limpas e até mesmo, da reorganização do território.

Pretende-se assim alcançar o pressuposto do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido para Moreno (1994) como o conjunto de acções baseadas na gestão e conservação da base dos recursos naturais, na orientação da modificação tecnológica e institucional e na adaptação de políticas sociais e económicas mais solidárias e integradoras, de tal modo que se assegure a satisfação das necessidades presentes e futuras.

⁵³ http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf, consultado em 31-05-2007.

⁵⁴ <http://semanal.expresso.clix.pt/1caderno/pais.asp?edition=1802&articleid=ES255348>, consultado em 31-05-2007.

⁵⁵ http://www.territorioportugal.pt/Storage/pdfs/Sumario_PNPOT.pdf, consultado em 16-07-2007.

CAPÍTULO III – O TURISMO

3.1. Uma perspectiva global do turismo

3.1.1. No mundo

No início de um novo milénio, a indústria turística assume cada vez mais importância. De acordo com os dados disponibilizados pela Organização Mundial de Turismo, relativamente às regiões emissoras e receptoras de turistas internacionais, pode-se, de imediato, verificar que a Europa continua a ser a principal região emissora (saíram desta região cerca de 449 milhões de turistas - 2005) e receptora (recebeu cerca de 442 milhões de turistas - 2005) de turistas internacionais. Vejam-se os Quadros 3.1. e 3.2., respectivamente, relativos às regiões emissoras de turistas internacionais, e às regiões receptoras de turistas internacionais.

Quadro 3.1. Regiões emissoras de turistas internacionais

	Chegadas de Turistas Internacionais (milhões)						Quota (%)	Variação (%)	
	1990	1995	2000	2003	2004	2005*	2005*	04/03	05*/04
Mundo	439,4	540,5	686,8	694,1	764,5	806,3	100	10,1	5,5
Origem:									
Europa	252,6	309,5	396,7	414,6	431,4	449,0	55,7	4,1	4,1
Ásia e Pacífico	59,1	87,4	115,5	115,5	144,4	154,3	19,1	25,0	6,9
Américas	100,3	108,9	131,5	116,1	130,2	137,1	17,0	12,1	5,3
Médio Oriente	8,3	9,7	13,7	17,0	20,5	21,9	2,7	20,7	6,9
África	10,0	12,9	16,5	17,7	18,8	20,3	2,5	6,2	8,2
Origem não especificada	9,2	12,1	12,9	13,3	19,3	23,6	2,9	-	-

Fonte: UNWTO (2006:9). Adaptado.

* dados provisórios

a) Países que não puderam ser atribuídos a uma região concreta de origem. Como a informação procede de dados do turismo receptor, este ocorre que quando falta o país de origem ou quando se usam categorias como «outros países do mundo» agrupando países que não estão especificamente separados.

Caso se pretenda verificar a situação ao nível dos dez principais destinos turísticos, constata-se, tal como se apresenta no Quadro 3.3. "Os Dez Principais Destinos Turísticos – Chegadas de Turistas Internacionais – Milhões" – que a América do Norte e Europa integram a maioria dessas países (exactamente oito) e que a China começa a ganhar relevância, situando-se em quarto lugar.

Quadro 3.2. Regiões receptoras de turistas internacionais

	Chegadas de Turistas Internacionais (milhões)						Quota (%)	Variação (%)		Crescimento médio anual (%)
	1990	1995	2000	2003	2004	2005*		2005*	04/03	
Mundo	439	540	687	694	764	806	100	10,1	5,5	3,3
Europa	265,6	315,0	395,8	407,1	424,4	441,5	54,8	4,3	4,0	2,2
Norte	31,6	40,1	45,8	45,8	49,6	52,9	6,6	8,4	6,5	2,9
Ocidental	108,6	112,2	139,7	136,1	139,0	142,7	17,7	2,2	2,6	0,4
Central/Oriental	31,5	60,0	69,6	78,5	86,3	87,9	10,9	10,0	1,9	4,8
Meridional/Medit.	93,9	102,7	140,8	146,8	149,5	158,0	19,6	1,9	5,7	2,3
Ásia e Pacífico	56,2	82,4	110,5	113,3	144,2	155,4	19,3	27,3	7,8	7,1
Nordeste	26,4	41,3	58,3	61,7	79,4	87,6	10,9	28,6	10,3	8,5
Sudeste	21,5	28,8	36,9	36,1	47,1	49,3	6,1	30,4	4,8	6,0
Oceânia	5,2	8,1	9,2	9,0	10,1	10,5	1,3	12,1	3,8	2,6
Meridional	3,2	4,2	6,1	6,4	7,6	8,0	1,0	18,5	5,5	5,7
Américas	92,8	109,0	128,1	113,1	125,7	133,5	16,6	11,1	6,2	0,8
Norte	71,7	80,7	91,4	77,3	85,7	89,9	11,2	10,9	4,9	-0,3
Caribe	11,4	14,0	17,1	17,1	18,1	18,9	2,3	5,9	4,3	2,0
Central	1,9	2,6	4,3	4,9	5,7	6,5	0,8	15,6	15,7	8,5
Sul	7,7	11,7	15,3	13,8	16,2	18,2	2,3	17,2	12,2	3,6
África	15,2	20,3	28,2	31,0	33,8	36,7	4,6	9,1	8,5	5,4
Norte	8,4	7,3	10,2	11,1	12,8	13,7	1,7	15,1	7,5	6,0
Subsariana	6,8	13,0	17,9	19,9	21,1	23,0	2,9	5,8	9,1	5,1
Médo Oriente	9,6	13,7	24,2	29,5	36,3	39,1	4,8	22,8	7,7	10,1

Fonte: UNWTO (2006:2). Adaptado.

*dados provisórios

Quadro 3.3. Os dez principais destinos turísticos (chegadas de turistas internacionais – milhões)

Rank	Série	2004 (milhões)	2005 (milhões)	2006* (milhões)	Variação 2005/04 (%)	Variação 2006*/05 (%)
Mundo	-	761	802	842	5,4	4,9
1. França	TF	75,1	75,9	79,1	1,0	4,2
2. Espanha	TF	52,4	55,9	58,5	6,6	4,5
3. E.U. A.	TF	46,1	49,2	51,1	6,8	3,8
4. China	TF	41,8	46,8	49,6	12,1	6,0
5. Itália	TF	37,1	36,5	41,1	-1,5	12,4
6. Reino Unido	TF	25,7	28,0	30,1	9,2	7,3
7. Alemanha	TCE	20,1	21,5	23,6	6,8	9,6
8. México	TF	20,6	21,9	21,4	6,3	-2,6
9. Áustria	TCE	19,4	20,0	20,3	3,0	1,5
10. Federação Russa	TF	19,9	19,9	20,2	0,2	1,3
19. Portugal	TF	10,6	10,6	11,3	-0,3	6,3

Fonte: UNWTO (2007:8). Adaptado.

* dados provisórios

TF: Chegadas de turistas internacionais nas fronteiras (excluem-se os visitantes que não pernitem)

TCE: Turistas internacionais em todos os estabelecimentos colectivos

No que respeita aos gastos efectuados pelos turistas internacionais, ou seja, quanto às receitas do turismo internacional, constata-se que houve um aumento sucessivo desde 2003 até ao valor actual de 735 biliões de USD. Veja-se o Quadro 3.4. Receitas do turismo internacional no mundo.

Quadro 3.4. Receitas do turismo internacional no mundo

Anos	Receitas do turismo internacional (biliões)				Variação (%) Preços Correntes		Variação (%) Preços constantes	
	2003	2004	2005	2006*	05/04	06*/05	05/04	06*/05
Moeda								
USD	527	633	678	735	7.0	8.5	3.5	5.2
Euros	466	509	545	586	7.0	7.5	4.7	5.2

Fonte: UNWTO (2007:4). Adaptado.

*dados provisórios

Ao realizar esta análise por regiões verifica-se que a Europa e as Américas registaram um aumento relativamente a 2005. Inclusive, caso se apure a razão receitas/chegadas, ou seja, a receita média por turista, constata-se que são a América e a Ásia e Pacífico as regiões onde a receita média por turista é mais elevada, seguindo-se a Europa, o Médio Oriente e só depois, a África.

Caso se introduzam também nesta análise os dez principais países ao nível das receitas de turismo internacional (em biliões de dólares americanos) - representados no Quadro 3.5 e se cruzar esta informação com a apresentada no Quadro 3.3. relativo aos dez principais destinos turísticos, constata-se que os Estados Unidos e a França trocam de posição, e que o México e a Federação Russa não constam no quadro relativo às receitas; aparecem a Austrália e a Turquia; a Espanha mantém o segundo lugar e a Itália e a China trocam, respectivamente, entre o quarto e quinto lugares, nas chegadas registadas como nas receitas fruídas.

Quadro 3.5. Os dez principais países (receitas do turismo internacional – biliões de USD)

Rank	2004 (biliões)	2005 (biliões)	2006* (biliões)	Variação (%) Preços Correntes 2005/04	Variação (%) Preços Correntes 2006*/05
Mundo	633	678	735	-	-
1. E.U.A.	74.5	81.8	85.7	9.7	4.8
2. Espanha	45.2	48.0	51.1	6.0	5.6
3. França	45.3	44.0	46.3	-2.8	4.3
4. Itália	35.7	35.4	38.1	-0.7	6.7
5. China	25.7	29.3	33.9	13.8	15.9
6. Reino Unido	28.2	30.7	33.5	9.5	7.8
7. Alemanha	27.7	29.2	32.8	5.4	11.3
8. Austrália	15.2	16.9	17.8	6.9	7.3
9. Turquia	15.9	18.2	16.9	14.2	-7.2
10. Áustria	15.6	16.0	16.7	2.7	3.1
23. Portugal	7.7	7.7	8.3	0.1	7.3

Fonte: UNWTO(2007:9). Adaptado.

* dados provisórios.



Conforme um comunicado recente do Departamento de Comunicação e Informação da UNWTO (Junho, 2007), o ano de 2007 está a começar numa previsão em alta relativamente ao ano de 2006. De Janeiro a Abril de 2007, o número de chegadas de turistas internacionais sofreu um aumento de 6% para 252 milhões, mais 15 milhões que no mesmo período de 2006.

Na *UNWTO' Tourism 2020 Vision*⁵⁶ é referido que é esperado que as chegadas internacionais cheguem perto de 1,6 biliões no ano de 2020, sendo que 1,2 biliões são intraregionais e 378 milhões de longa distância. Prevê-se que em 2020 as três regiões de destino principais sejam a Europa (717 milhões turistas), Ásia Este e Pacífico (397 milhões) e as Américas (282 milhões), seguidas da África, Médio Oriente e África do Sul.

3.1.2. Na Europa

A Europa é a região que regista mais chegadas internacionais, sendo simultaneamente, os Europeus, os que mais viajam. A este facto certamente não serão alheios um conjunto de factores: por um lado, é na Europa onde se verifica um maior rendimento por família; por outro lado, existe uma maior estabilidade política, económica e de apoio social. É interessante notar que são os próprios europeus – oriundos especialmente do Norte da Europa - que mais viajam na Europa; já as populações do Sul da Europa preferem viajar nos seus próprios países. Veja-se o Quadro 3.6. relativo ao destino das viagens (em %) em 2000 na Europa. Assim, o turismo de proximidade relativa, onde os grandes determinantes do volume turístico das regiões são os seus próprios países e o seu grau de atractividade, ganha primazia.

Quadro 3.6. Destino das viagens* (em %), em 2000

País de Origem	Próprio País	No Estrangeiro	
		Total	Na UE
Bélgica (1999)	17,9	82,1	73,9
Dinamarca	30,9	69,1	68,2
Alemanha	34	66	66,2
Grécia (1998)	95,5	4,5	43,4
Espanha	89,7	10,3	59,4
França	—	—	—
Irlanda	39,9	60,1	79,4
Itália	77,2	22,8	55,3
Luxemburgo (2001)	0,4	99,6	79,8
Holanda	37	63	74,7
Áustria	31,8	68,2	54
Portugal	82	18	74,2
Finlândia	71,4	28,6	61
Suécia (1997)	69,9	30,1	67,3
Reino Unido (1999)	55	45	65,8

Fonte: CTP (2005:255).

* População com mais de 14 anos que faz por ano, pelo menos uma viagem com uma estada superior a 4 noites.

⁵⁶ <http://www.unwto.org/facts/menu.html>, consultado em 12-07-2007.

A Europa é, igualmente, o maior destino internacional, tanto em número de chegadas registadas como em receitas fruídas em 2002. A França, a Espanha e a Itália que ocupam, respectivamente, os três primeiros lugares ao nível das chegadas internacionais, apresentam quotas superiores a 10%; o mesmo acontece relativamente às receitas fruídas, se bem que, neste último caso, os três primeiros lugares pertençam, respectivamente, à Espanha, à França e à Itália. Veja-se os quadros seguintes, o Quadro 3.7. relativo às chegadas de turistas internacionais nos países europeus, e o Quadro 3.8., que se reporta às receitas do turismo internacional nos países europeus.

Quadro 3.7. Chegadas de turistas internacionais nos países europeus

	Série	Chegadas de Turistas Internacionais			
		(1000)	Variação %		Quota %
		2005*	04/03	05*/04	2005*
Europa	-	441.528	4,3%	4,0%	100%
França	TF	76.001	0,1	1,2	17,2
Espanha	TF	55.577	3,1	6,0	12,6
Itália	TF	36.513	-6,4	-1,5	8,3
Reino Unido	VF	29.970	12,3	8,0	6,8
Alemanha	TCE	21.500	9,4	6,8	4,9
Turquia	TF	20.273	26,1	20,5	4,6
Áustria	TCE	19.952	1,5	3,0	4,5
Federação Russa	TF	19.940	-2,7	0,2	4,5
Polónia	TF	15.200	4,2	6,4	3,4
Grécia	TF	14.276	-4,7	7,2	3,2
Hungria	TF	10.048	-	-17,7	2,3
Países Baixos	TCE	10.012	5,1	3,8	2,3
Croácia	TCE	8.467	6,8	7,0	1,9
Irlanda	TF	7.333	2,8	5,5	1,7
Bélgica	TCE	6.747	0,3	0,6	1,5
Rep. Checa	TCE	6.336	19,4	4,5	1,4
Bulgária	TF	4.837	14,4	4,5	1,1
Noruega	TF	3.859	11,0	6,4	0,9
Suíça	TH	7.229	-	-	1,6
Ucrânia	TF	-	24,9	-	-
Portugal	TF	-	-0,8	-	-

Fonte: UNWTO(2006:5). Adaptado.

* dados provisórios.

TF: Chegadas de turistas internacionais nas fronteiras (excluem-se os visitantes que não pernoitam).

VF: Chegadas de turistas internacionais nas fronteiras (incluem-se os turistas e os que não pernoitam).

TCE: Turistas internacionais em todos os estabelecimentos colectivos.

TH: Chegadas de turistas internacionais a hotéis e estabelecimentos similares.

Caso se pretenda observar o gasto médio por turista/chegada em 2002, apresentado no Quadro 3.9. "Gasto médio", verifica-se que a Alemanha e a Bélgica têm resultados que quase duplicam a média da Europa. Portugal situa-se nos 507 euros, ou seja, pouco abaixo da média europeia, o que é interessante, já que não integra posições de destaque nem ao nível das chegadas de turistas internacionais nos países europeus (21º lugar), nem ao nível das receitas do turismo internacional nos países europeus (12º lugar). A França, pelo contrário, sendo o principal país destino europeu e o 2º maior ao nível das correspondentes receitas, apresenta um gasto médio por turista/chegada de 420 euros, o que é francamente baixo.

Quadro 3.8. Receitas do turismo internacional nos países europeus

	Receitas do Turismo Internacional			
	Milhões USD			
	Variação%			
	2005*	04/03	05*/04	Quota % 2005*
Europa	348.234	15,9	6,0	100
Espanha	47.891	14,1	5,8	13,8
França	42.276	11,6	3,5	12,1
Itália	35.398	14,1	-0,7	10,2
Reino Unido	30.669	24,6	8,7	8,8
Alemanha	29.204	19,7	5,6	8,4
Turquia	18.152	20,3	14,2	5,2
Áustria	15.467	9,9	0,9	4,4
Grécia	13.731	19,8	6,7	3,9
Suíça	11.040	14,9	4,6	3,2
Países Baixos	10.475	12,8	1,4	3,0
Bélgica	9.863	12,7	6,8	2,8
Portugal	7.931	18,6	1,1	2,3
Croácia	7.463	8,6	9,0	2,1
Polónia	6.284	43,4	7,7	1,8
Federação Russa	5.466	16,1	4,6	1,6
Irlanda	4.744	14,1	7,9	1,4
Rep. Checa	4.631	17,3	11,0	1,3
Hungria	4.271	0,4	5,2	1,2
Noruega	3.441	16,1	11,5	1,0
Ucrânia	3.125	173,8	22,1	0,9
Bulgária	2.401	34,8	8,1	0,7

Fonte: UNWTO (2006:5). Adaptado.
* dados provisórios.

Quadro 3.9. Gasto médio

	Gasto Médio Turista/Chegada 2002* (em euros)
Europa	602
Alemanha	1.066
Bélgica	1.025
Holanda	803
Suíça	763
Reino Unido	728
Turquia	705
Grécia	687
Itália	676
Espanha	649
Áustria	604
Croácia	549
Federação Russa	527
Portugal	507
Irlanda	477
Ucrânia	473
França	420
Polónia	322
Hungria	206

Fonte: CTP (2005:258).
* dados provisórios

3.1.3. Na Península Ibérica e em Portugal

De acordo com os dados anteriores e atendendo ao facto da Espanha ter uma posição muito confortável relativamente às chegadas de turistas internacionais (2º lugar) e respectivas receitas (1º lugar), a Península Ibérica, no seu conjunto, constitui um destino que atrai muitos turistas – de acordo com dados da OMT, a península Ibérica, recebeu, em 2001, cerca de 54 milhões de turistas internacionais, tomando-se assim, o segundo principal destino turístico a nível mundial, a seguir à França.

Contudo, a maioria dos turistas são captados por Espanha (cerca de 90%), restando a Portugal uma pequena porção (cerca de 10%), ou seja, na ordem dos 6 milhões de turistas.

Por outro lado, caso se analise a origem dos turistas que chegam à Península Ibérica, conclui-se que são muito semelhantes aqueles que ficam em Espanha e os que se deslocam para Portugal – em ambos os casos, existe uma dependência muito forte do Reino Unido, Irlanda, Alemanha e França (constituem mais de 65% do turismo internacional de Portugal e de Espanha). Veja-se o Quadro 3.10. , representativo das origens dos turistas internacionais que chegam a Portugal e a Espanha.

Quadro 3.10. Origem dos turistas internacionais que chegam a Portugal e a Espanha

De	Portugal (2001)		Para	Espanha (2001)	
	Milhões	%		Milhões	%
Reino Unido/Irlanda	2.1	34%	Reino Unido/Irlanda	14.1	29%
Alemanha	0.9	14%	Alemanha	10.6	22%
França	0.8	13%	França	6.7	14%
Holanda	0.5	8%	Holanda	2.2	5%
Itália	0.3	5%	Itália	2.2	5%
Bélgica/Luxemburgo	0.3	4%	Bélgica/Luxemburgo	1.7	3%
Suécia	0.1	2%	Suécia	1.2	3%
Dinamarca	0.1	2%	Suíça	1.2	2%
Suíça	0.1	2%	Dinamarca	0.6	1%
Áustria	0.1	1%	Áustria	0.4	1%
Total 10+		85%			85%

Fonte: CTP (2005:669).

Salienta-se ainda o facto de Portugal apresentar uma forte dependência relativamente à vizinha Espanha – cerca de 50% dos 11,6 milhões de turistas que chegam a Portugal. Se incluirmos os 15 milhões de excursionistas espanhóis que visitam Portugal, anualmente, então esta dependência assume uma relevância ainda maior. Contrariamente, a Espanha não revela qualquer dependência dos fluxos oriundos de Portugal que, representam, na totalidade e excluindo os excursionistas, 3% do seu turismo receptivo. Esta realidade evidencia um risco muito elevado, pois, Portugal pode vir a ser substituído por outros países que se revelam mais

atractivos face ao perfil do turista espanhol. Ao mesmo tempo, alerta para o facto de que se deveria rever a imagem e a estratégia de captação turística em Portugal, no sentido de conseguir uma maior diversificação e aumento da quota no turismo europeu, quer a título receptivo como emissor (INE, 2004).

No início do século XXI o turismo representa, em Portugal, cerca de 10% do PIB nacional, posicionando-se como um sector chave na transformação da economia. De facto, *"O crescimento exponencial do sector turístico em Portugal, com início nos anos 80, a para das importantes ajudas nacionais e comunitárias para o desenvolvimento dos meios rurais e para o aumento da qualidade da oferta e dos produtos turísticos, transformou este sector num vector estratégico de desenvolvimento e de dinamização económica, com fortes implicações regionais e sectoriais"* (Silva, 2005:86).

De acordo com dados recentes da Direcção Geral do Turismo (DGT) de Janeiro de 2006⁵⁷, as receitas do turismo em Portugal atingiram, neste mês, 341,6 milhões de euros (registando uma pequena subida relativamente ao mesmo mês no ano anterior – 328,5 milhões de euros). As despesas situaram-se nos 181,7 milhões de euros (mais 15 milhões que em Janeiro de 2005). Resulta daqui um saldo positivo de 159,9 milhões de euros em Janeiro de 2006, inferior a Janeiro de 2005 (cerca de 2 milhões de euros superior).

Em Janeiro de 2006, o saldo negativo da Balança Corrente situou-se nos 1.065,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo do saldo negativo de 19,3% relativamente a Janeiro de 2005. Registou um contributo do saldo positivo da Balança Turística em 159,9 milhões de euros. A taxa de cobertura do sector do turismo registou um decréscimo de 2,2 % em Janeiro de 2006 relativamente a Janeiro de 2005.

Ainda segundo dados da DGT, disponíveis em Abril de 2006 e referentes a Fevereiro deste mesmo ano, o número de passageiros desembarcados de voos internacionais atingiu os 500,5 mil, representando um acréscimo de 5,6%, face ao mesmo mês de 2005. O movimento de passageiros nos principais portos marítimos nacionais decresceu 38,8%, como resultado do fraco desempenho do porto marítimo do Funchal. As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros cresceram 2,7% por impulso do mercado interno (6,1%), e do mercado espanhol (13,2%). A estada média geral fixou-se nos 2,9 dias e a taxa de ocupação cama decresceu 2,8 %. Os proveitos médios/dormida fixaram-se nos 41,53 euros.

Analisando os principais indicadores globais do ano de 2006, de acordo com dados da DGT⁵⁸, pode-se constatar que da população portuguesa com 15 ou mais anos de idade do continente, cerca de 50,7% gozou férias, sendo que apenas 35,5% o fez fora da sua residência habitual; destes a grande maioria (26,6%) fê-lo dentro do próprio país e apenas 8,9% optou pelo

⁵⁷ <http://www.dgturismo.pt>, consultado em 20-01-2007.

⁵⁸ <http://www.dgturismo.pt/ConhecimentodoSector/OMercado/MercadoAnalise/EstudosDocAnalise/index.htm>, consultado em 12-07-2007.

estrangeiro; a região de Lisboa e do Norte concentram 62,3% dos portugueses que gozaram férias e o gasto médio pessoa/dia foi de 33,35€ em Portugal e de 79,50€ no estrangeiro; as motivações que levaram os portugueses a gozar férias fora da sua residência habitual foi, na sua grande maioria o "sol e mar"(63,9%), "visitar amigos/familiares"(11,1%), seguido das "paisagens/natureza"(9,9%). Além destes surgem, com menor relevância, os "espectáculos/distracções", os "museus/monumentos" e as "estâncias termais"; os destinos preferidos dos portugueses que optaram pelo estrangeiro para passar as sua férias foram a Espanha(40,8%), Brasil (10,9%) e a França (10,0%), os restantes destinos como a Alemanha, Reino Unido, Itália, Grécia, Tunísia, registaram uma procura acentuadamente mais baixa; atendendo ao total das viagens, o transporte mais utilizado foi o automóvel (57,6%), seguindo-se o avião (20,3%), o autocarro (9,8%) e o automóvel de familiares/amigos (9,4%). Importa aqui destacar o aumento de 7,3% no uso de avião, bem como o decréscimo do uso do automóvel próprio, face a 2005, eventualmente motivado pelo crescimento das companhias de low-cost a operar em Portugal; o alojamento preferencial dos portugueses foram o "Hotel/Hotel-Apartamento e Pousada" (29,2) seguido do "Alojamento Fornecido por Familiares/Amigos". As condições económicas desfavoráveis sentidas pela maioria dos portugueses influenciaram certamente esta opções bem como o decréscimo dos valores registados na "Habitação Arrendada" e "Segunda Residência ou Casa de Férias", face ao ano de 2005; apenas uma referência aos portugueses que não gozaram férias em que 52,5% foi por questões de ordem "Financeira/Económica"; no que respeita à organização das viagens, 46,5% das viagens realizadas foram marcadas por si próprio; 15,1% recorreram a agências de viagens ou operadores turísticos e 11,9% através da Internet, onde se deu um aumento significativo neste modo de organização das férias.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)⁵⁹, no primeiro semestre de 2007, os estabelecimentos hoteleiros acolheram 5,9 milhões de hóspedes a que corresponderam a 17,3 milhões de dormidas. Curiosamente a Região Alentejo, apesar de ter valores muito baixos na sua totalidade, foi quem mais se destacou com um aumento de 25,3%. No total dos resultados desse semestre, os residentes originaram cerca de 1,1 milhões de dormidas e os não residentes 2,7 milhões de dormidas. Os principais mercados emissores foram o Reino Unido, a Alemanha, a Espanha, os Países Baixos, a Irlanda e a França, que concentraram 73,5% do total das dormidas de não residentes. A principal opção em termos de destinos dos não residentes foi o Algarve (50,4%), seguindo-se Lisboa (19%) e a Região Autónoma da Madeira (16,3%). Quanto aos residentes, os destinos preferenciais foram o Algarve (27%), Lisboa (19%), o Norte (18,8%) e o Centro (17,4%).

⁵⁹ <http://www.ine.pt>, consultado em 19-10-2007.

Para finalizar esta análise sucinta veja-se o potencial competitivo da região Alentejo nos seus principais distritos. Conforme dados da DGT (2005), Évora destacou-se como uma região *competitiva* - o que não acontecia desde 2003⁶⁰, Beja como uma região *potencialmente competitiva* e Portalegre encontra-se numa posição de *debilidade* (DGT, 2005:19).

⁶⁰ Face à metodologia utilizada pela DGT, referenciada através de uma matriz.

3.2. O turismo e a cultura

3.2.1. Breve associação

A utilização turística de manifestações sociais e culturais dos povos não é um factor recente dos dias de hoje. Há mais de 5000 anos, organizavam-se viagens no Egipto, ao longo do Nilo, a fim de visitar os diversos templos. Quer os Romanos quer os Gregos viajavam com o objectivo de visitar os templos e as sete maravilhas do Mundo ao longo do Mediterrâneo, nomeadamente as Pirâmides e os monumentos do Egipto. Por altura dos Jogos Olímpicos, enormes multidões eram atraídas à Grécia e à Ásia Menor, onde lhes eram oferecidas variadas atracções como as produções teatrais, as competições desportivas e os banhos nas termas.

Os descobrimentos portugueses e, posteriormente, dos Espanhóis, Ingleses, Franceses e Holandeses, deram a conhecer o mundo e universalizaram as viagens. No século XVIII Marco Pólo, durante 24 anos, percorreu o Oriente até à China. Na segunda metade do século, a maior parte das pessoas mais ou menos célebres viajava por toda a Europa: convencionou-se e celebrizou-se o "Grand Tour" com a duração aproximada de 3 anos.

Em 1841, com Thomas Cook surgem as primeiras iniciativas de turismo organizado. A primeira década do século XX, a chamada Belle Époque, assistiu a inovações, como a descoberta do telégrafo, do telefone, o alargamento da rede viária e caminhos de ferro, assim como o desenvolvimento industrial, que alteraram fortemente o modo de vida. Com tudo isto, o turismo desenvolve-se de tal forma que começa a ter impactos sem precedentes, até aos dias de hoje com o turismo de massas e o desenvolvimento da indústria turística tal como se apresenta.

" Na origem de todas estas formas nacionais e internacionais de turismo, os elementos civilizacional e cultural encontram-se fortemente presentes e, mais do que isso, constituem-se como o, ou um dos principais, elemento de motivação para que as pessoas se desloquem para outros locais e, assim, para que exista turismo" (Costa, 2005:281).

Nesse sentido, como podemos caracterizar a cultura uma vez que se trata de um elemento fundamental para a motivação do turista?

Sem querer abordar o conceito de uma forma exaustiva procura-se realçar a evolução e a dinâmica do conceito, evidenciada por autores como Lévi-Strauss, Herskovits, Tylor, Malinosvski, Linton, Morin entre outros. Importa materializar um pouco melhor aquilo que engloba o produto de que o turismo se apropria.

Das várias abordagens utilizadas pelos diversos autores que procuravam definir o conceito de cultura, evidenciava-se a necessária distinção do conceito face aos aspectos biológicos/genéticos e muitas vezes à complexidade em separar o conceito de cultura de «civilização» e «sociedade».

Para os antropólogos as "diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais" (Laraia: 1986:17). Neste contexto, o autor refere que John Locke, em 1690, procurou demonstrar que "a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento" (Laraia, 1986:26). A este processo ele designou-o como endoculturação – o comportamento dos indivíduos é resultante de um processo de aprendizagem - . Outros autores reforçam esta ideia referindo que:

" a cultura não é herdada biologicamente; não se transmite geneticamente através das células germinais, como sucede com as características somáticas. A cultura é independente da raça dos indivíduos que constituem o grupo social pois, em qualquer sociedade, um elemento étnico distinto, que porventura lá cresça e se desenvolva, tem exactamente a mesma cultura do grupo que o criou" (Dias, 1986:11).

Para Giddens, o conceito de cultura e sociedade podem de certa forma distinguir-se em termos conceptuais, no entanto existe uma forte relação entre eles. Refere ainda que este conceito pode ter um significado diferenciado face à forma como usamos a palavra. A título de exemplo distingue a palavra «cultura» , quando ela é pronunciada no quotidiano enquanto representativa de arte, música, pintura – e também no uso corrente dos sociólogos onde o significado se refere "aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos pertencentes a essa sociedade; inclui o modo como vestem, as suas formas de acasalamento e família, os seus padrões de trabalho, cerimónias religiosas e actividades de lazer" (Giddens, 2000:36).

A partir do final do século XVIII e no princípio do seguinte, ter-se-á evidenciado uma atribuição crescente ao conceito de cultura, levando ao aparecimento de uma ciência antropológica da cultura, que procurava analisar as especificidades dessas formas simbólicas (Crespi, 1997). A Antropologia Cultural poder-se-ia definir enquanto a *ciência do homem como ser cultural*, sendo que a cultura era definida como "o conjunto das tradições sociais, segundo Robert Lowie, ou a herança social como queria Ralph Linton. Isto quer dizer que cultura é tudo aquilo que recebemos do ambiente social em que nos criamos e desenvolvemos" (Dias, 1986:10).

Por esta altura, o termo germânico *Kultur* era utilizado no sentido de caracterizar os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto que a palavra francesa *Civilization* era

destinada às realizações materiais de um povo. Foi Edward Tylor, etnólogo americano que em 1871 procurou definir pela primeira vez «Cultura», no livro que publicou *Primitive Culture*, onde se refere à cultura como "aquele conjunto de elementos que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, usos e quaisquer outras capacidades e costumes adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade" (Crespi, 1997: 13). Daqui resulta uma primeira tentativa de uma definição mais científica de cultura. Desconhece-se onde terá ido buscar a palavra «Culture», pressupõe-se que a possa ter ido buscar ao etnógrafo alemão Klemm que escrevia a palavra com C – Cultur -, também Kant empregava muitas vezes essa palavra na sua *Anthropologie*, desconhecendo-se no entanto o significado mais real desse uso. Essa palavra, citada por vários autores, surge pela primeira vez no dicionário alemão de 1793 (Kroeber, 1993; Laraia, 1986; Mello, 1987).

Atenda-se ao Quadro 3.11., onde são apresentadas outras definições de cultura.

Quadro 3.11. O conceito de cultura

<p>Malinovsky "a cultura é tudo o que homem faz e tudo aquilo que o homem pensa"</p>
<p>Margaret Mead "... conjunto de formas adquiridas de comportamentos que um grupo de indivíduos, unidos por uma tradição comum, transmitem aos seus filhos e, em parte, aos imigrantes adultos que vêm incorporar-se neste grupo. Esta palavra designa não somente produções artísticas, científicas, religiosas e filosóficas de uma sociedade, mas ainda as suas técnicas próprias, costumes políticos e os inúmeros usos que caracterizam a sua vida quotidiana: formas de preparação e consumo de alimentos, maneira de adormecer os filhos, ..."</p>
<p>Geertz (Roger, 1988:67) " o conceito de cultura ao qual adiro [...] denota um padrão transmitido historicamente de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida".</p>
<p>UNESCO, 1982⁶¹. "A cultura deve ser considerada como o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças"</p>

Fonte: Autor.

A cultura integra assim a vida social na sua globalidade, desde os seus aspectos tecnológicos, passando pelas organizações institucionais até às formas de expressão ditas espirituais. É pois um fenómeno essencialmente humano, apresentando como característica

⁶¹ Declaração do México sobre as Políticas Culturais: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, Cidade do México, 26 Julho-06 de Agosto. http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=12762&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html, consultado em 18-10-2007.

fundamental, o seu carácter cumulativo: o homem pode beneficiar das aquisições das gerações precedentes através do recurso à palavra e à escrita. Assim o homem surge como criador, portador e transmissor de cultura.

A cultura integra todas as manifestações humanas que constituem o nosso passado, preparam e fazem parte do nosso presente, enriquecido pelas manifestações actuais, e que, no seu conjunto, interagem e apontam caminhos para o futuro. As culturas são assim dinâmicas e susceptíveis de se alterarem com a nossa própria experiência.

Outro aspecto ligado ao conceito de cultura e bastante importante é o da diversidade cultural. Esta diversidade é tão importante para o homem como a diversidade biológica para a natureza. É no enriquecimento da sua diversidade que está expresso o seu próprio enriquecimento cultural.

Por sua vez, o turismo enquanto fenómeno social, económico, cultural e político, gera interacções a nível local, regional, nacional ou mesmo internacional, no meio ambiente natural ou artificial e na esfera sociocultural, o que abrange factores de comportamento dos turistas e da comunidade receptora e as inter-relações do turismo com as culturas das regiões visitadas. É fundamentalmente neste contexto que é importante que o planeamento da actividade turística seja correctamente delineado, uma vez que provoca inúmeros impactos, muitos indesejáveis e outros desejáveis que podem alterar e ameaçar a singularidade das culturas locais, regionais e nacionais.

3.2.2. Os Impactos socioculturais do turismo

" O carácter complexo e multifacetado do fenómeno turístico – facto simultaneamente social, económico, cultural e político – afecta os estilos de vida e padrões das populações hospedeiras (e visitantes), altera o ambiente físico, espacial e funcional das localidades-destino e fomenta a aculturação" (Ramos, 1996:84).

Constituindo um meio de confronto quer de comportamento, de mentalidade ou de costumes entre as populações com diferentes culturas e estilos de vida, o turismo surge enquanto um factor de alteração económica, social e cultural, podendo contribuir para uma maior abertura à modernidade, assim como para alargar os horizontes a todas as sociedades.

É sabido que todo o progresso económico e social implica uma postura aberta a novas ideias, conceitos e tecnologias, não conseguindo efectuar-se em sociedades fechadas e isoladas. Por sua vez, o turismo oferece a estas sociedades a possibilidade de quebrarem o isolamento e, simultaneamente, de abrirem novas fronteiras ao conhecimento.

Entendido enquanto um meio de comunicação interpessoal, o turismo assume-se enquanto um factor de mudança susceptível de contribuir para o progresso social, cultural e até mesmo político. No entanto, existe a outra face do turismo.

"O turismo, como outras práticas de consumo, propõe aos sujeitos uma re-interpretação da sua condição estatutária, através do modo como as relações espacio-temporais são percebidas e instrumentalizadas no desenvolver do próprio acto turístico ou de consumo" (Fortuna, 1995:23).

O turismo acarreta riscos. Em sociedades cujas estruturas sociais e culturais se revestem de maior fragilidade, poderão sofrer efeitos nefastos e indesejáveis resultantes da prática turística, nomeadamente no que respeita à transformação de hábitos e costumes assim como ao abandono de modelos socio-económicos que terão constituído a base da sua diversidade produtiva e civilizacional. Desta forma pode-se dizer que "... o fenómeno turístico dos dias de hoje é um acelerador de integração, um gerador de incorporações. Um veículo aculturador." (Ramos, 2006:128).

Todavia a dimensão dos impactos causados numa região não é igual para todos os locais de destino. Esta varia de local para local, face a um conjunto de características do próprio local - maior ou menor desenvolvimento do local, comportamento social, valores éticos e religiosos, hábitos de consumo - como dos diferentes tipos de turistas que visitam esse destino - características dos próprios turistas, diferenças socioculturais em relação à comunidade residente⁶², etc.

A forma de classificação dos impactos causados pelos turistas pode ser demonstrada por muitos autores que se dedicam ao estudo das motivações e comportamentos no sentido de conhecer o que leva os turistas a viajar, desde o *Padrão de Lazer do Uso Tradicional da Vida de um Adulto*⁶³, à tipologia de Plog (1974)⁶⁴, passando pelo *Modelo Activo da Personalidade do Viajante*, de Nickerson e Ellis⁶⁵, até a simples critérios psicográficos ou geográficos que possam ser aplicados a fim de melhor conseguir identificar as características dos turistas.

A análise das características individuais de cada segmento de turistas poderá levar ao melhor conhecimento dos impactos que cada um deles pode provocar nas regiões de destino.

⁶² Pode-se dar aquilo que Krippendorf chama de encontro dos «have» com os «have not». Muitas vezes, na tentativa de evitar o choque cultural, os operadores turísticos levam os visitantes num passeio de autocarro, devidamente protegidos de qualquer contacto com a população local. "o que deveria ser um encontro sucumbe à síndrome do zoo: uns e outros se observam" (Krippendorf, 1989:113). O que poderia ser um encontro transforma-se num desencontro.

⁶³ Burns e Holden (1995).

⁶⁴ Plog identifica três tipos de turistas:

Psicocêntricos - caracterizam-se basicamente por três factores : território delimitado, ansiedades e falta de energia;

Alocêntricos - é um aventureiro com diversos motivos de interesse tendo como principais traços que o caracterizam o facto de ter um considerável espírito de aventura, autoconfiança, sem ansiedades e o desejo de obter novas experiências;

Midcêntricos - situam-se entre os dois extremos e caracterizam-se pelo facto de viajar a fim de obter uma quebra na rotina quotidiana, pretendendo variar mas não chegando ao exotismo (Burns e Holden, 1995; Nickerson, 1996).

⁶⁵ Nickerson (1996).

Veja-se no Quadro 3.12 abaixo, uma dessas análises.

Quadro 3.12. Tipologia do turismo: frequência de tipos de turista e sua adaptação às normas locais

Tipos de Turista	Número de Turistas	Adaptação às normas locais
Explorador	Muito limitado	Aceita completamente
Elite	Raramente visto	Adapta-se completamente
Fora de padrão	Incomum, mas visto	Adapta-se bem
Incomum	Ocasional	Adapta-se de certa forma
Massa incipiente	Fluxo regular	Busca amenidades ocidentais
Massa	Fluxo contínuo	Tem expectativa de amenidades ocidentais
Charter	Chegadas em massa	Exige amenidades ocidentais

Fonte: Cooper *et al* (2001:203).

De facto, medir as relações entre os visitantes e os residentes não é de forma alguma fácil de realizar.

“O conflito entre turista e anfitrião talvez seja o mais evidente. Ele nasce em parte de uma divergência radical de objectivo: o primeiro entrega-se a uma actividade de prazer, o segundo trabalha. O turista chega com muitas expectativas; os anfitriões, com muita frequência, não têm a menor ideia do que devem esperar dele” (Robison, 1999:22).

Na tentativa de medir o nível de irritação gerado pelo contacto entre o turista-anfitrião, Doxey (1975) propôs algumas etapas que podem servir de orientação na medição dos impactos socioculturais que podem ter lugar num destino turístico e que se caracterizam pelo seguinte:

- *Etapa de euforia* – é a etapa que resulta da primeira fase do aparecimento do turista, provocando algum entusiasmo e excitação por parte da população residente que entende a sua importância como uma boa opção para o desenvolvimento;
- *Etapa de apatia* – uma vez o desenvolvimento do turismo em curso, o turista passa a ser visto como uma fonte de lucro onde há que tirar partido. O contacto entre anfitrião e turista desenvolve-se numa óptica comercial e formal;
- *Etapa de irritação* – à medida que se aproximam determinados níveis de saturação do destino, os residentes têm receio da indústria turística. Não é possível atender ao volume de turistas sem que se aumentem as condições ao nível das infra-estruturas;

- *Etapa de antagonismo* – existe uma irritação expressa por parte dos residentes onde o turismo é considerado como o causador de todos os problemas, com o sentimento que estão a ser explorados pelos turistas;
- *Etapa final* – durante todo o processo de desenvolvimento turístico, os residentes terão esquecido que aquilo que alguma vez caracterizou o seu modo de vida, constituía o principal fundamento para a sua atractividade. Com todo o processo de desenvolvimento, essas características foram-se perdendo e transformando e o destino perdeu a sua atractividade e com ele os turistas.

(Page, 1995; Cooper et al, 2001; Beber e Barreto, 2007)

Poder-se-ão, contudo, referenciar alguns factores que levam a que os impactos sociais se manifestem:

1. Face à presença de um grande número de turistas com hábitos de consumo desconhecidos ou inacessíveis para a população receptora, pode ocorrer o efeito demonstração. Este manifesta-se, por exemplo, na importância de produtos excessivamente caros, caso de comidas, bebidas ou vestuário, ou até na criação de novos hábitos de entretenimento, como a prática do jogo em casinos, ou o consumo excessivo de drogas e bebidas alcoólicas.
2. Surgem alterações nos comportamentos sociais das populações e a perda de valores morais, revelando-se num incremento da prostituição, de criminalidades e do jogo organizado.
3. Em questões de saúde, face a um desconhecimento/esquecimento de esquemas de vacinação, os turistas podem correr riscos de contaminação, nomeadamente em países do Terceiro Mundo que se debatem com o controle de doenças infecto contagiosas.
4. Existe invasão ou profanação de lugares considerados como sagrados pela população local e onde não são respeitados princípios de devoção pela parte dos turistas, muito mais motivados pela curiosidade. Esta situação tem lugar em particular, no turismo religioso.
5. Caso se implantem fortemente modalidades turísticas⁶⁶ em que os lucros auferidos são normalmente transferidos para os países que exploram o turismo ou para os centros economicamente mais evoluídos do exterior. Assim, não há reinvestimento dos lucros e logo, economicamente não pode haver evolução. Pode-se mesmo afirmar que esta é uma nova forma de colonialismo! Esta situação ainda se agrava mais quando são " importados " recursos humanos qualificados a fim de trabalharem com os diversos equipamentos turísticos. Quanto aos moradores locais, com falta de formação específica, resta-lhes a

⁶⁶ É o caso do chamado Metaturismo que é definido enquanto " o turismo em grande escala dominado pelos países desenvolvidos e que tem lugar nos países do Terceiro Mundo ou nas periferias dos países desenvolvidos" (Burns e Holden, 1995:11).

execução de tarefas mais gerais e inferiores e assim, não têm hipóteses de se destacarem nas empresas onde trabalham.

Podemos classificar os impactos socioculturais de positivos e negativos.

De forma resumida, poder-se-ão considerar como impactos socioculturais favoráveis :

- A valorização do artesanato: Quando os preceitos de criação do artesanato se vão perdendo ao longo dos tempos e é o interesse que os turistas revelam que faz revitalizar os processos antigos;
- A valorização da herança cultural : O interesse dos turistas desperta nalgumas comunidades a necessidade de revitalizar antigas manifestações culturais que se foram perdendo;
- Orgulho identitário;
- Valorização e preservação do património histórico - Os monumentos com valor histórico, perante a atractividade que exercem nos turistas, passam a ser alvo da atenção do Governo e de instituições privadas que estimulam o seu restauro e conservação. É o caso de Évora e Guimarães, por exemplo, consideradas pela UNESCO, como património mundial .

Os impactos socioculturais desfavoráveis, manifestam-se fundamentalmente em :

- *Descaracterização do artesanato e vulgarização das manifestações culturais* - que ocorre quando prevalece a produção de artesanato exclusivamente para consumo dos turistas, enquanto "souvenir";
- *vulgarização das manifestações culturais* – ocorre quando se transformam cerimónias tradicionais, festivais e costumes em rituais de entretenimento fortemente estudados, arranjados e dirigidos;
- *Arrogância cultural* - ocorre quando se acentua o fosso entre os visitantes e os moradores locais. Quantas vezes, os visitantes são confortavelmente instalados em "resorts", assistem a espectáculos que pretensiosamente pretendem mostrar manifestações culturais, mas que acabam por não ter qualquer contacto com as pessoas e cultura local, acentuando a sua inferioridade;
- *Destruição do património histórico* - grandes afluxos de turistas podem comprometer as estruturas dos bens históricos, em função de uma circulação excessiva de veículos e até de atitudes de vandalização.

Em jeito de síntese, atenda-se ao Quadro 3.13, onde são apresentadas as modificações socioculturais que podem surgir no país/região visitado.

Quadro 3.13. Modificações socioculturais do país/região visitado

	Positivas	Negativas
Estrutura social	Crescimento do emprego Diversificação da estrutura social Crescimento da educação e dos rendimentos Promoção social	Concentração da população Enriquecimento sem educação Desemprego
Instituições	Modernização da família Modificações do controle social	Afastamento da família
Atitudes e comportamentos	Desenvolvimento das atitudes de tolerância Alargamento dos horizontes do pensamento Orgulho e consciência nacional	Patologia social, prostituição, alcoolismo, droga, delinquência Desenvolvimento das atitudes de consumo
Cultura	Desenvolvimento da cultura regional Desenvolvimento económico e técnico Protecção do meio ambiente natural e cultural	Comercialização da cultura Declínio da cultura própria Destruição do meio ambiente natural e cultural

Fonte: Baptista (1990:22). Adaptado.

Face à forma como a actividade turística se apresenta, leva a que o turismo seja visto muitas vezes como «um mal necessário», uma actividade ambígua, delicada e instável, *"Os industriais do turismo tendem a vender a tradição impregnada de história reiventada. Por outro lado, uma nova sociabilidade, a "turística" é artificial, esquece o anfitrião, invade a sua privacidade, os seus espaços físicos e mentais, deteriora as relações de vizinhança e coloca os actores num palco de representação social, onde só o cenário não muda. A "poluição" sobre o meio social é acompanhada de poluição sobre o meio físico e mental"* (Ramos, 2006:129).

Por tudo isto, importa planear de forma clara o desenvolvimento turístico de qualquer região. Só assim se poderá usufruir plenamente dos benefícios económicos que advêm desta prática mas também e simultaneamente, torná-lo num factor de promoção e compreensão dos relacionamentos humanos e assim numa oportunidade excelente para o encontro de culturas.

3.2.3. O turismo cultural

O turismo cultural pode ser entendido enquanto uma forma ou modalidade turística que utiliza como recurso principal, o património. Pode incluir-se no conceito do turismo cultural *"(...) as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais – religião - [dado a impossibilidade de separar a cultura ou história] .Os centros culturais, os grandes museus, grandes monumentos religiosos (catedrais, mesquitas, templos budistas), os locais onde se desenvolveram no passado as grandes civilizações do mundo, os grandes centros de peregrinação, o pitoresco ou "cor local" ou a cultura camponesa constituem as preferências dos turistas que se deslocam pelos motivos acima referidos. [Podem-se] (...) ainda incluir neste tipo as viagens de estudo" (Cunha, 2001:49).*

Esta postura implica que, no âmbito do património cultural, incluamos diversos tipos de património: religioso (igrejas), civil (palácios, castelos), arqueológico (ruínas), industrial (fábricas), agrícola (construções rurais) bem como o intangível (festividades, cantares, etc).

O turismo cultural tem vindo a ser perspectivado de três formas distintas: por um lado, enquanto uma alternativa ao conhecido turismo de massas nitidamente consumista; por outro, enquanto um promotor de união entre populações e/ou povos; finalmente, enquanto uma alavanca do desenvolvimento económico, sustentável, de zonas ou regiões mais desfavorecidas e que não dispõem de um potencial de oferta dirigida a segmentos do mercado de massas.

Procurado por segmentos de mercado que pretendem encontrar numa viagem muito mais do que o trivial que lhes é facultado nos conhecidos "packages" turísticos, o turismo cultural representa e reflecte uma época onde importa ser diferente e original no meio de tanta massificação e onde se fazem férias em períodos cada vez mais repartidos.

Na Europa, o turismo cultural é visto numa óptica humanista, já que promove a relação entre pessoas, residentes e turistas, e assim a troca de memórias e vivências. Assim, o seu objectivo principal é estabelecer a relação cultural, relegando para segundo plano, o aspecto comercial. Contudo, este não pode ser esquecido. Efectivamente, hoje e cada vez mais, organismos internacionais e os próprios governos apelam ao desenvolvimento de formas alternativas de turismo e nomeadamente de turismo cultural (Em Portugal, veja-se a Resolução do Conselho de Ministros nº60/97, DR, I Série B, de 10 de Abril, onde se diz que há que proceder à "recuperação e preservação do património histórico, cultural e ambiental, com base em

acções integradas e complementares"⁶⁷, dado poder constituir uma importante fonte de rendimentos e, simultaneamente, um forte gerador de emprego, para zonas ou regiões tendentes à desertificação, sem grandes recursos a nível industrial, agrícola ou de serviços e sem qualquer possibilidade de enveredar pelo turismo de massas.

O turismo cultural constitui, assim, um apelo à criação e à memória do Homem, valorizando a sua história e todos os vestígios que este tem vindo a deixar na Terra.

Caso consideremos que a cultura engloba tudo aquilo que o Homem, ao longo dos tempos, tem criado e transformado, o turismo cultural não se esgota nas obras de arte, nos museus e nos monumentos, mas engloba também a paisagem que o homem transformou no decurso da sua vida na Terra, o turismo da natureza, o turismo em espaço rural, aliás, todo o turismo é cultural por ordem da natureza do fenómeno.

De acordo com Suzanne Thibal " o património representa a herança de bens, naturais e humanos, materiais e imateriais, que uma geração transmite às seguintes. Comporta implicitamente um aspecto qualitativo quando engloba riquezas e materiais que produzam serviços de interesse colectivo, sejam culturais ou estéticos, ou simplesmente biológicos" (Baptista, 1990:136). Assim e numa perspectiva lata, o património seja edificado ou não edificado, é cultura que caracteriza uma dada região ou um país. Por outro lado, é sabido que as pessoas viajam atraídas ou motivadas por razões variadas de onde se salienta, nos dias de hoje, o prazer de descobrir a natureza e a cultura de uma região ou país. Neste sentido e atendendo-se a determinadas afinidades que resultam dos motivos que levam as pessoas a viajar é possível identificar uma grande variedade de tipos de turismo. Ou seja, a fim de satisfazerem as suas necessidades de viajar, as pessoas deslocam-se para certos locais onde residem os factores que constituem o objecto da sua procura. Resulta assim, uma relação directa entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos diferentes destinos, salvaguardando o facto destes poderem responder a motivações muito diversificadas.

Por outro lado, os recursos são a base sobre a qual se desenrola a actividade turística. São pois todos os atractivos que, no contexto de um dado destino, podem gerar o interesse no público, determinar a sua opção e motivar a sua deslocação ou visita.

Podemos assim distinguir três grupos de recursos:

- a. os recursos relacionados com a natureza;
- b. os recursos relacionados com a história;
- c. os recursos relacionados com a cultura.

⁶⁷ Pág. 1612, alínea viii).

A identificação, conhecimento e avaliação dos recursos turísticos de uma determinada região ou local é fundamental para determinar o potencial turístico da mesma e planificar o seu desenvolvimento. A singularidade, capacidade de atracção e grau de conservação dos recursos, tal como a sua localização, e facilidade de acesso, determinam as suas possibilidades de exploração e a sua capacidade de atrair pessoas. Contudo, há que salientar que a existência de recursos com fortes possibilidades de exploração em termos turísticos mas onde não existem recursos financeiros e humanos capazes de desenvolver uma verdadeira "indústria turística", invalida por si só a exploração. Considera-se que este é o verdadeiro problema com que se defrontam muitas regiões e países que vêem no turismo uma possibilidade de incrementar a sua economia mas que sem a ajuda externa tomam-se incapazes de "dar o pontapé de saída" às infra-estruturas e serviços necessárias.

Entende-se que se gerir o nosso legado cultural de forma adequada e respeitosa estar-se-á a contribuir para que o turismo cultural seja um instrumento de revalorização e não de destruição. Para isso, deverão ser os agentes directamente interessados no mesmo, os naturais e residentes, nomeadamente, a definir os limites pretendidos, socorrendo-se caso necessário, de opiniões técnicas especializadas. A Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a Região de Turismo, as empresas e instituições da zona, todos aqueles que contribuem para a definição do produto turístico cultural a oferecer e concebem a oferta turística devem participar neste processo. Além disso, os rendimentos provenientes da actividade turística devem ser utilizados na melhoria das condições de vida das populações assim como na conservação, restauro e defesa do património cultural.

Esta perspectiva implica que a rentabilidade directa do operador não deve constituir uma prioridade neste tipo de turismo. Se assim não for, a prática do turismo acabará por contrariar os interesses culturais e económicos das populações e do próprio país, revestindo-se de um carácter destrutivo. Torna-se, pois, fundamental a existência de um equilíbrio entre a conservação dos recursos e o negócio.

Importa também salientar que para que um produto cultural adquira uma dimensão turística não basta dispor de património cultural ou organizar algumas actividades culturais. Há que oferecer alojamento e restauração ao turista de acordo com os níveis de qualidade exigidas; há também que dispor de transporte adequado assim como de um sistema de reservas e vendas fiável. Conclui-se pois que um destino ou uma rota cultural não constituem, por si só, um destino turístico. Há que lhe acrescer a componente empresarial.

Existem dois aspectos que se consideram preponderantes e a respeitar quando se pretende desenvolver o turismo cultural. Por um lado, atender à criação de itinerários culturais e assim agrupar, de acordo com um denominador comum, lugares, monumentos e museus;

por outro e atendendo à perspectiva de não massificação que se reveste o turismo cultural, proceder à desconcentração geográfica da oferta cultural.

Os itinerários culturais promovem comportamentos cooperativos e dado que implicam uma promoção única, reduzem os custos. Além disso, impulsionam o ordenamento do território quando alertam, por exemplo, para a necessidade da construção de estradas, ou melhores acessos. Por seu turno, quantas vezes nos deparamos com regiões onde abundam museus, espectáculos, monumentos, etc, e que contrastam com outras onde prevalece quase um vazio cultural. Ao fomentarmos esta situação significa que as primeiras, a curto ou médio prazo, defrontar-se-ão com problemas resultantes de um forte assédio de visitantes; quanto às segundas, caminharão para um vazio cada vez maior e a todos os níveis. Daí que a criação de uma oferta cultural geograficamente mais equilibrada e que passaria, por exemplo, por exposições e espectáculos culturais itinerantes e acções integradas, poderia levar a um descongestionamento das primeiras e a uma revalorização das segundas.

Considera-se que uma gestão adequada dos recursos culturais e do turismo passa pela implementação de uma verdadeira política cultural, menosprezando cada vez mais o papel meramente decorativo atribuído por alguns ao património histórico e privilegiando a sua conservação e revalorização subsidiadas, em grande parte, pelas receitas resultantes da prática turística onde a contemplação do recurso, a compreensão da sua finalidade e papel na História são, de facto, fundamentais.

Nesta óptica e no desenvolvimento desta política haverá que atender a alguns pressupostos como sejam:

- a) Dispor de um inventário completo dos recursos culturais e turísticos existentes, nomeadamente no que concerne à sua caracterização (localização, capacidade, etc) e indicadores da procura (perfis de turistas, etc).
- b) Definir cuidadosamente de acordo com os indicadores da procura, a promoção a fazer quer dos destinos, quer dos produtos de turismo cultural. Constata-se uma grande preocupação por parte dos agentes turísticos no que respeita à quantidade de promoção a fazer. Esquece-se muitas vezes, que, para que a promoção seja deveras eficaz tem que responder às necessidades e motivações do segmento alvo, o que implica, por si só, que há que conhecer muito bem o segmento alvo, antes de fazer qualquer tipo de promoção. Se não, corre-se o risco de gastar dinheiro e não se obter os resultados pretendidos. Assim, importa primeiramente definir com exactidão o produto turístico, criando uma oferta turística cultural equilibrada, de qualidade e claramente orientada. Seguidamente, disponibilizar o máximo de informação aos operadores turísticos a fim de lhes facilitar o seu trabalho.

- c) Definir um planeamento estratégico, privilegiando a vertente marketing (antecipação, previsão, satisfação das necessidades do consumidor) e o controle de gestão de forma a controlar a rendibilidade obtida (Figueira, 2002a).

Poder-se-á afirmar que o maior risco que decorre da prática do turismo cultural existe quando se estabelece um choque entre o direito do visitante que procura ver e conhecer e o direito do habitante que, por razões várias, procura proteger a sua intimidade (que algumas vezes se confunde com a interdição de certos recintos aos turistas) dos olhos alheios. Neste caso a visita adquire um carácter predador, invasor da privacidade. E há que contar ainda com o facto de ser exactamente esta "privacidade" o maior atractivo dos turistas.

O turismo cultural é, por si só, avesso à massificação. Se assim não for, surge a desvirtuação deste produto tão frágil e sensível, levando à sua destruição. Alicerça-se neste facto a expressão utilizada por alguns autores quando se referem ao "paradoxo do turismo"; afinal, este é um turismo que se deve efectuar "à medida" do desejável, preservando os recursos turísticos que são a base da sua oferta.

Um outro risco que há que evitar decorre daquilo que é oferecido sob o nome de turismo cultural: quantas vezes nos deparamos com uma oferta desorganizada que agrega produtos diversos e heterogéneos, caracterizadamente mais artificial do que propriamente cultural!

Outras vezes, assistimos a situações onde prevalece a ideia de que estamos perante turismo cultural pelo simples facto de que existe um museu ou uma igreja. Esta perspectiva que ignora e confunde os conceitos de cultura e espectáculo, revela uma forte avidez comercial.

A tudo isto acresce o facto de que os produtos turísticos, aliás tal como os restantes produtos comerciais, são dotados de um ciclo de vida e, por isso, não são eternos. Serve isto para dizer que um destino cultural que se degrade é de difícil recuperação. O mesmo já não acontece com um destino turístico que foi criado exclusivamente para esse efeito : caso uma praia esteja suja, pode-se proceder à sua limpeza; caso um monumento se encontre escondido no meio de prédios de vários andares que alguém permitiu construir, não podemos proceder simplesmente à sua demolição com o objectivo de recuperar quer a verdadeiro envolvente, quer a imagem do monumento em causa.

Conclui-se assim que o Homem desenvolve um papel de extrema importância e deveras fundamental, no que respeita à preservação dos recursos turísticos culturais, podendo, com a sua acção, promover o desenvolvimento do turismo cultural ou, muito simplesmente, destruí-lo.

3.3. O turismo e o meio ambiente

3.3.1. Algumas notas introdutórias ao tema

O turismo representa hoje um sector de actividade com uma dimensão muito grande sendo considerado para muitos países um sector estratégico de desenvolvimento. De facto, o turismo representa um sector de actividade com uma grande e crescente expansão e valor para as "economias nacionais e regionais e fundamentalmente desenvolve-se mediante a prestação de serviços que estão associados quer às necessidades, expectativas, exigências e desejos dos clientes turistas, quer às actividades que desenvolvem nos destinos" (Silva, 2006:23). No entanto, a realização de toda a sua actividade económica implica a utilização dos recursos e, por consequência, toda a envolvente vai ser necessariamente afectada, considerando-se envolvente as condições e influências que se interrelacionam com o homem, o que inclui as componentes naturais, sociais e outras criadas pelo homem.

O meio ambiente inclui todos os ecossistemas com a sua componentes biótica e abiótica, constituídos pelas suas comunidades e diferentes populações e onde se produzem todo o tipo de relações, simples ou complexas. Todos os recursos construídos pelo homem têm aqui lugar, casas, cidades, monumentos – bem como os padrões comportamentais das populações como sejam o folclore, gastronomia, o seu próprio modo de vida que os diferenciam de outras comunidades (Ruschmann, 1997).

Assim, a relação entre turismo e meio ambiente é incontestável, uma vez que o meio ambiente lhe fornece os «ingredientes» necessários para a sua actividade através dos recursos naturais e construídos e, por outro lado, o turismo encarrega-se de produzir um conjunto de outros produtos, muitos deles indesejáveis e que alteram a qualidade do ambiente, criando impactos negativos.

A deterioração das condições de vida da população residente nas grandes cidades leva à crescente procura pelos ambientes ditos mais naturais, procurando as regiões onde as belezas naturais eram mais evidentes. Estes locais, por sua vez, mostram-se sensíveis à ocupação humana sem qualquer planeamento e por isso o seu uso foi-se degradando, chegando a situações sem precedentes e irreversíveis, como é o caso de algumas modificações introduzidas em zonas de montanha e nas orlas costeiras. São exemplos disso a degradação das montanhas na Suíça pelo aumento das estâncias de esqui e criação de rotas para pedestrianismo, que aceleraram a desflorestação e a degradação dessas áreas montanhosas. Por outro lado, toda a costa do Mediterrâneo foi urbanizada de forma massiva, destruindo espaços de grande valor paisagístico, zonas húmidas, dunas, entre outros.

Para que exista um turismo de qualidade é necessário que haja uma boa qualidade ambiental. Esse desequilíbrio foi-se acentuando ao longo das décadas, pelo desejo desenfreando do consumo e geração de renda, sobretudo após a Revolução Industrial.

Vários autores (Ruschmann,1997; Dias, 2003a; Boers e Bosch, 1995) apresentam a sua contribuição para as diversas fases evolutivas do relacionamento entre o turismo e o meio ambiente. Desta forma veja-se como podemos apreciar esta evolução:

- A primeira fase – teve lugar em finais do século XVIII, altura em que o turismo como actividade económica iniciou o seu desenvolvimento, propiciado pelo desenvolvimento provocado pela Revolução Industrial. Apesar do conceito económico associado a este desenvolvimento estar associado à exploração dos recursos naturais, a sua sensibilidade era diferente da dos turistas de hoje. Procuravam locais onde a industrialização não tivesse chegado e os seus interesses e motivações baseavam-se em aspectos únicos existentes em determinadas regiões como portos de pesca, o mar, uma pequena praia. Era uma fase do «relacionamento» e onde começam a ser construídos os primeiros equipamentos turísticos;
- A segunda fase – ocorre no final do século XIX e início do século XX e é caracterizado por um turismo «dirigido e elitista». As preocupações ambientais eram inexistentes e a intensa procura por parte da indústria turística levou a uma construção intensiva, formando os actuais grandes centros turísticos da Europa. É uma fase em que a natureza é domesticada, mas onde as populações tradicionais não deixavam de ter a sua autonomia e relação com a natureza, uma vez que as empresas turísticas limitavam os seus produtos às estações anuais e à sua envolvente;
- A terceira fase – a melhoria das condições de vida da população em geral face ao desenvolvimento industrial, promoveu um desenvolvimento das sociedades, um aumento da população e cada vez mais uma maior pressão sobre os recursos naturais. Esta fase ocorre a partir dos anos 50 e tem o seu apogeu nas décadas seguintes. "A população cresceu exponencialmente 2,5 biliões em 1950, 5 biliões em 1990 e prevê-se 10-12 biliões em 2030" (Middleton, 1998:4).

A melhoria das condições de vida que favoreceu os países desenvolvidos começa a ser requerida por outras pessoas noutras regiões, que procuram esses tipo de desenvolvimento. Nesse sentido, a procura turística cresce de uma forma quase excêntrica, ocupando e saturando zonas do litoral ainda não congestionadas, e onde a natureza e as comunidades locais são dominadas brutalmente pelos efeitos expansionistas do turismo. Esta fase é considerada a mais devastadora, onde predomina um crescimento desordenado, má qualidade de construção e edificação, falta de infra-estruturas básicas de apoio, bem como a criação de estruturas turísticas

sem qualquer estudo associado e que mais tarde acabaram por ser destruídas pela própria natureza. Foi um período de desfrutar e utilizar onde o turismo, em termos de desenvolvimento económico, apenas era visto com um factor gerador de aspectos positivos. As Nações Unidas declararam 1967 como o Ano Internacional do Turismo, o que deu estímulo aos países desenvolvidos a que fosse ainda mais incentivado a prática turística de lazer e viagens, na sua óptica com vista ao desenvolvimento económico de países mais pobres, sem qualquer planeamento e estudos adequados à sua viabilidade. Foi nesta altura que começou verdadeiramente o turismo de massas e com ele todos os problemas associados como sejam a poluição do ar, água, esgotamento de recursos naturais, etc.

- A quarta fase (anos 60 e 70) - apesar desta fase eufórica do turismo, foi no início dos anos 60 que se começaram a debater as relações entre turismo e meio ambiente. Em 1960, a IUOTO (*International Union of Official Tourism Organization*)⁶⁸ acordou numa resolução que identificava a natureza como elemento essencial da actividade turística, o que permitiu o envolvimento dos agentes turísticos nos temas ambientais, com a observação atenta da IUOTO sobre a deterioração dos recursos turísticos naturais. Começa a haver alguma intervenção pública e protestos da forma como se está a desenvolver o turismo. Por sua vez, a indústria turística continua o seu crescimento rápido. A partir dos anos 70 verificou-se uma crescente preocupação pelos problemas ambientais mais visíveis como a poluição do ar, da água e a degradação visual do meio. Nessa linha de pensamento, a partir de 1973, começaram os primeiros estudos de impactes ambientais através de vários organismos académicos e instituições particulares. É o caso da Conferência do Pacífico dedicada ao tema «Tourism Built a Better Environment», através da *Pacific Area Travel Association*, e que permitiu alterar a perspectiva exclusivamente economicista, introduzindo definitivamente os valores ambientais no turismo.

No entanto, o espírito e a ideologia consumista permanecia no espírito dos visitantes que procuravam disseminar entre as populações residentes. Veja-se a notícia publicada no jornal *London Times*, em 24 de Junho de 1976:

“Um pescador das ilhas Seychelles estava tranquilamente estirado na rede em seu barco quando foi abordado por um turista inquiridor. O pescador explicou-lhe que pescava suficiente para satisfazer suas necessidades e as de sua família, depois ia para casa trabalhar uma hora em sua horta e depois sentava-se na praia e olhava o mar. O turista ficou horrorizado. Pacientemente explicou ao pescador que se colhesse mais pescado do que necessitasse podia vendê-lo, comprar outro barco e

⁶⁸ Antecessora da OMT.

ter uma pessoa para trabalhar para ele, depois outra e outras – e seria rico e dificilmente teria que trabalhar; poderia sentar-se e olhar o mar durante a maior parte do tempo. Ao que o pescador respondeu imediatamente que isso era precisamente o que estava fazendo” (Dias, 2003a:14).

Durante as décadas de 60 e 70, as percepções do fenómeno turístico e do seu contributo eram, para muitos, confusa; por um lado, estavam os conservacionistas radicais que exacerbavam os problemas ambientais existentes na tentativa de chamar a atenção. Por outro lado, estavam aqueles que queriam evidenciar os aspectos positivos do turismo, sobrepondo-os aos aspectos ambientais negativos que provocava. Estas duas linhas de pensamento vieram afectar a forma como os próprios organismos nacionais e internacionais como a OMT, com responsabilidades, viam e estudavam esta matéria.

- A quinta fase – os anos 80 estão associados a preocupações ambientais graves como sejam a contaminação por substâncias tóxicas, as chuvas ácidas, o aquecimento do planeta, o buraco do ozono. A indústria do turismo expandiu-se mundialmente beneficiando dos avanços tecnológicos. Esta década foi particularmente importante pela aprovação da Declaração de Manila para o Turismo (OMT), em 1980, e o Programa do Meio Ambiente para as Nações Unidas (1982). Esta declaração implicava uma responsabilização real dos governos no sentido de implementar políticas concretas no sentido de salvaguardar os destinos turísticos ameaçados. A Declaração de Manila para o Turismo procurou responder de forma a colocar a relação turismo/ambiente no seu devido lugar, ou seja que a actividade turística não deve prejudicar os interesses económicos e sociais das populações locais, bem como destruir os recursos naturais e culturais. Para alguns autores esta fase representa uma fase de renovação do turismo onde se enfatiza a importância e o benefício que existe para ambos (turista e residente), na necessidade da conservação do património natural e cultural. No final desta década, com o crescimento das preocupações ambientais e aumento da consciência ecológica motivada pela acção das associações ambientais e governos, surge por parte dos turistas uma nova motivação, diferente daquelas associadas ao turismo de massas, surgindo o turismo alternativo. Este tipo de turismo caracteriza-se pela mudança de hábitos, valores e mentalidades, onde as pessoas procuram qualidade de vida associada a ambientes saudáveis.

“O turismo alternativo foi desenvolvido na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender às exigências do

meio ambiente. Talvez isso tenha sido, além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), um resultado da emergência das questões ambientais que vêm ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional" (Dias, 2003a:16).

Estas pessoas procuram outros produtos diferentes do tradicional "sol e praia", onde surge valorizado o conhecimento e o contacto mais profundo com as populações locais em ambientes que buscam o contacto com a natureza.

Mesmo assim, em tom crítico, há quem ache que nada escapa aos comportamentos habituais dos turistas e dos efeitos do turismo, considerando o turismo alternativo como uma moda, louco e original, em que as pessoas vão cada vez para mais longe, desde que os negócios tenham proveito. Apresenta-se alguns exemplos de promoções feitas, por esta altura, a estes destinos - «Faça o Ártico a pé», «A toilette dos elefantes da Índia», «Um safari nas Filipinas por entre os homens e mulheres seminus da tribo dos Karinga e os nómadas Ilongo, para os quais o arco e a flecha ainda são armas essenciais e a sua calça uma das maravilhas do mundo», «Na terra dos caçadores de cabeças e canibais», entre muitos outros.

As pessoas "... partem atrás da aventura, mas permanecem cidadãos da sociedade industrial, prisioneiros do comportamento turístico normal" (Krippendorf, 1989:81).

- A sexta fase (anos 90 até à actualidade) – em termos ambientais caracteriza-se por uma fase onde ocorrem problemas de desflorestação a nível mundial, alterações climáticas, desertificação e o agravamento dos problemas globais. Em termos turísticos e da sua relação com o ambiente, estão mais consolidados os destinos e tipos de turismo alternativo de contacto com a natureza, promovendo-se o desenvolvimento sustentável no turismo.

Importa aqui evidenciar que no decorrer deste período deram-se transformações que tornaram irreversível a recuperação de muitos dos recursos naturais existentes. Resta porém incentivar e aplicar, de forma mais conveniente, os princípios da sustentabilidade a todas as actividades decorrentes do turismo para que possam constituir um factor de desenvolvimento, minimizando e mitigando os impactos negativos, sem por em causa o nosso futuro comum.

" Desejamos, pois, um futuro onde possamos encontrar ou reencontrar um estado de equilíbrio e de medida humana, «um mundo harmonizado», onde cada parte seja um centro que não viva às expensas das outras, mas de acordo com a natureza e solidárias com as gerações futuras" (Krippendorf, 1989:37).

Por fim, e face às preocupações atrás evidenciadas faz-se referência à Segunda Conferência Internacional sobre Alterações Climáticas e Turismo⁶⁹, convocada pela OMT, PNUMA e Organização Meteorológica Mundial (OMM), que teve lugar em Davos – Suíça, em Outubro de 2007. Esta conferência teve por objectivo debater os desafios que se colocam à sustentabilidade do turismo, desafiando o sector a tomar medidas face aos problemas que afectam o clima. Nesse sentido a Declaração de Davos realça que o sector turístico deve responder com rapidez às alterações climáticas de forma a poder desenvolver-se de forma sustentável. Esse compromisso requer uma acção por parte do sector turístico para:

- ◆ mitigar as suas emissões de gases, derivadas essencialmente às actividades de transporte e alojamento;
- ◆ Adaptar as empresas e os destinos às alterações das condições climáticas;
- ◆ Aplicar as tecnologias existentes e novas para melhorar a eficácia do uso da energia;
- ◆ Criar um fundo financeiro, à parte, no sentido de ajudar as regiões e os países mais pobres (<http://www.iucn.org>, consultado em 05-10-2007).

3.3.2. Os Impactos ambientais do turismo

Os impactos que a actividade turística tem sobre o meio ambiente e na envolvente das actividades que produz são muito diversos. Não se trata apenas dos impactos sobre as atracções em si mas também de toda as infra-estruturas de apoio necessárias para a satisfação dos turistas, como sejam os aeroportos, estradas, alojamentos, espaço de lazer ao ar livre, entre outros.

O turismo, durante algum tempo, pagou exageradamente pelos problemas totais do planeta em termos ambientais. A investigação ambiental relativa aos impactos do turismo tem muitas vezes algumas dificuldades no que diz respeito à determinação das mudanças induzidas pela actividade turística e pelas outras actividades.

De facto, "As an increasingly significant component of economic activity world-wide, tourism and recreation certainly contributes to environmental problems, but what is the extent of this contribution?" (Tribe *et al*, 2000:17).

Também importa referir a falta de dados anteriores ao desenvolvimento do turismo, para obter uma linha de suporte para que essa alteração possa ser medida; a escassez de informação relativa à flora e fauna existente e os níveis de tolerância dos ecossistemas, face a diferentes tipos e formas de turismo e quais os níveis directos e induzidos de impacto ambiental

⁶⁹ <http://www.unwto.org> , consultado em 05-10-2007.

associados à actividade turística, dificultam a «medida» do peso da indústria turística face aos problemas ambientais.

No final dos anos 70 a OECD (Organization for Economic Co-operation and Development), estabeleceu a base segundo a qual se fariam os estudos referentes à pressão causada pela actividade turística, dividindo-a em quatro categorias principais de actividades pela pressão:

- reestruturação ambiental permanente (construção de estradas aeroportos, resorts);
- geração de resíduos (resíduos biológicos e não biológicos, que podem afectar a saúde humana e alterar reprodução de determinadas espécies fundamentais, bem como diminuir a atractividade do local)
- pressão ambiental directa (destruição de zonas naturais consideradas sensíveis como corais, dunas, etc);
- efeito na dinâmica populacional (fenómenos como a migração, aumento da densidade urbana e diminuição da população em zonas rurais).

(Cooper et al, 2001).

Budowski, foi um dos primeiros autores a analisar a dimensão ecológica e social dos impactos do turismo. Ele classificou a relação entre a conservação da natureza e o turismo em três categorias: (1) a relação de conflito – proveniente dos efeitos de degradação provocados pelo turismo sobre o ambiente, (2) a relação de coexistência – em determinadas circunstâncias a conservação da natureza e o turismo pode coexistir com benefícios para ambos, isso pode acontecer dividindo determinadas áreas no tempo e no espaço, (3) a relação simbiótica – a qualidade do ambiente faz parte do produto do turismo, nesse caso qualquer actividade turística deverá ter em conta essa relação para que a própria actividade turística seja penalizada (Mathieson e Wall, 1992; Ward, 1997; Tolvanen et al, 2004).

Muitos outros autores abordaram esta temática dos impactos provenientes do turismo: Butler (1978), *The Impact of Recreation on the Life Styles of Rural Communities*; Edgell (1993) *Socio-cultural and Environmental Aspects of International Tourism*; Edwards, J. e M. Banks (1990) *Environment, Tourism and Development*; Archer, B. e C. Cooper (1994) *The Positive and Negative Impacts of Tourism*; Belisle, F.J e D.R. Hoy (1980) *The Perceived Impact of Tourism by Residents: A Case Study in Santa Maria, Columbia*; Berno (1999) *When a Guest is a Guest. Cook Islanders View Tourism*, Buckley e Pannell (1990) *Environmental Impacts of Tourism and Recreation in National Parks and Conservation Reserves*, entre muitos outros. Todas estas fontes constituem um manancial de informação muito grande.

Nickerson (1996) aponta fundamentalmente a pressão que os turistas fazem sobre a vegetação, a água, o ar, a vida selvagem e os ecossistemas, as linhas da costa marítima, as montanhas e os desertos.

Mathieson e Wall (1992), reconhecem duas categorias de impactos físicos do turismo: aqueles que se realizam sobre o *ambiente natural* (vegetação natural, fauna, vida selvagem, formações rochosas, águas costeiras e continentais, etc) onde os próprios ecossistemas terão que ter uma atenção focalizada e integrada com todos os seus componentes, apontando como principais zonas de impacto as zonas costeiras, montanhas e ilhas; *ambiente construído pelo homem* (descaracterização do património histórico edificado face às construções efectuadas com fins de exploração turística, efeitos sobre a paisagem através da construção de resorts mal enquadrados, descaracterização da paisagem rural pela existência de especulação imobiliária e segundas residências).

Da constatação destes impactos, surgiu a necessidade de que a prática do turismo fosse alvo de uma gestão mais eficaz e adequada, onde prevalecesse o envolvimento dos governos e onde se promovesse uma relação concertada entre os objectivos do sector público e privado.

Numa perspectiva mais global, a Conferência sobre o Ambiente e Desenvolvimento, promovida pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro em Junho de 1992, pretendeu exactamente colocar à discussão de todos os países do Mundo questões relacionadas com a necessidade de proteger o ambiente na Terra, com a necessidade de incentivar processos de industrialização menos agressivos para o ambiente e ainda com a necessidade de questionar o desenvolvimento ou que desenvolvimento prevalece no Mundo. Um dos temas discutidos e de elevada importância, consistiu em encontrar formas de promover o desenvolvimento sustentável em detrimento do crescimento económico puro. A criação da Agenda 21 foi um factor importante por nela constarem não apenas aspectos ambientais mas também aspectos orientados para o desenvolvimento humano.

Neste contexto, importa perceber que o desenvolvimento não constitui uma solução universal, se bem que promova um processo económico e social desejável, nem todos acordam a propósito do significado do termo "desejável". Por isso, o desenvolvimento deve ser, antes de mais, adequadamente planeado às circunstâncias e condições onde irá ocorrer, promovendo um crescimento económico de qualidade, aliado a uma industrialização viável e a mudanças sociais cujo índice de conflituosidade seja mínimo.

Vejam-se, no Quadro 3.14, a relação de impactos entre o Turismo e Ambiente.

Os impactos ambientais podem ser traduzidos como positivos ou negativos. Não é possível desenvolver actividades turísticas sem que daí decorram determinados impactos.

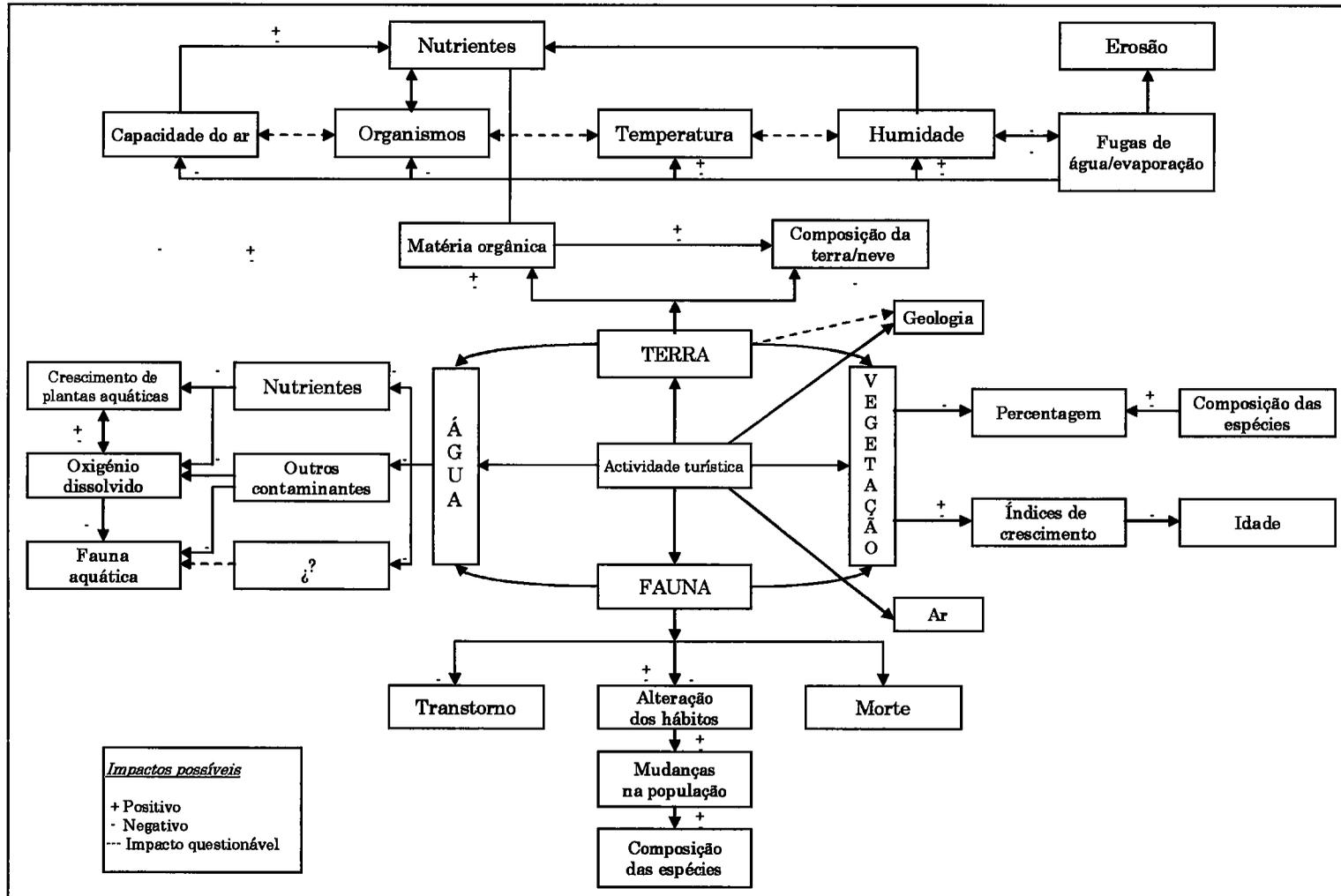
Toma-se necessário, através de um planeamento eficaz, minimizar e mitigar os impactos negativos e evidenciar e estimular os impactos positivos.

Como impactos ambientais positivos podemos destacar os seguintes:

- *A criação de áreas protegidas* – no sentido da conservação e preservação de espécies de fauna e flora, muitas delas em perigo de extinção (Parque de Yellowstone -EUA, Parque Nacional de Pittier – Venezuela, Reserva Nacional Maasai Mara – Quénia, Parque Nacional Peneda-Gerês, etc). A necessidade do próprio desenvolvimento do turismo leva a que sejam protegidas estas importantes atracções.
- *A preservação e restauração de edifícios, monumentos e lugares históricos* (O Taj Mahal – Índia, Stonehenge e o Castelo de Warwick – Reino Unido, a Grande Muralha da China – Republica Popular da China. Num exemplo mais nacional pode-se referir os edifícios que hoje integram as Pousadas de Portugal constituídos em grande parte por edifícios históricos monumentais e religiosos, outrora degradados);
- *A protecção de zonas sensíveis como são as zonas costeiras e florestas* (Grande Barreira de Recifes – Austrália, Floresta de Colo I Suva – Fiji, através do programa da bandeira azul nas praias que fez estabelecer determinados padrões de qualidade salvaguardando desta forma essas áreas sensíveis, etc);
- *O aumento da consciência e qualidade ambiental* – por um lado torna-se evidente que os factores de poluição são inimigos de um turismo de qualidade - nesse sentido a indústria turística procura cada vez mais realizar projectos que vão ao encontro das expectativas e anseios dos turistas no que diz respeito à valorização dos aspectos ambientais e ao encontro da natureza, na introdução de tecnologias limpas. Por outro lado existe uma aprendizagem mútua no contacto entre turistas «» população , face aos novos valores de consciência ambiental.
- *Melhoria de infra-estruturas* – o facto da actividade turística gerar receitas significativas em qualquer região/país onde é instalada, faz com que os responsáveis governamentais procurem criar as condições básicas necessárias para o seu aproveitamento tais como: o saneamento, abastecimento de água, estradas, melhoria das condições de saúde, etc.

(Inskip, 1987; Cooper et al, 2001; Mathieson e Wall, 1992)

Quadro 3.14 . A relação de impactos entre o turismo e ambiente



Fonte: Mathieson e Wall (1992:131). Adaptado.

O Banco Mundial no volume II da publicação sob o título «Environmental Assesment Source Book», de 1991, "(...) [efectua] uma abordagem do tema na óptica dos problemas ambientais relacionados com o turismo, sintetizando os impactes negativos potenciais e as medidas para os mitigar no desenvolvimento turístico (...)"Baptista (1997:580). Atenda-se ao Quadro 3.15, nas páginas seguintes.

Por outro lado, os impactos ambientais negativos, acentuam-se nas mesmas áreas que os positivos como sejam os aspectos relativos à poluição (água, ar, ruído), erosão dos solos, construção de infra-estruturas, aspectos relativos á erosão e desertificação dos solos, os problemas do congestionamento e também do lixo causado por toda a actividade turística.

Os autores são unânimes, de uma forma geral, na identificação dos impactos causados pelo turismo. Numa tentativa de sintetizar todos os aspectos evidenciados apresenta-se o Quadro 3.16 , onde estão apresentados os tópicos de Green sobre os impactos ambientais causados pelo turismo.

Em Portugal, apesar da competitividade do turismo nacional e dos segmentos/destinos que oferece ser mais representativo nos grupos empresariais privados, o governo deve constituir-se como um elemento regulador desse desenvolvimento estabelecendo fronteiras e prioridades, até porque muitos dos recursos turísticos, transportes, infra-estruturas básicas, estão sobre a gestão do sector público.

Nessa linha de pensamento, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003, de 01 de Agosto, o Governo deliberou "promover uma utilização racional, cuidada e sustentável dos recursos naturais, das áreas, do património histórico e arquitectónico e das infra-estruturas e equipamentos disponíveis para fins turísticos" , bem como "dinamizar o desenvolvimento de novas áreas de aptidão e vocação turística nas diversas regiões que pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação possam responder às exigências de novos segmentos de mercado" (CTP, 2005:36).

Com esta Resolução, cria o conceito de «Áreas de Protecção Turística-(APT)», onde são intervenientes os principais Ministérios da tutela bem como as autoridades regionais, nomeadamente as Comissões de Coordenação. Estas APT, por sua vez, obrigam a um Plano de Ordenamento Sectorial do Turismo que irá ser trabalhado juntamente com os vários instrumentos de planeamento territorial, constituindo assim mais uma possibilidade de articular o desenvolvimento turístico com os recursos existentes nas regiões garantindo a sua sustentabilidade.

Quadro 3.15. O desenvolvimento turístico e o ambiente

IMPACTES NEGATIVOS POTENCIAIS DIRECTOS	MEDIDAS MITIGANTES
<p>1. Extracção de areia nas praias para construção. Destruição de recifes por agregação de materiais utilizados na construção.</p> <p>2. Destruição de recursos de água, florestas, outros habitats únicos/sensíveis ou importantes locais culturais, históricos e arqueológicos.</p>	<p>1. Controle dos contratantes de construção. Submissão a planos com regulamentos locais sobre extracção de areia.</p> <p>2. As áreas destinadas ao desenvolvimento devem ter planos de zonagem que tenham em conta condições naturais geográficas e socioeconómicas.</p>
<p>3. Erosão resultante de limpeza incontrolada e da construção de infra-estruturas tais como estradas e marinas.</p> <p>4. Prejuízos na “liberdade” de serviços de ambiente de sistemas naturais e degradação de ar, água e recursos da terra.</p>	<p>Base de fase de planeamento de inventário de recursos.</p> <p>3. Desenvolver planos de controle de erosão e sedimentos.</p> <p>4. A capacidade de uso deve ser definida de forma a que a população turística possa ser sustentada sem sobrecarga de infra-estruturas e recursos existentes.</p>
<p>5. Poluição da água devida a esgotos ou recolha de resíduos sólidos inadequados :</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ recolha de efluentes marítimos ■ sistema de esgotos residenciais ■ marinas ■ infiltração em águas subterrâneas 	<p>Incluir melhorias na concessão de projectos.</p> <p>5. As autorizações dadas para o uso do sistema existente de recolha e movimentação municipal ou regional ou a construção de uma instalação de esgotos no local. Os resíduos líquidos não devem ser descarregados em praias, recifes de coral ou outras áreas sensíveis.</p> <p>Verificar a capacidade local de controle e reforço dos regulamentos sobre poluição.</p>
<p>6. A recolha de resíduos sólidos e líquidos cria condições incomodas junto das instalações.</p>	<p>6. Adequar as opções de recolha de resíduos exigíveis para gerir o problema potencial.</p> <p>Deverão ser considerados aterro sanitários versus incineração bem como a minimização dos resíduos.</p>
<p>7. Problemas de acesso criados :</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ congestão do tráfico ■ ruído ■ poluição atmosférica menor e localizada ■ densidade populacional maior do que os serviços disponíveis. 	<p>7. Minimizar os problemas de acesso através de planos integrados para reduzir o ruído e congestão de tráfego e pedestres.</p>
<p>8. Afecção de ninhos de tartarugas (caso especial)</p>	<p>8. Controle das praias para protecção das tartarugas acompanhado de zonagem das praias e desenvolvimento de dias de orientação para preservar o ambiente natural das praias a partir das primeiras dunas em direcção ao mar.</p>
<p>9. Deslocamento de populações humanas</p>	<p>Restrição das actividades nocturnas nas praias de desova durante os períodos de depósito dos ovos e de incubação.</p> <p>9. Planos e programas de implementação de compensações e de realojamento</p>

(continua)

Quadro 3.15. (Cont.) O desenvolvimento turístico e o ambiente

IMPACTES NEGATIVOS POTENCIAIS INDIRECTOS	MEDIDAS MITIGANTES
10. Conflitos com outros usos de recursos, tais como pesca e agricultura.	10. Concepção do desenvolvimento turístico no quadro de planos de desenvolvimento socioeconómico nacionais, regionais e locais que integrem os novos objectivos em estratégias de desenvolvimento.
11. Pressão ("stress") na capacidade para gerir o "turismo" ou o ambiente com ele relacionado. <ul style="list-style-type: none"> ■ legislação e constrangimentos de voto ■ falta de suporte das agências ■ falta/redução de pessoal e recursos financeiros para mitigar os impactos ■ treino inadequado na gestão do ambiente 	<p>Identificar zonas mais adequadas ao turismo</p> <p>11. Acção legislativa compreensiva exigida para salientar os impactos directos e indirectos, o seu controle e a sua avaliação.</p> <p>O apoio de pessoal e equipamento deve ser orçamentado, incluindo qualquer treino necessário para mitigar e controlar o "plano de protecção do ambiente" ou outro plano de mitigação.</p>
12. O efeito multiplicador noutras indústrias provoca aumento da pressão ("stress") sobre recursos ou serviços (mercado de artesanato, vendedores, motoristas de táxis, fornecedores e agricultores/pescadores).	12. Providenciar infra-estruturas adequadas e serviços para apoio das necessidades físicas, sociais e económicas da região.
13. Congestão, multidões excessivas.	<p>Reconhecer que a "reconstrução" pode ser um problema</p> <p>13. Concepção (áreas urbanas, redes de transporte, etc) de acordo com a capacidade de utilização do local natural.</p>
14. Catástrofes naturais peculiares a locais desenvolvidos, tais como tempestades costeiras, deslizamentos de terras, furacões e vulcões, tremores de terra podem pressionar as infra-estruturas e reduzir benefícios alongo prazo.	14. Concepção de instalações para (a) encontrar as especificações possivelmente melhores para reduzir as catástrofes naturais ; tirar vantagem dos recursos naturais, tais a capacidade dos veios de água para travar tempestades ou absorver resíduos líquidos tratados.

Fonte : Baptista (1997:581).

Os impactos desenvolvidos pela actividade turística de hoje podem ter resultados ainda desconhecidos que apenas se poderão revelar a curto, médio ou longo prazo. Nesse sentido, toma-se importante desenvolver metodologias e processos eficazes que possam de alguma forma evitar desastres ecológicos e garantir o desenvolvimento do turismo numa óptica de sustentabilidade e rendibilidade para as empresas e para as regiões receptoras.

Quadro 3.16. A lista de tópicos de Green sobre os impactos ambientais causados pelo turismo

O AMBIENTE NATURAL

- a) Mudanças na composição das espécies de fauna e flora
 - ◆ Rompimento de hábitos de procriação
 - ◆ Matança de animais em função da caça
 - ◆ Matança de animais para fornecer mercadorias para o comércio de souvenirs
 - ◆ Migração de animais, para dentro e para fora
 - ◆ Destruição da vegetação, pela colheita de madeira ou plantas
 - ◆ Mudanças na extensão ou na natureza do coberto vegetal, através do corte ou plantação, para acomodar instalações turísticas
 - ◆ Criação de uma reserva/santuário de vida selvagem
- b) Poluição
 - ◆ Poluição da água através de esgotos e vazamentos de óleo/gasolina
 - ◆ Poluição do ar pelas emissões provenientes de veículos
 - ◆ Poluição sonora, derivada do transporte e das actividades turísticas
- c) Erosão
 - ◆ Compactação de solos, causando aumento do esgotamento e na erosão da superfície
 - ◆ Mudança no risco de ocorrência de deslizamentos de terra
 - ◆ Mudanças no risco de ocorrência de avalanches
 - ◆ Danos às características geológicas (por exemplo, outeiros, cavernas)
 - ◆ Danos às margens dos rios
- d) Recursos naturais
 - ◆ Diminuição das reservas de água de superfície e do subsolo
 - ◆ Diminuição dos combustíveis fósseis, para atender aos gastos de energia para as actividades turísticas
 - ◆ Mudança no risco de ocorrência de incêndio
- e) Impacto visual
 - ◆ Instalações (por exemplo, prédios, teleféricos, estacionamentos)
 - ◆ Lixo

O AMBIENTE CONSTRUÍDO

- a) Ambiente urbano
 - ◆ Terra retirada da produção primária
 - ◆ Mudanças nos padrões hidrológicos
- b) Impacto visual
 - ◆ Crescimento da área construída
 - ◆ Novos estilos arquitectónicos
 - ◆ Pessoas e propriedades
- c) Infra-estrutura
 - ◆ Sobrecarga da infra-estrutura (estradas, ferrovias, estacionamentos, rede eléctrica, sistemas de comunicação, depósitos de lixo e reservas de água)
 - ◆ Fornecimento de nova infra-estrutura
 - ◆ Existência de processos de gestão ambiental para adaptar áreas para uso turístico (por exemplo, diques, recuperação de terras)
- d) Forma urbana
 - ◆ Mudanças nos usos residenciais, comerciais ou industriais da terra (de casa para hotéis, hospedarias)
 - ◆ Mudanças na malha urbana (por exemplo estradas, pavimentos)
 - ◆ Emergência de contrastes entre as áreas urbanas desenvolvidas para a população turística e as da população anfitriã
- e) Restauração
 - ◆ Nova utilização para prédio em desuso
 - ◆ Restauração e preservação de prédios e sítios históricos
 - ◆ Restauração das casas abandonadas como segundas residências
- f) Concorrência
 - ◆ Possível declínio de atracções turísticas ou regiões por causa da abertura de outras atracções, ou uma mudança de hábitos e preferência dos turistas.

Fonte : Cooper et al (2001:189).

3.3.3. O turismo sustentável

O turismo é uma das maiores indústrias a nível mundial e aquela que mais rapidamente tem vindo a crescer. Os diversos impactos que esta indústria provoca foram sucintamente descritos no capítulo anterior. Face à dimensão desses impactos surgiu a necessidade de adaptar a forma como se desenvolve esta actividade.

Para alguns autores, o conceito de turismo sustentável surge na década de 80, associado às questões do ambiente, protagonizadas essencialmente pelos impactos negativos do turismo de massas. Os problemas provocados por esta actividade nos países desenvolvidos e todos os problemas ambientais daí derivados levam a que comece a ser considerado desejável um turismo mais de pequena escala e menos agressivo. Atenda-se à declaração de Manila que expressa que :

"Os recursos turísticos de que dispõem os países estão constituídos por sua vez por espaço, bens e valores. Trata-se de recursos cujo emprego não pode deixar-se a uma utilização descontrolada sem correr os risco de sua degradação, e mesmo de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e económicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atracção essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao património da Humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver esforços necessários para a sua preservação" (Dias, 2003b:72).

Também a Carta do Turismo e o Código do Turista (1985), expressam a relação entre o turismo e o meio ambiente em vários dos seus artigos onde referem que os Governos deveriam

"proteger o interesse das gerações presentes e futuras, o meio ambiente turístico que, por ser ao mesmo tempo um meio humano, natural, social e cultural, constitui o património da humanidade inteira [...] as populações que constituem as comunidades visitadas nos lugares de trânsito ou de estadia têm o direito ao livre acesso aos seus próprios recursos turísticos, sem deixar de velar, com a sua atitude e comportamento, pelo respeito do seu meio ambiente natural e cultural [...] os turistas devem mostrar maior compreensão com respeito aos costumes, crenças e comportamentos das comunidades visitadas, e o maior respeito pelo património natural, cultural dessas comunidades" (Dias, 2003b:73).

Todas estas manifestações ocorreram antes do conceito de desenvolvimento sustentável emanado do Relatório Brundtland (1987) que apontava a satisfação das necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Desta forma o conceito de

turismo sustentável encontra-se dentro das teorias do desenvolvimento por atender à não degradação e esgotamento dos recursos. Este poderá ter sido o ponto de partida que veio provocar uma reflexão mais cuidada dos organismos responsáveis. É no entanto a partir da década de 90 que tem início o desenvolvimento deste conceito.

Na conferência de Globo'90 que decorreu no Brasil, foram anunciados os seguintes princípios do desenvolvimento sustentável:

1. *O planeamento do turismo e o seu desenvolvimento devem ser parte das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação.*
2. *O planeamento e a operação do turismo devem ser inter-sectoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número possível de benefícios.*
3. *As organizações, empresas, grupos do turismo devem seguir princípios éticos e outros que respeitem a cultura e o ambiente da área anfitriã, o modo de vida, as tradições e os padrões de liderança.*
4. *O turismo deve ser planeado de maneira sustentável tendo em conta a protecção adequada do ambiente natural e humano das áreas anfitriãs.*
5. *O turismo deve ser levado a cabo com equidade, tendo em vista a justa distribuição dos benefícios e custos pelos promotores do turismo.*
6. *No interesse individual e colectivo devem estar disponíveis, antes e durante o processo de desenvolvimento, informações detalhadas, pesquisas e comunicados sobre a natureza do turismo e os seus efeitos sobre o ambiente humano e cultural, particularmente para as pessoas, de modo a que possam participar e exercer a maior influência possível sobre o desenvolvimento e seus efeitos.*
7. *É necessário incentivar a população local no sentido de assumirem cargos de liderança no planeamento e desenvolvimento, com a ajuda do governo, empresas, instituições financeiras e outras.*
8. *Antes de dar início a qualquer projecto principal, devem ser efectuadas análises de planeamento económico, social e ambiental, dando uma especial atenção a diversos tipos de desenvolvimento do turismo e às formas como estas podem se relacionar com as práticas actuais, formas de vida e questões ambientais.*
9. *Durante todas as fases do desenvolvimento e operação do turismo deve ser levado a sério um programa de avaliação, supervisão e medição cuidadoso de modo a permitir à população local tirar partido das oportunidades ou adaptar-se às alterações (Vieira, 2007:9-10).*

Em 1991, o 41º Congresso da AIEST (*Association Internationale D'Experts Scientifiques du Tourisme*), sob a temática do Turismo de Qualidade, aborda a complexidade do estudo da sustentabilidade do estudo do turismo, tendo sido descrito como um turismo que mantém um equilíbrio entre os interesses sociais, económicos e ecológicos.

A «Cimeira da Terra» no Rio de Janeiro (1992) realçou que o desenvolvimento sustentável deve ser aplicado para qualquer estratégia dos sectores da economia onde está inserido o turismo. Neste sentido, o desenvolvimento de qualquer território e mesmo da Terra só poderia ter lugar, satisfatoriamente, se houvesse respeito pelo meio ambiente e sua preservação.

Posteriormente a WWF e a organização inglesa *Tourism Concern*, incluem o turismo como um dos sectores fundamentais onde todas as directivas emanadas sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável devem ser aplicadas. Foi nesse sentido que estabeleceu 10 princípios fundamentais para o Turismo Sustentável:

1. *"O uso sustentável dos recursos – a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, sociais e culturais, são cruciais para as actividades a longo prazo;*
2. *A redução do consumo excessivo e do desperdício – a redução desse consumo evita os custos inerentes à sua recuperação posterior e contribui para a qualidade do turismo;*
3. *A manutenção da diversidade – a manutenção e promoção da diversidade natural, social e cultural a longo prazo é essencial para um turismo sustentável criando opções diversificadas para a actividade;*
4. *A integração do turismo no planeamento – o desenvolvimento turístico integrado numa estratégia nacional e local que implique a realização de estimativas de impactos sobre o meio ambiente, aumenta a viabilidade do turismo;*
5. *O apoio às economias locais – o turismo que apoia mais intensamente as actividades económicas locais e que tem em conta os valores ambientais, protege essa economia e evita danos ambientais;*
6. *O envolvimento e compromisso das comunidades locais – o envolvimento pleno das comunidades locais no sector turístico não só beneficia a elas como o meio ambiente em geral, melhorando a qualidade da experiência turística;*
7. *A integração do poder público e privado – uma vez que existem um conjunto de instituições a trabalhar para um mesmo fim (comunidades locais, organismos e instituições ligadas ao turismo), é importante trabalhar integradas no sentidos de resolverem potenciais conflitos que possam existir;*
8. *A qualificação da mão-de-obra – a qualificação da mão-de-obra que integra o turismo sustentável na prática, bem como o recrutamento da mão-de-obra local a todos os níveis, melhora a qualidade do produto turístico;*

9. A existência de um marketing turístico responsável – o marketing que promove o turismo deve ser feito com uma informação total e responsável, aumenta o respeito pelo meio ambiente natural, social e cultural e das áreas receptoras e potencia a satisfação do consumidor;
10. A investigação – é essencial a realização de pesquisas e o seu monitoramento através da recolha de dados e análises essenciais, no sentido de ajudar a resolver possíveis problemas e trazer benefícios para as áreas receptoras, para a indústria turística e para os consumidores”.

(Boers e Bosch, 1995:148)

No ano de 1993, a Organização Mundial do Turismo tratou de aclarar o conceito de turismo sustentável com o documento «*Tourism the year 2000 and beyond qualitative aspects*», onde se afirma que a actividade turística atende às necessidades dos turistas actuais, protegendo as regiões receptoras e fomentando as oportunidades para o futuro. Este documento da OMT procura incentivar os Governos a conceber este conceito como uma via de gestão dos recursos turísticos, respeitando a integridade cultural e a diversidade de cada área e descreve o conceito de turismo sustentável como uma forma de turismo que responde às necessidades dos turistas actuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma a que possam satisfazer-se as necessidades económicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (Zuñiga e Carrillo, 2006; Barr *et al*, s/d).

Na Carta de Lanzarote (1995)⁷⁰, fez-se pública a Carta Mundial de Turismo Sustentável que estabelece os princípios para desenvolver o turismo sustentável em todo o mundo. No texto redigido é evidenciado o papel que o turismo pode ter no desenvolvimento de muitas regiões em termos mundiais e particularmente nos países menos desenvolvidos com uma variada riqueza de flora, fauna, paisagens e elementos culturais.

Em 1999, O Código Ético Mundial para o Turismo⁷¹, reafirma a intenção do desenvolvimento do turismo através dos princípios da sustentabilidade em todas as suas vertentes. O Artigo 3º é expressamente dedicado ao «turismo como um factor de desenvolvimento sustentável».

Já no ano 2000, em Berlim, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em colaboração com a OMT, apresentou um programa, iniciativa de operadores turísticos de todo o mundo, que analisava o futuro desenvolvimento das políticas de turismo sustentável. O programa baseia-se na aplicação de melhores práticas à gestão ambiental, a

⁷⁰ <http://www.ilam.org/ILAMDOC/resultados/03.html>, consultado em 05-10-2007.

⁷¹ http://www.unwto.org/code_ethics/pdf/languages/Codigo%20Etico%20Esp.pdf, consultado em 05-10-2007.

implantação de novas tecnologias e a necessária colaboração entre governos, indústria do turismo e outros agentes.

Muitas outras colaborações foram dadas, quer pela OMT como de outras organizações e entidades governamentais e não governamentais. Vejam-se de forma resumida as principais Declarações/Conferências que influenciaram o desenvolvimento deste conceito:

- ❖ Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980)
- ❖ Acapulco Documents on the Rights to Holydays (1982)
- ❖ Carta do Turismo e Código do Turista, Sofia (1985)
- ❖ Declaração de Haia sobre Turismo (1989)
- ❖ Conferência Internacional da Nações Unidas (1991)
- ❖ IX Assembleia Geral da OMT (1991)
- ❖ Carta de Lanzarote sobre Turismo Sustentável (1995)
- ❖ Declaração da OMT sobre a prevenção do turismo sexual organizado (1995)
- ❖ Conferência Mundial de Turismo Sustentável (1995)
- ❖ Conferência de Lanzarote sobre Turismo Sustentável (1998)
- ❖ Reunião do Comité de Apoio à Qualidade da OMT (1998)
- ❖ Conferência Internacional sobre Turismo Sustentável no Mediterrâneo (1999)
- ❖ Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (1999)
- ❖ Código Ético Mundial para o Turismo (1999)
- ❖ Seminário de Turismo Sustentável e Competitividade nas Ilhas do Mediterrâneo (2000)
- ❖ Declaração de Quebec para o Ecoturismo (2002)
- ❖ Declaração de Djerba sobre Turismo e Alterações Climáticas (2003)

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Turismo da OMT, em 2004, acordou em examinar a sua própria definição de turismo sustentável (1995 – Agenda 21) com o intuito de a melhor adaptar às exigências da actividade turística mundial. A nova definição conceptual dá ênfase ao equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e económicos do turismo, bem como a necessidade de aplicar os princípios de sustentabilidade a todos os sectores do turismo, fazendo referência a objectivos mundiais como a eliminação da pobreza. Neste sentido, a OMT apresenta o novo conceito em que:

“ As directrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo em todo os tipos de destinos, incluindo o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos ambiental, económico e sociocultural do desenvolvimento turístico, devendo haver um equilíbrio adequado entre essas três

dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Assim o turismo sustentável deve:

1. *Dar um uso óptimo aos recursos ambientais que são um elemento fundamental do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos naturais e a diversidade biológica.*
2. *Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar os seus activos culturais arquitectónicos e vivos e os seus valores tradicionais, e contribuir para o entendimento e tolerância intercultural.*
3. *Assegurar actividades económicas viáveis a longo prazo, que reportem a todos os agentes benefícios socioeconómicos bem distribuídos, contando com oportunidades de emprego estável e obtenção de oportunidades de entrada e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, e que contribuam para a redução da pobreza.*

O desenvolvimento sustentável do turismo exige a participação informada de todos os agentes relevantes, bem como uma liderança política firme para permitir uma colaboração ampla e estabelecimento de consensos. O turismo sustentável é um processo contínuo e requiere um seguimento constante dos impactos, no sentido de introduzir as medidas preventivas ou correctivas que resultem necessárias.

O turismo sustentável deve apresentar um alto grau de satisfação para os turistas e representar para eles uma experiência significativa, que os faça mais conscientes dos problemas da sustentabilidade e fomenta neles uma práticas turísticas sustentáveis⁷².

Também a Federação Europarc, através da Carta Europeia para o Turismo Sustentável em áreas protegidas, define o turismo sustentável como "qualquer forma de desenvolvimento, equipamento ou actividade turística que respeite e preserve a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais e que contribua de maneira positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e para a plenitude dos indivíduos que vivem, trabalham ou realizam umas férias nos espaços protegidos" (Garcia, 2004:4).

Atenda-se à perspectiva de Burnay (2000), no Quadro 3.17, seguinte, onde apresenta de uma forma objectiva o Turismo Sustentável na integração dos vectores fundamentais.

⁷² <http://www.world-tourism.org/sustainable/esp/top/concepts.html>, consultado em 05-10-2007.

Quadro 3.17. O Turismo Sustentável – integração de vectores fundamentais

OBJECTIVOS AMBIENTAIS: CONSERVAÇÃO

Aumento da sensibilização e conhecimento – população local/visitantes/agentes intervenientes

OBJECTIVOS SOCIAIS: SATISFAÇÃO DOS VISITANTES

Qualidade de vida da população local

OBJECTIVOS ECONÓMICOS – MELHORIA DAS ECONOMIAS LOCAIS

Emprego, melhores oportunidades de trabalho

COMPATIBILIZAR AS ACTIVIDADES DE TURISMO

Com as características ecológicas e culturais de cada local

 Fonte: Burnay (2000:33). Adaptado.

Para a concretização efectiva do turismo sustentável é necessário a contribuição de todos os agentes envolvidos, desde os Governos (instrumentos legais, serviços públicos, incluindo o turismo nos planos do governo, sensibilizando as autoridades, controlando a capacidade de carga dos destinos); as comunidades locais (proporcionando serviços ao visitante, interacção cultural, participando nos projectos de desenvolvimento, protegendo a identidade cultural) e a indústria turística (eliminando o uso de matérias e materiais nefastos para o ambiente, através do tratamento adequado dos resíduos, realizando um marketing responsável, incorporando valores ambientais nas decisões de gestão empresarial, proporcionando informação para os turistas, orientada para um comportamento responsável).

Apesar de muitas destas medidas simples poderem, sem dúvida, contribuir para a sustentabilidade do turismo, existem muitas dificuldades em estabelecer normas e instrumentos que possibilitem a implantação prática destes princípios. Assim, é vulgar depararmo-nos com determinados obstáculos para o seu desenvolvimento como por exemplo:

- a falta de entendimento entre o desenvolvimento turístico e os problemas ambientais;
- problemas institucionais, derivados da falta de clarificação das suas tarefas demonstrando uma falta de coordenação entre elas;
- a falta de recursos humanos qualificados bem como de fundos financeiros que apoiem este tipo de desenvolvimento;
- falta de cooperação entre a indústria turística e outros sectores como a agricultura e a natureza;
- o facto de muitas regiões serem dependentes do turismo leva a que os interesse em manter o status turístico da sua região possa desenvolver uma actividade económica que é incompatível com um desenvolvimento gradual e sustentável;

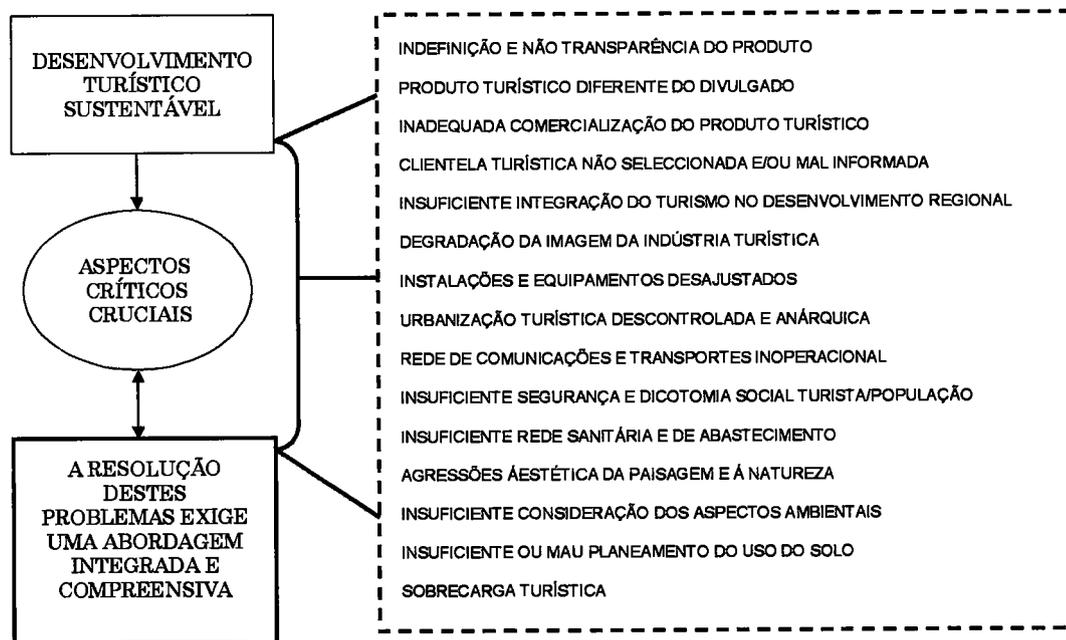
- o turismo ser um sector em que é necessário aplicar um grande investimento de capital e isso leva a necessidade do seu retorno, dentro de um prazo compatível com o investimento, mesmo que seja numa óptica «verde».

(Boers e Bosch, 1995)

Poderíamos acrescentar a este aspectos as dificuldades muitas vezes sentidas no uso da terra e na sua gestão, ainda a baixa consciencialização dos consumidores acerca do turismo sustentável, ou mesmo a consciencialização e preparação da própria comunidade local na aplicação integrada destes princípios. Atenda-se ao Quadro 3.18. que aborda a problemática do turismo sustentável.

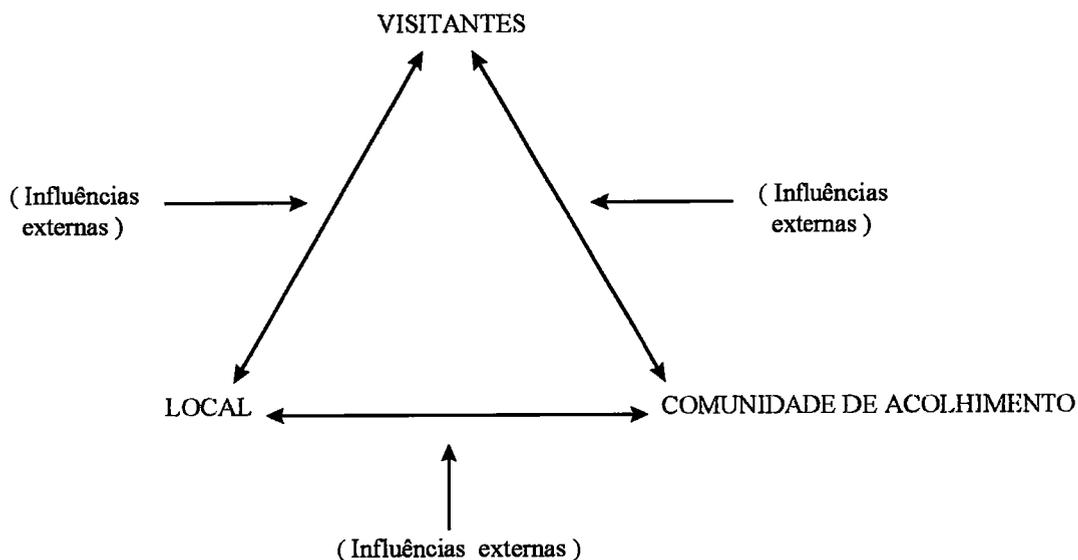
Para que se consiga implementar estes princípios é prioritário que se perspetive o desenvolvimento turístico tal como ele é apresentado no "Modelo para o Turismo Sustentável" na Figura 3.1. .

Quadro 3.18. A problemática do turismo sustentável



Fonte: Baptista (2003:73).

Figura 3.1. Modelo para o turismo sustentável



Fonte: Burns e Holden (1995:220). Adaptado.

Este modelo pretende realçar a necessidade de integrar os três elementos identificados, no processo de desenvolvimento turístico sustentável - o local (ambiente físico), a comunidade de acolhimento (ambiente cultural) e o turista. Naturalmente, esta não é uma tarefa fácil. A construção social das comunidades é muito complexa e diversa. Por outro lado, é difícil conciliar os interesses de todos os agentes envolvidos no processo.

Murphy (1994), acrescenta o contributo de Taylor e Stanley (1992), ao construir uma matriz de áreas e de pesquisas que entendem como prioritárias quando se considera o desenvolvimento turístico sustentável. Esta matriz baseia-se numa escala que relaciona o campo de acção ou área de competência com a urgência de dar início à acção, tal como é apresentado no Quadro 3.19.

Taylor e Stanley (1992), consideram que o resultado das pesquisas deve ser acompanhado ao longo do tempo a fim de identificar eventuais desvios ou alterações e proceder aos adequados ajustes. De salientar que esta matriz apresenta um dado de grande importância - estabelece níveis da "capacidade de carga" para o turismo em variados locais e diferentes circunstâncias.

Quadro 3.19. Áreas e prioridades de pesquisa sugeridas para o desenvolvimento sustentável no turismo

Alcance	Actualmente	Médio prazo	Longo prazo
Lugar	Estudos sobre uma variedade de tópicos Operações Envolvimento dos empregados Custo-benefício Cultura colectiva Verificação ambiental	Valor das águas protegidas (estético e económico) Prontidão em pagar para aumentar as experiências Monitorização da mudança de casos estudados	
Localidade	Estudos específicos Capacidade de carga económica, social e física Estudos de imagem	Estudos longitudinais : Natureza da mudança dos estudos	Indicadores sociais Indicadores económicos Indicadores físicos
Região	Inventário dos recursos Estudo das necessidades e atitudes do mercado	Estudos longitudinais das necessidades e atitudes do mercado Medição dos custos e benefícios	
Nação	Coordenação Disseminação Standards	Trabalho em rede Instituição bancária Metodologias Modelos, paradigmas	
Internacional	Cooperação Adaptação	Instituição bancária Definição de termos	

Fonte : Murphy (1994:281). Adaptado.

3.3.4. A capacidade de carga

A capacidade de carga não é um conceito recente. Desde que Thomas Malthus, no século XVIII difundiu a sua teoria de que a população cresce em progressão geométrica enquanto as necessidades alimentares em progressão aritmética, que a preocupação inerente a uma escassez de recursos preocupou muitas entidades a nível mundial.

Nos anos 50 e 60 os estudos que eram realizados tinham essencialmente a preocupação relativa a algumas áreas específicas como a ameaça de conservação pelo aumento dos visitantes e dos seus impactos em algumas florestas nos EUA ou em áreas protegidas. A partir dos anos 70 intensificou-se a actividade turística e os problemas ambientais agravaram-se de tal modo que os estudos relativos à capacidade de carga tiveram uma importância acrescida. Em 1973, através do Conselho da Europa, realizou-se a primeira⁷³ reflexão profunda sobre os problemas de carga turística face às zonas receptoras e às suas estruturas. Com o aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, a capacidade de carga ganhou todo o sentido visto tratar-se de um instrumento que procura defender os

⁷³ Em Grindewald.

princípios defendidos por este conceito. Se bem que este conceito apareça muitas vezes ligados aos impactos físicos da actividade turística, também se deve ter em conta a capacidade de carga sociocultural e económica. Veja-se, por exemplo, os principais tipos de capacidade de carga que se determinam em muitos dos estudos realizados. Burton (1970) distingue três conceitos distintos de capacidade de carga:

- a) A ecológica – supõe a determinação do nível de degradação ecológica considerada como aceitável;
- b) A paisagística – implica a possibilidade de absorção do uso recreativo por uma paisagem;
- c) A perceptiva – determina a medida do grau de saturação de um recurso.

No entanto, outros autores acrescentam ainda outras perspectivas apresentando novos conceitos como:

- d) Capacidade material;
- e) Capacidade psicológica;
- f) Capacidade física;
- g) Capacidade económica;
- h) Capacidade social;
- i) Capacidade ambiental (Pires, 2001).

O conceito de «capacidade de carga» sendo fundamental para o estudo do desenvolvimento sustentável, não é fácil de definir. Em Ecologia, particularmente na Ecologia das Populações, fala-se a propósito da capacidade de suporte ou de sustentação do meio que se traduz como " a densidade máxima sustentável [e que] corresponde a um nível de saturação, [verificando-se um abrandamento do crescimento] "(Bernardo, 1995:22).

Refere-se ainda que : " *A capacidade de carga é um termo encantador pela sua simplicidade, complexo no seu significado e difícil de definir, podendo ser entendido de várias formas de acordo com as pessoas envolvidas e a especificidade das situações onde é tratado e abordado*" (Murphy, 1994:282).

O aparecimento do conceito da capacidade de carga reporta-se à constatação, em função de estudos realizados por economistas sobre o turismo de massas onde :

" (...) os fluxos económicos financeiros nem sempre revertem para as regiões onde [o turismo] se desenrola, que o carácter especulativo de bens e serviços anulavam muitas vezes as supostas vantagens da indústria turística e que o efeito múltiplo era mais baixo do que o previsto [...] O conceito de capacidade de carga é o limiar da actividade turística através da qual as oportunidades estão saturadas (capacidade física), o ambiente está

degradado (capacidade ambiental) ou o prazer de visitar fica diminuído (capacidade psicológica ou de percepção)" (Baptista, 1997:368).

Continuando esta abordagem, o autor salienta que:

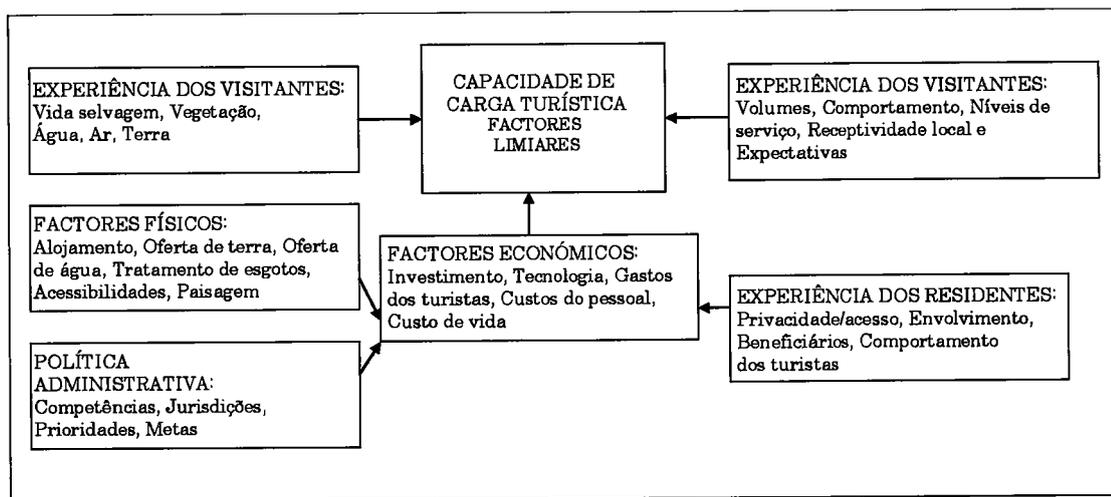
"(...)de facto, a carga turística sobre o meio ambiente é proporcional à frequência turística, em termos quantitativos e qualitativos, e à vulnerabilidade do meio, que é multiformas, o que pode ser insatisfatório ; quanto à avaliação do impacto do turismo sobre a ecologia humana, classificando as estâncias como sobre desenvolvidas, desenvolvidas ou ainda com potencial de desenvolvimento, pode utilizar-se o conceito de taxa de função turística ($Tf t$), com a expressão : $Tf t = L \times 100 / P$, sendo o L = número de camas e P = número de residentes permanentes numa estância ou numa região. Se $Tf t > 100$, trata-se de uma estância turística ; se $Tf t > 500$, pode falar-se de uma cidade turística ".[...] Ainda na óptica do conceito de capacidade de carga, associado ao designado turismo ecológico, o mesmo corresponde ao volume de danos turísticos que um local pode assimilar sem danos a longo prazo, o qual pode ser medido com referência ao número total de turistas que usam o local para determinar se o óptimo social pode ser excedido e o local está a ser sobreutilizado, o que é mais notório em épocas de ponta, mas o dano deve ser expresso não só como resultado do volume total de turistas mas também como resultado dos danos per capita" (Baptista, 1997:369).

A OMT (2001), definiu a capacidade de carga como sendo "o máximo uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre os seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a comunidade receptora, a economia ou a cultura local" (Seabra, 2003:108). Assim, "a capacidade de carga de um recurso turístico representa o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meio físico e social" (Ruschmann, 1997:116). De facto "As considerações relacionadas com a capacidade de carga devem levar em conta dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais. As decisões têm que partir do princípio da informação e consentimentos prévios" (Dias, 2003a:81). Neste sentido, a determinação da capacidade de carga não pode ser medida de igual forma em todos os locais. Cada local tem as suas características próprias que determinam a aplicação deste conceito e metodologia própria. Em muitos casos não existe uma relação directa entre o número de visitantes e os impactes negativos que podem surgir. Os factores que determinam esses impactos podem ser muito variáveis, desde o clima à orografia do terreno, a existência ou não de recursos hídricos, a cultura da população local, o tipo de turistas, etc.

Vejam-se, no Quadro 3.20., alguns factores que limitam a determinação da capacidade de carga turística.

Importa contudo distinguir entre capacidade de carga e limite de saturação. No primeiro caso deve constituir-se como um factor de sustentabilidade e por isso deve ser o cenário pelo qual os aspectos ambientais estão defendidos e o valor da experiência do turista continua em alta. Falar de «capacidade de carga» implica falar de limites para o desenvolvimento previamente fixados e determinados. Implicitamente, abaixo desses limites ou mesmo no seu limiar não deverão ocorrer situações de deteiorização. O limite de saturação encontra-se associado a um conjunto de possíveis impactes negativos derivados do número de turistas existentes num dado lugar/região, além do qual se tomam inaceitáveis.

Quadro 3.20. Factores limitativos da capacidade de carga



Fonte: Baptista (2003:70).

Sabe-se que as alterações verificadas no ambiente, os impactos ambientais, a qualquer nível, apresentam um efeito propulsor ou multiplicador. Por isso e já que desenvolvimento é também sinónimo de mudança, seja maior ou menor, se deva conhecer, contabilizar e apreciar atentamente, todas as alterações ocorridas em todos os estádios de desenvolvimento.

Apesar de não constituir objecto de estudo deste trabalho a determinação da capacidade de carga de um determinado local ou actividade, entende-se por bem apresentar, de forma sucinta alguma da metodologia utilizada e referenciada por vários autores, na medida da capacidade de carga em diversas situações distintas.

Na perspectiva de Lazato-Giotart(1992), Ruschmann (1997) apresenta seis propostas:

- a) STI (Spatial Tourist Intensity) » Índice Espacial de Frequência Turística

$$\frac{\text{Número de turistas(dia/estação/ano)}}{\text{hectare ou acre}}$$

Onde o número de turistas é calculado pela totalidade de pernoitas ou de visitantes num determinado local.

- b) HTR (Hospitality Tourist Rate) » Taxa de Desempenho Turístico

$$\frac{\text{Número de camas x 100}}{\text{Número de habitantes}}$$

(Alta: 10 – Baixa 1)

Esta taxa é uma forma simples para determinar a capacidade de hospedagem de um local (Alta: 10 – Baixa 1)

- c) BCC (Beach Carrying Capacity) » Capacidade de Carga da Praia

$$\frac{\text{Comprimento (extensão da praia – em metros)}}{\text{Número de turistas na praia}}$$

Número ideal: 1 a 10 pessoas/m.

- d) WCC (Water Carrying Capacity) » Capacidade de Carga da Água

$$\text{m}^3/\text{turistas}/\text{dia}$$

Quando o valor ultrapassa 2m³/turistas/dia pode existir a possibilidade da existência de determinados impactos negativos, não só pela ocupação dentro de água mas por factores de erosão na areia do mar.

- e) CSCI (Climatio Swimming Comfort Index) » Índice de Conforto Climático

$$\frac{\text{Temperatura (Celsius ou Farenheit) do ar}}{\text{Temperatura (Celsius ou Farenheit) da água}}$$

Este índice é variável conforme as preferências dos turistas e de da região onde ocorre. As condições ideais são normalmente atribuídas à costa do Mediterrâneo.

- f) Coeficiente de Casa de Veraneio

$$\frac{\text{Propriedades turísticas para veraneio (por hectare ou acre) x 100}}{\text{Propriedades para alojamentos hoteleiros (por hectare ou acre)}}$$

Este coeficiente é importante para o planeamento do desenvolvimento das localidades turísticas receptoras.

Todas estas metodologias são normalmente aplicáveis em zonas de litoral, montanha ou urbanas. Porém, além de serem simples de calcular não têm em conta o meio social, económico e os possíveis impactos do turismo.

Continua a autora, enunciando a perspectiva de Boullón (1985), no sentido de definir a capacidade de carga para áreas protegidas «Parques».

g) Neste caso são considerados quatro factores fundamentais:

- a capacidade de carga ecológica;
- a capacidade de carga social e psicológica;
- os equipamentos instalados na área;
- a compatibilidade entre os vários usos do espaço natural.

Assim propõe a seguinte metodologia:

$$\text{Capacidade do local} = \frac{\text{Dimensão da Área(DA)}}{\text{Padrão da Frequência(PF)}}$$

DA (a área para utilização turística ou recreativa).

PF (o resultado da média das necessidades ideais para protecção do local).

De acordo com esta metodologia, para obter o Total das Visitas Diárias(TVD) teria que se adoptar a seguinte expressão:

$$\text{TVD} = \text{capacidade do local} \times \text{coeficiente de rotação}$$

onde o coeficiente de rotação se determina através de :

$$\text{Coeficiente de Rotação} = \frac{\text{Tempo Disponível para Visitação}}{\text{Duração Média das Visitas}}$$

Wearing e Neil (2000), fazem referência ao

- h) ROS (Recreation Opportunity Spectrum) » Espectro de oportunidades de Recreação
 Neste caso pretendia-se identificar qual o tipo de administração desejada – semimoderna, moderna, semiprimitiva e primitiva - estabelecendo níveis de desenvolvimento local. Tinha em conta factores como os acessos; identificação de usos não recreativos; administração local, interações sociais níveis de aceitação de impactos provocados pela visitação do local, controle do governo sobre a região em causa.

Tendo por base a ideia de Stankey *et al* (1985), Murphy (1994), apresentou uma outra proposta na tentativa de medir o desenvolvimento turístico sustentável na óptica da oferta:

- i) LAC (Limits of Acceptable Changes) » Limite Aceitável de Mudança

O sistema LAC visa estabelecer níveis aceitáveis de uso dos recursos. Para o efeito, analisa, primeiramente, as condições desejáveis da zona em estudo e depois, a quantidade de uso tolerável pela mesma.

Como se pode compreender, este é um processo, conjuntamente, de medida e de planeamento.

Contudo e tal como os autores salientam, não passa de um processo, necessitando por isso, que os órgãos de Governo definam claramente o que entendem como "aceitável" assim como de interpretações qualificadas a propósito das mudanças e suas implicações ocorridas em todos os estadios do processo ou desenvolvimento.

Outra das metodologias muito referenciada (Wearing e Neil, 2000; Pires, 2001) é o designado por:

- j) VIM (Visitor Impact Management) » Método para Gestão do Impacto dos Visitantes
Esta metodologia é complexa e exige uma análise de políticas. Legislação e aspectos sociais e ambientais, enfatizando a causa dos impactos. O factor de diferenciação deste método é que ele define objectivos de gestão para cada lugar ou para cada zona no interior das áreas naturais.

Pires (2001), evidencia também outro método designado por :

- k) EVPR (Experiência de Visitantes e Protecção de Recursos)
Este método baseia-se em métodos anteriores e combina-os com outras propostas. Procede a um trabalho multidisciplinar orientado para os objectivos de gestão na criação de uma área protegida.

Costa *et al* (s/d) e Arias *et al* (1999), indicam também uma outra metodologia :

- l) Metodologia de Cifuentes

Esta metodologia foi desenvolvida por ser mais facilmente aplicada às áreas protegidas nos países em desenvolvimento, face à falta de recursos, informações e pesquisas para aplicação de outros modelos. Este modelo procura estabelecer o número máximo de visitas que uma área protegida pode receber com base nas condições físicas, biológicas e de gestão que se apresentam na área em estudo. Este método apresenta três etapas:

- determinação da Carga de Carga Física (CCF) – através da relação entre os espaço disponível e o espaço ideal de ocupação de pessoa, num tempo determinado;
- identificar a Capacidade de Carga Real (CCR) – calcula-se submetendo a CCF a factores de correcção para variáveis físicas, ambientais, biológicas e de gestão;
- obter a Capacidade de Carga Efectiva (CCE) – é obtida através da restrição da CCR em função das possibilidades de gestão e administração do local.

Os três níveis de Capacidade de Carga apresentam uma relação que se pode representar como $CCF \geq CCR \geq CCE$.

Na pesquisa das metodologias utilizadas para a determinação da capacidade de carga é possível ainda encontrar referências a outros métodos como *Visitor Activities Mangement Process*, *Visitor Experience and Resosurce Protection* ou *Tourism Optimisation Management Model*.

3.4. O ecoturismo

O ecoturismo, enquanto uma forma de turismo alternativo, observou um crescimento significativo em consequência de uma insatisfação das formas convencionais de exploração turística, onde eram sucessivamente ignorados ou deixados para segundo plano, os elementos ecológicos e sociais das regiões, em favor de uma exploração centralizada no lucro imediato dos produtos desenvolvidos.

O desenvolvimento do ecoturismo teve, certamente, a influência significativa dos grupos ecologistas e a insatisfação com os governos na aproximação e desenvolvimento dos pontos de vista ecológicos. A evidência no próprio esforço da sociedade em evoluir para uma maior consciência ecológica, fez que com muitos lugares e pessoas, independentes, tivessem que responder perante a procura de mais oportunidades de viagens para os lugares de contacto com a natureza.

A viabilidade deste tipo de turismo ficou demonstrada muito antes dos anos 80, quando efectivamente começou a ser mais conhecido. Veja-se o exemplo das inúmeras viagens organizadas, desde 1953, realizadas pelo Departamento de Viagens do Museu Americano de História Natural (Blangy and Nielson, 1993).

Talvez os melhores exemplos que se possam dar da evolução do ecoturismo sejam relativos à vida selvagem em África e ao desenvolvimento do turismo no início do século XX e também em algumas viagens turísticas de natureza, ainda durante o século XIX (Wilson, 1992).

Nash refere que muitas pessoas, durante o século XIX viajavam, quer para a Europa ou para a América do Norte, no sentido de apreciar as paisagens e as belezas naturais existentes. Veja-se o caso seguinte:

"(...) Alexis de Tocqueville resolveu observar a vida selvagem numa viagem que realizou em 1831 aos Estados Unidos, e no Território do Michigan, em Julho, o jovem francês, encontrou-se finalmente na civilização finge. Mas quando informou o guarda da fronteira do seu propósito, o desejo de viajar por prazer dentro da floresta primitiva, ele pensou que estava maluco. Os Americanos necessitaram de uma persuasão considerável de Tocqueville no sentido de os convencer que os seus interesses eram outros que não a madeira ou a especulação de terrenos" (Nash, 1973:23).

A revolução intelectual, perpetuada nos séculos XVIII e XIX, incutia nos espíritos desses homens de cultura a necessidade de aproximação às questões da natureza e da vida selvagem, transformando-se mesmo num tónico espiritual e psicológico. Nos Estados Unidos, até 1980, os turistas que mais procuravam o contacto com a natureza eram essencialmente estrangeiros. Quando os Americanos começaram a usufruir desses espaços naturais apenas se

destinavam a classes muito privilegiadas que detinham esses direitos. Nos anos de 1880's, uma viagem a Yellowstone, custava na altura, três vezes mais do que uma à Europa (Nash, 1973).

O ecoturismo, começou a vulgarizar-se particularmente na década de 90, revelando a preocupação de todos os países em minimizar os impactos negativos aliados à prática do turismo e à protecção do ambiente. Os factores que mais contribuíram para a forte divulgação do ecoturismo foram:

- a manifestação de uma consciencialização a nível internacional a propósito das realidades ecológicas globais ;
- o desejo manifestado por um razoável segmento de turistas pertencentes ao mundo industrializado de visitarem locais onde lhes fosse possível experimentar situações de contacto com a Natureza ;
- a convicção sentida por parte de todos os países do Mundo de que os recursos naturais são escassos e, por tal, necessitam de ser preservados para as gerações vindouras (Hawkins, 1994).

3.4.1. Abordagem conceptual

Existe uma diversidade de termos e expressões que tentam, de uma forma ou de outra, traduzir o conceito de ecoturismo, ligando-o a outros como natureza, aventura, sustentável, cultural, entre vários. Muitas vezes, as actividades turísticas oferecidas por estes tipos de turismo são de tal forma próximas entre si, que aquilo que os separa é apenas a motivação principal que originou essa viagem.

Para alguns autores a diversidade de termos não corresponde a um problema em si, como é o caso de Mader (2006) que refere que apesar das várias referências enunciadas o que importa é que as definições de ecoturismo tenham em conta uma forma de turismo que vá ao encontro de três critérios "(1) providencie uma conservação do ambiente; (2) inclua uma participação significativa da comunidade; (3) tenha proveitos e se possa auto-sustentar" (Mader, 2006:17).

Para outros, importa definir com clareza o verdadeiro significado do conceito e aquilo que efectivamente representa, dissociando-o dos outros, em particular do turismo sustentável e do turismo de natureza. Apesar de já se ter sido abordado o conceito de turismo sustentável, importa aqui enunciar-lo de novo tendo em atenção a comparação que se pretende realizar. Veja-se uma abordagem conceptual a propósito destes termos:

"(...)O turismo sustentável pode ser definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece

explicitamente a necessidade de protecção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social" (Dias, 2003a:107).

Na perspectiva de Dias (2003a) e Cater (2007), o turismo sustentável compreende assim todas as formas e destinos turísticos, desde as áreas naturais e as cidades, o turismo de massas, de natureza, de aventura, cultural, sendo comumente aceite que o turismo sustentável deve ser considerado como um termo genérico, onde todos os segmentos do turismo terão como objecto primordial alcançar a sustentabilidade.

Porém, esta perspectiva tão ampla de turismo sustentável⁷⁴ não é totalmente compartilhada por outros autores que se aproximam mais dos conceitos atribuídos de ecoturismo e de natureza.

"(...) O turismo de natureza, no entanto, busca desfrutar os valores naturais de um território, mas não implica, necessariamente, atitude particular dos turistas. O turismo de natureza pode apresentar-se como insustentável. As latas de refrigerantes, garrafas e sacos de plásticos deixados em trilhas naturais, nas beiras dos lagos e represas e nas margens dos rios, representam a face mais visível das possibilidades da insustentabilidade desse segmento" (Dias, 2003a:107).

Quanto ao ecoturismo, e antes de apresentar o seu conceito, é importante verificar a forma como evoluiu, bem como as transformações que se foram sucedendo na expectativa da criação de uma forma de turismo individualizada e de características próprias.

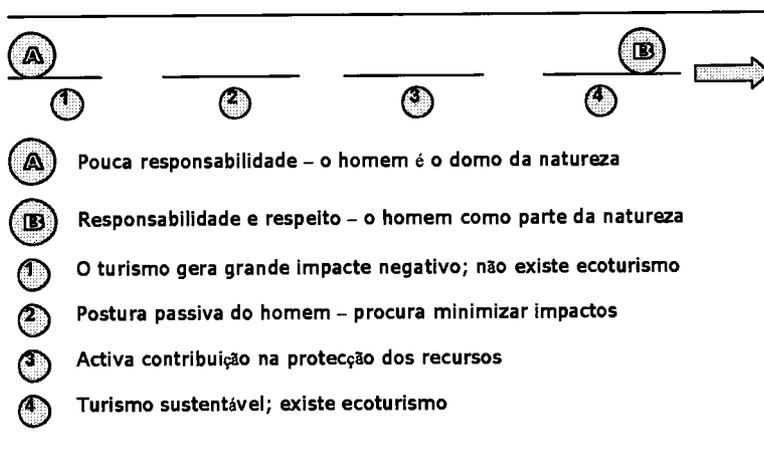
O seu conceito evoluiu de forma progressiva, tendo em conta a crescente responsabilidade e a preocupação que o homem tem perante o meio ambiente.

"(...) os visitantes que há um século chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite foram os primeiros ecoturistas. Os viajantes pioneiros que se embrenharam por Serengeti há 50 anos e os aventureiros caminhantes do Himalaia que acamparam no Anapurna 25 anos mais tarde eram tão ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pinguins da Antártida, acompanham a migração em grupo de Belize ou dormem nas habitações comunitárias dos nativos de Bornéu" (Lindberg e Hawkins, 1995:15).

⁷⁴ Na outra óptica "o turismo sustentável é uma forma de lazer harmoniosa, fundamentada na autodeterminação, na valorização das populações nativas e no respeito do meio ambiente" (Seabra, 2001:29). Continua o autor caracterizando este segmento como «brando ou tranquilo», de viagens individuais ou em pequenos grupos, alojamentos simples com serviços personalizados.

Na procura de definição de uma ideia clara sobre a evolução do conceito, Kinker (2002) propõe um exercício de imaginação de uma linha contínua, em que a um extremo se situa a pouca responsabilidade do homem em relação ao seu meio natural e cultural. Neste ponto, qualquer tipo de turismo irá causar grande impacto, negativo e conseqüentemente, não haverá sustentabilidade, nem ecoturismo. No outro extremo, o homem tem uma grande responsabilidade, respeita a natureza e aprende com as culturas diferentes da sua. Neste ponto, a actividade turística gera um impacto mínimo, promove a conservação dos ambientes natural e cultural e desenvolvimento sustentável, podendo agora ser chamado de ecoturismo. Veja-se a Figura 3.2. que retrata esta abordagem da evolução do conceito.

Figura 3.2. A evolução do conceito de ecoturismo



Fonte: Kinker (2002:20).

Por outro lado sugere-se "que o ecoturismo muito provavelmente resultou de uma evolução convergente, onde muitas pessoas e lugares, independentemente, responderam à necessidade de mais oportunidades de viagens de natureza, num esforço da própria sociedade na evolução da sua consciência ecológica" (Fennel, 1998:234).

No processo de aparecimento e evolução do conceito de ecoturismo, Dias (2003a) e Hsu (2005) evidenciam Hetzer (1965) como já tendo recorrido a essa forma de expressão no sentido de explicar o relacionamento intrínseco entre os turistas, os ambientes e as culturas e a forma como eles interagem, onde identificou quatro pilares fundamentais para um turismo responsável :

1. impacto ambiental mínimo;
2. impacto mínimo sobre – e máximo respeito para com – as culturas anfitriãs;
3. máximo benefício económico para as comunidades locais do país anfitrião;
4. máximo de satisfação recreativa para os turistas participantes.

Serulle (s/d), por sua vez, credita a Kenton Miller a criação do termo ecoturismo, presente na publicação da obra "Planificando os parques nacionais para o ecodesenvolvimento", editado em 1978, pela Universidade de Michigan. Carrilo (1992), faz também referência a Jost Krippendorf (1987), nomeadamente através da sua obra "The holiday makers" onde define o turismo verde como aquele que é sustentável no meio ambiente em que se desenvolve. Havia aqui a tendência de equiparar o "verde » natureza » ecoturismo".

Apesar dessas contribuições, para muitos autores, o cunho da definição do ecoturismo, pertence a Ceballos-Lascuráin⁷⁵ em 1983, quando da sua participação no desenvolvimento da PRONATURA, onde definiu, da seguinte forma o ecoturismo:

"(...) O ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objectivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto presentes como as passadas) que ali se possam encontrar. Nestes termos, o ecoturismo implica um enfoque científico, estético ou filosófico, sem que isto signifique que o ecoturista deva ser um cientista, um artista ou um filósofo profissional. O relevante aqui é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de estar imersa na natureza de maneira muito diferente daquela que usualmente se apresenta na vida urbana cotidiana. Essa pessoa com o tempo adquirirá uma consciência e um conhecimento do meio ambiente natural e, por extensão, do cultural) convertendo-se assim em alguém genuinamente envolvido nos temas conservacionistas" (Dias, 2003a:109)⁷⁶.

Apresentam-se de seguida um conjunto de definições, de vários autores ou organizações onde procuram manifestar a sua opinião e contributo ao conceito de ecoturismo. Atenda-se ao Quadro 3.21. .

⁷⁵ Arquitecto e ambientalista mexicano, presidente fundador da PRONATURA –uma importante associação ambientalista mexicana. Tem exercido várias funções de que são exemplo Director Geral do Programa Internacional de Consultoria em Ecoturismo, Especial Conselheiro da IUCN na área do Ecoturismo, Conselheiro da Organização Mundial do Turismo(OMT), entre outros (Ceballos-Lascuráin, s/d).

⁷⁶ Em 1998, Ceballos-Lascuráin, em artigo publicado, altera ligeiramente a definição, pois aparece com alusão à contaminação: "o ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar para áreas naturais, relativamente pouco perturbadas ou contaminadas...".

Quadro 3.21. Definições de ecoturismo

Fonte	Definição
Goodwin (1996:228).	"turismo de natureza de baixo impacto que contribui para a manutenção de espécies e habitats, directamente através de uma contribuição para a conservação e/ ou Indirectamente ao atribuir lucros suficientes à comunidade para que a população local valorize e assim proteja a sua área herdada de vida selvagem, como uma fonte de rendimento."
International Ecotourism Society (TIES) (1991) - Wood (2002:9); http://www.ecotourism.org , consultado em 01-09-2007.	"ecoturismo é a viagem responsável para as áreas naturais que conserva o meio ambiente e mantém o bem estar da população local"
IUCN (1996) ⁷⁷ - Wood (2002:9); http://www.iucn.org , consultado em 01-09-2007; Dias (2003a:110).	"o ecoturismo é aquela modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atractivos naturais (paisagem, flora e fauna silvestres) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento activo e socio-económico benéfico das populações locais".
Budowski (1990) - Soifer (2005:16)	"Forma de estudar a natureza, baseado na apreciação da fauna e da flora e suas numerosas integrações entre si e com o meio ambiente".
ECO/92 . Soifer(2005:16)	"Turismo com a finalidade de conhecer locais ou regiões de singular qualidade natural ou ecológica, ou o fornecimento de serviços para facilitar tal turismo".
EMBRATUR (1994) - Mitraud (2003:12)	"Um segmento da actividade turística que utiliza de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas"
Bjork (2000: 196-197).	"Uma actividade em que as autoridades, a indústria de turismo, turistas e população local cooperem para tornar possível aos turistas viajar para áreas genuínas[...] para admirarem, estudarem e apreciarem a natureza e cultura de uma forma que não explore o meio mas que contribua para o desenvolvimento sustentável."
Ziffer (1989) - Sirikaya et al (1999: 169).	"Uma forma de turismo inspirada inicialmente pela história natural de uma área, incluindo as suas culturas indígenas. O ecoturista visita áreas relativamente subdesenvolvidas no espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista pratica uma utilização não consumista da vida selvagem e recursos naturais e contribui para a área visitada através de trabalho ou meios financeiros direccionados para beneficiarem directamente a conservação do local e o bem-estar económico dos residentes locais. O ecoturismo também implica uma abordagem desenvolvida pelo país ou região de acolhimento, que se compromete a estabelecer e manter as áreas com a participação dos residentes locais, publicitando-as de forma adequada, reforçando as normas e utilizando os lucros da empresa para financiar a administração da área, bem como o desenvolvimento da comunidade".
Boo (1992) - Sirikaya et al (1999: 169).	"O ecoturismo / turismo orientado para a natureza refere-se ao turismo em áreas naturais relativamente não danificadas com o objectivo específico de admirar, estudar e apreciar a paisagem e a sua flora e fauna".
Mvula (2001: 395).	"Viajar para áreas naturais, que tem impactos ambientais e sociais menores e que contribui para a preservação das espécies e habitats através de uma contribuição directa para a sua conservação e, ao providenciar rendimento suficiente à comunidade local, para que esta valorize e assim proteja a sua área de património natural como uma fonte de rendimento. Inerente a isto está o facto de a comunidade local estar plenamente consciente da fonte deste rendimento".
Martha Honey ⁷⁸ (1999) - Mourão (2004:18)	"Ecoturismo envolve viagens a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto e (usualmente) em grupos pequenos. O ecoturismo incentiva a educação do viajante, recursos para a conservação, direcciona benefícios para o desenvolvimento económico e fortalecimento político das comunidades locais e promove o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos".

Fonte: Autor.

Apesar das diferentes opiniões e formas de definir este conceito, é importante referir que variáveis como as áreas naturais; cultura; educação; conservação e benefícios para as populações locais, são, de modo geral, evidenciadas como pertencentes ao ecoturismo.

⁷⁷ Este conceito oficialmente adoptado pela IUCN, resultou de uma revisão, feita pelo próprio Ceballos-Lascuráin em 1993, do conceito original.

⁷⁸ Na altura era directora executiva da TIES.

Os contributos das várias definições de ecoturismo, permitem-nos sistematizar as suas características⁷⁹ principais, e que se podem resumir como:

- toda a forma de turismo baseada na natureza, em que a motivação principal dos turistas seja a observação dessa natureza ou de culturas tradicionais dominantes nessas zonas;
- inclui elementos educacionais e de interpretação;
- geralmente, se bem que não exclusivamente, está organizado para pequenos grupos por empresas especializadas, pequenas e de propriedade local. Operadores estrangeiros de diversas envergaduras poderão também organizar, gerir e comercializar percursos ecoturísticos, em geral para grupos pequenos;
- procura reduzir ao mínimo todos os impactes negativos sobre a envolvente natural e sociocultural;
- contribui para a protecção das zonas naturais:
 - gerando benefícios económicos para as comunidades, organizações e administrações locais que gerem as áreas naturais com objectivos conservacionistas;
 - oferecem oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades rurais;
 - incrementam uma consciencialização sobre a conservação do património natural e cultural, tanto entre os habitantes da zona como entre os turistas;
 - contribui para o desenvolvimento sustentável dos locais.

O aumento das actividades ecoturísticas em todo o mundo levou a que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), juntassem esforços no sentido de preparar as actividades que se vieram a desenvolver em termos internacionais no Ano Internacional do Ecoturismo, em 1992. Estava, assim, conseguida a aceitação internacional do ecoturismo.

Um dos acontecimentos mais importantes resultantes do Ano Internacional do Ecoturismo, foi precisamente a Cimeira do Ecoturismo Mundial⁸⁰, o evento mais importante da TIES, onde tiveram oportunidade de participar 132 países, procedentes dos sectores públicos, privados e não governamentais, numa participação de cerca de 3000 representantes. Apesar das limitações de todo este processo consultivo para incorporar a contribuição tão variada de organismos públicas, privados, regionais, locais, não governamentais, etc, a Declaração de

⁷⁹ <http://www.unep-tie.org>, consultado em 03-09-2007.

⁸⁰ Realizou-se na cidade do Quebec (Canadá), entre 19-22 de Maio de 2002.

Quebec comporta uma série de directrizes muito importantes para a orientação deste tipo de turismo, de que se apresentam alguns exemplos⁸¹ :

» Reconhecimento que o ecoturismo engloba os princípios do turismo sustentável, relativamente aos impactos económicos, sociais e ambientais do turismo. Engloba, igualmente os seguintes princípios específicos seguintes, que o distinguem do conceito mais vasto do turismo sustentável:

- ◆ contribui activamente para a conservação da herança natural e cultural;
- ◆ inclui comunidades locais e indígenas no seu planeamento, desenvolvimento e exploração e contribui para o seu bem estar;
- ◆ interpreta a herança natural e cultural do local para os visitantes;
- ◆ destina-se tanto a viajantes independentes como a excursões organizadas para grupos de pequena dimensão.

» Reconhecimento que o turismo tem implicações sociais, económicas e ambientais significativas e complexas e que podem supor tanto benefícios como custos para o meio ambiente e para as comunidades locais.

» Reconhecimento de que o ecoturismo foi o impulsionador na introdução de práticas de sustentabilidade no sector turístico.

» Reconhecimento da diversidade cultural vinculada com numerosas áreas naturais, especialmente devido à presença histórica de comunidades locais e indígenas, algumas das quais souberam manter o seu saber-fazer, os seus costumes e práticas tradicionais que, em muitos casos, demonstraram a sua sustentabilidade ao longo dos séculos.

» Reconhecimento também que muitas destas regiões integram populações que por vezes vivem na pobreza e com frequência carecem de assistência sanitária, sistemas educativos, comunicações e outras tantas infra-estruturas necessárias para ter uma verdadeira oportunidade de desenvolvimento.

» Afirmação de que as diferentes formas de turismo, especialmente o ecoturismo, se for gerido de forma sustentável, pode representar uma valiosa oportunidade económica para as populações locais e indígenas e para as suas culturas, assim como para a conservação e utilização sustentável da natureza para as gerações futuras. Desta forma, o ecoturismo pode ser uma fonte primordial de visitas para as zonas protegidas.

Já em 2007, realizou-se em Oslo (Noruega), a Conferência Internacional de Ecoturismo⁸², promovida pela TIES, com a colaboração da PNUMA/UNEP, celebrando o quinto aniversário da Cimeira de Quebec. Participaram nesta conferência cerca de 450 delegados de 70 países. Nesta conferência foram revalidadas as recomendações de Quebec e feita uma análise das alterações que se deram no sector do ecoturismo, nomeadamente sobre o

⁸¹ <http://www.world-tourism.org>, consultado em 08-09-2007.

⁸² Decorreu entre 14-16 de Maio de 2007.

aumento do interesse da visita das áreas naturais, maior organização de associações que desenvolvem o ecoturismo, o aumento das estratégias governamentais no sentido da implementação do desenvolvimento do ecoturismo, entre outras. Apesar de não explicitar de forma desenvolvida as acções que incluem cada uma delas, interessa evidenciar as quatro recomendações elaboradas pela Declaração de Oslo⁸³ e que são:

1. Reconhecer o papel valioso que o ecoturismo desempenha no desenvolvimento local sustentável;
2. Maximizar o potencial do ecoturismo bem gerido, como força económica chave para a conservação de um património cultural e natural tangível e intangível;
3. Apoiar a viabilidade e desempenho de empresas e actividades de ecoturismo através do marketing, educação e formação eficaz;
4. Tratar alguns dos assuntos críticos do ecoturismo reforçando a sua sustentabilidade.

É de realçar o trabalho desenvolvido pela TIES na procura de estratégias de definição do produto ecoturístico, bem como a sua determinação no seu desenvolvimento (de implementação e participação) sempre no seguimento dos seus princípios orientadores⁸⁴:

- minimizar o impacto;
- construir consciência e respeito ambiental e cultural;
- providenciar experiências positivas tanto para visitantes como para os hóspedes;
- providenciar benefícios financeiros directos para conservação;
- providenciar benefícios financeiros com proveitos directos para a população local;
- aumentar a sensibilidade em relação ao clima político, ambiental e social do país de acolhimento.

3.4.2. O ecoturismo enquanto um mercado turístico sustentável e de especialidade

Devemos salientar a ideia de que proteger e conservar os recursos disponíveis é factor determinante na prática do ecoturismo e que, as regiões ou zonas de acolhimento que pretendem implementar o ecoturismo deverão, estrategicamente, munir-se de uma gestão planeada que tenha como objectivos principais manter e conservar os recursos, afinal o foco de atracção dos turistas socorrendo-se para o efeito, da ajuda dos autóctones. Para tal, dever-se-á fazer uso das técnicas de marketing adequadas, implementar o cumprimento dos preceitos legislativos, visando consolidar, tanto o aproveitamento turístico da zona ou região, como o desenvolvimento da própria comunidade. O potencial turista dever-se-á caracterizar

⁸³ <http://www.ecotourismglobalconference.org>, consultado em 03-09-2007.

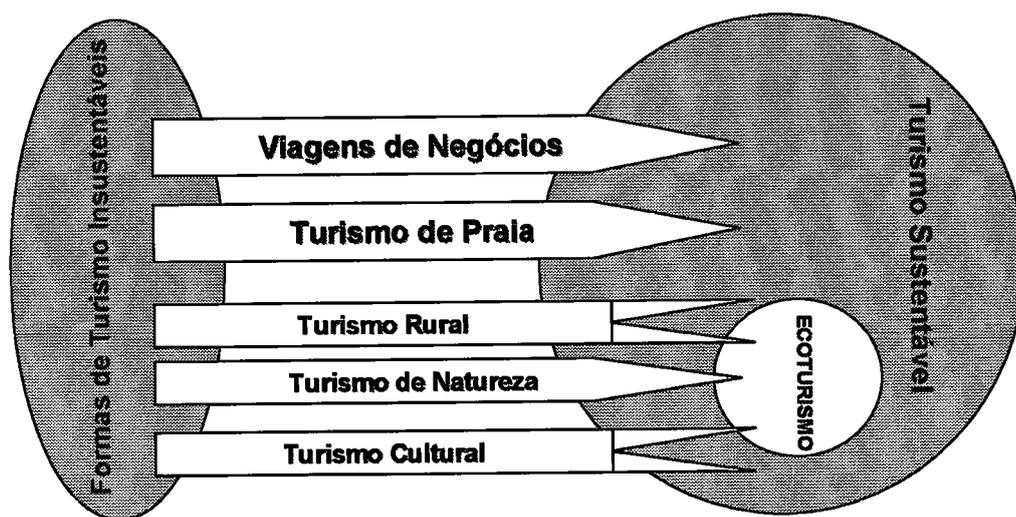
⁸⁴ <http://www.ecotourism.org>, consultado em 01-09-2007.

enquanto um indivíduo que procura realizar experiências que o coloquem em contacto directo com a Natureza (Hawkins, 1994).

Burns e Holden (1995) referem ainda que Poon (1993) registou o aparecimento nos anos 90 de um novo tipo de turistas que manifestam comportamentos, apresentam valores e expectativas absolutamente diferenciados e que, por tal, caracterizou em contraste com o convencional turista de massas. Assim e em sùmula, poder-se-á dizer que o ecoturismo ocorre em zonas que apresentam uma baixa densidade populacional, implica o exercício de actividades cujo impacto ambiental é reduzido e que poderão ocorrer em zonas privilegiadas pela Natureza e preservadas ou em qualquer local onde se manifeste um interesse quer biológico, cultural ou até geográfico suficientemente forte para atrair turistas.

Como já foi referido anteriormente, o ecoturismo, dadas as suas características, situa-se no âmbito do turismo sustentável. A Figura 3.3. oferece uma reflexão onde o ecoturismo pode ser situado dentro de um processo de desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo, assim como providencia uma demonstração de como o ecoturismo é primariamente uma versão sustentável de turismo de natureza, o que inclui os elementos rurais e culturais.

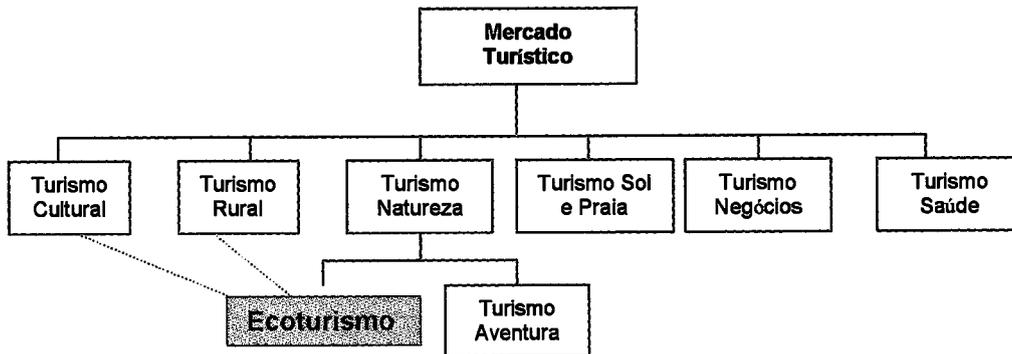
Figura 3.3. O ecoturismo enquanto um conceito de desenvolvimento sustentável



Fonte: Wood (2002:10). Adaptado.

Em termos de mercado, o ecoturismo é vulgarmente promovido enquanto equivalente ao turismo de natureza. Atenda-se à Figura 3.4.

Figura 3.4. O segmento de mercado do ecoturismo



Fonte: Wood (2002:11). Adaptado.

Esta figura permite uma reflexão na forma como o ecoturismo se vai integrar no mercado turístico na generalidade, sendo apresentado como uma subcomponente do turismo de natureza e onde se verifica o estabelecimento de relações mais fortes com o turismo rural e cultural do que propriamente com o turismo de aventura.

O mercado primário do ecoturismo caracteriza-se por indivíduos oriundos, em particular, dos países considerados como maiores produtores de turismo (USA, Canadá, Austrália, Alemanha, Reino Unido) , conscientes da necessidade de preservar os escassos recursos ambientais existentes e que procuram, enquanto destino para as suas viagens, locais onde a intervenção humana seja reduzida no sentido de aproveitar a beleza paisagística natural. No que se refere à questão da liberdade e do entendimento que se faz relativamente aos impactes individuais sobre o meio natural e social e às possíveis consequências negativas, cumulativas desses impactes, interessa não somente aos ecoturistas como aos gestores dessas áreas no sentido de definir praticas de visitação para as mesmas. Dessa forma, o ecoturista pode apreciar uma área natural em bom estado de conservação e os gestores preservar e conservar a sua área de visitação.

De acordo com dados da *Ecotourism Society*⁸⁵, em 1998 existiam 30 milhões de ecoturistas, correspondendo a cerca de 5% das chegadas de turistas internacionais. Em 1998, 20 milhões de americanos ecoturistas viajavam dentro do seu país. Veja-se desta forma a sua importância em termos económicos, alargando-se às diferentes regiões. Em alguns países, nomeadamente naqueles em via de desenvolvimento, as receitas provenientes do ecoturismo poderão ir até aos 20% (CTP, 2005).

Também Hawkins (1994) refere que dados relativos a operadores turísticos nos E.U.A. indicam que, por ano, 4 a 6 milhões de Americanos viajam para o exterior, procurando locais

⁸⁵ Agora denominada TIES.

onde estejam em contacto directo com a Natureza. No âmbito destes indivíduos identifica dois segmentos distintos de acordo com o foco de interesse verificado :

- ❖ Observadores de Pássaros: 80 milhões de Americanos interessam-se por esta prática e gastam cerca de 40 biliões de dólares em equipamento de viagem e despesas relacionadas.
- ❖ Mergulho e Exploração Submarina : três milhões de mergulhadores nos Estados Unidos na actualidade, registando um aumento anual de 16%. Anualmente são fornecidos 500 mil novos certificados de mergulhadores ; 98,5% dos mergulhadores têm um passaporte válido e 66,2% dos mergulhadores saem para fora dos Estados Unidos em «viagens para mergulhadores»).

Soifer (2005), considera também os Ornítólogos e os Mergulhadores como grandes segmentos do ecoturismo e acrescenta os seguintes segmentos:

- ❖ Montanhistas: são normalmente constituídos por estudantes, pintores, profissionais e professores de biologia, botânica e geologia, defensores do meio ambiente, fotógrafos, ornítólogos, etc; é muitas vezes indispensável a presença dos guias enquanto conhecedores da região e em termos de segurança.
- ❖ Orquidólogo, Botânico e Apreciador de Flores Naturais: são normalmente constituídos por estudantes universitários, pintores, profissionais e professores de biologia, botânica e geologia, defensores do meio ambiente, decoradores, fotógrafos, ornítólogos, farmacólogos, etc.
- ❖ Pescadores e Caçadores: são organizados muitos safaris de pesca e caça, em alguns deles apenas se tem contacto com os animais e posteriormente são devolvidos ao seu habitat natural; são actividades sazonais e muito localizadas.
- ❖ Naturismo: a Federação Internacional de Naturismo tem 385 mil associados; só nos EUA este segmento gera cerca de US\$ 400 milhões/ano.
- ❖ Rafting: esta prática necessita da existência de quedas de água, e como na Europa grande parte delas são utilizadas para geração de electricidade, os países mais procurados são o Canadá, a Tailândia e a Nova Zelândia.
- ❖ Voo Livre: cada piloto investe em média US\$ 9 mil em equipamentos; só no Brasil estima-se que existam cerca de 13 mil praticantes; os grupos normalmente são constituídos por 10 a 25 pessoas e ficam alojados 3 ou 4 dias.

Mais recentemente, a TIES⁸⁶ dá-nos alguns dados referentes a este sector de actividade turística baseada nos produtos da natureza. Relativamente à sua dimensão diz-nos que o seu

⁸⁶ <http://www.ecotourism.org>, consultado em 03-09-2007.

desenvolvimento teve início nos anos 90 e cresceu cerca de 20%-34%/ano; em 2004 o ecoturismo/turismo de natureza teve um crescimento global três vezes superior à indústria turística como um todo; espera-se que este mercado turístico como o ecoturismo, natureza, cultural, aventura e até o rural ou comunitário, constitua aquele que maior crescimento terá nas próximas duas décadas. Em termos económicos, e por comparação com o turismo standard, na Costa Rica o turismo (sendo a maior parte de ecoturismo) gera cerca de \$ 1000/visitante enquanto que em França gera apenas \$400/visitante; em Dominica, no Caribe, os turistas que estão em pequenos alojamentos baseados na natureza gastam dezoito vezes mais do que os passageiros de cruzeiros que visitam a ilha; enquanto que numa viagem tradicional o rendimento de cerca de 80% vai para as companhias aéreas, hotéis, agências de viagem, entre outros, no caso dos eco-alojamentos, 95% das receitas permanecem na economia local. Em relação à procura evidencia-se o facto de que dois terços dos viajantes, Americanos e Australianos e 90% dos turistas Britânicos, consideram fundamental uma protecção activa do ambiente, incluindo o suporte das comunidades locais como uma responsabilidade das infra-estruturas turísticas existentes; na Europa destaca-se que 20%-30% dos viajantes têm por necessidade o respeito dos valores do turismo sustentável, 10%-20% procuram opções "verdes" e 5%-10% procuram umas férias "verdes"; por sua vez na Alemanha, 65% (39 milhões) de viajantes esperam encontrar uma qualidade ambiental nos seus destinos e 42% (25 milhões) pensam que é particularmente importante encontrarem alojamentos "amigos do ambiente"; as viagens analisadas por uma fonte conjunta referente às viagens dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália revelou que 70% dos viajantes poderão pagar acima dos \$150 por duas semanas de alojamento num hotel ambientalmente responsável; no Reino Unido, 87% realçam que as férias não devem danificar o ambiente e 39% referem que estão preparados para pagar 5% extra por uma garantia ética.

Os principais destinos mundiais têm sido a Indonésia, Índia, Venezuela, Costa Rica, Nepal, Quênia, Equador, Arquipélago dos Galápagos, Botswana, entre outros, e prevê-se que outros destinos como o Brasil, Cuba e a Noruega, portadores de grande potencial, possam de futuro, constituir-se ainda mais como grandes destinos para este segmento.

Note-se que o ecoturismo é realizado sobretudo em reservas/parques naturais ou em outras áreas protegidas.

Quanto à tipologia dos ecoturistas, Fennell (2002), apresenta a perspectiva de Kuster (1991) onde classificou três tipos de ecoturistas. Os do tipo "faça você mesmo", são mais autónomos e tem flexibilidade para movimentar-se e visitar qualquer parte da localidade ou região, "os excursionistas", que têm menor flexibilidade e esperam uma maior organização na viagem, e "os cientistas ou grupos escolares", que geralmente enfrentam condições mais difíceis e permanecem mais tempo na localidade.

Hawkins (1994) apresenta também a classificação de Lindberg (1991) onde são identificados quatro tipos básicos de ecoturistas cujas preferências em termos de escolha dos destinos, recaíam nas regiões/zonas com atracções de beleza natural :

- 1 - Especialistas: Cientistas ou elementos pertencentes a grupos que encetam viagens especializadas a fim de recolherem informação para estudos para fins educativos ou outros similares.
- 2 - Dedicados: Indivíduos que pretendem ver áreas protegidas e, simultaneamente, compreender a história local, natural e cultural.
- 3 - Típicos : Indivíduos que escolhem como destinos, por exemplo, a Amazónia ou o Parque de Gorilas de Rwandan, já que é sua intenção procurar locais menos vulgares.
- 4 - Casuais : Eventualmente, talvez até como uma das visitas previstas no seu programa de viagem, estabelecem um contacto com a Natureza.

O autor refere que esta tipologia (aliás como outras), se bem que útil em termos de planeamento e gestão, é insuficiente, dado oferecer uma descrição muito simplista dos diversos segmentos de mercado. Alerta, inclusivamente, que um mesmo indivíduo pode, em alturas diferentes, integrar-se em categorias distintas.

Burns e Holden (1995) de acordo com Mawforth (1993), propõem outra classificação de ecoturistas, onde identificam três segmentos diferentes, caracterizando-os da seguinte forma :

- (1) O Ecoturista Rude : Jovem a meia idade que viaja individualmente ou em pequenos grupos e cuja organização é independente. Procura hotéis baratos, viaja de autocarro e come nos locais visitados. Pratica um turismo de desporto e aventura.
- (2) O Ecoturista Polido : Indivíduo de meia idade a idoso que procura hotéis 3 - 5 estrelas assim como restaurantes de luxo. Pratica um turismo de Natureza e Safari.
- (3) O Ecoturista Especialista : Indivíduo jovem a idoso que viaja individualmente em viagens de especialidade ou a título meramente pessoal. Apresenta uma larga escolha de hotéis e desloca-se em transportes locais. Come nos locais visitados e procura fazer, normalmente, investigação científica ou tem interesses similares.

Já anteriormente se mencionou que os ecoturistas evidenciam, na generalidade, motivações, comportamentos e valores distintos, daqueles que até há algum tempo faziam movimentar e caracterizavam o turismo no Mundo. Consciente desta evidência assim como da validade de conhecer profundamente o perfil dos turistas a fim de otimizar o planeamento turístico, Burns e Holden (1995), partilhando a perspectiva de Mackay (1994), acrescentam que "a própria indústria divide os ecoturistas em três categorias diferentes : O «E» grande, o «e»

pequeno e o Aventureiro Brando." Os ecoturistas - «E» grande são os exploradores que apreciam a vida ao ar livre em contacto com a Natureza; os ecoturistas - «e» pequeno apreciam o contacto com a Natureza, mas privilegiam, em simultâneo, níveis razoáveis de conforto e julga-se que a maior parte dos ecoturistas se insere nesta categoria; os «aventureiros brandos» - apreciam por um lado, visitar áreas selvagens, passíveis de serem exploradas, mas não descuram, simultaneamente, o conforto.

Quem são afinal os ecoturistas? De acordo com alguns autores "o ecoturista tem mais de 30 anos, sem diferenciação significativa entre homem e mulher e gosta de actividades ao ar livre. O ecoturista pode assumir os seguintes perfis de consumidores⁸⁷: DINKS, *Empty Nesters* ou Seniores" (CTP, 2005:637). Também a TIES⁸⁸ refere que o perfil dos ecoturistas na Europa são viajantes com experiência, de elevado nível educacional, de elevados rendimentos, entre a meia idade e idade avançada, que transmitem aos seus amigos e colegas informações sobre as suas experiências, constituindo este um dos mais importantes meios de promoção deste tipo de actividades.

É importante constatar que estes viajantes procuram também obter um crescimento pessoal nos campos emocional, espiritual e intelectual a partir da experiência dessa viagem.

Vejam-se , no Quadro 3.22., alguns exemplos das modalidades e/ou actividades que podem estar incluídas no ecoturismo, que se pratica no Brasil.

No entanto há que considerar que não são apenas as actividades que se praticam que constituem o produto ecoturístico. Este provém de um conjunto de participações inerentes ao próprio sistema de turismo (transportes, alojamentos, serviços,etc).

"O produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operam a transformação da matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços..." (Oliveira, 2005:95).

Atenda-se à Figura 3.5., que a seguir se apresenta.

Hawkins (1994), entende que o ecoturismo apresenta um potencial extraordinário como meio para atingir o desenvolvimento sustentável e, por outro lado, os princípios do desenvolvimento sustentável são fundamentais para a prática do ecoturismo.

⁸⁷ **DINKS (Double Income No Kids)** - casais adultos; idade superior a 40 anos com filhos adultos; casais adultos sem filhos; formação académica; rendimentos elevados e pessoas activas.

Empty Nesters - famílias em que os filhos já saíram de casa.

Seniores - indivíduos com idade superior a 54 anos e com um nível de sofisticação elevado.

⁸⁸ <http://www.ecotourism.org>, consultado em 03-09-2007.

Quadro 3.22. Modalidades e/ou actividades do ecoturismo

- **Asa delta, paraglyder, paraquedismo, balonismo.** Actividades desportivas de voo, sem sentido de competição.
- **Bóia-Cross.** Descida de rios com auxílio de bóias especiais.
- **Canyoning.** Descida de penhascos e/ou quedas de água, com auxílio de equipamento especial (*rappel*).
- **Canoeing, cayaking.** Navegação em rios, lagos ou oceanos com utilização de canoas a remo ou caiaques.
- **Cicloturismo.** Viagens/passeios de bicicleta, realizados por estradas asfaltadas e/ou sem pavimentação.
- **Escalada/climbing/aplinismo.** Actividade desportiva praticada em rocha ou gelo, sem espírito de competição.
- **Espeleologia.** Visita/exploração de cavernas com ou sem finalidade de estudos dos ambientes subterrâneos.
- **Estudos do meio.** Visitas com fins claramente educacionais, realizadas em geral por público escolar.
- **Hikking(de passear).** Caminhada de curta duração, geralmente não ultrapassa um dia.
- **Mergulho.** Actividade desportiva praticada em ambiente aquático, com ou sem equipamento de respiração artificial (mergulho autónomo e snorkelling), sem intuito de competição.
- **Montanhismo.** Nome genérico das actividades praticadas em ambiente de montanha; pode incluir escalada e/ou caminhadas.
- **Mountain biking.** Actividade desportiva realizada em trilhas e/ou estradas sem pavimentação, com bicicletas especiais para terrenos acidentados, sem sentido de competição.
- **Observação astronómica.** Actividade voltada para a observação de fenómenos celestes, com ou sem ajuda de aparelhos.
- **Observação da fauna e flora.** Actividade voltada para a observação de espécies particulares (aves, borboletas, orquídeas, etc).
- **Pesca desportiva.** Actividade de pesca e solte.
- **Rafting (viajar de jangada/barco insuflável).** Descidas de rios com desníveis e correntes rápidas feitas em barcos insufláveis.
- **Safari fotográfico.** Viagem cujo objectivo principal é a realização de fotografias.
- **Spa ecoturístico.** Com técnicas de relaxamento e exercícios anti-stress.
- **Teal.** Treino experimental ao ar livre, praticado por executivos de grandes empresas, em que são simuladas situações extremas para testar as capacidades individuais de liderança.
- **Trekking.** Caminhada com duração de mais um dia, incluindo pernoitas no meio natural, na qual os participantes transportam os seus equipamentos.
- **Turismo equestre/tropeirismo.** Andar a cavalo, à moda das tropas de mula, ou passeios desse tipo.
- **Turismo esotérico.** Tipo de viagem com actividade ao ar livre e motivação mística, espiritual ou sobrenatural.

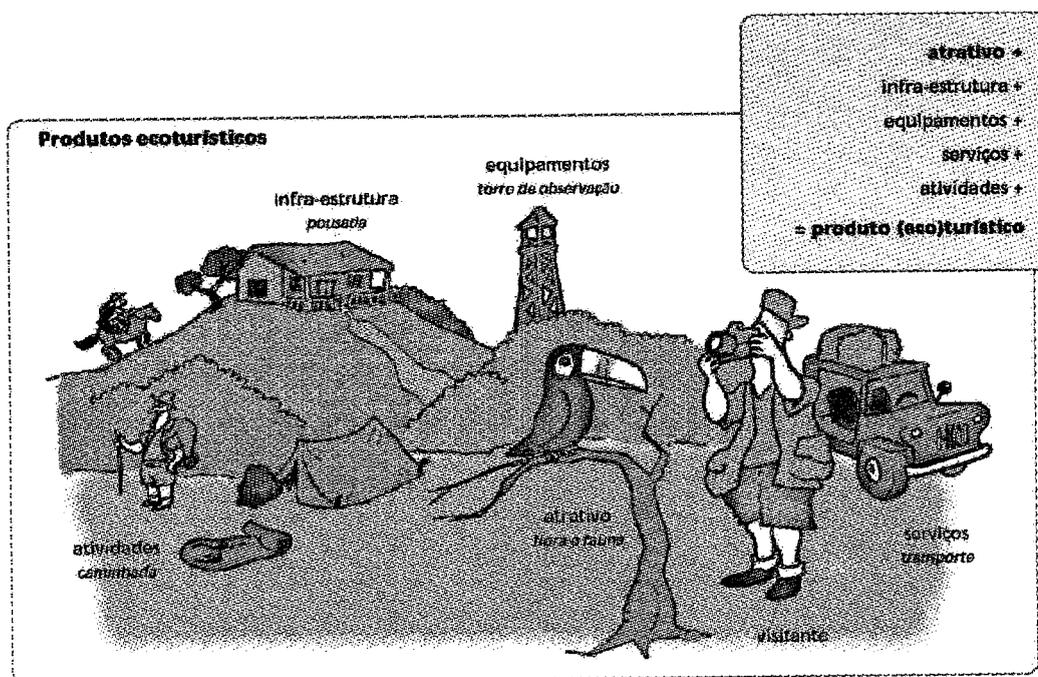
Obs. Todos os desportos a motor e actividades afins (motociclismo, veículos off-road, motonáutica, etc) não são considerados compatíveis com o aproveitamento ecoturístico de áreas naturais, pela intensidade dos seus impactos (erosão e/ou compactação de solos em caminhos, alto nível de ruído, poluição do ar) e por interferirem noutras modalidades (jet-sky versus observação de pássaros, por exemplo).

Fonte: Dias (2003a:116-117). Adaptado.

Por fim, há que acrescentar que o ecoturismo é visto, por alguns, numa perspectiva elitista, que se baseia, presume-se, nos preços razoavelmente elevados que este turismo pratica.

Mais moderado mas também crítico encontra-se Buttler (1991) que entende que o ecoturismo além de elitista, "transporta" os turistas para áreas ainda não deterioradas pela prática do turismo e que, mesmo numa óptica de sustentabilidade, a médio-longo prazo, existirão certamente implicações, inclusivamente a nível social, negativas.

Figura 3.5. Produtos ecoturísticos



Fonte: Mourão (2004:21).

3.4.3. Os impactos do ecoturismo

" A utilização de recursos turísticos não poderia ser deixada sem controlo sem se correr o risco da sua deterioração ou até destruição. A satisfação dos requisitos do turismo não pode ser prejudicial para os interesses sociais e económicos da população das áreas turísticas, para o ambiente e acima de tudo para os recursos naturais que são as atracções fundamentais para o turismo e locais históricos e culturais. Todos os recursos turísticos fazem parte da herança da humanidade" (Romeril, 1985:216).

Dadas as características do ecoturismo, os seus impactos generalizam-se da forma em que interagem com todos os recursos, sejam eles naturais, sociais, culturais ou outros. Esses impactos estão associados a um conjunto de modificações ou sequência de eventos, provocados pelo desenvolvimento da actividade turística nas localidades/comunidades receptoras.

Qualquer forma de turismo gera continuamente impactos positivos e negativos sobre as regiões de destino que poderão ser de cariz económico, social e cultural, de natureza física, ou outros, etc. Este é também o caso do ecoturismo que, pela sua vertente responsável em relação ao ambiente e ao meio natural, procura, da melhor forma, atenuar os efeitos negativos.

Kinker(2002), Chellan (s/d) e Gaul (2003), apresentam como impactos negativos os seguintes:

» Económicos

- ◆ Grande dependência da actividade turística, o que pode levar ao abandono das práticas tradicionais de sustento;
- ◆ O pouco contributo financeiro que é incorporado na economia local uma vez que grande parte do lucro pode ficar nos operadores, transportes, etc. Visto que muitos destinos deste género têm infra-estruturas rudimentares e poucos elementos materiais, além das experiências, as quantias eventualmente gastas são também elas reduzidas;
- ◆ Pelo facto do planeamento do ecoturismo não ter em conta os objectivos de desenvolvimento em termos locais e regionais; muitas vezes os objectivos a longo prazo são sacrificados pelos interesses e ganhos a curto prazo, o que funciona como um factor de sobrevivência da própria população local;
- ◆ O ecoturismo é uma forma de turismo que envolve grupos pequenos, o que dá também em termos financeiros pouco rendimento, mesmo que os preços sejam mais caros. Nesse sentido existe sempre o receio de que para que se torne mais rentável e sustentável para a economia local tenha que ser transformado em turismo de massas;
- ◆ O valor pago pelos turistas é, na sua grande maioria, insuficiente para cobrir os custos operacionais das áreas visitadas;
- ◆ O custo da inflação local pode agravar o preços dos produtos locais, mão de obra, valor da terra, etc;
- ◆ Demasiada dependência do investimento estrangeiro;
- ◆ A natureza dos trabalhos existentes ser muito sazonal ou casual;
- ◆ Poucos ficam ricos⁸⁹ não tendo efeito praticamente nenhum na melhoria dos lugares onde se desenvolvem essas actividades.

» Sociais e Culturais

- ◆ Nas relações existentes entre turista versus comunidade receptora, a extensão dos impactos sociais directamente associados ao turismo podem aumentar, de igual modo

⁸⁹ " (...) muitos projectos que se propuseram como baseados na comunidade [...] geraram, em algum ponto dos seus ciclos evolucionários, ou exacerbaram, divisões internas de poder preexistentes e conduziram à formação de novas elites empresariais, que apenas representam uma pequena fracção da «comunidade local»" (Cater, 2007:549).

a diferenciação existente entre ambos no que diz respeito à riqueza, raça, idioma, pode vir a reflectir-se de forma negativa.

- ◆ Pode ocorrer a descaracterização da comunidade, através das mudanças nos hábitos de consumo, dos valores religiosos, da língua e dialectos locais⁹⁰ ou a vulgarização da cultura no sentido da sua comercialização mais rápida.
- ◆ O aparecimento de turistas com comportamentos indisciplinados;
- ◆ Problemas de saúde para a população local derivados da introdução de produtos trazidos pelo turistas como álcool, tabaco ou outras drogas. Os turistas também poderão trazer consigo ou provocar o aparecimento de bactérias que possam contaminar a água do banho ou da comida, através de comportamentos incorrectos sobre os recursos;
- ◆ Crescimento acentuado da população;
- ◆ Confrontos entre turistas e locais;
- ◆ Aumento de situações indesejáveis como os roubos e outros crimes;
- ◆ Insatisfação da população local pelo congestionamento causado pelas actividades turísticas e pelos turistas, o pouco salário pago pelos operadores ou a importação de outros materiais necessários para actividade turística trazidos de fora e que reduz os benefícios financeiros para o comércio local;
- ◆ Rompimento de relações sociais entre os locais devido à interacção provocada pelos turistas, distribuição desigual de benefícios derivados do ecoturismo, aumento da população.

» Físicos/Ambientais

- ◆ Degradação, em geral, dos ambientes naturais e culturais;
- ◆ Degradação sobre importantes componentes do ambiente como sejam a Fauna:
 - . a redução ou a extinção de espécies raras;
 - . destruição/alteração dos habitats;
 - . difusão de doenças e epidemias;
 - . a morte de animais individualmente;

Flora :

 - . destruição e alteração dos habitats;
 - . Desaparecimento de espécies raras;
 - . Alteração da composição genética de determinadas espécies;
 - . Danos na vegetação.

Água :

 - . contaminação da água e redução da sua claridade;

⁹⁰ Normalmente a comunicação com os ecoturistas é feita através de línguas internacionais.

- . eutrofização e excessivo crescimento de algas;
- . diminuição do fornecimento de água para a população local.

Solo :

- . Erosão do solo;
- . Compactação do solo;
- . Contaminação do solo;
- ◆ Poluição do ar;
- ◆ Consumo de energia;
- ◆ Inadequação de ambientes construídos.

A este propósito Lopes (2000), apresenta a perspectiva de Gaudreau (1990) onde sublinha algumas medidas a ter em conta para melhoria de alguns desses aspectos:

- » medidas administrativas: através do controlo de entradas nos espaços e das actividades;
- » medidas preventivas: escolha criteriosa de materiais, localização de equipamentos, períodos ou estações de utilização;
- » medidas incentivadas: através da orientação dos turistas evitando as zonas mais sensíveis;
- » medidas educativas: através da sensibilização ambiental;
- » medidas coercivas: por meio das regulamentação e fiscalização eficaz;
- » medidas de restauração: regeneração de coberto vegetal, estabilização dos solos.

Na mesma linha de pensamento os autores realçam os seguintes aspectos positivos:

» Económicos

- ◆ O ecoturismo leva ao desenvolvimento local, regional, nacional;
- ◆ Aumento das possibilidades de emprego para a população local;
- ◆ Ganhos adicionais para as comunidades – através da entrada dos parques, venda de artesanato, alojamentos e comércio local em geral;
- ◆ Promove a educação para a população local, em particular os mais jovens – através da formação e preparação de guias, o aperfeiçoamento das línguas para interacção com os turistas, formação ao nível da educação ambiental – desta forma os locais ganham por duas vias, pela formação dos seus filhos e pelo dinheiro que ganham nessas acções com os turistas.

» Sociais e Culturais

- ◆ Elementos tradicionais da cultura são valorizados;
- ◆ O aumento da auto-estima da comunidade, passando ela própria a valorizar mais a sua cultura e transmitindo com maior preocupação a valorização com o meio ambiente para os seus, o que induz os turistas ao mesmo tipo de valores.

- ◆ Melhorias das condições e serviços de saúde – trazidos, em particular, pela procura turística mas que serve de igual forma a população local.
- ◆ Aumento do conforto e da qualidade de vida - muitas vezes através do que é construído para se poder receber os turistas (estradas, caminhos, espaços de estacionamento com sanitários, etc);
- ◆ A criação de projectos e programas de valorização dos aspectos culturais e vida da comunidades envolvidas.

» Físicos/Ambientais

- ◆ O ecoturismo não requer construções de grande porte. Nesse sentido não tem tendência de imputar grandes impactos sobre a área de recepção, sendo que as infra-estruturas receptoras têm tendência a ficar instaladas nas comunidades envolventes. Deste modo, o que impressiona o turista não são as construções feitas pelo homem mas sim a natureza preservada pela acção do homem;

- ◆ A melhoria sobre importantes componentes do ambiente como sejam a

Fauna:

. leva à melhoria do conhecimento/dados sobre a distribuição animal e dos seus comportamentos;⁹¹

. a própria população local promove a protecção da vida selvagem;⁹²

Flora :

. leva à melhoria do conhecimento/dados sobre a distribuição das plantas e das suas condições;⁹³

. a própria população local promove a protecção da flora (autóctone);⁹⁴

Água :

. Melhoria da qualidade da água (para beber).⁹⁵

Dias (2003), invoca de uma forma geral os benefícios atrás enunciados e concebe ainda outros como sejam:

- ◆ A promoção de uma melhor gestão das áreas protegidas – melhoria da vigilância, monitoramento contínuo das áreas protegidas, etc;

⁹¹ Neste locais são levados a cabo muitos estudos de investigação científica. Muitas das receitas trazidas pelo ecoturismo são usadas para a investigação.

⁹² A população local, a trabalhar nestes locais ganham um maior conhecimento sobre a vida selvagem e alteram os seu conceitos de valor a esse propósito uma vez que reconhecem a sua dependência com a ávida selvagem e por outro lado sentem-se pessoalmente ligados a esses animais admirando-os.

⁹³ Neste locais são levados a cabo muitos estudos de investigação científica. Muitas das receitas trazidas pelo ecoturismo são usadas para a investigação.

⁹⁴ A população local, a trabalhar nestes locais ganham um maior conhecimento sobre as plantas e o seu comportamento e alteram os seu conceitos de valor a esse propósito uma vez que reconhecem a sua dependência com a flora autóctone e por outro lado sentem-se pessoalmente ligados a essa vegetação admirando-a.

⁹⁵ Os operadores de ecoturismo investem em mecanismos de tratamento de água para o bem estar de ambos, ecoturistas e locais.

- ◆ A conservação e a biodiversidade é favorecida – o ecoturismo contribui para chamar a atenção sobre espécies em perigo e extinção procurando apoios e organizações que promovam a sua defesa;
- ◆ O ecoturismo é passível de combinar com outras formas de turismo – pode ser praticado combinando outras formas de turismo como o turismo em espaço rural através do alojamento, etc. Noutros locais pode ser combinado com o turismo cultural, na visita a pinturas rupestres entre outras, trazendo assim uma mais valia e diversidade da experiência para os visitantes/turistas, tornando-a mais atractiva.

Outros autores procuram evidenciar algumas vantagens do ecoturismo afirmando que: *"(...)através dele se têm criado áreas de protecção, parques e reservas, bem como a ampliação dos fundos para o investimento e protecção dessas áreas. Tem surgido diversão e lazer para os residentes locais, fixando essa população no meio rural, por criar mais contacto e empregos, como também a própria revitalização de certas zonas rurais e a reabilitação e a protecção do património"* (Boo, 1992:7).

Apesar de alguns aspectos negativos evidenciados, importa referir que muitos locais, sem a actividade proveniente do ecoturismo, estariam votadas a uma situação de pobreza ou extrema pobreza, em que as condições de vida afastam os seus jovens da terra, desertificando-a e envelhecendo-a. Importa por isso, através de um planeamento adequado destas áreas, minimizar os impactos negativos e maximizar os aspectos mais positivos, permitindo o uso racional dos recursos naturais e a valorização das comunidades locais.

3.4.4. O envolvimento da comunidade local no ecoturismo

Existem alguns pontos específicos que são fundamentais para todo o processo da criação do ecoturismo nas regiões/comunidades.

Em primeiro lugar importa que a população possua uma consciencialização turística, ou seja é importante informar a comunidade em geral sobre as actividades alternativas/complementares geradas e proporcionadas pelo turismo. A consciencialização turística permite o despertar da comunidade para a participação no processo de desenvolvimento turístico, permitindo o seu posicionamento de forma crítica, a fim de valorizar a sua identidade e o seu interesse local com o turismo.

O desenvolvimento desta actividade implica necessariamente a participação de toda a comunidade, desde a população local, organizações e empresas públicas e privadas, o

governo, as autarquias, entre outros, no sentido de dar coerência a esse desenvolvimento. No entanto, alguns pontos são fundamentais para a sua planificação e concretização como sejam a divulgação e a auscultação geral de toda a comunidade relativa ao projecto que se pretende desenvolver – logo o conhecimento concreto do papel que cada actor deve desempenhar e a formação/capacitação da população local.

Quanto ao primeiro ponto pode-se referir que na procura da sustentabilidade desta actividade torna-se imperativo envolver todos os actores sociais da localidade, bem como dos seus representantes das esferas públicas e privadas em todo o processo de desenvolvimento turístico. Para isso é primordial ouvir os desejos, necessidades e ansiedades da própria comunidade.

Muitos investigadores assentam na ideia de que muitos dos problemas sociais causados pelo ecoturismo podem ser prevenidos se a população tiver, antecipadamente, conhecimento deles, constituindo esse um factor fundamental para que possa posteriormente haver consenso face ao desenvolvimento turístico (Wood, 2002:38).

Os obstáculos e dificuldades para levar a cabo um projecto desta natureza são, grosso modo, três: "(1) o consenso ou a aceitação da população local ou rural num modelo de desenvolvimento endógeno; (2) a gestão, promoção e comercialização integrada dos produtos turísticos; (3) a acção sinérgica das distintas administrações responsáveis" (Oxinable, 1994:87).

Se a população local de uma dada comunidade vira costas a um projecto, dificilmente será possível viabilizá-lo. Por outro lado, se aceitam os conceitos de desenvolvimento endógeno, é a população local que tenderá a procurar potenciar a transformação do seu território.

"(...)Quando uma comunidade é convidada a participar de um projecto de implementação e estruturação do turismo na sua cidade, pode sentir-se parte integrante do todo. Além disso, existe a possibilidade de se tornar ela própria administradora e gestora desse projecto dando continuidade ao mesmo, independentemente das mudanças do governo. Se acredita nas ideias que defende, deve evitar aquilo que se vê actualmente em várias localidades: a descontinuidade das acções políticas" (Alvares, s/d:4).

Continua a autora referindo que um outro aspecto importante tem a ver com a própria relação que a comunidade começa a ter com a localidade/região, olhando-a de forma distinta de modo a dar início a um processo de valorização da sua cultura. Assim, a sua identidade cultural é fortalecida e não se torna tão facilmente influenciada pelos hábitos dos turistas, minimizando desta forma os possíveis impactos negativos do turismo. Nesse sentido

procurar valorizar a sua localidade/região, cuidando de um bem comum, factor esse que constituirá a peça chave na protecção do meio ambiente.

O que de facto é importante é que essas comunidades tenham oportunidades de se desenvolver, se for essa a sua vontade. Caso contrário, que possam participar num processo com maior conhecimento das decisões que irão afectar os seus próprios destinos, uma vez que o desenvolvimento turístico irá certamente contribuir para o contacto com turistas, que possuem formas diferenciadas de hábitos daqueles que existem normalmente em localidades localizadas em ambientes mais naturais e conservados.

O papel do Governo e poderes locais, paralelamente à população local, é de extrema importância para o desenvolvimento destes projectos: por um lado deve constituir-se como empreendedor, potenciando uma maior interacção dos cidadãos e integração das pessoas, incentivando a formação de estruturas sociais representativas. Os órgãos públicos de turismo devem organizar e promover a actividade ecoturística em consonância com o governo central. As autarquias assim como os empresários locais devem envolver a comunidade no processo turístico. Veja-se o Quadro 3.23., onde se evidenciam os actores, o papel e os objectivos a atingir de cada um dos participantes no processo.

Os usos de metodologias participativas pode ser uma ferramenta fundamental no processo de desenvolvimento ecoturístico, mas devem ser planeadas e desenvolvidas de forma a que atendam à realidade local, sendo imprescindível que se façam as adaptações necessárias para suprir as diferentes necessidades das diferentes localidades. As metodologias devem ser empregues procurando formar e/ou potenciar os talentos locais e contribuindo para uma melhor organização da sociedade.

Senão vejamos: todas essas comunidades possuem normalmente conhecimentos de extrema relevância quando se pretende elaborar percursos ou roteiros ecoturísticos. Possuem a sua autenticidade que se traduz nos seus costumes, tradições e hábitos culturais. Além disso são os actores privilegiados do conhecimento do terreno, dos lugares, das histórias, das lendas, do sentimento que faz delas tão importantes quanto isso represente a matéria prima para a elaboração das várias actividades que envolvem a componente ecoturística.

"(...) A comunidade é um item distinto, em virtude não só da relação estabelecida entre visitante e população, do vínculo económico que ela tem com a actividade, mas também pelo facto de ser ela, muitas vezes, o elemento motivador da visita (suas manifestações e usos tradicionais populares)" (Magalhães, 2002:80).

Quadro 3.23. Actores, papel e objectivos a atingir

Actores	Papel	Objectivos
Comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ participar nos projectos de ecoturismo ▪ respeitar o ecossistema valorizando-o 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ desenvolver as suas economias usando de forma sustentável os recursos ▪ conservar tradições, formas de vida e autenticidade, reforçando a sua identidade
ONGs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ajudar comunidades e poder local na identificação e elaboração de projectos ▪ cobrir custos adicionais ▪ canalizar apoio técnico e financeiro para os projectos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ gerar capacidades locais para o desenvolvimento e gestão de serviços turísticos ▪ capacitação em gestão empresarial às populações locais ▪ promover o melhoramento da economia local partindo dos seus próprios recursos naturais e dos seus conhecimentos e cosmo visão ▪ alianças estratégicas com organizações locais e empresas privadas
Poder local (autarquias)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ conduzir um plano estratégico participativo e concertado de desenvolvimento ecoturístico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ promover consensos e espaços de concertação para o uso turístico sustentável da região ▪ zelar pela conservação da biodiversidade e respeito pelas populações locais
Governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ aprovação de políticas e normas para regular as actividades turísticas ▪ sancionar infracções e delitos ▪ educação ambiental ▪ coordenar e promover a concertação de todos os actores envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ concertar e estabelecer códigos de ética para os turistas e empresas de turismo ▪ fazer cumprir efectivamente a lei para todos os actores por igual
Empresas privadas: agentes de viagem, operadores turísticos, meios de transporte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ captar turistas ▪ difusão de programas ▪ contratar e prestar serviços turísticos ▪ provisões e emergências 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ promover a participação da população local na gestão da área ▪ promover a capacitação e coordenação com comunidades ▪ ser ecológica e socialmente responsável, partilhando os seus benefícios com a população local
Meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ informar, difundir e ajudar à educação da população 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ contribuir para a criação de uma consciência ambiental e a valorizar o ecoturismo
Turistas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fazer uso responsável dos atractivos turísticos, respeitando as populações locais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ respeito e valorização das regiões e das populações locais ▪ contribuição para a conservação ▪ cumprimento dos códigos de ética dos turistas
Escolas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ cooperação com todos os actores ▪ investigação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ difusão da informação, formulação de projectos ▪ troca de experiências ▪ desenvolvimento tecnológico

Fonte: Fernandes (2003:39).

Outros autores reforçam a ideia que a própria inspiração dos equipamentos e infra-estruturas turísticas deverá vir da população local. Nesse sentido os empreendedores, deverão assumir novas perspectivas e criar estilos arquitectónicos adequados.

Acrescenta-se ainda que "as instalações são «janelas para o mundo natural» e funcionam como veículos para o aprendizado e a compreensão" (Andersen, 1999:199), podendo aumentar o grau de satisfação do ecoturista, na sua visita, bem como colaborar para o entendimento da cultura local.

Não restam dúvidas da importância que é devida a toda a comunidade e em particular à população local. Daí que a planificação turística de forma participativa seja tão importante. Fortalece os laços entre sociedade/cidadão e a comunidade pode sentir-se parte integrante de um todo. Conforme Drucker, "o facto de que o indivíduo necessita de desfrutar de uma posição e função social é tão importante para a sociedade como para ele" (Alvares, s/d: 4).

O segundo ponto fundamental prende-se com um problema que é inevitável a resolver no âmbito local/rural/regional que é a falta de formação e profissionalização dos seus habitantes. Isto leva a que se torne necessário um certo tipo de desenvolvimento exógeno, nomeadamente técnicos de turismo, técnicos para realização de projectos, investigadores, etc, no sentido de dar início e continuidade a projectos de formação em vários campos.

"(...) É imprescindível formar técnicos e responsáveis de nível médio, para que sirvam de intermediários entre a actividade e as comunidades rurais. Por outras palavras, fazer ver a estas populações que protegendo as suas selvas tropicais ou áreas de floresta, poderão daí derivar eventuais benefícios como a construção de um albergue, a preparação de comidas autóctones, o guiar dos visitantes, aluguer de cavalos, o vender artesanato próprio da zona [...]. Apesar de muitíssimas vezes menores que os requeridos para edificar um resort típico, esta actividade está a converter-se como uma alternativa económica real para muitas comunidades rurais" (Ferreira, 2004:90).

Ferreira (2004) leva-nos até ao ecoturismo no Brasil, enquanto segmento especializado do turismo, numa experiência ainda recente, onde o seu desenvolvimento se deu nos últimos dez anos. Partindo como pré-requisito - o meio ambiente em bom estado de conservação - ele evidencia algumas peças que obrigatoriamente se devem juntar e que são componentes fundamentais para a interacção e viabilidade do ecoturismo como sejam : o governo implementando infra-estruturas básicas e turísticas, oferecendo formação e capacitação profissional, promovendo e administrando adequadamente os destinos; a iniciativa privada oferecendo equipamentos e serviços de qualidade; a comunidade capacitada e envolvida; e o ecoturista devidamente preparado para a experiência da visita. Observe-se também no

Quadro 3.24., os passos básicos para o encorajamento da participação comunitária. Por fim, importa referir que muitas comunidades se organizam no sentido de gerirem os seus próprios projectos ecoturísticos comunitários: são os chamados « Community-Based Ecotourism – CBE». Este processo de organização comunitária tem tido uma aceitação muito grande e é hoje um fenómeno em grande crescimento. O conceito de CBE implica que a comunidade tenha um controle substancial e envolvimento em todo o projecto ecoturístico, e que a maioria dos benefícios são efectivamente para a comunidade. Existem três tipos de CBE; o modelo mais puro implica que a comunidade ganha e gere todo o empreendimento turístico criado – todos os membros da comunidade são empregados do projecto usando um sistema de rotação, e os ganhos são reservados ao projecto comunitário; o segundo tipo de CBE envolve a família ou grupo de iniciativas dentro das comunidades, o terceiro tipo de CBE é uma *joint venture* entre a comunidade ou família e um parceiro de negócios externo. Existirão certamente muitos esforços no sentido de maximizar os benefícios para as comunidades locais, mas não é realista esperar que toda a comunidade possa controlar e gerir de forma mais adequada o ecoturismo (Wood, 2002).

Quadro 3.24. Passos básicos para encorajar a participação comunitária

- **Compreender o Papel da Comunidade.** As comunidades devem controlar o seu crescimento e desenvolvimento. Em muitos casos necessitarão de assistência técnica para tomar as decisões adequadas e dever-lhes-á ser dado antecipadamente informação adequada e treino. Providenciar tempo, fundos e pessoal experiente para trabalhar antecipadamente com as comunidades. Evitar que as comunidades sintam que são impotentes para influenciar padrões de desenvolvimento.
- **Dar Poder às Comunidades.** A participação é um processo que vai além de tornar as comunidades beneficiárias de um projecto de eco turismo. Os postos de trabalho são um benefício importante mas não substituem o poder. As comunidades devem participar genuinamente no processo de tomada de decisão. Isto envolve mais do que apenas consulta. Os processos devem ser iniciados para assegurar que as comunidades são capazes de gerir o seu próprio crescimento e recursos de forma adequada.
- **Impulsionar a Participação do Projecto Local.** Os directores do projecto devem identificar os líderes locais, as organizações locais, as prioridades chave da comunidade e as ideias, expectativas e preocupações que a população local já possui. A informação deve ser reunida para e pela comunidade. As opiniões reunidas deverão ser divulgadas e discutidas com a comunidade em conjunto com outra informação relevante tal como a estatística de mercado do governo ou os planos de desenvolvimento regional. As oportunidades de formação devem ser planeadas nesta fase para ajudar os membros da comunidade a adquirir a capacidade de planeamento e também a capacidade empreendedora requerida para dirigir pequenos negócios.
- **Criar Stakeholders (grupos de pessoas envolvidas no projecto).** A participação pode ser encorajada a dois níveis – ao nível individual ou ao nível das organizações locais. O investimento em áreas de desenvolvimento do projecto deve ser encorajado, seja em dinheiro, trabalho ou recursos em espécie. A criação de alojamento por parte dos empresários locais e o estabelecimento de padrões para os serviços locais por parte das organizações locais são dois bons exemplos.
- **Ligar os Benefícios à Conservação.** Os elos entre os benefícios do eco turismo e os objectivos de conservação precisam de ser directos e significativos. O rendimento, o emprego e outros benefícios devem promover a conservação.
- **Distribuir os Benefícios.** Assegurar que quer a comunidade, quer os indivíduos beneficiam dos projectos.
- **Identificar os Líderes da Comunidade.** Identificar a opinião dos líderes e envolvê-los no planeamento e execução dos projectos. Identificar os líderes que representam os diferentes constituintes para assegurar que uma fatia da sociedade é envolvida (incluindo tanto homens como mulheres). Ter a certeza que o projecto tem a informação adequada relativamente à estrutura social local. Estabelecer estratégias quanto aos efeitos dos projectos em diferentes grupos sociais e nunca partir do princípio que todas as partes da sociedade irão cooperar ou concordar. Ser estratega e conquistar os aliados apropriados precocemente.

(continua)

Quadro 3.24. (cont.) Passos básicos para encorajar a participação comunitária

- **Promover a Mudança.** Utilizar organizações existentes que já trabalhem na comunidade para promover o seu bem-estar social através do desenvolvimento económico. As associações de desenvolvimento ou cooperativas locais são boas perspectivas. Os grupos envolvidos na organização de actividades de recreação também podem ser bons aliados. A participação da comunidade através das instituições torna mais provável uma mudança efectiva e sustentada.
 - **Compreender as Condições Específicas do Local.** Ter presente que as estruturas de autoridade variam muito em cada região. O consenso nem sempre é possível, nem a participação total de todos os sectores da sociedade (as mulheres são frequentemente excluídas).
 - **Monitorizar e Avallar o Processo.** Estabelecer antecipadamente indicadores de registo do impacto do turismo – tanto positivos como negativos. Objectivos como o emprego e níveis de rendimento são apenas um tipo de indicador. O projecto deverá detectar impactos negativos tais como a evidência de uma rápida escalada de preços dos bens locais, inflação do preço da terra, antagonismo em relação aos visitantes, prisões frequentes, alteração nas actividades dos jovens e evidência de droga, prostituição e outras actividades ilícitas. Idealmente, quanto mais a comunidade local se encontra totalmente envolvida no desenvolvimento do eco turismo, menos estes problemas deveriam surgir. Outro indicador importante do envolvimento local é o aparecimento de iniciativas dentro da comunidade para dar resposta à influência negativa do turismo.
-

Fonte: Wood (2002:39). Adaptado.

3.4.5. Breves notas sobre o planeamento do ecoturismo

Não se pretende elaborar um esquema de planeamento exaustivo do ecoturismo, mas sim realçar alguns aspectos considerados mais relevantes quando da necessidade do seu planeamento. Desta forma, apresenta-se a perspectiva de alguns autores bem como os aspectos que melhor identificam as etapas de planeamento de um programa de desenvolvimento ecoturístico.

Para a elaboração de um plano de gestão ecoturístico, podem integrar-se variáveis físicas, biológicas, históricas, socio-económicas, culturais e ambientais, com a finalidade de planear um desenvolvimento sustentável do turismo ecológico (ecoturismo), numa área protegida, ou em área de qualquer categoria de gestão, público ou privado. O modelo aqui apresentado define catorze etapas de análise das variáveis, como sejam:

- aspectos físicos, consiste na delimitação da área de estudo, determinando as suas características geológicas, hidrográficas, climas, graus de fragilidade, impactos possíveis, entre outros;
- inventário dos recursos e atractivos ecoturísticos, identificados cartograficamente classificados em naturais e culturais, definindo suas características intrínsecas e extrínsecas, assim como o grau de fragilidade e acesso, para se obter uma hierarquia entre os atractivos, bem como definir capacidades de carga para cada um deles;
- zoneamento da área ecoturística, contando com zonas de protecção absoluta, uso público, privativo, especial ou qualquer outra estratificação;

- planeamento e desenho de caminhos, trilhas e estradas, que devem ser feitas, apoiadas no inventário e no zoneamento, para traçar a melhor rota;
- interpretação ecoturística, que deve fundamentar-se na capacitação, investigação e elaboração de material de apoio didáctico (audiovisual), elaboração de guias para auto-interpretação, criação de museus e centros de visitantes; definir o modelo de capacidade de carga para todas as áreas do zoneamento, apresentados no próximo tópico;
- estudo e monitoramento de impacto ambiental com aplicação de modelos que mensurem os efeitos ambientais gerados pela visitação ecoturística;
- infra-estrutura de serviço e planta ecoturística, que incluem os serviços de atendimento ao visitante e a administração da área;
- integração das comunidades locais, de forma a promover a valorização e a conservação da área, pela comunidade, envolvendo-a no mercado do ecoturismo e na consequente melhoria da qualidade de vida. Para tanto, há a necessidade de desenvolver um estudo socio-económico, para se estabelecer as necessidades mais prementes, e as actividades que devem ser integradas;
- plano de mercado, o qual deve conter as estratégias de publicidade, posicionamento e outros requisitos, para obter-se um desenvolvimento sustentável;
- regulamentação, com a finalidade de estabelecer controles para as actividades e para as pessoas envolvidas no ecoturismo, como zoneamento, informação ao visitante, operadores turísticos, guias e serviços ofertados, entre outros;
- programa de educação ambiental, objectivando educar a comunidade local e visitante, sobre a protecção e conservação dos recursos naturais, a convivência harmónica com a natureza;
- análise económica, visando estabelecer o valor económico da área, determinar os custos ambientais gerados pelos impactos, e calcular os benefícios económicos que podem gerar a actividade ecoturística;
- fontes de financiamento para a infra-estrutura de serviço e de apoio, assim como para outras empresas que prestarão serviços no empreendimento, como restaurantes, alojamentos, transporte, artesanatos, entre outros (Troncoso, 1999).

Também Seabra (2001), apresenta algumas etapas essenciais para o procedimento metodológico necessário quando se trata de implantar um programa de turístico ecológico (ecoturismo) como sejam: levantamento do potencial turístico; estabelecimento e definição de parcerias com órgãos públicos, empresas, associações, estabelecimentos de ensino superior, Ong's e comunidade local; elaboração de um diagnóstico físico-biótico e ambiental, zoneamento ecológico-económico; selecção da área de implantação do programa de

ecoturismo; estudo da procura e da capacidade de carga dos atractivos turísticos; programa de educação ambiental; treino e formação dos recursos humanos; incentivos à criação de empresas; adequação do equipamento de apoio ao turismo à realidade local; elaboração e implantação de roteiros turísticos; divulgação do programa de ecoturismo; divulgação e calendarização dos eventos turísticos e de roteiros estabelecidos; implantação de infra-estruturas turística receptiva e avaliação e monitoramento, com vista ao aperfeiçoamento e adequação do programa.

Wearing e Neil (2000) apontam, como elementos principais de um plano turístico, a relação de atracções e actividades turísticas, as acomodações, o transporte, e outras instalações e serviços turísticos, elementos institucionais. Como planeamento ecoturístico, estabelece as seguintes etapas: preparação do estudo, determinação dos objectivos, da estratégia, pesquisa junto aos «stakeholders», análise e síntese dos impactos prováveis oriundos do ecoturismo, elaboração da política e do plano para gestão e controle, regulamentação, infra-estrutura e, finalmente, recomendações, implantação e controle. Continuam estes autores referindo que há a necessidade de formular e implantar estratégias de planeamento adequadas para assegurar que a expansão futura do ecoturismo aconteça de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável

Para melhor definição das prioridades dos destinos turísticos, Altamirano e Ortega (s/d) chegam mesmo a propor a criação de Agendas Ecoturísticas Locais, com vista a actuarem como um organismo de gestão e coordenação para legitimar a propostas de desenvolvimento. Veja-se, resumidamente, o Quadro 3.25. que integra os principais elementos a ter em conta para o plano comunitário de desenvolvimento turístico.

Quadro 3.25. Plano comunitário de desenvolvimento turístico

PLANO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
<ul style="list-style-type: none"> ◆ ASSOCIAÇÃO DE GRUPOS LOCAIS ◆ ANÁLISE DE TEMAS AO NÍVEL DA COMUNIDADE ◆ PLANIFICAÇÃO PARA A ACÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico e prognóstico do sector do turismo • Definição da imagem – objectivo • Identificação de objectivos para o desenvolvimento turístico local • Formulação de uma estratégia de desenvolvimento • Preparação de programas e prospectos • Identificação de fontes e compromissos de financiamento ◆ IMPLEMENTAÇÃO E SEGUIMENTO ◆ CONTROLO E RECTROALIMENTAÇÃO

Fonte: Altamirano e Ortega (s/d:6).

De uma forma geral todas as propostas atrás referidas englobam pontos comuns essenciais para quem tem a responsabilidade de planear um programa de ecoturismo, das quais destaco o inventário dos recursos, as parcerias com os órgãos representativos locais, a definição de uma zona geográfica adequada para o desenvolvimento do ecoturismo tendo em conta as restrições existentes na área em causa, a definição de um programa de educação ambiental para garantia dos interesses da conservação e protecção dos recursos naturais, a elaboração dos roteiros ecológicos, a promoção e divulgação, a escolha dos financiamentos adequados e possíveis e finalmente a avaliação, monitoramento e controlo.

Entre todas as etapas aqui evidenciadas pretende-se pôr em destaque o *inventário dos recursos*. O inventário, além da recolha sistematizada e coerente que deve ser feita, é uma oportunidade real de contacto com as comunidades, de ouvir as suas opiniões e, entrosá-los no interesse do trabalho que se está a efectuar como de importância para eles. Muitos dos recursos poderão ser melhor avaliados se a participação da população local for activa, identificando os recursos mais importantes, podendo mesmo levar os investigadores a determinados locais, que de outra forma, poderiam ter mais dificuldade ou até mesmo desconhecer. Apesar de muitos dos recursos inventariados nunca chegarem a constituir-se como turísticos, o simples facto de terem tido oportunidade de mostrar o que para eles se torna mais relevante, é já de si muito importante e motivador. Assim, após um primeiro estudo no sentido de saber qual a sensibilidade da população local para a actividade turística e qual a sua ideia do contributo que pode trazer, o inventário pode constituir-se como muito relevante e antecede, certamente, a maior ou menor participação da população no programa de desenvolvimento turístico que se pretende para a região em causa.

Observe-se no Quadro 3.26., os principais elementos que devem ser inventariados.

Quadro 3.26. Principais elementos a serem inventariados

ATRACTIVOS		
Atractivos naturais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Áreas naturais protegidas – parques públicos e privados e outras áreas que permitem a visitaçã;o; ➤ Montanhas – picos, serras e canyons, trilhas e os seus miradouros; ➤ Planaltos e planícies – chapadas e vales; ➤ Costas e litorais – praias, recifes de coral, baías e enseadas, barras de rios e dunas; ➤ Ilhas e arquipélagos – locais para mergulhos; ➤ Cavidades subterrâneas – grutas e cavernas; ➤ Recursos hídricos – rios, lagos, lagoas, nascentes, canais e represas, quedas de água e rápidos, praias de rio, balneários; ➤ Flora – mata primária, mata secundária, exemplares raros ou em extinçã;o; ➤ Fauna – observaçã;o de aves, ninhos, viveiros naturais, presença ou vestígio de mamíferos, animais em extinçã;o, viveiros comerciais, locais para pesca. 	

(continua)

Quadro 3.26. (cont.) Principais elementos a serem inventariados

<p>Atractivos e manifestações culturais (religioso, cívico, artístico ou popular)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Culturais e históricos – sítios históricos, arqueológicos ou étnicos; monumentos, construções, ruínas e esculturas civis, religiosas e históricas; museus; eventos e festas culturais; minas antigas; estradas e caminhos históricos. ➤ Gastronómicas – bebidas, comidas, doces e salgados típicos; ➤ Artísticas – contadores de histórias, grupos étnicos, folclóricos e populares de danças e música; ➤ Artesanato – cestarias, tapetes, cerâmicas, metais, pinturas, papel, motivos locais; ➤ Eventos programados – feiras, mercados, exposições, congressos/seminários, eventos desportivos, eventos turísticos; ➤ Centros técnicos – zoológico, jardins botânicos. 	
SERVIÇOS		
<p>Serviços de apoio directo ou indirecto ao ecoturismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Meios de hospedagem – hotel, resort, colónia de férias, motel, spa, chalé, hotel residencial, hospedaria, pousada da juventude, alojamento temporário, pensão, parque de campismo cãs de aluguer e veraneio, Turismo em espaço rural, turismo de natureza, outras formas de alojamento; ➤ Alimentação – restaurantes (variado, churrasco, pizza, peixes, comida caseira, comida típica e regional) e diversos (mercado, talho, cafés, bar, casas de pasto, snack-bar, e outros); ➤ Agências – de turismo (posto de turismo, operadores turísticos); ➤ Serviços de guias – guias, condutores, monitores, etc; ➤ Meios de transporte e acessos municipais e regionais – rodoviário, fluvial, ferroviário, aéreo; ➤ Meios de transportes e acessos locais – táxis, autocarros, barcos, avião destinados ao apoio para acesso aos atractivos; ➤ Outros serviços de turismo e lazer – aluguer de motos, bicicletas e cavalos, aluguer e evnda de equipamentos de escalada/espeleologia ou desportos de aventura em geral, outros; ➤ Recreação, entretenimento e espaços para eventos artísticos e culturais – cinema, teatro, casas de shows, centros desportivos, centros culturais, parques de diversão, discotecas e clubes; ➤ Estabelecimentos comerciais de apoio turístico – loja de materiais fotográficos, de artesanatos, souvenirs, bebidas, outros. 	
INFRA-ESTRUTURA		
<p>Infra-estrutura básica e de apoio ao ecoturismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Auto-Serviços – postos de gasolina, pneus, oficinas mecânicas e eléctricas, auto-peças, etc; ➤ Comunicação – cabines telefónicas, postos de Internet, postos de correios, estações de rádios e televisão, jornais; ➤ Bancos – agências bancárias, câmbios ou postos de Multibanco ; ➤ Saúde – hospitais, centros de saúde, postos de socorros públicos e privados, farmácias, clínicas médicas; ➤ Segurança – Polícia, Guarda (Inclui todas as possíveis especialidades), Bombeiros, Protecção Civil, Polícia ou Guarda Municipal; ➤ Outros – sinalização turística e rodoviária, casas de banho públicas, áreas públicas, etc 	
COMUNIDADES E VISITANTES		
<p>Comunidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ População envolvida e não envolvida com o turismo; ➤ Presidentes dos Município e técnicos públicos em turismo; ➤ Representantes de ONG's de ambiente; ➤ Líderes comerciais, de cooperativas (pesca, artesanato), etc; ➤ Directores e responsáveis por áreas protegidas; ➤ Administradores de pousadas e agências. 	

(continua)

Quadro 3.26. (cont.) Principais elementos a serem inventariados

Visitantes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dados geográficos – origem, meio de transporte; ➤ Dados sócio-económicos – faixa etária, profissão, sexo, motivações, tempo médio de permanência e de gastos diários, grau de satisfação; ➤ Motivações – como soube da região, decisão de compra, expectativas; ➤ Percepções e satisfação – sugestões, percepção do impacto ambiental ou de carências nos serviços, etc. 	
------------	---	--

Fonte: Borges (2003:97-100). Adaptado.

O ecoturismo implica uma gestão planeada que visa sobretudo preservar o equilíbrio ecológico, potenciar e preservar os recursos existentes, melhorar a qualidade de vida da população local, garantindo a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

3.5. O turismo em áreas protegidas

O turismo baseado na apreciação da natureza tem múltiplas origens, anteriores à própria criação dos Parques. Desde o Romantismo, aos usos termais, à caça e à pesca, à curiosidade na observação de determinadas espécies, à busca da harmonia e clima perfeito. Tudo isto contribuiu para a expansão, desenvolvimento e implementação da actividade turística no seio de ambientes naturais.

Constituindo as áreas protegidas a salvaguarda desses motivos, não é de estranhar que os mesmos sejam procurados por milhões de pessoas que pretendem desfrutar da sua beleza e do seu bem estar. As áreas protegidas, na esmagadora maioria dos casos, encerram as causas físicas que constituem o atractivo, a significação do Turismo e do Recreio como sejam a paisagem, geografia, urbanismo, história, fauna, flora, etnografia, etc.

O próprio movimento de criação dos Parques e espaços recreativos, no século XIX e início do século XX, levou a que se desenvolvessem um conjunto de novas motivações turísticas, ligadas à experiência com o lado selvagem e as oportunidades de praticar desporto através de actividades ligadas ao meio natural.

Falar de turismo em áreas protegidas é como viajar no tempo e situar-nos na criação dessas mesmas áreas. Apesar do interesse na utilização dos parques para o uso turístico estivesse inerente à sua criação, os parques passaram por uma «crise de identidade»: por um lado, estavam associados à preservação e conservação das espécies e, por outro, permitiam o seu uso para o turismo.

Tradicionalmente o turismo tinha uma má reputação entre os conservacionistas, considerando-o como um factor de degradação do meio ambiente. Existem casos bem conhecidos que deram relevância a essa tese. No entanto há que considerar que nessa altura (anos 60), a preocupação e a consciencialização ambiental era muito escassa, o que derivou em muitos erros cometidos face a um não planeamento conjugado dessas actividades. As formas de turismo alternativo como o ecoturismo, turismo rural, etc, poderão constituir ferramentas de desenvolvimento e conservação do espaço natural e rural. A parte mais tangível do turismo – o produto turístico – pode ser adequado de forma a responder aos objectivos definidos por essas áreas e assim contribuir para o seu desenvolvimento. Alguns desses objectivos poderão ser acções de educação ambiental, interpretação da envolvente, comunicação, rentabilidade e motivação.

A percepção de que a actividade turística constituía um factor relevante para o próprio desenvolvimento dos parques é evidenciada em muitos casos. O sistema de parques nacionais do Canadá com as suas sucessivas alterações políticas e legislativas são um bom exemplo desse reconhecimento. Desde a lei dos parques de 1930, que assegurava a conservação dos parques em estados intactos até às várias actualizações da política dos parques, através dos

planos de gestão dos parques onde Sheila Copps⁹⁶ refere, no prefácio do plano de gestão do Parque Nacional de Banff (1997), "... primeiro e acima de tudo, Banff é um local para a natureza, em que a integridade ecológica é a pedra angular do parque, bem como chave para o seu futuro, mas que é também um local para as pessoas, um local para o turismo de herança, um local para a comunidade e um local para a gestão ambiental" (Boyd, 2007:534).

Continua o autor referindo que desta forma o turismo fará parte do modelo de gestão integrada do parque, desenvolvendo novas formas de turismo com impactos mínimos sobre a estrutura ecológica e que possam, de certa forma, assegurar o financiamento do sistema (Boyd, 2007).

A esse propósito, em 1985, no decorrer da Conferência sobre o Património Natural da Europa, que decorreu em Losehill Hall, no Peak National Park, foram definidos três princípios fundamentais que importa referir:

- o turismo é uma justificação económica para a conservação;
- o turismo é um meio de consolidar o apoio à conservação;
- o turismo pode fazer afluir recursos à conservação.

Desta forma o turismo surge não apenas como uma necessidade emergente das pessoas no sentido de desfrutarem de um ambiente particular mas também como uma forma de sustentar todo um conjunto de necessidades ao nível das políticas públicas na conservação e administração dos próprios parques.

"A actividade turística num parque nacional ou em qualquer outra área protegida pode servir de mecanismo auto financiador e, por isso, de ferramenta de conservação. Porém, isto só será possível se o nível, tipo e gestão do turismo for apropriado e, em particular, se a capacidade turística da área for respeitada".⁹⁷

A adaptação de um parque à actividade turística que nele se pode desenvolver carece de estudos prévios que melhor poderão caracterizar qual e quanto turismo se poderá adequar à área protegida. Há que ter em atenção que os Parques não se constituem apenas como «reservatórios» de atributos naturais. Os recursos culturais existentes nos parques são tão ou mais relevantes (em alguns casos) do que os naturais. Recorde-se que os parques foram inicialmente criados em zonas onde, apesar da protecção de zonas ditas naturais, estavam presentes comunidades inteiras que, ao longo do tempo, adequaram a paisagem aos seus próprios usos. Nesse sentido, os elementos existentes nessas áreas constituem uma riqueza imensa que há que ser devidamente evidenciada e aproveitada para a sua própria preservação e identidade.

⁹⁶ Na altura vice-primeira-ministra e ministra da herança canadiana.

⁹⁷ <http://www.unep/ie.org/pc/tourism/sensitive/prot-areas.htm>, consultado em 24-10-2007.

Apontam-se alguns exemplos na Europa, de alguns parques onde foi possível conciliar a actividade turística com os objectivos de conservação. É o caso do Bavarian Forest National Park (Alemanha), Plivite Lakes National Park⁹⁸ (Jugoslávia), Hautes Fagnes Nature Park (Bélgica) e Peak District National Park (Inglaterra). Embora as soluções encontradas sejam distintas umas das outras foi possível encontrar formas de satisfazer os anseios dos turistas e, ao mesmo tempo, criando condições para a manutenção e conservação do ambiente natural. Veja-se um pouco melhor cada um destes casos em particular:

1. **Bavarian Forest National Park** – fundado em 1969 tinha por objectivo primordial a revitalização económica da região, onde o turismo se apontava como um factor principal. Realizaram-se diversos programas de desenvolvimento para os visitantes interessados na natureza, onde foi tida em conta os aspectos conservacionistas. Nesse sentido foram estabelecidas áreas específicas destinadas à actividade turística e à conservação. As áreas turísticas foram essencialmente estabelecidas nas zonas marginais do parque, junto aos acesso públicos e às comunidades residentes, implicando apenas cerca de 10% do total da área do parque. O acesso livre não é permitido e os visitantes podem apenas deslocar-se através dos caminhos marcados para o efeito. Desta forma a perturbação é mínima, apesar dos 1,5 milhões de visitantes por ano numa superfície de 13.000 hectares. Além disso foram criadas diversas infra-estruturas que funcionam em paralelo com as já existentes no parque, como é o caso de um Centro de Informação «Hans-Eisenman-Haus», visitado por cerca de 250.000 pessoas por ano, um jardim botânico, uma área geológica, 200 hectares onde se implementou uma espécie de zoo no campo, um campo de jogos no bosque para as crianças, uma área especial para excursionistas «hiking área», entre outros. Desta forma e com este conjunto de atractivos os visitantes são orientados para o usos destas instalações sem penetrar muito pela área do parque. A interacção entre a entidades públicas, associações e população local é feita de forma muito estreita e existe uma grande cooperação entre todos, o que origina benefícios económicos, apenas no distrito mais próximo do parque de cerca de 25 a 30 milhões de marcos por ano .
2. **Plivite Lakes National Park** – neste caso, a conservação e o desenvolvimento do turismo decorreu de forma paralela, dando muitos benefícios para a região. O seu maior objecto de atracção situa-se perto de Korana Rive. O acesso a estes atractivos é de fácil controlo, uma vez que apenas um caminho cruza essa área desde a sua fundação. Os visitantes têm que pagar uma taxa de entrada e os que querem passar a noite têm que pedir autorização à administração, usando obrigatoriamente os

⁹⁸ Agora Croácia.

parques de campismo ou alugando um quarto de hotel, que são geridos pelas autoridades do parque. Este modelo só é possível visto que toda a área pertence ao Estado. Por outro lado tem que ter necessariamente uma riqueza muito grande em termos de atractivos que leve os visitantes a pagar uma taxa elevada para desfrutar desses elementos naturais, sendo considerado como que um escape nomeadamente para os cidadãos.

3. **Hautes Fagnes Nature Park** – ocupa uma superfície de 67.000 hectares e é considerado, acima de tudo, um espaço cultural. Tem, no entanto, na sua área central uma importante reserva natural. Recebem por ano cerca de 100.000 visitantes, sendo os impactos mínimos. Sendo um espaço cultural, oferece um conjunto de outros atractivos (mosteiros, igrejas, castelos, etc) de fácil acesso, com o auxílio de percursos bem trabalhados e roteiros de visita bem estudados que leva a que não sejam sentidos os impactos directos sobre o meio natural. A sua área natural mais importante «peat bog» é particularmente sensível, face à existência de algumas espécies de fauna autóctones como «black grouse» em vias de extinção. Para isso existe um conjunto de regras rígidas, sempre controladas pelos vigilantes do parque e que incluem a orientação dos visitantes em determinados caminhos marcados e o seu não acesso em período de nidificação. Todos os visitantes aceitam de bom grado estas limitações, bem como toda a população, entidades públicas e privadas.
4. **Peak District National Park** – situa-se no norte de Inglaterra e tem uma superfície de 143.800 hectares. Dentro do parque vivem cerca de 38.000 pessoas e na sua envolvente cerca de 17 milhões, onde a maior parte da terra é de uso privado. Este parque é visitado anualmente por cerca de 20 milhões de pessoas por ano. Foram introduzidos neste parque diversos projectos entre eles uma cooperativa de quintas para férias, vinte e duas casas rurais que criaram cerca de 200 empregos e programas de educação ambiental dirigidos essencialmente para as crianças residentes na área.

(Crosby, 1992)

Caracterizar em números os visitantes nas áreas protegidas no mundo é reportarmo-nos um pouco aos números evidenciados no capítulo 3.4. , uma vez que a maior parte dessas actividades se desenrola em áreas protegidas.

Devemos evidenciar as perspectivas existentes relativamente a esse mercado. Observe-se a Figura 3.6. que nos mostra a dimensão internacional do turismo baseado na natureza.

Figura 3.6. A dimensão do mercado internacional de turismo baseado na natureza

A indústria do turismo baseado na natureza é grande e em expansão, como mostram as seguintes estatísticas:

- Ceballos-Lascuráin (1996) referiu uma estimativa da/do WTO em que o turismo baseado na natureza gera 7% de todas as despesas de viagens internacionais.
- O Instituto de Recursos Mundial (World Resources Institute) estima que o turismo de natureza esteja a aumentar a uma taxa anual entre 10% e 30%.
- O inquérito realizado por Lew aos operadores turísticos da região da Ásia/ Pacífico revelou taxas de crescimento anual de 10% a 25% em anos recentes (Lindberg & Johnson, 1997).
- Em 1997, a/o WTO estimou que todas as formas de turismo relacionadas com a natureza, incluindo o ecoturismo, representaram aproximadamente 20% da totalidade das viagens de turismo internacional (WTO, 1998).

Conclusão: A dimensão do mercado internacional de turismo da natureza pode-se estimar entre 7% a 20% do mercado de viagens internacional. Extrapolando a previsão de 937 milhões de chegadas internacionais em 2010, uma estimativa extremamente grosseira das chegadas do turismo de natureza internacional para 2010 seria entre 65 milhões a 187 milhões. A isto dever-se-á acrescentar o número substancial de visitantes domésticos às áreas naturais.

Fonte: Eagles (2001:5). Adaptado.

Veja-se no Quadro 3.27, a título meramente ilustrativo, alguns números mais recentes sobre a importância deste mercado turístico, em algumas das áreas protegidas.

Quadro 3.27. Visitantes em áreas protegidas no mundo (2003-2007)

Designação da área protegida	Número de visitantes (unidades)				
	2003	2004	2005	2006	2007
Parc Naturel des Vallées de la Burdinale et de la Mehaigne (Bélgica)	-	2.562	7.778	10.802	9.622 ^{a)}
Naturpark Altmühital (Alemanha – Bavaria) ^{b)}	1.726.041	1.687.581	1647.164	1.685.219	-
Everglades (EUA-NP)	1.040.648	1.181.355	1.233.837	954.022	-
Yellowstone (EUA-NP)	3.019.375	2.868.317	2.835.651	2.870.295	-
Yosemite (EUA-NP)	3.378.664	3.280.911	3.304.144	3.242.644	-
Parque Nacional Doñana (Espanha)	361.984	391.536	381.964	376.287	-
Parque Nacional Teide (Espanha)	3.364.873	3.540.195	3.349.204	3.567.701	-
Parc national de la Vanoise (França)	-	-	-	698.000	-
Parque Nacional da Peneda-Gerês (Portugal)	2.766	2.943	2.319	2.293	-
Swiss National Park ^{c)}	-	-	-	-	-

Fonte: Autor.

a) Estatística de 01/01/2007 a 30/09/2007.

b) Estes números correspondem ao número de visitantes que pernoltaram no parque. O número total de visitantes/dia (excluindo os que pernoltam) rondam os cerca de 6.000.000/ano.

c) Apesar de não serem feitas contagens específicas sobre os visitantes, estimam que seja visitado por cerca de 150.000 pessoas/ano.

Os números respeitantes a este Quadro, são demonstrativos da existência de um segmento de mercado orientado para a natureza e para os aspectos culturais que os próprios parques encerram, cada um à sua maneira. No entanto, não é possível fazer outro tipo de análise mais profunda uma vez que a diferenciação do número de visitantes de cada uma dessas áreas protegidas, espelha-se através de múltiplos factores específicos da própria legislação, dos governos, do modelo de gestão dos parques, da visão estratégica de aproveitamento dos recursos turísticos, da existência ou não de um planeamento adequado, entre outras.

Normalmente, as áreas protegidas onde o turismo se desenvolveu com maior intensidade foram aquelas onde se apostou no estudo e planeamento adequado, e que oferecem condições de recepção dos visitantes, à medida das suas necessidades mais prementes, face ao público que as visita. Neste sentido "a oferta de infra-estrutura mínima é condição essencial para o atendimento às necessidades da procura turística" (Dias, 2003a:148).

Continua o autor referindo que devem ser atendidas determinadas condições gerais para que o desenvolvimento do turismo se realize nas áreas protegidas tais como:

- ". construção e implantação de um centro de atendimento aos visitantes;*
- . criação e implantação de uma estrutura administrativa in loco;*
- . contratação e formação do pessoal;*
- . definição física da área da AP (através de placas, cercas, ou outros meios);*
- . abertura e/ou melhoria nas condições físicas dos caminhos para a visitação;*
- . desenvolvimento de um amplo e bem estruturado programa de comunicação;*
- . implantação de um sistema de sinalização (dentro e fora da AP);*
- . inventário de potencialidades turísticas na envolvente (património natural e cultural);*
- . incentivo à participação de instituições e pessoas residentes e não residentes na AP;*
- . criação de material promocional e educativo;*
- . promoção de estudos e desenvolvimento de pesquisas" (Dias, 2003a :148).*

Numa fase de implementação devem ser os próprios governos a estimular o desenvolvimento da área protegida, proporcionando uma gestão adequada com meios financeiros que permitam realizar os planos necessários para o seu normal e desejado funcionamento. Porém, os parques poderão eles próprios criar um conjunto de iniciativas e infra-estruturas que permitam a recolha de fundos para o seu desenvolvimento.

A título de exemplo, vejam-se os vários tipos de taxas que podem ser cobradas quando da visita a um parque :

- Taxas de entrada;

- Taxas de estacionamento, acampamentos, uso de determinados equipamentos (barcos, bicicletas, outros), utilização de guias turísticos;
- Concessões diversas (lojas de artesanato, souvenirs, outros materiais publicitários, etc)
- Licenças e permissões (operadores turísticos, actividades de animação, guias profissionais, outros)
- Taxas de aluguer de equipamentos (binóculos, tendas, gps, etc).

(Kinker, 2002)

Às áreas protegidas importa um turismo selectivo, devidamente enquadrado por um sistema informativo e interpretativo suportado por infra-estruturas de acolhimento que permitam fazer da visita uma verdadeira acção de educação ambiental. Por seu lado à gestão das áreas protegidas importa operacionalizar de forma correcta as suas acções, canalizando os visitantes para as áreas menos sensíveis (resguardando desta forma as zonas mais importantes em termos de conservação e preservação de espécies), abrindo outras áreas para desfrutar a natureza, de acordo com as regras estabelecidas de conservação. No entanto,

"deve ser reconhecido que nem todo o tipo de turismo deve ser desenvolvido em áreas protegidas. Lawton (2001), por exemplo, defende que o «hard» ecoturismo (turismo com carácter mais vincado em termos de ecoturismo) poderá ser desenvolvido em áreas protegidas mais frágeis, mas que outros tipos de turismo como o «soft» ecoturismo, poderão ser implementados em determinadas áreas protegidas, apesar de não deverem ser desenvolvidos nas áreas protegidas frágeis" (Costa, 2006:110).

Ao sector do turismo convirá pois, aproveitar equilibradamente e ajudar a manter um atractivo, portador de um conjunto de valores e de recursos necessários à actividade, preservando e preparando o futuro sem destruir o passado.

O grande desafio com que as áreas protegidas se defrontam hoje em dia é o desafio de serem paisagens sustentáveis. Um parque só pode ser um verdadeiro exemplo disso se todas as actividades incluindo o turismo, se situarem numa base sustentável (Boyd, 2007).

3.5.1. A carta europeia de turismo sustentável

A Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) inscreve-se nas prioridades mundiais e europeias expressas nas recomendações da Agenda 21, adoptadas na Cimeira da Terra (Rio 92) e pelo quinto programa de acções comunitárias para o desenvolvimento sustentável.

A CETS foi elaborada por um grupo de representantes europeus dos espaços protegidos, do sector turístico e outros colaboradores, no sentido de encontrar medidas de gestão mais adequadas, face às novas tendências turísticas nas áreas protegidas. Esta reflexão vinha sendo feita anteriormente, desde 1991, pela Federation Europarc, que tinha culminado com a publicação "Loving them to death?".

Esta Carta constitui uma das prioridades do programa de acções "Parks for Life" da UICN. Além disso cumpre os princípios enunciados na Carta Mundial do Turismo Sustentável elaborada em Lanzarote em 1995.

A CETS tem desta forma inerente a aplicação do conceito de turismo sustentável e pretende⁹⁹:

- desenvolver um turismo que cumpra os princípios do desenvolvimento sustentável;
- ajudar os espaços protegidos e os seus colaboradores a definir o seu próprio programa de desenvolvimento sustentável;
- promover uma aproximação estratégica entre os vários colaboradores;
- acentuar o compromisso de adoptar a ética do turismo sustentável;
- promover a colaboração entre os vários actores;
- promover as regras básicas do turismo.

Nesse sentido a elaboração da estratégia do turismo sustentável nos espaços protegidos, apresentada na Carta, passa por um conjunto de procedimentos como sejam:

1. Diagnóstico – onde é privilegiado um diagnóstico do turismo e do meio ambiente feito pelos agentes, no sentido de conseguir as melhores orientações face ao território apresentado, definindo as suas oportunidades e ameaças;
2. Consulta e envolvimento dos colaboradores – esta estratégia vai ser implementada com a colaboração de todos os representantes, sector turístico, sector económico, autoridades locais e residentes no território;
3. Definição da estratégia global no sentido da implementação de um turismo sustentável no território. Esta estratégia terá que definir com exactidão os objectivos de cada um dos vários sectores que vão colaborar como sejam os profissionais do turismo, as associações locais, além de definir claramente os objectivos que se pretendem em termos de conservação e valorização do património, do desenvolvimento económico e social, e de gestão dos visitantes.

⁹⁹ <http://www.europarc.org/european-charter.org/Documents/brochure.pdf> , http://www.europarc.org/international/sources/report_juan_carlos_summary.pdf , <http://www.iucn.org/bookstore/HTML-books/BP8-sustainabletourism/Appendix%20E.html> , <http://www.europarc.org/european-charter.org/index.htm>, consultados em 14-11-2007.

4. Programas de actuação: terão que se apresentar programas de actuação no sentido de operacionalizar toda a estratégia ora definida. Importa contudo definir os métodos e o tempo que vão permitir fazer a avaliação dos impactos dessas actuações;
5. Definição da avaliação e acompanhamento da estratégia – deverá ser estabelecido um programa de acompanhamento contínuo da estratégia adoptada – impactos ecológicos, económicos, social, grau de satisfação dos visitantes, etc (Castañer e Freguell, 1998).

Desta forma, as vantagens reais de um espaço protegido aderir a esta CETS são, por um lado, um compromisso para que se tenha permanentemente em conta os princípios do desenvolvimento sustentável, desenvolvendo acções coerentes nos territórios, tendo em conta uma gestão a longo prazo; por outro lado, a CETS permite ao espaço protegido aderente¹⁰⁰:

- ser distinguido na Europa como um território de excelência em matéria de turismo sustentável;
- fixar objectivos ambiciosos em matéria de turismo sustentável;
- trabalhar de uma forma mais cooperante com os seus associados;
- envolver de forma positiva os profissionais do turismo quando da definição das suas políticas;
- influenciar sobre o desenvolvimento do turismo no seu território;
- reforçar a sua acção de sensibilização nos visitantes;
- favorecer um desenvolvimento económico que respeite o meio ambiente no seu território;
- desenvolver produtos turísticos autênticos, de qualidade e que respeitem o meio ambiente.

Para quem gere os espaços protegidos, implica a definição clara de objectivos em favor de um desenvolvimento sustentável, contendo um programa de acções que levem a uma melhor orientação a áreas tão importantes como sejam o *perfil dos visitantes*, *identificação de novos mercados*, *gestão da qualidade*, *sensibilização dos visitantes* (através de acções de educação e interpretação, informação do público em geral, apostar na formação dos seus colaboradores e operadores turísticos, promover acções de marketing responsável e preservar e melhorar a qualidade de vida da população local, a *protecção e valorização do património natural, cultural e histórico* (através do respeito pela capacidade de

¹⁰⁰ <http://www.europarc.org/european-charter.org/Documents/brochure.pdf> , http://www.europarc.org/international/sources/report_juan_carlos_summary.pdf , <http://www.iucn.org/bookstore/HTML-books/BP8-sustainabletourism/Appendix%20E.html> , <http://www.europarc.org/european-charter.org/index.htm>, consultados em 14-11-2007.

carga obtida, valorização do património, conservação dos recursos naturais, contribuição do turismo para a manutenção do património), *desenvolvimento económico e social* (apoio à economia local, desenvolvimento de novas oportunidades de emprego) e *controlo da frequência turística* - conhecimento do fluxo dos visitantes, canalização do fluxo dos visitantes, controlo do tráfego, gestão e integração dos equipamentos turísticos (Blangy, 2000).

As empresas turísticas situadas nos espaços protegidos também usufruem de alguns benefícios. Os consumidores estão cada vez mais exigentes no que diz respeito aos produtos oferecidos, à exigência de qualidade com respeito ao meio ambiente, à autenticidade e à forma como são recebidos. Quando se trata de espaços protegidos essa exigência aumenta e as suas expectativas são muito altas.

Nesse sentido os operadores turísticos reconhecem a importância na preservação do património natural e cultural, até como uma forma de garantir um acolhimento por parte da população local. Desta forma têm garantia de um sucesso do seu produto e da satisfação plena dos turistas na fruição do mesmo.

Ao aderir à CETS, a empresa turística compromete-se a trabalhar em estreita colaboração com os responsáveis da gestão dos espaços protegidos, no sentido de a todo o momento, procurar soluções para minimizar os impactos da sua actividade sobre a envolvente, ao mesmo tempo que lhe cabe orientar a sua actividade para que contribua ao máximo para o desenvolvimento económico e social da região.

Assim, podem-se apresentar alguns benefícios para a empresa turística como sejam¹⁰¹:

- ser reconhecida a nível europeu;
- desenvolver novas oportunidades comerciais mediante:
 - o acesso a novos clientes atraídos pelos espaços protegidos,
 - uma nova oferta orientada para a descoberta do meio ambiente,
 - a criação de uma oferta fora da temporada normal,
 - a constituição de uma cooperativa ou associação para comércio com actores económicos da região,
 - um bom conhecimento da frequência turística do espaço protegido e das expectativas dos clientes actuais e futuros.
- Reforçar a qualidade da oferta turística mediante:
 - Uma melhor organização do turismo no conjunto do território,
 - Uma informação de qualidade sobre o espaço protegido,
- Racionalizar os gastos mediante:

¹⁰¹ <http://www.europarc.org/european-charter.org/Documents/brochure.pdf> , http://www.europarc.org/international/sources/report_juan_carlos_summary.pdf , <http://www.iucn.org/bookstore/HTML-books/BP8-sustainabletourism/Appendix%20E.html> , <http://www.europarc.org/european-charter.org/index.htm>, consultados em 14-11-2007.

- uma melhor gestão do consumos de água, energia e de recursos mediante a compra e uso de produtos e serviços próximos,
- a orientação técnica e ajuda para adoptar os métodos de gestão ambiental.

Desde que foi estabelecida, em 2001, esta distinção foi atribuída a 23 áreas protegidas¹⁰². No entanto, muitas outras se encontram em fase de apreciação, no sentido de satisfazer os requisitos necessários. Veja-se a Figura 3.7. que mostra a distribuição na Europa das áreas que fazem parte das CETS, bem como das candidatas a essa distinção.

Figura 3.7. Áreas protegidas aderentes e candidatas à CETS



Fonte: http://www.europarc.org/european-charter.org/map_neu.htm, consultado em 14-11-2007.

¹⁰² Duas delas em Portugal – Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural da Serra de S. Mamede.

Para finalizar esta matéria importa recordar os objectivos fundamentais do turismo sustentável, neste caso referidos especificamente às áreas protegidas. Atenda-se ao Quadro 3.28. .

Quadro 3.28. Objectivos fundamentais do turismo sustentável em áreas protegidas

Objectivos ambientais	Objectivos sociais	Objectivos económicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação a longo prazo do meio natural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integrar a actividade turística tanto no território como na sociedade e cultura local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a economia local e a distribuição equitativa da renda
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do meio natural como atractivo turístico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade de vida da população local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conseguir que os benefícios do turismo repercutam na população local e na melhoria da região
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de praticas que respeitem o meio natural e educação ambiental tanto da população local como entre visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer um vínculo positivo de enriquecimento mutuo entre a população local e visitante 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potenciar a diversificação da economia
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo da frequência de visitação no tempo e no espaço 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tornar acessíveis as áreas naturais protegidas a todos os sectores da sociedade, mas evitando a sua degradação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a comercialização de produtos da zona

Fonte : Castañer e Freguell (1998:82). Adaptado.

3.5.2. O turismo nas áreas protegidas em Portugal Continental

Em Portugal, a primeira legislação que surgiu teve maior relevância ao nível do espaço rural e não especificamente ao nível das áreas protegidas. Face à recessão da agricultura, que antes sustentava o mundo rural, os Governos foram obrigados a empreender estratégias de reconversão desta situação, buscando o desenvolvimento do mundo rural. Neste contexto surge, através do Decreto-Lei nº. 256/86 de 27 de Agosto, a figura legal de Turismo em Espaço Rural(TER), iniciando-se assim a sua regulamentação. Esta regulamentação sofre várias alterações e através do Decreto-Lei nº. 54/2002 de 11 de Março, estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural, adoptando as seguintes modalidades de alojamento: Turismo de Habitação; Turismo Rural; Agro-Turismo; Turismo de Aldeia; Casas de campo; Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rurais.

Estes estabelecimentos prestam um serviço temporário de hospedagem, de animação turística no meio rural, necessitando para isso de instalações e infra-estruturas próprias para o seu desenvolvimento.

Com o aparecimento do turismo no espaço rural, começam a surgir nas áreas protegidas as primeiras modalidades de alojamento, uma vez que grande parte dos Parques ou Reservas Naturais, além de um espaço privilegiado dito mais natural, encerram espaços rurais e comunidades inteiras que vivem dessa ruralidade.

O desenvolvimento do ecoturismo e o de outras formas de turismo baseado na natureza em todo o mundo fez com que o nosso país procurasse desenvolver um produto, mais específico para as áreas protegidas, em locais que se possam adaptar às características de cada região desenvolvendo assim um produto turístico com potencialidades na melhoria do desenvolvimento local.

A Resolução de Conselhos de Ministros nº 102/96 vem determinar que todos os Departamentos governamentais, de acordo com os seus sectores de responsabilidade, privilegiem o investimento e a melhoria da qualidade de vida nas Áreas Protegidas, estabelecendo medidas concretas para o seu desenvolvimento sustentável.

Entre as várias medidas apontadas, destaca-se o desenvolvimento de formas de turismo e recreio compatíveis com a conservação da natureza, a necessidade do enquadramento legal para o aproveitamento de casas tradicionais recuperadas para a exploração turística e a certificação dos produtos tradicionais oriundos das áreas protegidas.

Neste contexto, surge a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), aplicável em toda a Rede Nacional de Áreas Protegidas, especificando uma actividade turística denominada como "Turismo de Natureza".

O Turismo de Natureza (TN), criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto de 1998, "consagra o seu desenvolvimento assente nos seguintes vectores: Conservação da Natureza – Desenvolvimento Local – Diversificação da Oferta Turística e Qualidade da Oferta Turística" (Bumay, 2000:33).

Continua a autora que tal como é apresentado, o TN contribui para o sucesso dos 4 vectores , através:

- " •*Da oferta de alojamento: Casas de Natureza e Turismo em Espaço Rural*
- Da prática da Animação Ambiental: Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza*
- Do apoio à utilização e reutilização do património construído*
- Da sensibilização e educação ambientais*
- Do apoio à criação de micro e pequenas empresas de restauração e de animação turística, e particularmente às iniciativas endógenas que promovam o emprego*
- Da promoção dos produtos de base local*
- Da divulgação das manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural*

- Do aproveitamento de estruturas museológicas e sítios culturais, zonas de pequenas indústrias locais, lojas de recordações, visitas a quintas
- Da utilização ordenada e sustentável dos recursos naturais passíveis de práticas de desporto de natureza
- Passeios a pé, de bicicleta, a cavalo, ski, vela, alpinismo, espeleologia, mergulho aquático, etc.
- Actividades como: fotografia, pintura, seguir percursos, visitar locais de interesse, gastronomia, conviver uns com os outros e com a população local
- Visitas de grupo para educação ambiental, visitas de estudo".

(Burnay, 2000:33-34)

As modalidades de alojamento referidas como «Casas de Natureza»¹⁰³ constituem-se em três formas distintas:

- **Casa-abrigo** – serviço de hospedagem prestado a turistas em casa recuperadas do estado, desactivadas na sua função original;
- **Centros de acolhimento** – trata-se de edifícios próprios ou adaptados de outros existentes cujas funções principais se prendem com a educação ambiental, visitas de estudo ou de carácter científico;
- **Casas-retiro** – são usualmente constituídas por construções rurais/ casas típicas, recuperadas, que mantêm o seu carácter genuíno.

Por sua vez as actividades de «animação ambiental»¹⁰⁴ compreendem a :

- **Animação** – Conjunto de actividades que se traduzem na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação da oferta turística através da integração dessas actividades e outros recurso das áreas protegidas, contribuindo para a divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e tradições onde se inserem.
- **Interpretação ambiental** – Toda a actividade que permita ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a Área Protegida, através da observação no local, das formações geológicas, da flora, da fauna e respectivos habitats, bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações.
- **Desporto da natureza** – Consideram-se actividades de desporto de natureza todas as que sejam praticadas em contacto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

¹⁰³ Decreto-Lei nº. 56/2002 de 11 de Março.

¹⁰⁴ Decreto-Lei nº. 56/2002 de 11 de Março.

Existem contudo algumas questões ainda menos conseguidas referentes ao PNTN, que podem prejudicar a implementação da actividade turística no seio das áreas protegidas. A primeira tem a ver com a *Carta de Desporto de Natureza*¹⁰⁵ que traduz de uma forma bem sistematizada quais as actividades passíveis de serem desenvolvidas numa área protegida, bem como de um conjunto de indicadores a serem respeitados para esse fim. Esta Carta é importante pois através da sua definição clara é possível promover essas actividades, incentivando as empresas de animação a desenvolver as mesmas junto da sua área protegida, uma vez que estão clarificadas todas as condições necessárias para que se desenrolem com sucesso.

A segunda prende-se com a formação para *Guias de Natureza* conforme está previsto na legislação e que devido a dificuldades de aplicação de constituição desta nova profissão, ainda não está constituída. A constituição e regulamentação desta profissão levaria certamente ao melhor desenvolvimento da visitação às áreas protegidas, certificando pessoas qualificadas para o efeito.

O enquadramento jurídico¹⁰⁶ do Turismo de Natureza apresenta um conjunto de legislação associada que importa ter conhecimento para o seu melhor entendimento.

A actividade turística nas áreas protegidas só poderá ser bem sucedida e um verdadeiro instrumento de desenvolvimento local, se todos os intervenientes tiverem em conta os princípios de utilização dos recursos de forma sustentável bem como o envolvimento da população local e de todas as entidades necessárias para o seu desenvolvimento como sejam os operadores turísticos, empresas de animação, empresas e associações locais, restauração, hotelaria e outros serviços indispensáveis para o bom funcionamento desta actividade complexa e diversificada como é o Turismo.

¹⁰⁵ Apenas o Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros é possuidora desta Carta.

- ¹⁰⁶ Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto - Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza;
- Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro - Estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza
- Decreto-Lei nº 56/2002, de 11 de Março - Altera e republica o Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 2/99, de 17 de Fevereiro - Regula os requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza;
- Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto - Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas Áreas protegidas, bem como o respectivo processo de licenciamento;
- Decreto-Regulamentar nº 17/03, de 10 de Outubro - Altera o Decreto Regulamentar nº 18/99, de 27/08;
- Portaria nº 164/05, de 11 de Fevereiro - Estabelece as taxas a aplicar pelo ICN pela concessão e renovação de licenças para realização de actividades de animação ambiental na Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Declaração de Rectificação nº 12/05, de 16 de Março - De ter sido rectificado a Portaria nº 164/05, de 11 de Fevereiro.



3.5.2.1. A visitação nas áreas protegidas

Como foi referido anteriormente, o número de visitantes que afluem a uma área protegida depende de um conjunto de factores, muitos deles factores que dependem da própria abordagem de gestão de quem as administra.

O trabalho designado como "Parques Visão XXI" (2004)¹⁰⁷, foi desenvolvido pelo ISCTE em parceria com o ICN e teve como objectivo propor uma solução de gestão eficaz para o cumprimento da missão do ICN.

Relativamente à actividade turística e mais concretamente à visitação das áreas protegidas em Portugal há que salientar alguns aspectos importantes a ter em conta no que diz respeito, quer à opinião da população, quer à própria postura dos serviços e que influenciam o desenvolvimento da actividade turística.

Vejam-se então os aspectos mais importantes segundo a opinião da população identificado neste estudo:

- Existe um reconhecimento do valor que as áreas protegidas podem trazer;
- É manifestado um interesse em desfrutar algum tempo de lazer nestas áreas;
- A oferta deve agregar um conjunto de serviços para desfrutar com a família e amigos;
- Apesar das pessoas estarem dispostas a remunerar alguns serviços, não têm bem a noção sobre o valor dos mesmos;
- Os serviços prestados pelas AP's estão avaliados de forma negativa;
- As actividades que mais estão associadas ao contacto com a natureza são os percursos pedestres, circuitos por aldeias históricas, campismo e observação da fauna e da flora;
- Apenas 5% dos Inquiridos utilizam casas de natureza, a grande maioria utilizam casa própria ou de amigos e familiares(46%);
- Os principais motivos da visita o contacto com a natureza e o convívio com amigos/família;
- Analisando conjuntamente os factores Importância vs satisfação a oferta da AP's são percebidas de forma negativa.

Da análise destes aspectos facilmente se chegará à conclusão que apesar da importância atribuída às áreas protegidas enquanto guardiães de aspectos naturais e culturais, não existe um produto agregado e estruturado que permita o desenvolvimento efectivo do turismo. Nesse sentido a população visitante é quase ocasional e com ligações à região, familiares ou amigos constituindo essa a sua principal forma de alojamento. Por outro lado, a

¹⁰⁷ http://www.icn.pt/destaques/destaques_anexos/SE200105.pdf, consultado em 01-10-2007.

existência de alojamentos dentro da zona das AP's são mínimos e por isso nem sequer constituem uma forte opção para os visitantes.

Veja-se de igual modo os aspectos mais significativos relativamente ao próprio modelo de funcionamento interno dos serviços:

- Existe dificuldades em monitorizar e medir o valor das AP's;
- A constituição de uma marca poderia ser um elemento importante para a percepção desse valor;
- Baixo nível de internacionalização;
- Modelo de gestão muito centrado nos custos e orçamento, muito dependente do estado;
- Pouco diálogo com concessionários e operadores turísticos;
- Existe uma ausência de potenciação da rede de contactos, constituindo-se numa estrutura muito burocrática;
- Competências técnicas muito focadas na conservação com ausência de competências noutras áreas essenciais, não associadas à conservação;
- Falta de integração das AP's quer na parte daquilo que pode oferecer quer na resolução de problemas;
- Percepção de um serviço deficitário em muitas áreas com excepção na conservação da natureza.

Como resumo destes aspectos, o estudo avalia a visão interna dos colaboradores e quadros do ICN, uma "Organização Burocrática e Formal, sem Estratégia clara e Visão do Futuro, focado em competências de conservação (especialista), que cumpre de forma deficitária o seu papel" (ISCTE, 2004:29).

Para que a actividade turística possa constituir uma realidade no seio das áreas protegidas é necessária uma alteração evidente na forma como os serviços actuam e reconhecem a sua importância. Não havendo uma visão objectiva e clara, pouco diálogo com os operadores turísticos, uma falha na resolução de problemas e uma falha em recursos humanos em áreas tão importantes para o desenvolvimento desta actividade como sejam gestão, sociologia, turismo, agronomia, que completam as necessidades prementes existentes, bem como todos os aspectos relacionais que envolvem a complexidade dessas áreas protegidas.

Atenda-se ao Quadro 3.29. que nos mostra em números os visitantes relativos às principais áreas protegidas em Portugal, nos últimos 5 anos.

Quadro 3.29. - Visitantes nas áreas protegidas de âmbito nacional em Portugal no período de 2002-2006.

Área protegida	Anos					
	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Parque Nacional Peneda-Gerês	2.855	2.766	2.943	2.319	2.293	13.176
Parque Natural Montesinho	1.226	1.402	1.274	870	420	5.192
Parque Natural Douro Internacional	3.137	2.592	3.911	2.087	478	12.205
Parque Natural do Alvão	*	*	1.295	884	623	2.802
Parque Natural da Serra da Estrela	3.481	2.473	3.487	3.017	2.518	14.976
Parque Natural Tejo Internacional	*	229	252	77	66	624
Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros	37.172	34.844	5.615	5.008	3192	85.831
Parque Natural da Serra de S. Mamede	588	963	441	691	370	3053
Parque Natural Sintra-Cascais	2.417	3.342	2.657	2.910	990	12.316
Parque Natural da Arrábida	1.233	1.394	2.105	*	664	5.396
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	3.821	2.440	2.215	1.650	*	10.126
Parque Natural do Vale do Guadiana	282	*	*	*	168	450
Parque Natural da Ria Formosa	7.031	6.312	5.444	1.138	2.104	22.029
Parque Natural do Litoral Norte	*	*	*	5.767	5.223	10.990
Reserva Natural da Serra da Malcata	1.255	730	795	830	9	3.619
Reserva Natural do Paul de Boquilobo	377	628	1.132	179	562	2.254
Reserva Natural do Estuário do Tejo	*	*	1.132	15	102	1.249
Reserva Natural Sapal de Castro Marim e VRSA	*	915	1.582	1.013	530	4.040
Reserva Natural Lagoas de Sto André e da Sancha	*	309	191	2.376	968	3.844
Reserva Natural Estuário do Sado	1.321	955	841	*	629	3.746
Reserva Natural Berlengas	*	*	*	*	*	0
Reserva Natural Dunas de S. Jacinto	3.324	7.133	8.438	7.542	8.205	34.642
Reserva Natural do Paul de Arzila	*	2.157	2.369	1.163	692	6.381
Paisagem Protegida da Serra do Açor	4.441	3.554	5.112	800	*	13.907
Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica	777	881	1.655	761	496	4.570
TOTAL	74.738	76.019	54.886	41.097	31.302	277.418

* Dados não disponibilizados.

Fonte: Autor.

Existe uma diminuição crescente na visitação das áreas protegidas em Portugal ao longo dos anos em análise. Apesar de uma grande instabilidade em termos dos valores apresentados, apenas quatro a cinco áreas protegidas mantêm ou aumentam o número de visitantes em 2006, todas as outras decrescem sendo que alguns casos o fazem de forma

bastante acentuada. Pode-se dizer que existem algumas áreas protegidas como o Parque Nacional Peneda-Gerês, Parque Natural de Montesinho, Douro Internacional, Serra da Estrela, Serra de Aire e Candeeiros, S.Mamede, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Ria Formosa, Reserva Natural do Estuário do Sado, Dunas de S. Jacinto e a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, como aquelas que mantêm uma maior regularidade no aspecto da visitação, evidenciando, eventualmente uma gestão mais regular no que diz respeito às actividades de recreio e lazer dentro das suas áreas.

Certamente atentos a esta realidade, o ICN encomendou o Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de áreas Protegidas (RNAP)   empresa TT-ThinkTur – Estudos e Gestão de Empreendimentos Tursticos, Lda, com o principal objectivo de “melhorar as condições de visitabilidade das áreas Protegidas (AP) de forma integrada e sustentada, para recreio e sensibilização ambiental, aperfeiçoando o modelo actual de atendimento dos visitantes” (ICNB, 2007:1) .

Este Programa, elaborado em 2006, foi desenvolvido em duas fases.

A primeira, correspondeu de uma forma geral ao diagnóstico da situação existente nas áreas protegidas e na definição de produtos a criar, desenvolver e promover bem como do quadro de referência que deverá orientar a comunicação. Desta forma e nesta fase foram realizados:

- *“a elabora o do estudo de mercado;*
- *o diagnóstico da situação das AP;*
- *a concep o e definição dos principais produtos de visitação da RNAP;*
- *a definição de uma “Ideia Central” e a criação do “Sistema de Identidade Institucional da RNAP” (ICNB, 2007:1).*

A segunda fase constitui a efectiva proposta de Programa, dando a conhecer as várias formas de operacionalizar o conjunto de propostas identificadas. Assim, a segunda fase compreendeu:

- *“a elabora o da proposta de conteúdos para os produtos de visitação;*
- *a prepara o de um programa de infraestruturac o considerado essencial para tornar as AP atractivas para a visitação turstica;*
- *a identifica o de parcerias estratégicas e a proposta de adop o de modelos de gestão dos serviços, infraestruturas e equipamentos;*
- *a estrutura o do plano de marketing e da estratégia de comunica o;*
- *a sistematiza o do programa temporal de execu o;*
- *a defini o do programa de monitoriza o, avalia o e controlo” (ICNB, 2007:1).*

Veja-se a título de exemplo, nas Figuras 3.8, 3.9 e 3.10, seguintes, a marca atribuída para os Parques em Portugal, bem como algum do material proposto para a divulgação, imagem e organização das áreas protegidas.

Figura 3.8. Marca Parques de Portugal



Fonte : ICNB (2007:Anexo 1).

Figura 3.9. Evolução criativa e declinações para as áreas protegidas



Fonte : ICNB (2007:Anexo 1).

Figura 3.10. Outdoors's para as áreas protegidas



Fonte : ICNB (2007:Anexo 1).

Ainda de salientar a recente modificação na orgânica do ICN cuja designação passou para ICNB, e que já foi alvo de análise anteriormente.

Julga-se que o ICNB terá em mão todos os meios para gerir, promover e desenvolver nas melhores condições o turismo nas áreas protegidas, de forma coerente, à parte da necessidades de técnicos de outras áreas, assim o pretendam as políticas governamentais e a dedicação dos técnicos que fazem parte deste Instituto.

3.5.2.2. A realidade actual do turismo nas áreas protegidas

Com o objectivo de ilustrar, de forma pragmática e actual, o panorama que caracteriza o turismo nas áreas protegidas, entendeu-se realizar inquéritos e, assim, recolher essa informação. Apresentam-se, pois, de seguida, os resultados obtidos.

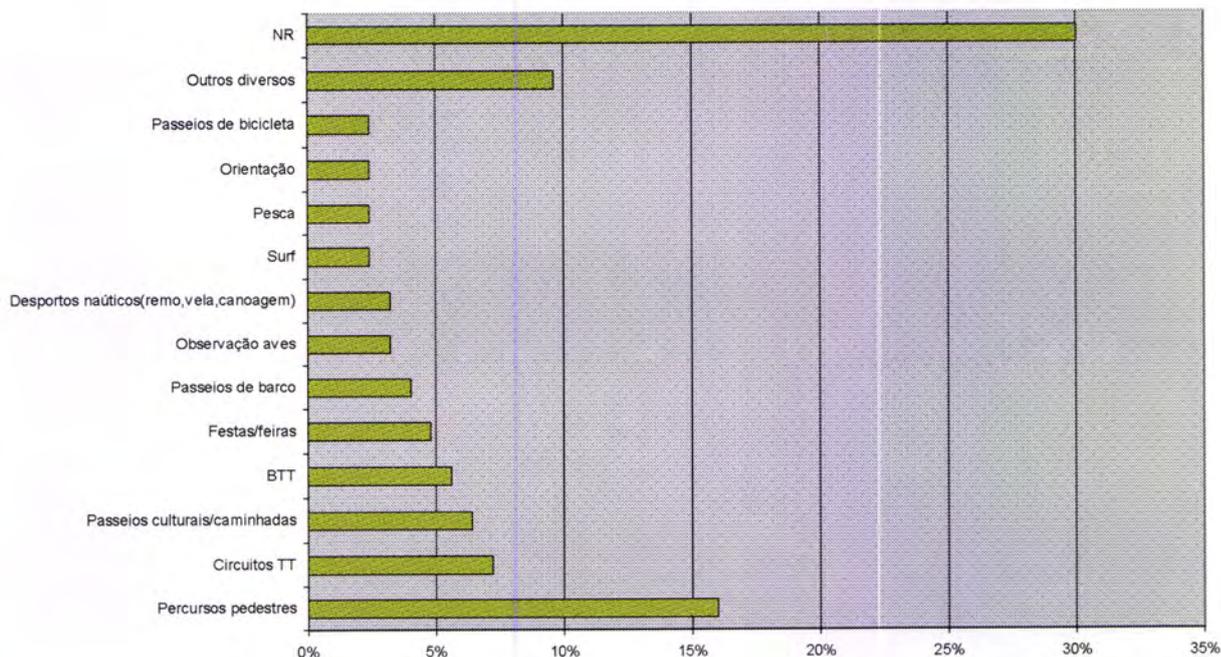
Resultados Obtidos

Atenda-se aos Gráficos 3.1., 3.2. e 3.3. abaixo, com a indicação dos resultados obtidos.

- a) Existência de actividades turísticas nas áreas protegidas: actualmente as actividades turísticas estão maioritariamente (89% - 24) implantadas no seio das áreas protegidas, nas suas várias vertentes, sejam elas de actividades de animação diversas como de algum alojamento nas modalidades permitidas de Turismo de Natureza ou Turismo no Espaço Rural;
- b) Actividades de carácter turístico que mais se desenvolvem nas áreas protegidas¹⁰⁸: as actividades de carácter turístico mais desenvolvidas nas áreas protegidas são fundamentalmente os percursos pedestres (16%), os circuitos TT (7,2%), os passeios/caminhadas (6,4%) e o BTT (5,6%). Todos os outros se apresentam de forma muito fragmentada e reduzida, aparecendo por exemplo no campo dos "diversos", muitas actividades específicas de certas AP's como sejam a "observação de cetáceos"(0,8%), a "visita a grutas"(0,8%), como também outras actividades pouco expressivas como são as "actividades de educação ambiental"(0,8%) e a "gastronomia"(0,8%). É importante salientar os resultados obtidos pelos circuitos TT, uma vez que esta actividade é geralmente mal vista pelas entidades competentes uma vez que é motorizada, geradora de poluição, destruidora de caminhos e incómoda no ruído que provoca. Por outro lado actividades tão importantes como "educação e sensibilização ambiental", tão importantes para o entendimento da própria área protegida, não têm praticamente nenhuma expressão (Gráfico 3.1.).

¹⁰⁸ Para um universo de vinte e quatro AP's, três não desenvolvem qualquer actividade.

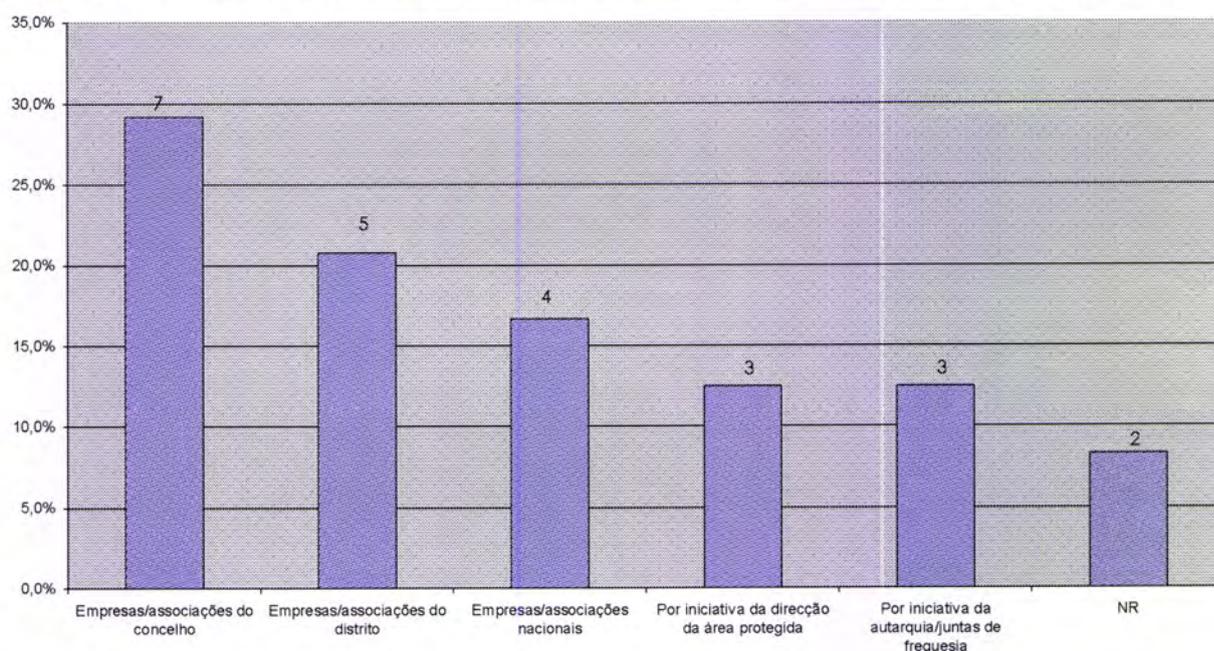
Gráfico 3.1. Actividades de carácter turístico que mais se desenvolvem nas áreas protegidas



- c) Entidades responsáveis pelo desenvolvimento de actividades turísticas nas AP's¹⁰⁹: as entidades responsáveis pela dinâmica existente no desenvolvimento das actividades de carácter turístico são essencialmente as que representam o concelho (28% - 7) onde a AP se encontra. Também as entidades do distrito (20% - 5) têm uma valoração importante para este efeito, a partir do qual a representatividade é menor quer se trate de entidades nacionais (16% - 4), pela iniciativa da AP (12% - 3) ou pela autarquia/juntas de freguesia (12% - 3). Torna-se curioso a forma como é respondida esta questão porque se evidenciarmos as empresas licenciadas pelas AP's para actuarem na sua área, grande parte delas são constituídas por clubes e associações locais que não podem efectuar estes serviços enquanto forma de exploração turística (Gráfico 3.2.);

¹⁰⁹ Para um universo de vinte e quatro AP's, três não desenvolvem qualquer actividade.

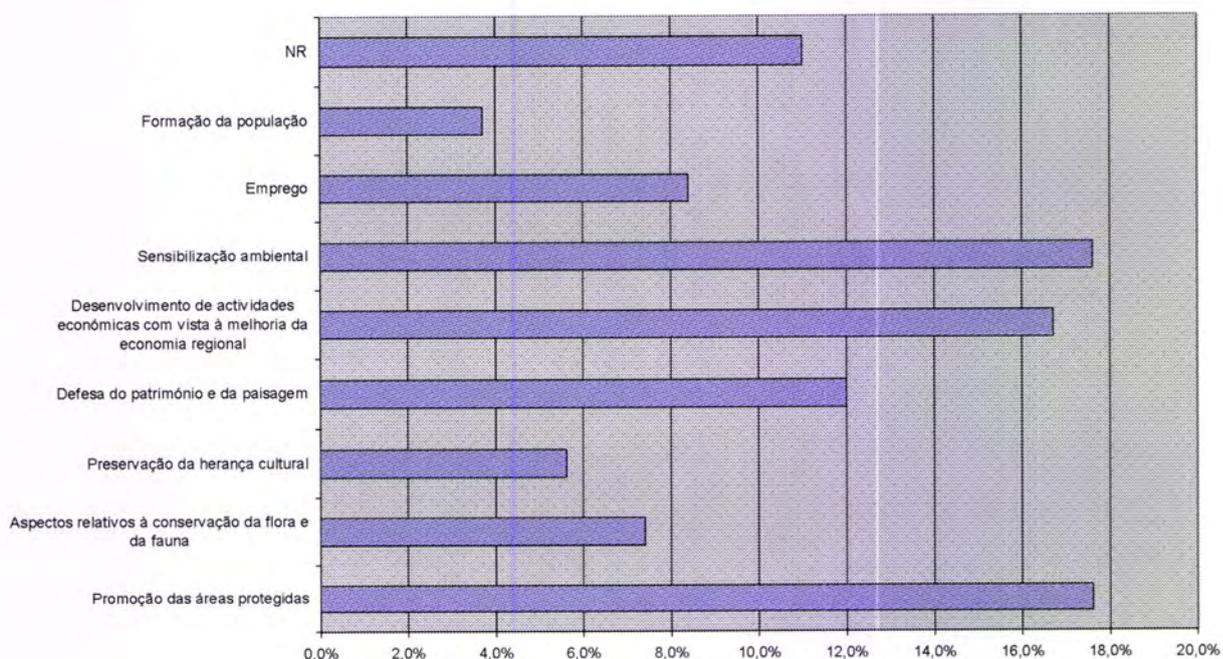
Gráfico 3.2. Entidades responsáveis pelo desenvolvimento de actividades turísticas nas AP's



- d) A importância do desenvolvimento de actividades turísticas no âmbito das AP's: as entidades que possuem actividades turísticas na sua AP são aquelas que também elas não duvidam da sua importância, uma vez o valor obtido (89% - 24) tem a mesma representatividade do valor obtido na 1ª questão. Entende-se desta forma que as AP's onde não são efectuadas as actividades turísticas também não têm a percepção da sua maior ou menor valia enquanto factor de desenvolvimento;
- e) As áreas onde o turismo pode representar o maior e melhor contributo para as AP's: pode observar-se que existem três áreas de contribuição que se distinguem das restantes e que são nomeadamente a "promoção das áreas protegidas" (17,6%), a "sensibilização ambiental" (17,6%) e o "desenvolvimento de actividades económicas com vista à melhoria da economia regional" (16,7%). Não é de estranhar que as duas primeiras áreas sejam apontadas como as principais, uma vez que, numa óptica de quem gere ou administra as áreas protegidas o importante será dar a conhecer as mesmas, abrindo desta forma caminho para a tão desejada sensibilização ambiental da população e visitantes, com vista à melhor compreensão dos valores naturais e ambientais. Quanto ao terceiro aspecto será certamente uma ambição mas onde a gestão/administração da AP tem uma palavra importante a dizer essencialmente no que diz respeito à distinção dos produtos locais, através da sua certificação e que pode levar a uma maior procura. Doutra forma, as regiões debatem-se com uma economia regional muito sensível onde grande parte dos comerciantes têm uma idade avançada

e um fraco poder empreendedor. A revitalização dessa economia regional através da implantação de um produto com mais valias, poderá contribuir para a renovação do interesse e passagem do testemunho "comercial" para gerações mais novas e com uma capacidade empreendedora maior, dinamizando desta forma todo um conjunto de serviços associado (Gráfico 3.3.).

Gráfico 3.3. As áreas onde o turismo pode representar o maior e melhor contributo para as AP's



De uma forma geral pode concluir-se que a maior parte das AP's possuem actividades turísticas onde se destacam os "percursos pedestres", promovidos essencialmente por empresas/associações do concelho. O turismo é uma actividade económica importante e por isso deve constituir-se como uma alavanca para a promoção das AP's, dando um incremento à sensibilização ambiental e promovendo um maior desenvolvimento de actividades económicas que visem gerar um maior rendimento para as comunidades locais.

3.5.2.3. A animação turística nas áreas protegidas

Ao pretender-se abordar a animação turística em Portugal é importante saber qual o conceito vigente segundo os organismos que regem estas actividades. Segundo o Instituto de Turismo de Portugal as empresas de animação turística são:

*"(...) as empresas que exercem actividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer que destinando-se predominantemente a turistas ou visitantes, contribuem para a ocupação dos seus tempos livres ou satisfação das necessidades e expectativas decorrentes da sua permanência na região ..."*¹¹⁰

Não se pretende com esta análise realizar uma investigação profunda do trabalho mais amplo desenvolvido por estes profissionais mas sim evidenciar aquilo que é realizado ao nível das AP's e saber qual o melhor contributo que essas actividades podem trazer para as comunidades residentes. Apresentam-se os resultados obtidos através do inquérito aplicado a estes profissionais.

. Resultados Obtidos

Atenda-se aos Gráficos 3.4.,3.5.,3.6.,3.7.,3.8. e 3.9., abaixo com a indicação dos resultados obtidos.

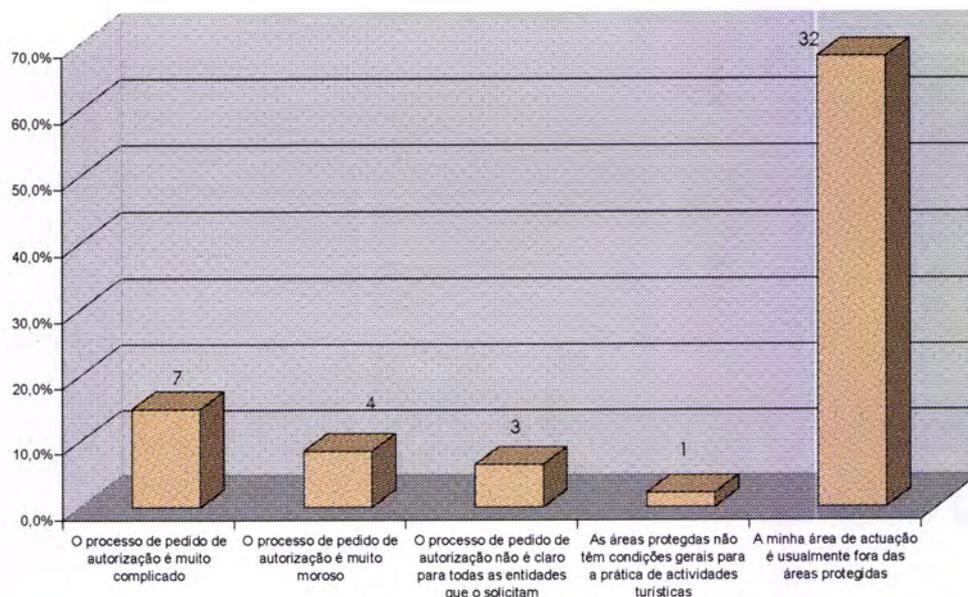
- a) Empresas de animação turística que desenvolvem actividades nas AP's : mais de metade das empresas de animação inquiridas (53,4% - 55) exercem efectivamente actividades regulares no seio das áreas protegidas. No entanto é também relevante o grande número de empresas que não o fazem (46,1% - 47);

- b) Razão do não desenvolvimento de actividades nas AP's¹¹¹: o principal motivo enunciado, pelas empresas de animação que não realizam actividades nas áreas protegidas, é o facto de a sua área de actuação ser usualmente fora das áreas protegidas (68,1% - 32). Porém algumas empresas apontam também como relevante a complexidade do processo de pedido de autorização (14,9% - 7), bem como a morosidade do próprio processo em si (8,5% - 4). Apenas uma empresa referem o facto de as áreas protegidas não terem as condições para a prática das actividades de animação (2,1% - 1), que se pode compreender uma vez que muitas empresas actuam mais direccionadas a um turismo urbano e excursionista, não tendo por isso uma opinião mais real das condições existentes ao nível das próprias áreas protegidas (Gráfico 3.4.);

¹¹⁰ <http://www.turismodeportugal.pt>, consultado em 27-09-2007.

¹¹¹ Esta questão era exclusiva para as entidades que não desenvolviam actividades nas áreas protegidas, terminando aqui o seu questionário.

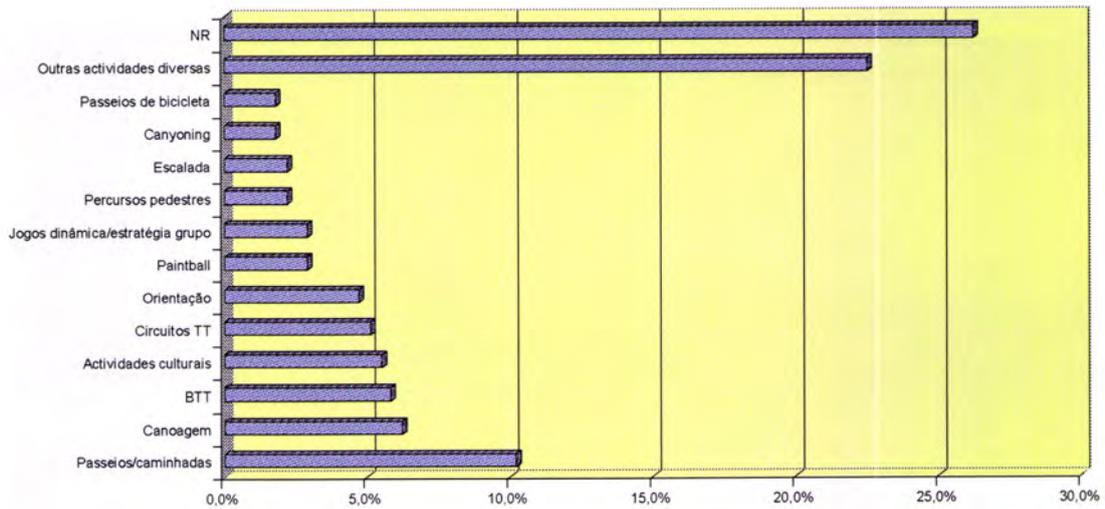
Gráfico 3.4. Razão do não desenvolvimento de actividades nas AP's



- c) Actividades de carácter turístico que mais são desenvolvidas pelas empresas de animação turística¹¹²: na análise deste gráfico é importante desmistificar o valor que é apresentado para as "Não Respostas" (26,2%). Não significa o não empenhamento e participação das empresas de animação que actuam nas áreas protegidas, mas sim o facto de que ao ser solicitado cinco actividades, muitas das empresas não conseguiram enumerar a totalidade das mesmas. Portanto o valor efectivo da globalidade das respostas válidas (73,8%) é efectivamente representativo. As seis actividades mais evidenciadas foram os "passeios/caminhadas"(10,2%), a "canoagem" (6,2%), o BTT (5,8%), as "actividades culturais"(5,5%) que incluem jogos tradicionais, provas de produtos regionais, visitas a museus e moinhos comunitários, entre outros, os "circuitos TT" (5,1%) e a "orientação" (4,7%). Face à multiplicidade de actividades enumeradas, sem uma expressão valorativa, foi criado o campo de "outras actividades diversas", que inclui actividades como "passeios de burro", "balonismo", "slide", "manobras de cordas", "trekking", "montanhismo", entre muitos outros (Gráfico 3.5.);

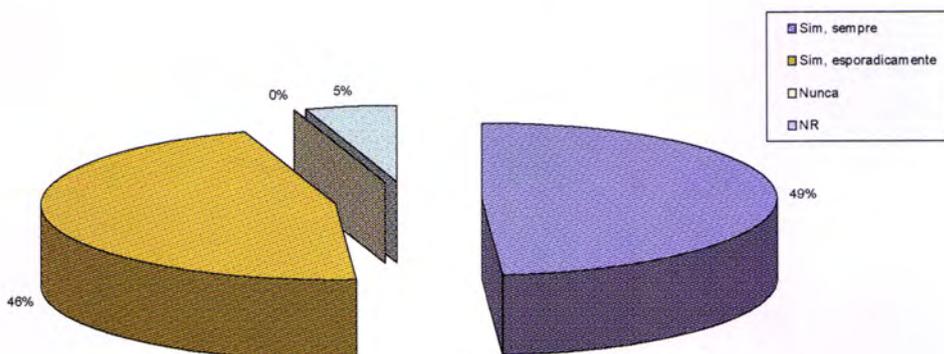
¹¹² A partir desta questão, todas as respostas evidenciadas são referentes ao universo das empresas que desenvolvem actividades das áreas protegidas.

Gráfico 3.5. Actividades de carácter turístico que mais são desenvolvidas pelas empresas de animação turística



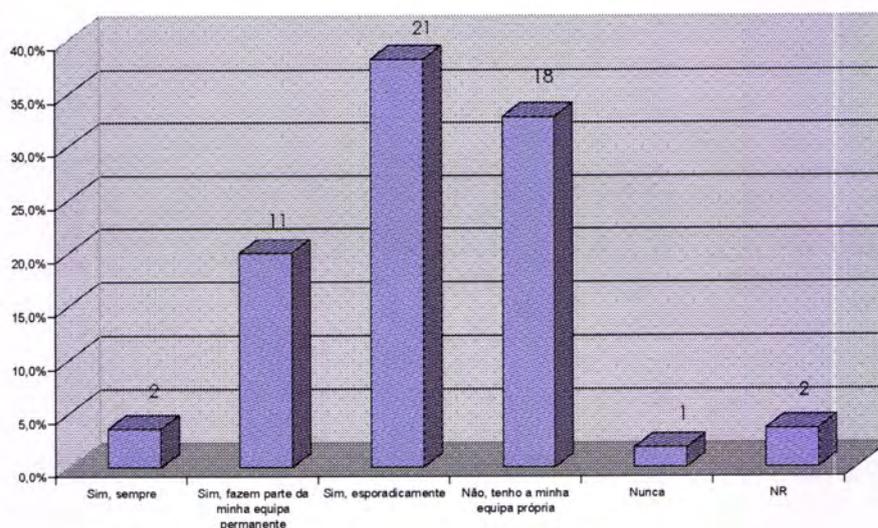
d) Colaboração das EAT com as empresas de restauração e alojamento locais: de acordo com as respostas obtidas, a maior parte das empresas inquiridas (49%- 27), afirma recorrer habitualmente às empresas locais de restauração e alojamento. Contudo muitas empresas não têm por sistema contratar os serviços que as empresas locais podem oferecer, como podemos observar no valor que é atribuído a quem se dirige apenas de forma esporádica (46% - 25). A necessidade de parcerias mais fortes entre as empresas de animação e os serviços locais deverá constituir uma necessidade premente tendo em conta o desenvolvimento económico regional (Gráfico 3.6.);

Gráfico 3.6. Colaboração das EAT com as empresas de restauração e alojamento locais



e) Contratação de residentes para as actividades desenvolvidas nas AP'S: pode-se constatar que uma parte significativa dos respondentes não utiliza a contratação de pessoas da região onde são efectuadas as actividades, visto terem uma equipa própria na sua estrutura organizacional (32,8% - 18), apesar de que, esporadicamente, isso possa acontecer (38,2% - 21). Apenas uma parte muito reduzida afirma recorrer de forma usual (3,6% - 2). É de salientar a preocupação evidenciada por algumas destas empresas por terem tido a atenção de integrar nas suas equipas permanentes, pessoas provenientes das regiões onde desenvolvem as suas actividades (Gráfico 3.7.);

Gráfico 3.7. Contratação de residentes para as actividades desenvolvidas nas AP'S



f) Tempo médio de duração das actividades de animação turística e valor médio, diário, pago a um colaborador nas actividades de animação turística: os resultados obtidos e apresentados nos Gráficos 3.8 e 3.9. , permitem fazer uma extrapolação de um eventual proveito a obter pelos locais, caso sejam colaboradores nas actividades que são desempenhadas pelas empresas de animação turística. Assim podemos observar que essas actividades duram, na sua grande maioria, cerca de "1 dia"(56,4% - 31), sendo que cada colaborador poderá receber em média valores entre "40 € - 60 €"(61,8% - 34). Considera-se que desta forma decorrendo as actividades, normalmente, em dias de fim-de-semana, feriados ou em alturas de férias, na sua vertente mais fraca (fim-de-semana) poderia obter rendimentos mensais (em média) entre 320 € - 480 €. Estes rendimentos poderiam representar no seu conjunto um complemento importante para os locais, incentivando os mais jovens a permanecerem na sua região, contribuindo

assim para o reforçar de uma economia débil que caracteriza a maior parte dessas regiões (Gráficos 3.8 e 3.9.).

Gráfico 3.8. Tempo médio de duração das actividades de animação turística

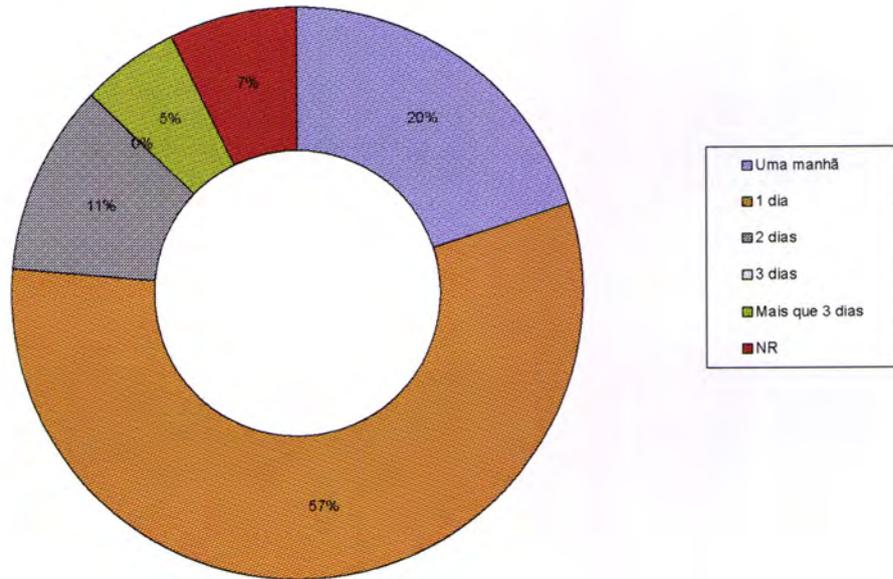
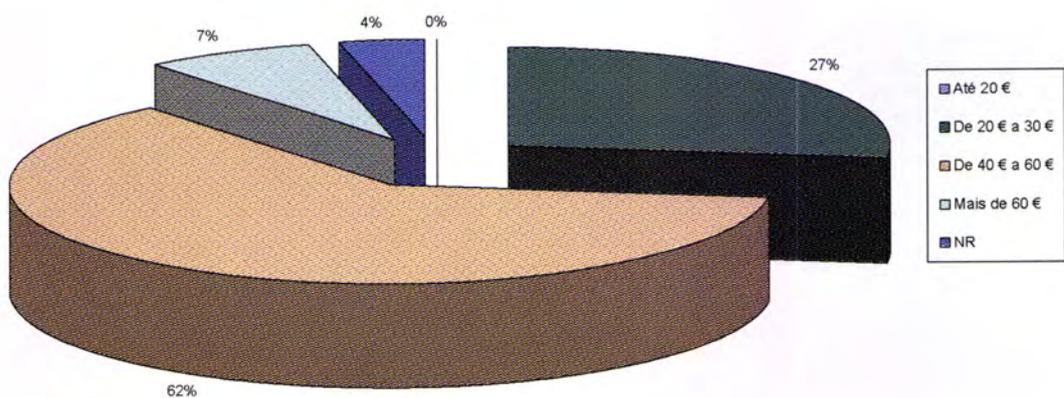


Gráfico 3.9. Valor médio, diário, pago a um colaborador nas actividades de animação turística



Numa análise conjunta de todos os inquéritos on-line realizados (áreas protegidas – AP's e empresas de animação turística - EAT), pode salientar-se alguns aspectos entendidos como importantes como sejam:

- o não entendimento existente entre o que é realizado nas AP's e aquilo que é feito pelas EAT – veja-se o exemplo daquilo que é referenciado pelas áreas protegidas como a actividade mais realizada (percursos pedestres) e a resposta obtida pelas EAT (passeios/caminhadas). Apesar de ambas serem muito próximas requerem conteúdos e preparações diferentes, sendo por isso diferentes no seu contexto;
- a disparidade entre o desejo que é evidenciado pelas AP's quanto ao contributo que o turismo deve ter, como seja a "sensibilização ambiental", e aquilo que é feito em termos de EAT, onde as acções desenvolvidas de "sensibilização/educação ambiental" não têm praticamente qualquer expressão;
- as deficientes parcerias estabelecidas entre as EAT e os serviços disponíveis na região, em particular a restauração e a hotelaria;
- o pouco valor atribuído aos locais quando da sua procura na realização das actividades turísticas.

É de salientar ainda outros dois aspectos que une estas duas entidades (AP's e EAT), e que, informalmente, foi abordado diversas vezes no contacto efectuado com algumas das empresas de animação que responderam ao inquérito. O primeiro aspecto prende-se com a falta de fiscalização por parte da AP no que diz respeito à forma como são feitas as actividades uma vez que, segundo algumas empresas de animação turística, os clubes e associações, não tendo legitimidade para efectuarem actividades turísticas comerciais, o fazem à revelia das empresas e da gestão da AP, sem que para isso sejam penalizados. De acordo com informações obtidas pelo Instituto Turismo de Portugal:

"não carecem de licenciamento as actividades de animação turística desenvolvidas por misericórdias, mutualidades, instituições privadas de solidariedade social, institutos públicos, clube e associações desportivas, associações juvenis e as entidades análogas, cujo objecto abranja as actividades de animação turística e quando destinadas aos respectivos associados ou beneficiários, sem regularidade nem fim lucrativo".¹¹³

É essencialmente neste último aspecto referido que surge a maior contestação das empresas de animação turística licenciadas para o efeito.

¹¹³ E-mail enviado ao Instituto de Turismo de Portugal, em 27-09-2007 para esclarecimento desta situação.

O segundo aspecto prende-se com as elevadas taxas e certas proibições para a realização de determinadas actividades. Num artigo do Jornal de Notícias de 26-06-2007¹¹⁴ alguns responsáveis, associativos e empresas individuais acentuam que as mesmas não se justificam de modo algum. Segundo Ana Barbosa, Presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE), "não existe nenhum serviço associado às taxas, sendo por isso a sua aplicação bastante discutível. Não temos nada contra a ideia de se pagar um serviço, mas para isso é preciso que ele exista: que existam guias e serviços disponíveis, por exemplo". Esta responsável associativa lembra que a legislação que contempla estas taxas "não teve em conta o facto de as nossas áreas protegidas serem territórios extensos e profundamente humanizados, onde os impactos da passagem humana são diluídos". É feito ainda referência à empresa Trilhos que espera uma resposta técnica do ICN há cerca de dois anos pela proibição de efectuar determinadas actividades específicas em vários locais. Deste modo, algumas das empresas portuguesas vêem nos parques espanhóis oportunidades favoráveis uma vez que os custos associados são menores, ou seja, não existe qualquer pagamento de taxas e proibições para a realização das actividades pretendidas.

¹¹⁴ http://dn.sapo.pt/2006/06/26/economia/taxas_parques_desviam_empresas_turis.html, consultado em 09-11-2007.

PARTE II – O (ECO) TURISMO NO PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES LOCAIS

CAPÍTULO IV – REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ACTUAL

4.1. Análise dos Dados Secundários: resultados obtidos

4.1.1. Síntese de caracterização

4.1.1.1. Apresentação geral do Parque Natural do Vale do Guadiana

O Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG) situa-se no Baixo Alentejo e ocupa uma área de 76 578,14 ha. Tem como altitude mínima de 170m, média de 210m e máxima de 310m, situando-se na região biogeográfica mediterrânica¹¹⁵.

Conforme dados do ICN (2002), o clima é tipicamente mediterrâneo, com verões quentes e secos e invernos pouco chuvosos e frios. É aqui que se verificam as mais baixas precipitações do país e os mais elevados níveis de insolação e temperatura.

Numa referência ao clima do Baixo Alentejo, é dito que:

" O clima na parte sul do país é quente e seco. [...]Chove sobretudo no Inverno, sendo a pluviosidade anual baixa. O Verão é prolongado; toda a totalidade do território encontra-se sob a influência da faixa dos anticiclones subtropicais: durante quatro meses – de Junho a Setembro – quase que não chove. Em Julho e Agosto, a seca é total... As raras trovoadas que ocorrem não são mais do que episódios sem significado : o ar fresco durante algumas horas, não é absorvido pelo solo seco. O clima é constante, com céu limpo. Faz um calor terrível ; marcando o termómetro frequentemente 40 °" (Feio, 1983:23-25).

Continua este autor referindo que a zona em questão apresenta fracas potencialidades agrícolas. "A concentração de chuvas no Inverno torna esta estação excessivamente húmida, enquanto que no Verão a falta de água na época de maiores valores de insolação «esteriliza a terra»" (PNVG, 2001a:41).

Refere ainda o ICN (2002) que este Parque, é constituído por três grandes estruturas geomorfológicas: as planícies ondulantes, onde se encontram as culturas extensivas de sequeiro, as áreas de esteval e os montados de azinho; as elevações quartzíticas das Serras de

¹¹⁵ Conforme dados do ICN/SIPNAT (Sistema de Informação do Património Natural).

S. Barão e Alcaria, sendo esta última o ponto mais elevado do Parque; finalmente, os vales encaixados do rio Guadiana e seus afluentes, marginados por escarpas e matagais mediterrânicos.

O seu valor natural é caracterizado pelo troço médio do rio Guadiana, compreendendo uma grande diversidade de habitats que vão desde o rio sujeito a marés, bancos de vasa e areia, formações ripícolas e rupícolas, matos, azinhal, pinhal, áreas agrícolas com culturas arvenses, cereais e pastagens, o extraordinário interesse do ponto de vista ecológico e ambiental, a grande diversidade faunística, destacando-se os grupos de mamíferos, algumas espécies raras ou ameaçadas, aves, com destaque para grandes rapinas e estepárias, bem como diversas espécies de peixes, sendo de referir alguns endemismos.

Tem como símbolo uma Ave de Presa (figura retirada de um prato vidrado em corda seca do séc. XI, elemento muitas vezes ilustrado nos pratos islâmicos desse período), que se apresenta na Figura 4.1. seguinte.

Figura 4.1. Símbolo do Parque Natural do Vale do Guadiana



Fonte: <http://www.icn.pt>, consultado em 01-10-2007.

4.1.1.2. Objectivos e regulamentação

O interesse conservacionista do património natural, paisagístico e cultural da zona do troço médio do Vale do Guadiana foi demonstrado por trabalhos de âmbito técnico-científico, sendo alvo de sucessivas propostas de classificação como área protegida pelas entidades regionais, nomeadamente pela Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), Campo Arqueológico de Mértola e Câmara Municipal de Mértola. As suas propostas de classificação datam de 1987, apresentadas à Comissão de Coordenação da Região Alentejo e ao extinto Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, até que, após a aprovação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional de Áreas Protegidas), e logo após a um novo estudo apresentado pela ADPM, é proposta novamente a classificação da região como Área de Paisagem Protegida. Em 1995, o Instituto de Conservação da

Natureza, tendo em conta a protecção dos valores naturais existentes entendeu classificar a região como Parque Natural.

O Parque Natural do Vale do Guadiana foi assim criado pelo Decreto Regulamentar n.º 28/95 de 18 de Novembro, tendo como objectivos específicos:

- "a) A gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e o desenvolvimento de acções tendentes à salvaguarda dos mesmos, nomeadamente no que respeita aos aspectos paisagísticos geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos;*
- b) A salvaguarda do património histórico e tradicional da região, bem como a promoção de uma arquitectura integrada na paisagem;*
- c) A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações, em harmonia com as leis fundamentais da natureza."¹¹⁶*

Está inserido em redes internacionais de conservação onde se destaca o Sítio da Lista Nacional de Sítios ao abrigo da Directiva Habitats (92/43/CEE) aprovada em Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97) e a Zona de Protecção Especial para Aves (Directiva 79/409/CEE) transposta para o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro.

Em termos orgânicos, o Parque Natural do Vale do Guadiana pertence ao Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Sul, tendo no núcleo regional os directores ou coordenadores da área classificada e como órgão regional representativo o conselho estratégico da área protegida, de carácter consultivo, onde têm assento alguns dos representantes da região como sejam as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e ONGA's.

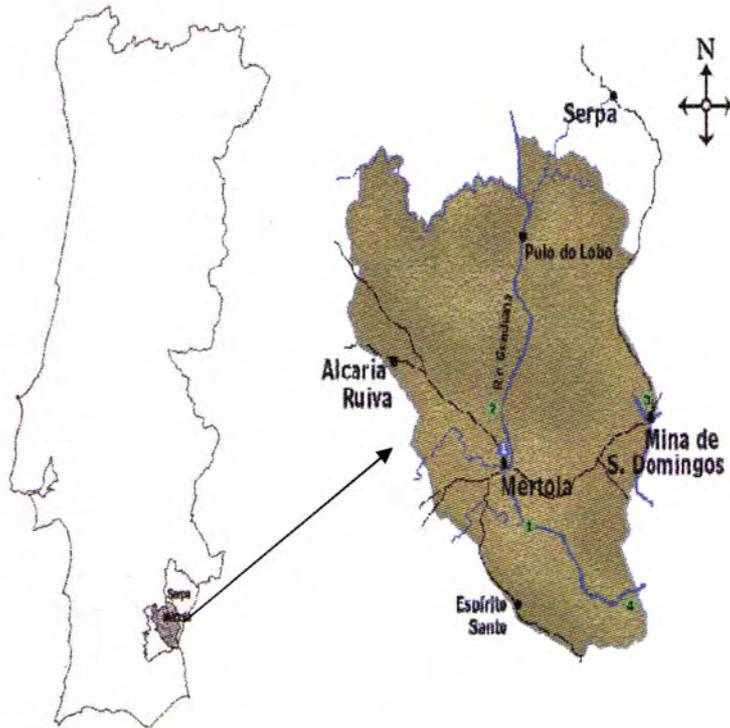
4.1.1.3. Localização geográfica

Situa-se a Sudeste de Portugal na Região do Baixo Alentejo, mais concretamente no Distrito de Beja e abrange os Concelhos de Mértola e Serpa, incluindo total ou parcialmente as freguesias de Alcaria Ruiva, Corte Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, S. João dos Caldeireiros / Serpa - Santa Maria e Serpa - Salvador, abrangendo um troço do vale do rio Guadiana que se estende desde a zona a montante do Pulo do Lobo (Serpa) até à foz da ribeira do Vascão, na fronteira entre o Alentejo e o Algarve. É limitado a norte pelo concelho de Beja, a oeste pelos concelhos de Castro Verde e Almodôvar, a Sul pelo concelho de Alcoutim e a Este pela província espanhola de Andaluzia.

¹¹⁶ Decreto Regulamentar n.º 28/95 de 18 de Novembro (Artigo 3.º).

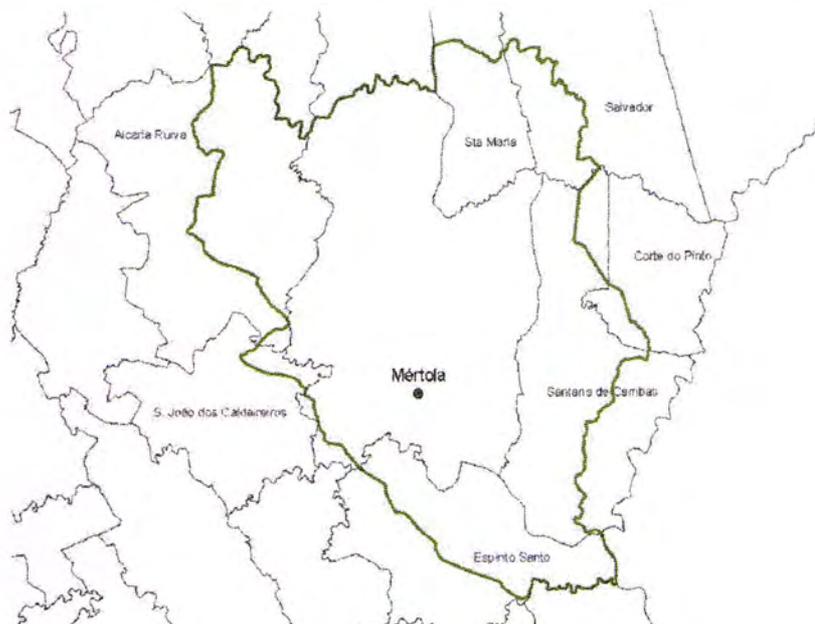
Atenda-se às Figuras 4.2. e 4.3. .

Figura 4.2. Localização geográfica do Parque Natural do Vale do Guadiana



Fonte: <http://www.icn.pt>, consultado em 01-10-2007.

Figura 4.3. Influência territorial das freguesias incluídas no Parque Natural do Vale do Guadiana



Fonte: CMM (2007 a).

4.1.1.4. Hidrogeologia, solo e uso do solo

Em termos hidrogeológicos a grande variedade de rochas existentes no PNVG apresentam-se com escassa aptidão aquífera, dando origem a aquíferos livres, descontínuos e de baixa produtividade. Apesar disso, grande parte da população é abastecida por água de origem subterrânea que assegura os abastecimentos domésticos e agrícolas. Em períodos de seca prolongada torna-se frequente o esgotamento dos mesmos, levando aos serviços públicos a adoptar medidas de abastecimento extraordinárias às povoações.

Do ponto de vista da qualidade da água, pode-se referir que as "... águas da região apresentam uma qualidade natural baixa ..." (PNVG, 2001a:47).

No Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (2001) consta uma análise técnica exaustiva referente aos solos existentes nesta região. Nesta pequena análise é importante realçar que grande parte dos solos (cerca de 90%) correspondem a classes com baixíssimas aptidões agrícolas (classes D e E), 9% da classe C e 1% nas classes A e B¹¹⁷. No entanto apresentam um interesse relevante para a silvo-pastorícia e para as florestas.

Quanto ao uso do solo, as principais categorias existentes na zona de estudo são a Área Agrícola, a Área Agro-Silvo-Pastoril, a Área Florestal, os Matos, os Planos de Água e as Áreas Sociais. Atenda-se ao Quadro 4.1 que nos mostra, em termos quantitativos, as diversas ocupações do uso do solo verificado em Novembro de 1999.

Através de uma análise sucinta ao Quadro acima pode-se concluir que a área é ocupada, em maior percentagem, pela Área Agrícola (30,6%), mesmo sendo constituída na sua maioria por solos de fraca aptidão agrícola, seguindo-se a Área Agro-Silvo-Pastoril (28,9%), os Matos (21,1%), a Área Florestal (18,4%), os Planos de Água (0,3%) e onde as Áreas Urbanas apresentam um valor muito reduzido de apenas 0,7%, que corresponde a uma área de pouca pressão demográfica.

¹¹⁷ "Solos de classe A: os que têm uma capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, susceptíveis de utilização intensiva ou de outras utilizações; Solos de classe B: os que têm uma capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão moderados, susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações; Solos de classe C: os que têm uma capacidade de uso moderada, limitações acentuadas, riscos de erosão elevados, susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações; Solos de classe D: os que têm uma capacidade de uso baixa, limitações severas, riscos de erosão elevados, não susceptíveis de utilização agrícola, salvo em casos muito especiais, poucas ou moderadas limitações para pastagem, exploração de matas e exploração florestal; Solos de classe E: os que têm uma capacidade de uso muito baixa, limitações muito severas, riscos de erosão muito elevados, não susceptíveis de uso agrícola, severas a muito severas limitações para pastagens, exploração de matas e exploração florestal, não sendo em muitos casos susceptíveis de qualquer utilização económica, podendo destinar-se a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação" (Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho).

Quadro 4.1. Uso do solo

Ocupação	Área(ha)	%
AGRÍCOLA	21535,66	30,55
Culturas arvenses	20762,32	29,45
Olival	418,98	0,59
Pomar	343,35	0,49
Vinha	11,02	0,02
AGRO-SILVO-PASTORIL	20392,31	28,93
Montado de azinho e/ou mistos	13718,92	19,46
Culturas arvenses + azinheiras	6673,39	9,47
FLORESTAL	12984,26	18,41
Área florestada	10122,90	14,36
Eucaliptal	773,18	1,09
Pinhal puro ou misto	380,64	0,54
Azinhais/Sobreirais	1707,54	2,42
MATOS/INCULTOS	14889,14	21,12
PLANOS DE ÁGUA	213,67	0,30
ÁREAS URBANAS	485,74	0,69
Área social urbana	265,66	0,38
Aglomerado rural	65,58	0,09
Monte	59,28	0,08
Extracção de inertes	95,22	0,14
TOTAL	70500,77	100

Fonte: PNVG (2001a:64).

4.1.1.5. Principais habitats, flora e fauna

A localização geográfica, o clima e a passagem do Rio Guadiana, enquanto elemento determinante na paisagem deste parque natural, dá-lhe características próprias de que resultam determinados habitats. Pode-se destacar o Rúpícola, as Zonas Húmidas, Aquático, o Matagal Mediterrânico, os Montados, a Estepe Cerealífera e o Urbano. Para melhor conhecimento de cada um deles, apresenta-se de seguida uma breve caracterização.

- Rúpícola

A coexistência de diversos biótopos onde se incluem o matagal mediterrânico, as margens e leito dos cursos de água e os afloramentos rochosos, permitem, nos vales encaixados dos cursos de água que afluem ao rio Guadiana, a presença de uma elevada riqueza avifaunística. Estes vales são a base da relação dinâmica e equilibrada entre as diferentes comunidades biológicas aí existentes. A escolha destes locais para nidificação de aves do topo da cadeia alimentar é justificada pela abundância e variedade de espécies, sejam elas de aves ou pertencentes a outro grupo faunístico. Aliado a este facto a topografia do terreno fornece o substrato necessário para a reprodução e torna-as áreas de difícil acesso, evitando a perturbação inconsequente dos locais de nidificação.

As escarpas, são primordiais para refúgio e nidificação de aves que se encontram de forma geral bastante ameaçadas. A Cegonha-preta, a Águia-real, a Águia de Bonelli e o Bufo-real são espécies que apresentam estatuto de "Raro" a "Em perigo" no Livro Vermelho dos Vertebrados Terrestres.

Os abutres (Grifos, Abutre do Egipto, Abutre-preto) são aves de rapina necrófagas, alimentam-se de animais mortos. Os hábitos de pastorícia de antigamente fomentavam o aparecimento destas espécies na zona. O gado morto era abandonado e funcionava como pontos de alimentação para estas espécies. Esta relação de equilíbrio diminuiu com a alteração dos hábitos da pastorícia, a mecanização dos campos e com as regras sanitárias entretanto impostas (Carrapato, 2007; Pena et al, 1985; Franco, 1995).

- Zonas Húmidas

As ribeiras alentejanas, entroncadas entre o relevo acentuado da zona leste, apresentam grandes variações do seu caudal, sofrendo de um profundo défice hídrico durante os meses de Verão. Nesta altura a água resume-se aos pegos dispersos ao longo do troço da ribeira. Os pegos são o último reduto de água-doce de muitas espécies de fauna, principalmente importantes para a fauna piscícola. Além disso a concentração de presas aquáticas tornam os pegos numa fonte de alimento fácil para determinadas espécies de aves aquáticas.

Como resposta a este tipo de condições hidrológicas, o coberto vegetal que reveste as margens apresenta-se em formações arbustivas, constituídas, na sua maior parte, por Loendro, Tamujo e Tamargueira. Conforme se aproxima de zonas onde o leito da água corre mais largo a vegetação altera-se, encontrando-se cortinas ripícolas de salgueiros e freixos. Estes corredores ripícolas têm uma função importante na consolidação das margens e na diminuição da erosão das águas torrenciais sobre o solo marginal (Carrapato, 2007).

- Aquático

Nas águas doces os peixes ocorrem numa grande diversidade de habitats, desde os rios aos lagos, em massas de variadas dimensões, numa grande gama de altitudes desde as montanhas às planícies, com diferentes temperaturas e concentrações de oxigénio dissolvido. As espécies que mais representantes têm na Bacia do Guadiana pertencem à família dos ciprinídeos, donde se podem destacar os barbos e as bogas. Além dessas, surgem algumas espécies migradoras tal como a *Petromyzon marinus* (lampreia), *Alosa alosa* (sável), *Alosa falax* (savelha) e a *Anguilla anguilla* (enguia).

As espécies de peixes nativas residentes da Bacia do Guadiana estão adaptadas a estas condições e tanto conseguem superar as grandes enxurradas, escondendo-se nas

reentrâncias naturais para não serem arrastadas pela corrente e suportando a ocasional turbidez da água, como podem resistir em momentos de seca, à escassez de oxigénio e de alimento conseguindo sobreviver durante largos períodos em pegos bastante diminutos. De entre as várias bacias hidrográficas existentes em Portugal, a Bacia do Guadiana sobressai pela presença nas suas águas de grande quantidade de endemismos piscícolas ibéricos, dez no total, quase todas classificadas com um dos estatutos de ameaça – *Anaecypris hispânica* (saramugo); *Barbus comiza* (cumba), *Barbus microcephalus* (barbo-de-cabeça-pequena), *Barbus sclateri* (barbo-do-sul), *Barbus steindachneri* (barbo de Steindachner), *Chondrostoma lemmingii* (parelha), *Chondrostoma willkommii* (boga do Guadiana), *Leuciscus pyrenaicus* (escalo-do-sul), "Complexo de *Leuciscus alburnoides*" (Bordalo), *Cobitis palúdica* (verdemã) e ainda de um endemismo circum-mediterrânico *Salaria fluviatilis* (caboz-de-água-doce) (Carrapato, 2007; PNVG, 2001c).

- Matagal Mediterrânico

As zonas de matagal mediterrânico restringem-se aos vales encaixados dos cursos de água do Parque Natural. Podem, no entanto, encontrar-se ainda na face norte da Serra de Alcaria Ruiva. Este habitat sobreviveu ao arroteamento das terras e às campanhas do trigo, sendo representativo do que seria a cobertura do solo antes da intervenção humana. O matagal é caracterizado por apresentar um estrato arbustivo bastante diversificado, em conjunto com a Esteva, o Sargoaço, o Tojo-molar, o Trovisco e o Gaimão encontram-se arbustos e árvores como o Zambujeiro, o Lentisco-bastardo, a Murta, a Aroeira e a Azinheira.

Estas espécies de plantas formam, no seu conjunto, uma vegetação densa extremamente importante na conservação dos solos, impedindo o arrastamento das terras pelas águas de escorrência e favorecendo a infiltração das águas no solo, enriquecendo-o. Aqui coexistem as espécies dependentes de matos associadas a formações arbustivas ou arbóreas. Assim, podem encontrar-se as espécies do grupo das toutinegras como a Toutinegra-carrasqueira, a Felosa-das-figueiras e a Papa-amoras. Estas duas últimas espécies ocorrem essencialmente durante a passagem migratória pós-nupcial, vindas do Norte em direcção ao continente africano. Espécie bastante rara no Parque Natural, a Toutinegra-carrasqueira ocorre sobretudo em azinhais com mato alto, como algumas encostas das ribeiras de Terges e Oeiras. Esta espécie apenas é visível quando se encontra empoleirada no topo da vegetação herbácea e arbustiva a cantar. De resto trata-se de uma ave tímida e pouco sociável (Carrapato, 2007; PNVG 2000).

- Montados

Desde muito cedo que, por acção do Homem, o bosque mediterrânico primitivo foi dando lugar ao montado. Actualmente, a azinheira enquanto parte do montado, é um dos

elementos residuais desse bosque. O montado é, assim, constituído por povoamentos mais ou menos dispersos de azinheira ou sobreiro, sendo no seu sub-coberto cultivado cereais de sequeiro, que normalmente são alvo de rotação com pastagens.

Na região em que se insere o Parque Natural os montados são predominantemente de azinho, uma vez que o sobreiro é menos resistente a elevadas amplitudes térmicas e à secura estival, características climatéricas desta zona.

Estes povoamentos de sobreiro e azinho, explorados de forma extensiva, são bastante ricos em fauna, apresentando grande diversidade de espécies de aves. São procurados como local de nidificação, de abrigo ou de alimentação. Podem ser observadas aves tipicamente associadas ao tipo de coberto arbóreo, como as trepadeiras e pica-paus, ou as aves associadas ao estrato herbáceo, pastagem ou cereal. É esta multi-estrutura característica dos montados, que diversifica o tipo de nichos ecológicos disponíveis permitindo acolher um grande número de espécies de fauna e flora (Carrapato, 2007; Pena *et al*, 1985; Pena, 1998)

Segundo Orlando Ribeiro (1991), os montados são "...uma herança do passado e uma forma de transição do campo para a cultura itinerante primitiva (Pena, 1998:8).

- Estepe cerealífera

O arroteamento do bosque mediterrânico original, que progressivamente foi dando lugar aos campos de cultivo alcançou o seu auge com a campanha do trigo nos anos trinta. Este processo deu origem à principal unidade paisagística do Parque natural: a estepe cerealífera.

Originariamente o termo "estepe" deriva de *Stipa*, género das plantas que dominam nas estepes naturais da Europa central. A predominância de plantas herbáceas, sobretudo da família das gramíneas e a constituição faunística induz a uma certa semelhança entre as estepes naturais da Europa Central e as estepes cerealíferas. Paralelamente a constituição avifaunística é muito semelhante, ambas constituídas por espécies bem adaptadas a horizontes visuais vastos. São aves que constroem os seus ninhos ao nível do solo, que apresentam apurados sentidos de visão e audição, hábitos corredores, plumagem críptica e cujas crias apresentam normalmente comportamento nidífugo.

O sistema de rotação associado à estepe cerealífera influencia as espécies de aves que irão ocorrer em cada uma das fases: seara, pousio e alqueive. O tipo de solos e clima característicos da região induzem os agricultores a realizarem um ciclo agrícola próprio, diferente dos restantes do país. Este tipo de ciclo agrícola permite que exista sempre uma boa percentagem do solo numa das fases (trigo, cevada, pousio, alqueive), tornando a paisagem num verdadeiro mosaico, essenciais para estas espécies sobreviverem.

Alguns dos agricultores cultivam leguminosas como o grão-de-bico, para dar de comer ao gado e enriquecer o solo. Estas culturas são bastante importantes para as aves estepárias pois servem de suplemento alimentar em alturas mais críticas.

Nas áreas estepárias ocorrem igualmente aves insectívoras que se alimentam, de forma geral de escaravelhos, grilos e gafanhotos, desempenhando deste modo um papel importante no controlo de populações de insectos, nomeadamente aqueles que são prejudiciais às culturas agrícolas. Assim, a substituição dos sistemas agrícolas extensivos por intensivos ou por pastagens e conseqüente aumento do uso de agro-químicos são a principal causa de redução dos efectivos populacionais das espécies de aves que necessitam da estepe cerealífera pelo menos numa determinada parte do seu ciclo de vida.

A intensificação dos campos de cereal tradicionais e a irrigação dos campos cerealíferos são a principal causa do declínio das populações europeias de aves estepárias. É exemplo a Calhandra, que ocorre em zonas tipicamente estepárias, no centro da Europa nas estepes naturais e no mediterrâneo nas estepes cerealíferas. No Inverno ocorre em campos de alqueive ou de restolho, em oposição aos campos de cereal durante a Primavera onde nidifica. Estas diferenças entre estações reflectem-se na alimentação: no Verão a dieta é sobretudo à base de insectos, enquanto no Inverno é de sementes e ervas. O seu canto bastante audível, é um misto de várias imitações de outras aves, inclusive de aves que não costumam ocorrer na região.

Dependendo da especificidade de cada espécie as diferentes fases do ciclo agrícola são utilizadas como local de nidificação. O Tartanhão-caçador e a Abetarda criam nos campos de cereal e, na época da ceifa, muitas posturas são destruídas pela passagem das ceifeiras. Existem alguns agricultores que, entendendo os seus benefícios em salvaguardar as espécies, deixam uma faixa circular em volta do ninho por ceifar. Esta medida, de fácil aplicação, traz grandes benefícios para as espécies e para o agricultor. Por outro lado, as espécies que criam em zonas de pousio, como o Sisão e a Perdiz-do-mar, sujeitam-se a perder as suas posturas por acção do pastoreio (Carrapato, 2007; *Pena et al*, 1985; PNVG, 2000).

- Urbano

A presença de aglomerados urbanos nesta região remonta a vários séculos a.C. Desde esse tempo determinadas espécies de aves, têm-se vindo a adaptar e a tornar dependentes destes meios, ocupando construções abandonadas, edificações agrícolas (montes) e inclusivamente áreas urbanas. Este tipo de áreas são procuradas pelas aves essencialmente pela disponibilidade de alimento, de locais de nidificação e/ou pela protecção aos predadores de maior porte. Algumas delas sujeitam-se à vizinhança do Homem devido a

alterações ou mesmo destruição dos seus habitats naturais. Sempre que a sua presença não entre em conflito directo com o Homem a espécie é facilmente tolerada.

Apresenta-se de seguida algumas espécies mais representativas de fauna e flora que ocorrem no PNVG. Atenda-se ao Quadro 4.2. .

Quadro 4.2. Algumas espécies mais representativas de fauna e flora do PNVG

Nome científico	Nome vulgar
Fauna	
<i>Petromyzon marinus</i>	Lampreia
<i>Acipenser sturio</i>	Esturção
<i>Anguilla anguilla</i>	Enguia(fase adulta), Meixão(fase larvar)
<i>Gyps fulvus</i>	Grifo
<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia-real
<i>Bubu bubo</i>	Bufo-real
<i>Falco naumanni</i>	Peneireiro-das-torres
<i>Tetrax tetrax</i>	Sisão
<i>Otis tarda</i>	Abetarda
<i>Grus grus</i>	Grous
Flora	
<i>Quercus suber</i>	Sobreiro
<i>Quercus rotundifolia</i>	Azinheira
<i>Rumex bucephalophorus</i>	Catacuzes
<i>Ornithopus compressus</i>	Serradela-brava
<i>Gladiolus illyricus</i>	Espadana-dos-montes
<i>Hordeum murinum</i>	Cevada-dos-ratos
<i>Chamaemelum mixtum</i>	Margaça
<i>Cistus ladanifer</i>	Esteva
<i>Cistus monspeliensis</i>	Sargaço
<i>Cistus crispus</i>	Roselha
<i>Lavandula stoechas</i>	Rosmaninho
<i>Genista triacanthos</i>	Tojo-molar
<i>Cistus salvifolius</i>	Sargaço
<i>Daphne gnidium</i>	Trovisco
<i>Asphodelus ramosus</i>	Gaimão
<i>Olea europea</i>	Zambujeiro
<i>Phillyrea angustifolia</i>	Lentisco-bastardo

Fonte: Carrapato (2007). Adaptado.

A riqueza de espécies que ocorrem no PNVG não se esgota nos exemplos do Quadro acima referenciado. Existem mais de 200 espécies de fauna selvagem, desde aves¹¹⁸ (constitui a maioria), peixes¹¹⁹, anfíbios, répteis e mamíferos¹²⁰, além de outras espécies de flora geralmente muito apreciadas pela sua capacidade de serem utilizadas como plantas aromáticas e medicinais.

4.1.1.6. Caracterização socio-económica

A caracterização socio-económica da região que abrange o PNVG não é fácil de realizar uma vez que, por um lado engloba superfícies territoriais totais e/ou parciais de oito freguesias associadas a dois concelhos, o que implica a utilização de dados estatísticos referente à globalidade dos concelhos ou das freguesias, quando existentes e disponíveis; por outro lado existe ainda a dificuldade decorrente do facto de muitas das actividades económicas, agrícola, turística ou outras, não estarem devidamente documentadas e por isso sem informação estatística de base.

Privilegia-se, em alguns casos, o concelho de Mértola por aí se situar a maior parte do território que inclui o PNVG, tentando sempre que possível abranger todas as freguesias incluídas na região em estudo.

Desta forma, foram utilizados os dados estatísticos disponíveis, bem como outra informação recolhida em diversas fontes, sendo na sua maioria relativa ao concelho ou freguesia, o que confere à análise um carácter mais global.

4.1.1.6.1. Demografia

Importa apresentar alguns aspectos históricos, relativos à evolução da população do concelho de Mértola, por aí se encontrar a maior parte da população da região em estudo.

O concelho de Mértola sempre teve uma densidade populacional baixa. Este factor deve-se, em parte, à sua localização geográfica, pouco poder de atracção ou até mesmo algumas das suas características territoriais. Houve no entanto alguns períodos bem definidos onde a oscilação da população teve efectivamente, algum significado, em função, particularmente, de acontecimentos específicos tais como a fuga dos judeus de Espanha imposta pelos reis católicos (Séc. XVII) ou a entrada em funcionamento da Mina de S. Domingos.

¹¹⁸ "O PNVG apresenta 48% das espécies de aves ameaçadas, ou potencialmente ameaçadas em Portugal: Abetarda, Cortiçol-de-barriga-negra, Peneireiro-das-torres, Tartanhão-caçador, Grou". (PNVG, 2001a:87).

¹¹⁹ "Espécies autóctones migradoras ameaçadas: Esturjão, Lampreia, Sável e Savelha" (PNVG, 2001a:102).

¹²⁰ "O PNVG apresenta 55% do valor de conservação dos mamíferos à escala nacional, destacando-se: Lince-Ibérico (presença indeterminada), Lontra, Toirão" (PNVG, 2001a:95).

Nesse sentido podem-se destacar três períodos que influenciaram esta dinâmica demográfica:

- período de 1864-1950 (A mina de S. Domingos – Estado Novo “As campanhas do trigo”): o início da laboração da mina trouxe uma dinâmica territorial até então inexistente. A crescente produção e necessidade de mão-de-obra provocou um grande aumento da população, nomeadamente nas freguesias mais próximas como a Corte do Pinto, onde se encontra a mina, e Santana de Cambas. Apesar do impulso dado pela mina, a região de Mértola continuava a ter uma forte tradição agrícola. A variação de população, no entanto, oscilava muito dependente das variações de produção da mina. Sempre que se registavam crises na produção, os valores da população decresciam de imediato. A recessão económica e a I Guerra Mundial originou uma crise profunda na mina o que motivou o desemprego de uma grande parte dos mineiros, crise essa só ultrapassável com a divisão dos baldios da Serra de Mértola e incentivo às práticas agrícolas pela Campanha do Trigo. Em 1950, o concelho de Mértola detinha o valor mais elevado de sempre de população residente, 29.353 habitantes, chegando mesmo a uma situação de sobrepovoamento face aos recursos existentes;
- período de 1950-1970 (Encerramento da Mina de S. Domingos – Guerra Colonial): a dependência excessiva de toda a estrutura então criada pela mina de S. Domingos, veio reflectir-se negativamente quando do seu encerramento em 1968. Aliado a esse facto associou-se o logro dos resultados obtidos pela campanha do trigo, onde os solos de fraca aptidão agrícola, se esgotaram rapidamente, o intenso movimento migratório para os concelhos limítrofes de Lisboa e também a Guerra Colonial, levando consigo os jovens e provocando desta forma a inversão da pirâmide etária na região. Nestes 20 anos a população do concelho perdia mais de metade da população de 1950 (29.353) para 1970 (14.310);
- período de 1970-1991 (Despovoamento-Migrações): acentuam-se os problemas de envelhecimento da população e despovoamento rural, onde era frequente o abandono de montes e outros lugares, dando lugar à desertificação da região. A abertura económica e os movimentos favoráveis ao desenvolvimento, face à Revolução do 25 de Abril, levou a um maior foco de interesse na sede do concelho, aumentando desta forma o sector terciário que contribuiu para uma estabilização do decréscimo da população (PNVG, 2001a).

A tendência de decréscimo populacional tem vindo a manter-se ao longo dos anos. Desde 1991 até aos últimos dados conhecidos de 2001, o concelho de Mértola representa um dos decréscimos populacionais mais elevados (11,1%) do distrito de Beja, juntamente com os concelhos de Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Almodôvar. Globalmente a região do Alentejo registou um decréscimo de 0,7% e a sub-região do Baixo Alentejo de 5,5%. Atenda-se ao Quadro 4.3. abaixo.

Quadro 4.3. População residente no Alentejo, Baixo Alentejo e Distrito de Beja (1991-2001).

Local de residência	1991	2001	Variação%
Alentejo	782331	776585	-0,7
Baixo Alentejo	143020	135105	-5,5
Aljustrel	11990	10567	-11,9
Almodôvar	8999	8145	-9,5
Alvito	2650	2688	1,4
Barrancos	2052	1924	-6,2
Beja	35827	35762	-0,2
Castro Verde	7762	7603	-2,0
Cuba	5494	4994	-9,1
Ferreira do Alentejo	10075	9010	-10,6
Mértola	9805	8712	-11,1
Moura	17549	16590	-5,5
Odemira	26418	26106	-1,2
Ourique	6597	6199	-6,0
Serpa	17915	16723	-6,7
Vidigueira	6305	6188	-1,9

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007. Adaptado.

Relativamente às freguesias que compõem o PNVG, e antes da apresentação dos dados respectivos, importa destacar quais os principais lugares/povoados que fazem parte da região em causa. Veja-se o Quadro 4.4. .

Apesar da análise que se segue não demonstrar na sua totalidade a realidade específica da região em causa por se tratarem de valores globais (em particular as duas freguesias do concelho de Serpa), importa ter a noção do peso de cada uma das freguesias relativamente às povoações envolvidas.

Numa análise por freguesia, observe-se nos Quadros 4.5. e 4.6., a distribuição espacial da população nas freguesias que compõem o PNVG.

Quadro 4.4. Principais lugares/povoações existentes no PNVG

Junta de Freguesia	Designação do Lugar/Povoação
Concelho Mértola	
Alcaria Ruiva	Monte Viegas, Azinhal, Algodor, Venda dos Salgueiros, Alcaria Ruiva.
Corte do Pinto	Mina S. Domingos
Espírito Santo	Espírito Santo, Roncão de Cima, Roncão do Meio, Roncanito, Roncão de Baixo, Álamo, Vicentes, Sedas, Mesquita, Penha de Água, Bicada.
Mértola	Mértola, Namorados, Morena, Brites Gomes, Sapos, Lombardos, Corte Gafo Cima, Corte Gafo Baixo, Amendoeira da Serra, Mosteiro, Corte da Velha, Além Rio, Monte Alto, Fernandes, Quinta, Corte Pequena, Corvos, Corte Sines, Neves, Tamejoso.
Santana de Cambas	Vale do Poço*, Montes Altos, Sapos, Serralhas, Moreanes, Monte Costa, Alves, Picoitos, Formoa, Pomarão, Bens, Salgueiros, Santana de Cambas.
São João dos Caldeireiros	Corte Pão e Água, Alvares, Água Santa da Morena.
Concelho Serpa	
Sta Maria a)	Pulo do Lobo, Escalda.
Salvador	Vale do Poço*

* metade da povoação.

a) Esta Junta de Freguesia optou por não ser entrevistada pelo que os dados são referentes à consulta do mapa do PNVG.

Fonte: Juntas de Freguesia.

Quadro 4.5. População residente nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	População residente (N.º) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2001	
	N.º	
Portugal	10 356 117	
Continente	9 869 343	
Alentejo	776 585	
Baixo Alentejo	135 105	
Mértola	8 712	
Alcaria Ruiva	1 013	
Corte do Pinto	1 080	
Espírito Santo	437	
Mértola	3 093	
Santana de Cambas	863	
São João dos Caldeireiros	728	
Serpa	16 723	
Serpa (Salvador)	4 379	

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007.

Quadro 4.6. População residente no PNVG

Local de residência (freguesias)	População residente (N.º) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2007	
	N.º	
Alcaria Ruiva		385
Corte do Pinto		600
Espírito Santo		200
Mértola		3 000
Santana de Cambas		800
São João dos Caldeireiros		90
Serpa (Salvador)		40
Serpa (Santa Maria)		*

* Sem informação disponível.

Fonte: Juntas de Freguesia.

Como se pode observar pela análise dos Quadros acima, globalmente, a população residente nas freguesias que pertencem à região em estudo é de 13.777 residentes, não revelando, pois, a verdadeira realidade existente no PNVG.

Conforme os indicadores de população¹²¹, o PNVG tinha em 1981 – 5.581 habitantes, tendo num período de 10 anos decrescido para 5.058 habitantes em 1991, sendo que o Instituto de Conservação da Natureza (2002) estima que existam um total de 5.000 habitantes.

A estimativa do ICN, no seu folheto informativo de 2002, está muito próxima da realidade que hoje se verifica. A informação recolhida directamente nas Juntas de Freguesia aponta efectivamente para o número de 5.115 residentes, mesmo sem contar com a Freguesia de Sta Maria – Serpa, cujo valor não será em nada significativo. A população efectiva residente no PNVG representa, globalmente, 3,7% da população residente do Baixo Alentejo e 0,6% do Alentejo, valores muito baixos, comparativamente, e que denunciam o fraco povoamento desta região.

Isso mesmo pode-se constatar através da análise da densidade populacional nas freguesias em causa, descritas no Quadro 4.7. .

Nenhuma das freguesias apresenta valores satisfatórios (2001), mesmo comparando apenas com o valor médio referido para o Baixo Alentejo (15,81). Apenas a Freguesia de Corte do Pinto (15,21) e as duas Freguesias de Serpa (14,91 e 14,43) se aproximam desse valor, sendo que outras freguesias apresentam valores muito baixos na sua totalidade, em particular Espírito Santo (3,21), Alcaria Ruiva (4,68) e Santana de Cambas (5,18). Como se pode ver pelos dados disponíveis referentes a 2006, esta tendência acentua-se cada vez mais.

¹²¹ <http://www.icn.pt>, consultado em 08-02-2004.

Quadro 4.7. Densidade populacional nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	Densidade populacional (N.º/ km ²) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	Período de referência dos dados
	2001	2006
	N.º/ km ²	N.º/ km ²
Portugal	112,38	
Continente	110,84	
Alentejo	24,58	24,20
Baixo Alentejo	15,81	15,10
Mértola	6,74	5,90
Alcaria Ruiva	4,68	*
Corte do Pinto	15,21	*
Espírito Santo	3,21	*
Mértola	9,56	*
Santana de Cambas	5,18	*
São João das Caldeireiras	6,98	*
Serpa	15,11	14,30
Serpa (Salvador)	14,91	*

* Sem informação disponível.

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007. Adaptado.

Quanto à estrutura etária da população, em 2001, regista-se um acentuado desequilíbrio, verificando-se uma nítida erosão dos grupos etários mais novos. Comparando os dados apresentados no Quadro 4.8. seguinte, verifica-se que o peso relativo dos grupos etários "45-64" e "+ de 65 anos" registam os valores mais altos, sendo o de "+ 65 anos" o mais alto, comparativamente com os outros grupos, salvo nas freguesias de Serpa.

Quando comparado com os dados mais recentes de 2006, verifica-se que os jovens (0 a 14 anos), na população total, diminuiu 1,14% entre 2001 e 2006. Pelo contrário, o peso do grupo etário dos mais velhos sofreu um aumento de 7,9%, face ao valor anterior. Este aumento da população idosa evidencia, de uma forma geral, uma melhoria geral das condições de vida e da esperança média de vida.

Quando nos reportamos aos concelhos que fazem parte do PNVG, a situação revela-se mais drástica, nomeadamente, no concelho de Mértola. Neste concelho, todos os grupos etários perderam população (em média 10%), mas onde a preocupação é mais premente é no grupo etário dos "0-14 anos" que sofreu uma quebra de 27,5%. No total este concelho perdeu 1.027 pessoas neste período de 5 anos. O concelho de Serpa apesar de acompanhar esta tendência mostra-se mais consolidado perdendo apenas 7,4% no grupo etário "0-14 anos". Os outros grupos etários perdem, em média, 7% de efectivos. No total, e apesar de ter

mais população no geral que Mértola, este concelho perdeu 918 pessoas. Observe-se o Quadro 4.9.

Quadro 4.8. População residente, por local de residência, sexo e grupo etário nas freguesias que compõem o PNVG

Sexo	Grupo Etário	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário													
		Período de referência dos dados													
		2001													
		Local de residência													
		Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Mértola (concelho)	AR	CP	ES	M	SC	SJC	Serpa (concelho)	SS	SSM
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
HM	Total	10 356 117	9 869 343	776 585	135 105	8 712	1 013	1 080	437	3 093	863	728	16 723	4 379	2 184
	0 - 14 anos	1 656 602	1 557 934	106 645	18 404	1 005	134	115	37	427	86	79	2 316	677	345
	15 - 24 anos	1 479 587	1 399 635	100 507	17 380	949	96	117	37	371	100	78	2 073	572	298
	25 - 44 anos	3 075 417	2 928 292	206 593	34 866	1 955	251	191	71	827	156	166	4 345	1 230	562
	45 - 64 anos	2 451 018	2 354 886	189 339	32 079	1 983	198	273	130	655	215	160	3 918	1 002	498
	+ 65 e mais anos	1 693 493	1 628 596	173 501	32 376	2 820	334	384	162	813	306	245	4 071	898	481

Juntas de Freguesia de AR- Alcaria Ruiva; CP-Corte Pinto; ES_Espírito Santo; M-Mértola; SC-Santana Cambas; SJC- São João dos Caldeireiros; SS- Serpa/Salvador e SSM- Serpa/Santa Maria.

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007. Adaptado.

Quadro 4.9. População residente, por município e grupo etário nos concelhos que compõem o PNVG

Sexo	Grupo Etário	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário					
		Período de referência dos dados					
		2006					
		Local de residência					
		Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Mértola (concelho)	Serpa (concelho)
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
HM	Total	10 599 095	10 110 271	764 285	128 699	7 685	15 805
	0 - 14 anos	1 637 637	1 546 450	102 042	17 073	728	2 145
	15 - 24 anos	1 265 531	1 191 875	84 564	14 642	839	1 790
	25 - 64 anos	5 867 310	5 605 801	402 618	66 590	3 613	8 092
	+ 65 e mais anos	1 828 617	1 766 145	175 061	30 394	2 505	3 778
	+ 75 e mais anos	820 425	793 362	83 632	14 480	1 342	1 729

Fonte: INE (2007:71-73). Adaptado.

Para reforçar a análise anterior atenda-se aos Quadros 4.10, 4.11 e 4.12. abaixo, onde se visualiza a idade média (anos) da população residente com valores sempre superiores à média atribuída ao Baixo Alentejo (43,23 anos) e Alentejo (42,58 anos), salvo as freguesias do concelho de Serpa; a proporção da população residente com + 65 anos cujos valores rondam sempre acima dos 30%, com excepção da freguesia de Mértola (sede do concelho) e as freguesias do concelho de Serpa, bem como o índice de envelhecimento registado em 2006 nos concelhos respectivos, sendo que o concelho de Mértola regista o valor mais alto (344,1) de todo o distrito de Beja.

Quadro 4.10. Idade média da população residente nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	Idade média (Anos) da população residente por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2001	
	Ano	
Portugal		39,01
Continente		39,19
Alentejo		42,58
Baixo Alentejo		43,23
Mértola		47,55
Alcaria Ruiva		46,46
Corte do Pinto		49,66
Espírito Santo		51,96
Mértola		44,12
Santana de Cambas		49,59
São João dos Caldeireiros		48,07
Serpa		43,30
Serpa (Salvador)		41,09

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007.

Quadro 4.11. Proporção da população com mais de 65 anos residente nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	Proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2001	
	%	
Portugal	16,3	
Continente	16,5	
Alentejo	22,3	
Baixo Alentejo	23,9	
Mértola	32,3	
Alcaria Ruiva	32,9	
Corte do Pinto	35,5	
Espírito Santo	37,0	
Mértola	26,2	
Santana de Cambas	35,4	
São João dos Caldeireiros	33,6	
Serpa	24,3	
Serpa (Salvador)	20,5	

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007.

Quadro 4.12. Índice de envelhecimento da população residente nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	Índice de envelhecimento ¹²² (N.º) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2006	
	N.º	
Portugal	111,7	
Continente	114,2	
Alentejo	171,6	
Baixo Alentejo	178,0	
Aljustrel	193,6	
Almodôvar	247,7	
Alvito	200,0	
Barrancos	196,6	
Beja	134,2	
Castro Verde	190,8	
Cuba	178,0	
Ferreira do Alentejo	194,7	
Mértola	344,1	
Moura	142,9	
Ourique	288,8	
Serpa	176,1	

Fonte: INE (2007:69-70).

¹²² Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas dos 0 aos 14 anos).

4.1.1.6.2. Sectores de actividade e emprego

O tecido empresarial no concelho de Mértola é constituído pelos três sectores de actividade - primário, secundário e terciário, - donde se destaca o sector terciário (51,3%), seguindo-se o sector primário (27,4%) e, por último, o sector secundário com o valor de (21,3%). Do sector com maior representatividade destacam-se as empresas de «comércio por grosso e a retalho, oficinas de reparação de veículos bens de uso pessoal e doméstico» (29,7%) e o «alojamento e restauração» com (11,8%). Atenda-se ao Quadro 4.13..

Quadro 4.13. Empresas com sede no concelho de Mértola, segundo CAE-Rev2 em 31-12-2001

CAE	Tipo de Actividade	N.º	%
A+B	Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura e Pesca	231	27.4
C	Industria Extractivas	-	-
D	Indústrias Transformadoras	55	6.5
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	-	-
F	Construção	125	14.8
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	251	29.7
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	100	11.8
I	Transportes, armazenagem e comunicações	19	2.3
J	Actividades financeiras	19	2.3
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	20	2.4
L a Q	Administração Pública / Educação/ Saúde e Acção Social/ Outras actividades de serv. colectivos, sociais e pessoais/ Famílias com empregados domésticos/ Organismos Internacionais e instituições extra territoriais.	24	2.8
Total de Empresas		844	100

Fonte: CMM (2004:17).

No entanto, as actividades que mais predominam e representam esta região, são as actividades ligadas ao sector primário, como a agricultura e pecuária, tendo vindo a diminuir a sua expressão ao longo dos anos, vítimas nomeadamente, da política agrícola. A pecuária assume uma importância muito grande na região, nomeadamente, na criação de ovinos, aves e suínos. Não é por acaso que grande parte da indústria alimentar que existe se encontra, em parte, ligada à transformação dos produtos agrícolas com particular destaque nos queijos (situa-se na zona demarcada do queijo de Serpa), enchidos, pão, pastelaria, mel, entre outros. Os incentivos comunitários à florestação levaram a que grande parte dos terrenos do concelho de Mértola, cerca de 12 001 ha correspondam a área florestal.

No sector secundário, além da indústria alimentar, destacam-se as indústrias de carpintaria, serralharia civil, construção civil, etc, que actuam em grande parte na sede do concelho.

Observe-se o Quadro 4.14. que nos mostra as sociedades constituídas e em actividade no concelho de Mértola.

Quadro 4.14. Sociedades em actividade no concelho de Mértola, segundo CAE-Rev2 em 31-12-2001

CAE	Tipo de Actividade	N.º	%
A+B	Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura e Pesca	26	24.0
C	Industria Extractivas	-	-
D	Industrias Transformadoras	22	20.3
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	-	-
F	Construção	5	4.6
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	25	23.1
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	11	10.0
I	Transportes, armazenagem e comunicações	7	6.4
J	Actividades financeiras	-	-
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	7	7.0
L a Q	Administração Pública / Educação/ Saúde e Acção Social/ Outras actividades de serv. Colectivos, sociais e pessoais/ Famílias com empregados domésticos/ Organismos Internacionais e instituições extra territoriais.	5	4.6
Total de Empresas		108	100

Fonte: CMM (2004:19).

No que diz respeito ao Quadro 4.14., o sector primário é o que assume maior relevância com (24%). Salienta-se que o concelho de Mértola é um dos concelhos do país que maior superfície (ha) tem dedicados à actividade cinegética. As actividades comerciais e de reparação surgem com (23,1%), seguindo-se a indústria transformadora com (20,3%).

Quanto à situação de emprego, e tendo por base os censos de população do concelho de Mértola, verifica-se que a taxa de desemprego em 1991 era de 12,8%, não havendo uma alteração significativa decorridos dez anos (2001 – 12,3%). Esta situação afecta particularmente as mulheres pelo facto de, em geral, possuírem menos qualificações e menos possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Ainda assim, a taxa de desemprego feminina baixou durante este período e a masculina subiu. Por sua vez, a taxa de actividade¹²³ teve um aumento de 7% em igual período, tendo-se registado igualmente uma subida na taxa de actividade feminina o que denota uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Atenda-se ao Quadro 4.15. .

Quadro 4.15. Evolução das taxas de desemprego e de actividade entre 1991 e 2001

	1991		2001	
	HM (%)	M (%)	HM (%)	M (%)
Taxa de actividade	29,1	15	35,9	26,1
Taxa de desemprego	12,8	32,6	12,3	19,7

Fonte: INE (1991 e 2001).

O cenário do concelho de Mértola espelha de igual forma o que se passa na região do PNVG. Relativamente ao emprego e concretamente nas freguesias do PNVG, podemos observar que o sector onde existe maior número de população empregada é, sem dúvida, o sector terciário, seguido do sector secundário e primário.

Quanto à taxa de actividade, verifica-se que apenas duas freguesias do concelho de Mértola (Alcaria Ruiva – 41,2% e Mértola – 40,7%) se aproximam do valor apresentado para o Baixo Alentejo (42,4%), sendo que as freguesias do concelho de Serpa ultrapassam mesmo esse valor.

Observe-se os Quadros 4.16. e 4.17. onde são apresentados os valores referidos.

¹²³ Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

Quadro 4.16. População empregada, por local de residência e sector de actividade económica nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	População empregada (N.º) por Local de residência e Sector de actividade económica					
	Período de referência dos dados					
	2001					
	Sector de actividade económica					
	Total	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terceário (Social)	Sector Terceário (Económico)	Não se aplica
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Alentejo	323 167	38 700	90 294	97 715	96 458	0
Baixo Alentejo	50 818	7 571	11 537	17 566	14 144	0
Alcaria Ruiva	372	138	98	57	79	0
Corte do Pinto	262	33	46	116	67	0
Espírito Santo	113	34	35	23	21	0
Mértola	1 120	120	196	507	297	0
Santana de Cambas	214	46	58	77	33	0
São João dos Caldeireiros	224	50	69	53	52	0
Serpa (Salvador)	1 755	276	241	734	504	0
Serpa	770	116	158	309	187	0

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007.

Quadro 4.17. Taxa de actividade da população residente por local de residência nas freguesias que compõem o PNVG

Local de residência	Taxa de actividade (%) da população residente por Local de residência
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Alentejo	45,4
Baixo Alentejo	42,4
Alcaria Ruiva	41,2
Corte do Pinto	29,6
Espírito Santo	29,7
Mértola	40,7
Santana de Cambas	29,5
São João dos Caldeireiros	33,9
Serpa (Salvador)	45,5

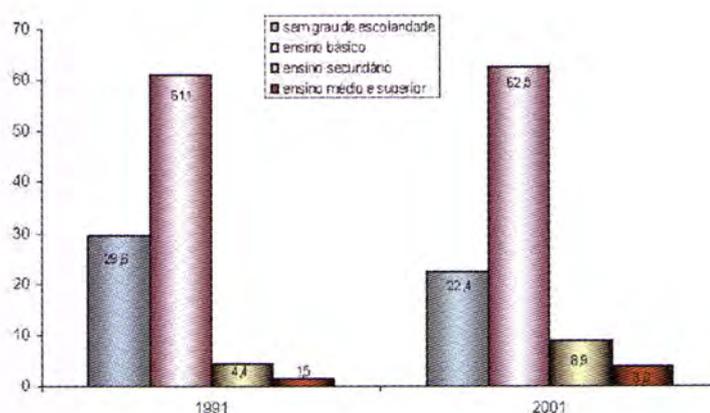
Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007.

4.1.1.7. Condições de vida

4.1.1.7.1. Educação

O nível geral das habilitações da população do concelho de Mértola é baixo. A melhoria das habilitações ao nível do ensino secundário e superior deve-se essencialmente aos grupos etários mais jovens mas, de uma forma geral, o peso relativo das habilitações mais baixas é muito elevado na totalidade da população. No Gráfico 4.1. podem visualizar-se os principais indicadores das habilitações tendo por base os dados entre 1991 e 2001.

Gráfico 4.1. Estrutura das habilitações da população do concelho de Mértola (1991-2001)



Fonte: ESEB (2006:38).

A partir do grupo etário 40-44 a taxa de analfabetismo situa-se nos 3,1%, seguindo-se 5,1% (50-54), 12,4% (55-59), 30,2 (60-64), até 85 e + com uma taxa de analfabetismo de 69,3%. Os grupos etários mais jovens apresentam taxas entre 0%-0,6% (10-14/15-19 e 20-24). Quando se observam as habilitações por sexo, verifica-se que as mulheres compõem grande parte da população analfabeta em Mértola. Este facto está relacionado com a idade. Porém, à medida que se sobe na escala de habilitações, o número de mulheres supera o de homens com grau de escolaridade mais elevado (ESEB, 2006).

Observe-se o Quadro 4.18. que mostra a taxa de analfabetismo existente nas freguesias que compõem a região do PNVG.

Todas as freguesias, excluindo a de Salvador (Serpa), apresentam valores superiores ao valor apresentado para o Baixo Alentejo (18,22%). O valor que mais se aproxima é o da sede do concelho – Mértola (18,91), por aí residir o maior número de população mais jovem bem como pelo facto de aí existirem os principais estabelecimentos de ensino. Os valores mais críticos apresentam-se nas freguesias de Espírito Santo (25,96%) e S. João dos Caldeireiros (25,93).

Quadro 4.18. Taxa de analfabetismo existente nas freguesias que compõem a região do PNVG

Local de residência	Taxa de analfabetismo ¹²⁴ (%) por Local de residência
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Portugal	9,03
Continente	8,93
Alentejo	15,86
Baixo Alentejo	18,22
Mértola	22,43
Alcaria Ruiva	22,67
Corte do Pinto	21,68
Espírito Santo	25,96
Mértola	18,91
Santana de Cambas	22,62
São João dos Caldeireiros	25,93
Serpa	20,93
Serpa (Salvador)	14,52

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007.

Para complementar a análise referida anteriormente, apresenta-se o Quadro 4.19. seguinte.

Este Quadro confirma o que foi expresso em anteriores análises. Apresenta a proporção da população residente face a três níveis de escolaridade, desde a escolaridade obrigatória, 3º ciclo completo e com ensino superior completo. Constata-se que no concelho de Mértola é na freguesia sede do concelho – Mértola – que se identificam os valores mais altos, apresentando mesmo valores médios, nos dois primeiros níveis de ensino (30,68% / 30,6%), superiores ao verificado no Baixo Alentejo (28,22% / 28,2%), apenas no ensino superior o valor se apresenta ligeiramente abaixo (4,27%). Todas as outras freguesias deste concelho apresentam valores muito baixos relativamente aos três níveis de ensino identificados. No concelho de Serpa destaca-se a freguesia do Salvador que apresenta, nos três níveis de escolaridade, valores sempre acima dos apresentados pelo Baixo Alentejo e Alentejo.

¹²⁴ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Quadro 4.19. Níveis de escolaridade da população residente nas freguesias que compõem a região do PNVG

Local de residência	Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória (%) por Local de residência	Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo completo (%) por Local de residência	Proporção de população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência
	Período de referência dos dados	Período de referência dos dados	Período de referência dos dados
	2001	2001	2001
	%	%	%
Portugal	37,95	37,9	8,57
Continente	38,24	38,2	8,67
Alentejo	31,17	31,1	5,66
Baixo Alentejo	28,22	28,2	5,19
Alcaria Ruiva	14,33	14,3	1,70
Corte do Pinto	16,99	16,9	1,11
Espírito Santo	14,50	14,5	1,87
Mértola	30,68	30,6	4,27
Santana de Cambas	15,44	15,4	1,52
São João dos Caldeireiros	14,79	14,7	1,98
Serpa (Salvador)	36,74	36,7	7,78
Serpa (Santa Maria)	26,37	26,3	3,73

Fonte: <http://www.ine.pt>, consultado em 01-12-2007. Adaptado.

Para finalizar esta análise importa fazer o enquadramento dos estabelecimentos de ensino, em particular no concelho de Mértola. Veja-se no Quadro 4.20. os estabelecimentos e as várias formações oferecidas por este concelho.

Pode dizer-se que o concelho de Mértola dispõe de todos os níveis de ensino público não superior, que vai desde o pré-escolar até ao ensino secundário e via profissional. A oferta educativa é desigual nas freguesias, sendo a sede do concelho aquela que oferece maior diversificação. Na realidade, a partir do 2º ciclo, apenas a freguesia de Mértola tem possibilidade de acolher os jovens do concelho.

Quanto ao ensino superior, no que diz respeito à proximidade geográfica, poderá constituir opção a cidade de Beja que engloba no Instituto Politécnico variadas formações de licenciatura e pós-graduada nas quatro escolas existentes, bem como outras instituições de ensino particular como o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a Universidade Moderna ou o Instituto Superior de Serviço Social.

Destaca-se o protocolo que a Universidade do Algarve realizou com a ADPM em Mértola onde é possível realizar estudos pós-graduados que conferem o grau de Mestre.

Quadro 4.20. Estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Mértola

Tipologias existentes	Ano Lectivo 2005/2006	Freguesias do PNVG a)
Jardim-de-infância (JI)	3+1*	3+1*
CEPE	2	1
Escola Básica 1º Ciclo (EB1)	12	9
EB1 com JI	4	4
Escolas Básicas Mediatizadas (EBM)	0	0
EB2,3 com Ensino Secundário	1	1
Escola Profissional	1	1
Total	24	20

a) Apenas contribuem para este quantitativo as freguesias de Mértola, Alçaria Ruiva, S. João dos Caldeireiros e Santana de Cambas.

* JI privado da Santa Casa da Misericórdia de Mértola.

Fonte: ESEB (2006). Adaptado.

4.1.1.7.2. Saúde

A prestação de cuidados de saúde à população do concelho de Mértola é prestada no Centro de Saúde de Mértola que depende directamente da Sub-Região de Saúde de Beja. Este Centro de Saúde funciona todos os dias da semana, num horário entre as nove e as vinte e uma horas. O funcionamento do mesmo realiza-se por equipas constituídas por um médico, um enfermeiro e um administrativo, que prestam cuidados a cerca de 1500 doentes/cada¹²⁵. Para além das consultas o serviço dispõe de uma laboratório de análises, uma unidade de fisioterapia e de um serviço de RX¹²⁶. Dispõe igualmente de um serviço de Telemedicina que permite contactos por vídeo-conferência com alguns hospitais da região particularmente com os serviços de Radiologia, Ortopedia e Fisiatria (CMM, 2004).

Quanto ao pessoal ao serviço neste Centro, destacam-se a existência de 6 médicos¹²⁷, 9 enfermeiros, 1 técnico de saúde ambiental, 1 técnico de análise, 1 fisioterapeuta, além de outro pessoal administrativo e auxiliar. O Centro de Saúde de Mértola tem uma única extensão em funcionamento na Mina de S. Domingos, por aí residirem, juntamente com Corte Pinto, um aglomerado populacional que justifica esta prestação de serviços de saúde.

¹²⁵ O rácio nacional aponta como satisfatória o rácio de 1 médico por cada 1550 habitantes.

¹²⁶ Funciona com o apoio de um técnico do Centro de Saúde de Odemira que presta apoio em Mértola.

¹²⁷ 4 no quadro, 1 contratado e 1 do SRS de Beja que dá apoio ao CS.

Em entrevista recente ao Jornal Diário do Alentejo¹²⁸, o Presidente da Câmara de Mértola afirmou que, relativamente às condições de saúde, o concelho estava numa fase estabilizada, no que diz respeito às consultas e pessoal ao serviço no Centro de Saúde e da unidade móvel médico-social adquirida pela Câmara, havendo contudo uma falha nos serviços de urgência, particularmente nos problemas cardiovasculares, face à dispersão geográfica do concelho e ao tempo de deslocação para os serviços hospitalares mais próximos como sejam Castro Verde, Beja ou Serpa. No entanto, este autarca espera ver sanado estes problemas " ... problemas que serão minimizados com a chegada em breve, segundo palavras do ministro, de uma viatura rápida de apoio médico" (Jornal Diário do Alentejo, 2008:8).

O serviço de farmácia/posto de medicamentos está apenas presente em Mértola com a existência de 2 estabelecimentos que fornecem os medicamentos a toda a população do concelho.

4.1.1.7.3. Acessibilidades, transportes e comunicação

No que diz respeito à rede viária e acessibilidades, o PNVG é atravessado por quatro estradas nacionais, a EN 122 (Beja - Vila Real de Sto António), a EN 123 (Mértola - Castro Verde, a EN 265 (Mértola – Serpa) e a EN 267 (Mértola-Almodôvar). Para além destas existem ainda estradas regionais como a ER 265, que faz a ligação da EN 265 à Albufeira do Chanca, no Pomarão e um total de 10 estradas municipais (EM1122, EM1147, EM1151, EM1153, EM1179, EM1218, EM510, EM514, EM514-1 E EM540). Existem ainda alguns outros caminhos públicos e privados não classificados. Atenda-se à Figura 4.4. , que mostra alguns dos seus principais acessos (PNVG, 2001a; CMM, 2004).

São efectivamente este conjunto de caminhos municipais, regionais e não classificados públicos e privados que constituem os acessos privilegiados para o interior do PNVG, que liga as povoações e os montes dispersos por toda a área, assumindo estes uma importância crucial para o dia a dia da população que aí residem.

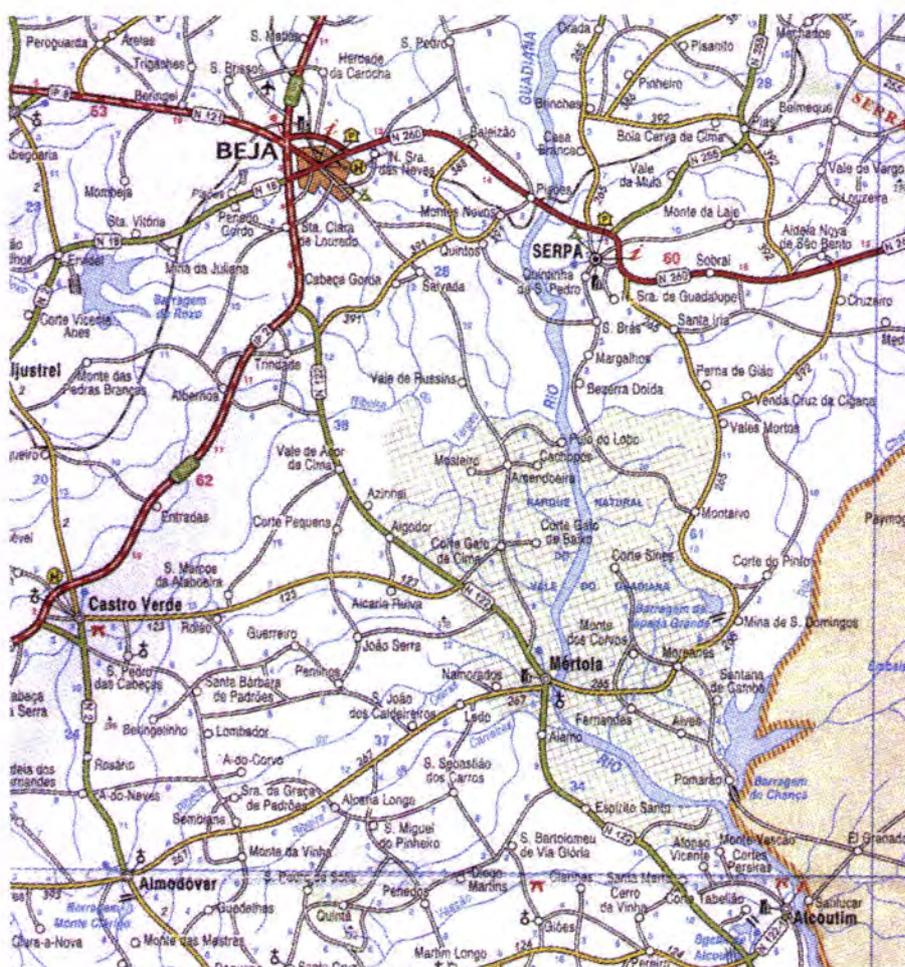
A administração, gestão e controle destes caminhos reveste-se de alguma complexidade quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista social. No primeiro aspecto, prende-se com as verbas que a autarquia tem para fazer face ao melhoramento destes caminhos, tendo que, recorrentemente, inserir em projectos comunitários as verbas necessárias para o efeito, o que torna todo o processo bastante moroso. O segundo aspecto verifica-se, essencialmente, pelos impedimentos e bloqueios de certos caminhos face às

¹²⁸ Jornal Diário do Alentejo, 2008.

vedações instaladas, em particular para as zonas de caça existentes, e que impedem o livre circulação dos residentes na zona.

Em todos estes aspectos a Câmara Municipal de Mértola procura intervir no sentido de melhorar as condições e acessibilidades de toda a rede viária da sua responsabilidade que representam 115 Km de estradas municipais, 145 Km de estradas municipais, 125 Km de caminhos municipais e 39 Km de vias sem classificação (CMM, 2004).

Figura 4.4. Rede viária na zona do PNVG



- área ocupada pelo PNVG.

Escala: 1:600 000

Fonte: GTN (s/d).

O desenvolvimento das vias de comunicação é um factor decisivo para que o concelho e a região possam, efectivamente, ser projectados, com vista ao seu desenvolvimento socio-económico.

A deslocação da população do concelho de Mértola é assegurada, quase na sua totalidade pela empresa da "Rodoviária do Alentejo" e por alguns transportes que a Câmara Municipal disponibiliza para três localidades do concelho (Formôa, Pomarão e Murteira), além dos transportes escolares.

Praticamente todo o concelho dispõe de rede de comunicações, com particular incidência para a sede do concelho – Mértola – por aí residirem os principais serviços. Além disso, estão disponibilizados, um pouco por todas as povoações, telefones públicos que permitem a comunicação para o exterior. Os Postos de Correios estão muitas vezes a funcionar, nas povoações mais pequenas, em estabelecimentos comerciais que asseguram, enquanto intermediários, os serviços inerentes aos correios. Muitas vezes esses serviços funcionam ou são prestados nas Juntas de Freguesia.

Praticamente todas as Juntas de Freguesia da região do PNVG, dispõem de computadores com ligação à Internet, o que possibilita uma comunicação mais rápida do ponto de vista funcional.

4.1.1.7.4. Equipamentos colectivos e outros serviços de apoio

Os equipamentos diversos inerentes à satisfação da população revestem-se de especial interesse, particularmente no sentido de auscultar o conjunto de possibilidades diversas como sejam o do usufruto turístico ou a possibilidade de atracção para eventos de maior dimensão.

Assim, destacam-se de forma muito sucinta, os principais equipamentos desportivos e culturais existentes no concelho de Mértola e que se apresentam nos Quadros 4.21. e 4.22. abaixo.

Pode-se referir que o concelho disponibiliza um conjunto de equipamentos importantes para o lazer da população que, devidamente enquadrados, poderão servir para complementar um conjunto de iniciativas diversas necessárias para o desenvolvimento e dinamização da região.

Quadro 4.21. Equipamentos desportivos existentes no concelho de Mértola

Equipamentos	N.º	Localidades
Campos de futebol (grandes jogos)	6	Alçaria Ruiva, Corte Gafo de Cima, Corte Sines, Fernandes, Mértola, Mina de S. Domingos
Polidesportivo	3	Mina de S. Domingos, Mértola, Penedos
Pavilhão desportivo	1	Mértola
Piscina de aprendizagem	1	Mértola
Zona de lazer Achada de S. Sebastião	1	Mértola
Campo de tiro	2	Monte Roncão(Moreanes), Monte Gatão (São Pedro Sólis)
Court ténis	1	Mértola
Ginásio	2	Mértola
Praia fluvial da Mina de S. Domingos	1	Mina de S. Domingos
Rampas de descagem – Parapente	1	Alcária Ruiva
Centro Hípico do Quarter Horses	1	Corte Gafo de Cima
Monte do Cavalo Americano	1	Monte da Légua
Campo de Tiro	2	Monte Gatão, Moreanes

- fora da área do PNVG.

Fonte: CMM (2004:76).

Quadro 4.22. Equipamentos culturais existentes no concelho de Mértola

Equipamentos	N.º	Localidades
Biblioteca	1	Mértola
Museus	12	Mértola, São Miguel do Pinheiro, Mina de S. Domingos, Corte Gafo de Cima
Espaço Millenium	1	Mértola
Espaço Jovem	1	Mértola
Campo Arqueológico	1	Mértola
Casa das Artes	1	Mértola
Cine-Teatro	1	Mértola
Anfiteatro	1	Mértola
Centro de Educação Ambiental – Monte do Vento	1	Monte do Vento – Amendoeira da Serra
Centro de Investigação e Abrigo do Mosteiro	1	Mosteiro
Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra	1	Amendoeira da Serra

- fora da área do PNVG.

Fonte: CMM (2004:77).

4.1.1.7.5. Associativismo

O conhecimento do movimento associativo de uma região reveste-se de particular interesse no sentido de conhecer melhor a dinâmica da população, aspectos culturais, bem como a forma como se encontra organizada face aos interesses e gostos comuns. No concelho de Mértola o movimento associativo é bastante diversificado sendo os mais representativos os de carácter desportivo, cultural e recreativo que contribuem, de forma lúdica, para o bem estar das populações.

Apresenta-se o Quadro 4.23. que mostra, por tipologia, o movimento associativo no concelho.

Quadro 4.23. Movimento associativo do concelho de Mértola

Culturais e Recreativas	Clubes Desportivos	Caça e Pesca	Fabriqueira	Reformados	Corais e Instrumentais	Solidariedade Social	Desp. Local e outras
50	6	16	9	4	5	4	9

Fonte: CMM (2004:95).

Para melhor caracterizar os movimentos associativos existentes na região do PNVG, apresenta-se de seguida os seus principais agentes:

- Associação Cultural e Recreativa de Espírito Santo;
- Associação de Cultura e Desporto Adaptado do Concelho de Mértola;
- Associação de Instrução e Recreio de Alves;
- Associação em Mértola para Desenvolver e Animar;
- Associação Recreativa e Cultural de Vale do Poço;
- Associação Recreativa Pomarense;
- Casa do Povo de Santana de Cambas;
- Centro Cultural de Sapos;
- Centro Cultural e Recreativo de Corte de Gafo de Baixo;
- Centro Cultural e Recreativo de Monte Alto;
- Centro de Convívio Cultural e Recreativo de Santana de Cambas;
- Centro Cultural e Recreativo de Alvares;
- Centro Recreativo e Cultural de Amendoeira da Serra;
- Centro Recreativo e Cultural de Mosteiro;
- Centro Recreativo e Cultural de Picoitos;
- Centro Recreativo e Cultural dos Trabalhadores de Corte da Velha;
- Clube Náutico de Mértola;
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 950
- Grémio Recreativo 1º de Dezembro;
- Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Alcareense;

- Moto Clube de Mértola "Os Falcões das Muralhas";
- Núcleo Sportinguista do Concelho de Mértola;
- Sociedade Cultural e Recreativa de Salgueiros;
- Sociedade de Confraternização e Recreativa de Corte de Sines;
- Sociedade Recreativa 5 de Outubro de Corte Gafo de Cima;
- Sociedade Recreativa e Cultural de Roncão do Meio;
- Sociedade Recreativa Mesquitense;
- Sociedade Republicana de Instrução e Recreio de Bens;
- Associação de Reformados de Corte Gafo de Baixo;
- Associação de Reformados de Mina de S. Domingos;
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Mértola;
- Grupo Coral da Mina de S. Domingos;
- Grupo Coral e Instrumental Feminino da Mina de S. Domingos;
- Grupo Coral Guadiana de Mértola;
- Grupo J4 (música popular);
- Centro de Apoio a Idosos de Moreanes;
- Centro Social de Montes Altos;
- Santa Casa da Misericórdia de Mértola;
- Associação de Comandos – Delegação de Setúbal(pólo de Alçaria Ruiva);
- Associação de Defesa do Património de Mértola;
- Associação de Desenvolvimento Raia do Chanca;
- Associação de Estudantes da Escola EB2,3/ES de Mértola;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Mértola;
- Associação de Paraquedistas do Concelho de Mértola;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mértola;
- Centro de Apoio Social aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Mértola;
- Associação de Caçadores de Algodôr;
- Associação de Caçadores de Mina de S. Domingos;
- Associação de Caçadores da Mesquita;
- Associação de Caçadores do Roncão;
- Associação Recreativa e Cultural Caça e Pesca "Lapa dos Morcegos";
- Associação de Caçadores da Fonte Velha;
- Associação de Caçadores de Santana de Cambas;
- Associação de Caçadores dos Braciais;
- Zona de Caça Associativa DORDE;
- Associação de Caçadores Corvos e Corte Sines;
- Associação de Caçadores das Juntas Freguesias Santana de Cambas e Corte do Pinto;
- Clube de Caçadores da Foupana;
- Amendoeira da Serra - Associação de Caçadores;
- Associação de Caçadores de Vale do Poço;

- SNITRAM - Associação de Caçadores Mesquitense;
- Associação Caça e Pesca Castelos Mértola;
- Associação de Caçadores Negrachense;
- Clube de Pesca Desportiva Mértola "Os Amigos do Guadiana"

(Merturis, 2007; CMM, 2004; Juntas de Freguesia)

No concelho de Mértola, mas fora do PNVG ficam essencialmente vários Centros Culturais, Recreativos e Desportivos pertencentes a outras localidades, um Centro Republicano, uma Casa do Povo e um Grupo Coral "os Caldeireiros de S. João" de S. João dos Caldeireiros.

Estas entidades, de carácter privado, público ou municipal, prestam um serviço de utilidade pública importante. A vida social do concelho de Mértola e mais concretamente da região de influência do PNVG, parece ser dinamizada por um grande número de agentes culturais, desportivos e de natureza diversa, sendo que grande parte dos lugares/localidades possuem a sua própria associação.

O conhecimento das entidades que, de uma forma ou de outra, têm influência nas populações, é de extrema importância quando se pretende instalar uma actividade como é a turística. Constituem-se como potenciais fontes de informação e disseminação de informação que pode levar ao melhor entendimento dos residentes quando se pretende dinamizar novas actividades. Só a parceria dos conhecedores e homens do terreno, associado a um planeamento técnico adequado e eficaz pode trazer benefícios para a qualidade de vida dos residentes.

4.1.1.8. Turismo

Os concelhos de Mértola e Serpa fazem parte integrante da NUTIII Baixo Alentejo que, por sua vez, integra a NUTII Alentejo. Decorre deste facto um constrangimento relativamente aos dados de base utilizados – não é fácil, por motivos vários, encontrar informação desagregada, neste particular, relativa aos dois concelhos e mesmo às freguesias que o integram. Por isso, a base da análise varia, tendo-se optado, sempre que possível, por considerar o nível mais específico, ou seja, os concelhos de Mértola e Serpa, de seguida a NUTIII Baixo Alentejo e, só depois a NUTII Alentejo. Os dados relativos ao país surgem como suporte de comparação. Este facto, sem dúvida, dificultou a realização deste trabalho.

Por outro lado, entendeu-se atribuir uma atenção particular a questões relativas às infra-estruturas turísticas como sejam, o alojamento (número de estabelecimentos, a capacidade instalada em número de quartos e de camas), a restauração e similares e ao património cultural construído, não construído e natural.

A partir daqui pretendeu-se caracterizar o melhor possível a área do PNVG, com especial destaque para o concelho de Mértola. Recorreu-se também e como complemento à informação disponibilizada para este concelho ao "Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo" adiante designado por PDTA, documento elaborado pela CEDRU/Mundipraxis em 2001, tendo como promotor a ARTA, Associação das Regiões de Turismo do Alentejo.

▪ **infra-estruturas turísticas**

No Quadro 4.24., pode-se observar o número de estabelecimentos hoteleiros, a capacidade de alojamento e os proveitos obtidos por estabelecimentos existentes em Portugal, no Alentejo, Baixo Alentejo e nos concelhos do distrito de Beja a 31-07-2006.

Quadro 4.24. Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31.7.2006 e proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, por município (2006)

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento				Proveitos de aposento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º								milhares de euros			
Portugal	2 028	622	877	529	264 037	127 423	42 159	94 455	1 153 248	767 291	83 209	302 748
Continente	1 750	532	798	420	226 944	106 789	38 702	81 453	954 283	643 123	73 157	238 002
Alentejo	142	30	77	35	9 323	3 411	3 379	2 533	31 532	13 400	6 718	11 413
Baixo Alentejo	21	3	12	6	1 074	254	508	312	x	x	x	x
Aljustrel	2	0	2	0	70	0	70	0	x	x	x	x
Almodôvar	1	0	0	1	20	0	0	20	x	x	x	x
Alvito	1	0	0	1	40	0	0	40	x	x	x	x
Barrancos	0	0	0	0	0	0	0	0	x	x	x	x
Beja	6	2	3	1	399	180	149	70	x	x	x	x
Castro Verde	1	0	0	1	84	0	0	84	x	x	x	x
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	x	x	x	x
Ferreira do Alentejo	3	0	3	0	182	0	182	0	x	x	x	x
Mértola	1	0	0	1	62	0	0	62	x	x	x	x
Moura	2	1	1	0	123	74	49	0	x	x	x	x
Ourique	0	0	0	0	0	0	0	0	x	x	x	x
Serpa	4	0	3	1	94	0	58	36	x	x	x	x
Vidigueira	0	0	0	0	0	0	0	0	x	x	x	x

* A rubrica "Outros" engloba hotéis apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens

Fonte: INE (2007:331). Adaptado.

Quanto às dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, e também de acordo com o país de residência habitual atenda-se aos Quadros 4.25., 4.26 e

4.27. . Verifica-se que não existem dados relativos ao concelho de Mértola em nenhum desses Quadros. Apenas Serpa (que não traduz de forma mais eficaz a realidade no PNVG) apresenta valores indicadores que se traduzem no segundo concelho, logo a seguir a Beja, com maior capacidade e dinamismo face à existência de alojamentos e recepção de hóspedes. Quanto à residência habitual dos hóspedes, em primeiro lugar salientam-se os portugueses (5 159), com um diferencial bastante significativo face ao segundo lugar atribuído aos espanhóis (265), donde se pode concluir que apesar da proximidade da fronteira com Espanha (cerca de 30 km), a região não apresenta uma oferta suficientemente atractiva que consiga fazer deslocar turistas espanhóis a esse concelho em particular, e aos concelhos vizinhos, nomeadamente a Mértola e conseqüentemente ao PNVG.

Quadro 4.25. Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município (2006)

	Dormidas				Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	37 566 461	20 629 295	3 543 884	13 393 282	12 376 941	7 879 703	1 633 195	2 864 043
Continente	30 657 267	16 729 880	3 104 155	10 823 232	10 975 409	7 024 921	1 523 532	2 426 956
Alentejo	978 492	425 336	244 747	308 409	610 746	282 232	155 586	172 928
Alentejo Central	354 518	225 532	62 452	66 534	228 085	140 874	43 272	43 939
Baixo Alentejo	102 866	...	32 807	...	68 076	...	22 441	...
Aljustrel	...	0	...	0	...	0	...	0
Almodôvar	...	0	0	0	0	...
Alvito	...	0	0	0	0	...
Barrancos	0	0	0	0
Beja	45 829	...	12 582	...	31 432	...	7 759	...
Castro Verde	...	0	0	0	0	...
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreira do Alentejo	2 546	0	2 546	0	768	0	768	0
Mértola	...	0	0	0	0	...
Moura	0	0
Ourique	0	0	0	0	0	0	0	0
Serpa	9 260	0	5 789	0
Vidigueira	...	0	0	0	0	...

Fonte: INE (2007:333). Adaptado.

Quadro 4.26. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual (2006)

	Total Geral	Total UE25	União Europeia (15)								E.U.A.
			Total	dos quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Paises Baixos	Reino Unido	
Portugal	37 566 461	34 392 948	34 016 164	12 350 001	3 862 780	3 194 856	1 241 117	953 332	1 795 330	7 257 561	623 688
Continente	30 657 267	27 951 922	27 656 196	11 016 109	2 392 160	2 925 841	955 751	846 126	1 574 761	5 778 909	553 662
Alentejo	978 492	922 882	918 590	714 555	30 508	69 382	22 549	16 862	24 534	20 951	14 916
Baixo Alentejo	102 866	99 355	99 110	84 310	2 003	5 693	1 193	860	1 093	2 318	649
Aljustrel
Almodôvar
Alvito
Barrancos
Beja	45 829	43 579	43 378	34 002	1 179	3 579	696	515	692	1 481	415
Castro Verde
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreira do Alentejo	2 546	2 546	2 546	2 297	78	151	0	0	20	0	0
Mértola
Moura
Ourique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serpa	9 260	9 130	9 123	8 414	65	375	75	19	22	152	48
Vidigueira

Fonte: INE (2007:335). Adaptado.

No Quadro 4.28. pode-se observar o número de estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, por modalidade, por NUTS II.

Quadro 4.27. Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual (2006)

	Total Geral	Total UE25	União Europeia (15)								E.U.A.
			Total	dos quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	12 376 941	11 243 306	11 133 398	5 866 407	772 239	1 291 450	455 340	390 554	327 328	1 322 926	258 076
Continente	10 975 409	9 932 960	9 837 440	5 405 871	552 232	1 233 077	385 130	367 721	286 695	1 096 876	238 665
Alentejo	610 746	573 361	571 248	446 816	18 024	44 808	15 496	12 207	9 445	12 781	9 395
Baixo Alentejo	68 076	65 459	65 315	55 332	1 441	3 828	903	559	829	1 278	504
Aljustrel
Almodôvar
Alvito
Barrancos
Beja	31 432	29 649	29 526	22 715	978	2 661	576	407	534	767	329
Castro Verde
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreira do Alentejo	768	768	768	665	23	70	0	0	10	0	0
Mértola
Moura
Ourique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serpa	5 789	5 683	5 681	5 159	44	265	56	19	22	115	35
Vidigueira

Fonte: INE (2007:337). Adaptado.

Quadro 4.28. Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II a 31.12.2006

	Estabelecimentos							Total de quartos	Capacidade de alojamento total
	Total	Turismo rural	Turismo de habitação	Agroturismo	Casas de campo	Turismo de aldeia	Hotel rural		
Portugal	1 010	387	232	137	229	7	18	5 525	10 842
Continente	887	365	210	132	157	6	17	4 980	9 753
Norte	450	201	113	51	73	3	9	2 490	4 809
Centro	220	88	57	29	44	1	1	1 191	2 354
Lisboa	26	12	13	0	0	0	1	142	281
Alentejo	161	47	23	49	34	2	6	993	1 986
Algarve	30	17	4	3	6	0	0	164	323
R. A. Açores	74	14	11	3	45	1	0	296	585
R. A. Madeira	49	8	11	2	27	0	1	249	504

Fonte: INE (2007:338).

Da análise dos quatro Quadros acima apresentados é possível constatar que o peso da hotelaria nestes concelhos é muito diminuto (no caso do concelho de Mértola nem sequer são apurados os dados quantitativos. Mesmo no Alentejo na sua globalidade, os valores não são muito significativos. No que respeita ao alojamento rural, o panorama é muito semelhante, apesar da representatividade deste tipo de alojamento constituir, a nível nacional, cerca de um terço da hotelaria tradicional. O Alentejo representa apenas cerca de 16% face ao valor apresentado para Portugal. Apesar de apresentar um valor baixo, este tipo de alojamento específico tem revelado um aumento razoável em determinadas regiões do Alentejo.

Não é possível, no entanto e através deste Quadro, conhecer a oferta deste tipo de alojamento na área do PNVG, ou mesmo no concelho de Mértola, pelo que se entendeu neste momento do trabalho que seria interessante enquanto forma de obstar à falta de informação desagregada, reunir num só quadro a informação que se conseguisse agregar, com vista a observar a capacidade de oferta de alojamento instalada no município de Mértola, assim como, a sua dispersão pelas diferentes modalidades. Veja-se, assim, o Quadro 4.29. referente a essa informação.

Constata-se que o concelho de Mértola é, neste momento, possuidor de um considerável número de estabelecimentos que oferecem alojamento, num total de 24. Na hotelaria tradicional o maior número vai para as Casas de Hóspedes (4). É no entanto de salientar a existência de uma Estalagem (*****) que oferece um número considerável de quartos (62), possibilitando a instalação de grupos de turistas de maior dimensão, de características diferentes, no mesmo local.

A existência de dois Centros Culturais e Desportivos com capacidade de alojamento próprio torna-se relevante, nomeadamente para a dinamização de determinadas actividades, essencialmente viradas para os jovens permitindo, desta forma, o prolongamento da sua estadia.

O turismo alternativo também é contemplado de forma muito razoável neste concelho. Existem 9 estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural onde prevalecem as modalidades de Turismo Rural e Agro-turismo, com uma capacidade total de 84 camas. O Turismo de Natureza é contemplado com dois Centros de Acolhimento, com uma capacidade total de 32 camas.

Pode dizer-se que o PNVG providencia uma oferta de infra-estruturas suficiente, tendo por base o número de visitas efectuadas e autorizadas por este parque.

De uma forma global pode concluir-se que em termos de capacidade de alojamento¹²⁹, o concelho de Mértola é dotado de uma oferta razoável de estabelecimentos, de características diversificadas, como sejam a hotelaria tradicional, turismo em espaço rural e turismo de natureza - com condições materiais para permitir realizar actividades de

¹²⁹ A maior parte destes estabelecimentos encontram-se inseridos no PNVG.

sensibilização ambiental, destinadas essencialmente aos jovens - bem como outros tipos de alojamento em centros culturais e desportivos que permitem igualmente a integração de provas desportivas e culturais, de maior duração e que beneficiam o conhecimento e a promoção do concelho.

O factor de dispersão geográfica destes alojamentos pode assumir-se como um factor negativo quando se ponderar, por exemplo, o planeamento de uma visita de grupo. Pesa, porém, o facto de que a maior capacidade de alojamento se encontrar na sede do concelho que detém, também ela própria, o maior conjunto de atractivos passíveis de gerar interesse na motivação da visita.

Quadro 4.29. Número de estabelecimentos, nº de quartos e nº de camas por tipo de alojamento no concelho de Mértola em Dezembro 2007

Categoria do Estabelecimento																
Hoteleira											Turismo em Espaço Rural			Turismo Natureza		
	Apartamentos turísticos	Estalagens	Hospedaria	Casas de hóspedes	Alojamento Particular	Outros*	Total	TR	TH	TA	CR	CA	CA	CT	Total TERT	Total Geral
Nº de estabelecimentos	1	1 a)	2	4	3	2	13	4	4	1				2	11	24
Nº de Quartos	8	31	22	33	10+2 b)	22	128	19	18	10				7	54	162
Nº de Camas	11	62	41	48	23	77	262	33	34	17				32	116	378

*Nesta classificação encontram-se dois centros culturais/desportivos dotados de instalações de alojamento.

- a) Classificação de 5 estrelas.
- b) Casas.

. Turismo em Espaço Rural (TR- Turismo Rural / TH- Turismo Habitação /AI- Agro-turismo /CC- Casa de Campo/TA- Turismo Aldeia).

. Turismo de Natureza (CR- Casa Refúgio/CA- Casa Abrigo /CTA- Centro de Acolhimento).

Fonte: CMM (2007b).

Quanto à oferta de restauração e similares, atenda-se ao Quadro 4.30. que nos dá uma perspectiva da capacidade existente no concelho de Mértola.

Quadro 4.30. Estabelecimentos de restauração e similares no concelho de Mértola

Categoria do Estabelecimento	N.º	Lotação
Restaurantes	18	1497
Cafés Restaurante	2	180
Casas de Pasto	3	175
TOTAL	23	1852
Cafés	54	*
Tabernas	16	*
Bares de Sociedade	9	*
TOTAL	79	

* sem informação disponível.

Fonte: CMM (2004, 2007b); Juntas de Freguesia.

Como se pode observar no Quadro acima, existe uma oferta bastante diversificada, desde as tabernas tradicionais até aos restaurantes de maior capacidade e de características diferenciadas. Só os estabelecimentos autorizados a servir refeições permitem uma lotação total de 1.852 lugares, valor bastante ambicioso face à procura e ao desenvolvimento da região em termos turísticos. Se nos quisermos reportar à área do PNVG, teremos que diminuir o número de estabelecimentos ao nível dos cafés e tabernas (a maior parte dos restaurantes, cafés restaurante e casas de pasto encontram-se centralizados na sede do concelho) e acrescentarmos a localidade de Vale do Poço, onde se podem encontrar mais três cafés restaurantes.

À primeira vista poderá parecer algo exagerado o número de estabelecimentos desta natureza em todo o concelho, não fosse este um dos concelhos do país com maior área em termos de superfície e não tivesse uma dispersão geográfica tão grande que integra mais de 90 pequenas localidades, 15 "montes", além de outras habitações isoladas.

A animação turística realizada no concelho de Mértola/Serpa/PNVG tem um carácter muito particular e privado; *particular* porque não existe nenhuma empresa de animação turística na região; *privada* porque se resume a um conjunto de actividades realizadas por algumas entidades, nomeadamente através da Câmara Municipal de Mértola, associações e clubes desportivos, além dos proprietários de alguns dos estabelecimentos de alojamento existentes. Neste caso específico a actividade de animação turística assume características de lazer e recreação, destinadas em grande parte à população e comunidades da região, não

podendo assumir uma dimensão profissional face à não existência de entidades devidamente credenciadas e autorizadas para o efeito.

A falta de fiscalização nesta área leva a que muitas destas entidades procurem rendibilizar os seus equipamentos, abrindo à comunidade e aos visitantes/turistas em geral o usufruto dessas actividades. As próprias entidades que estão autorizadas a realizar actividades dentro do PNVG são constituídas por associações que estão "obrigadas" a realizá-las apenas para os seus associados/membros. É também sabido que muitas destas entidades procuram ultrapassar alguns destes constrangimentos tentando parcerias com agências de viagem e empresas de animação, no sentido de se sobrepor a esses obstáculos legais, tornando assim mais rentáveis os seus investimentos.

Observe-se o Quadro 4.31. que mostra quais as actividades de animação e lazer existentes no concelho de Mértola, bem como as entidades que prestam esse serviço.

Nas unidades de alojamento, estas actividades são realizadas de forma esporádica, a pedido de alguns dos seus hóspedes. As infra-estruturas que a ADPM administra (Monte do Vento, Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra e Ecoteca Fluvial) leva a que a mesma procure dinamizar um pouco mais um conjunto de actividades, em particular a sensibilização ambiental, os percursos de natureza e a quinta biológica, em grande parte através de grupos escolares. Além da ADPM, também o Vendaval(CMM) e o Clube Náutico, procuram com mais dinamismo a realização de actividades de recreio, animação e lazer.

Outras actividades oferecidas por algumas entidades são a pesca e a caça. Nos estabelecimentos de alojamento, em particular os de Turismo em Espaço Rural, a caça constitui uma das ofertas de maior atracção.

Como foi referido anteriormente neste trabalho, Mértola têm uma das maiores áreas (ha) do país dedicadas à caça. Nesse sentido tem toda a lógica a existência de determinadas infra-estruturas para a exploração dessa actividade. Além das Zonas de Caça Associativas e Municipais existentes, geridas e administradas pelas Associações de Caçadores referidas anteriormente, existem cerca de 44 Zonas de Caça Turísticas no concelho de Mértola, de propriedade privada, empresas ou em nome individual, que exploram, quase exclusivamente, a actividade cinegética. A maior parte destas empresas demonstram alguma capacidade no que diz respeito à restauração mas não no alojamento.

Quadro 4.31. Oferta de actividades de animação e lazer existentes no concelho de Mértola

Entidade	Localidade	Actividades que oferece
Hospedaria Beira-Rio	Mértola	Descidas no Guadiana, Circuitos pedestres na vila histórica, passeios de jeep
Hospedaria Casa do Guizo	Monte do Guizo - Moreanes	Passeios pedestres, BTT
Ecoland (TER – TR)	Corte Gafo de Cima	Percursos pedestres, Ateliers, educação ambiental
Monte da Bela Vista (TER – CC)	Monte dos Alves – Santana de Cambas	Percursos pedestres, turismo de interpretação ambiental, ateliers
Casa Lampreia (Alojamento Particular)	Mesquita – Espírito Santo	Percursos pedestres
Monte do Alinho (TER – TR)	Mértola	BTT, percursos pedestres
Monte da Galega (TER – AT)	Mina de S. Domingos	Passeios pedestres, passeios de burro
Monte do Vento – Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental (ADPM)	Amendoeira da Serra	Quinta ecológica, percursos de natureza, circuitos pedestres, interpretação da paisagem
Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra (ADPM)	Amendoeira da Serra	Passeios bicicletas, percursos pedestres, oficinas tradicionais, educação ambiental
Centro de Acolhimento do Mosteiro	Mosteiro	Circuitos pedestres, turismo de lazer
Posto de Turismo de Mértola	Mértola	Visitas guiadas pela vila/museus
Vendaval	Mértola	Passeios de barco *
Ecoteca Fluvial Saramugo (ADPM)	Mértola	Passeios de Barco; percursos pedestres, oficinas tradicionais, educação ambiental
Clube Náutico de Mértola	Mértola	Canoagem, percursos de natureza, escalada, rappel, paint ball, passeios TT, percursos pedestres
Estalagem São Domingos	Mina de S. Domingos	Observatório astronómico
Casa do Mineiro	Mina de S. Domingos	Visitas guiadas à Mina de S. Domingos, percursos pedestres

Fonte: CMM (2007b); Juntas de Freguesia; <http://www.cm-mertola.pt>, consultado em 02-01-2008.

* Existem dois barcos, ambos propriedade da Câmara Municipal de Mértola. Um deles (saramugo) encontra-se a ser administrado pela ADPM.

No que diz respeito às infra-estruturas turísticas resta salientar a existência de um posto de Turismo em Mértola, e a não existência de qualquer agência de viagem e espaços de

maior dimensão, pavilhões multiusos, parques de diversão, entre outros, que possam albergar outro tipo de espectáculos de maior porte.

Enquanto actividades de apoio ao turismo salientam-se o Cine-Teatro, a Casa das Artes, o Anfiteatro, a Biblioteca e os vários espaços museológicos existentes na Vila de Mértola e o Museu existente na Mina de S. Domingos. Os espaços museológicos referidos são constituídos pelos seguintes núcleos:

- Núcleo da Ermida e Necrópole de S. Sebastião (Mértola);
- Núcleo da Torre de Menagem – Castelo (Mértola);
- Núcleo da Porta da Ribeira – Arte Sacra (Mértola);
- Núcleo de Arte Islâmica (Mértola);
- Núcleo do Ferreiro (Mértola);
- Basílica Paleocristã (Mértola);
- Casa Romana (Mértola);
- Tecelagem (Mértola);
- Museu – Casa do Mineiro (Mina de S. Domingos).

Existem também um conjunto de *miradouros* identificados (N.ª. Sra de Aracelis, Pulo do Lobo, São Barão, Pomarão, Mesquita) bem como algumas zonas possuidoras de *águas termais* (Água Santa da Herdade, Água Santa de Besteiros, Água Santa da Morena) que apesar de inactivas constituem uma possibilidade interessante a considerar.

As infra-estruturas turísticas do concelho de Mértola encontram-se centralizadas sobretudo ao nível da Vila de Mértola, atendendo em grande parte ao seu contexto histórico, bem como o impulso dado pelo Campo Arqueológico de Mértola, à preservação e conservação de determinado património, essencial para a criação dos núcleos museológicos existentes, para a própria existência do PNVG e que determina a maior atractividade desta localidade e concentração da população e serviços.

▪ **património cultural construído, não construído e natural**

Tendo sido a Vila de Mértola, outrora, um importante entreposto comercial, lugar de paragem para Fenícios e Cartagineses, Romanos, Suevos e Visigodos, Árabes e Cristãos, é natural a existência de legados históricos que permanecem nas características ao nível do *património construído* – fortificações, religiosos, tradicionais - , *não construído* – através dos sabores e aromas, gastronomia, outros hábitos culturais - e *natural* – pela importância central do Rio Guadiana e da sua influência em termos das trocas comerciais e como meio de sustentação de determinadas actividades económicas.

Atenda-se pois aos Quadros 4.32., 4.33., e 4.34. , que nos mostram os principais elementos patrimoniais que existem no concelho de Mértola.

Quadro 4.32. Principais elementos do património cultural construído no concelho de Mértola

Designação	Localidade
Castelo de Mértola	Mértola
Igreja Matriz de Mértola	Mértola
Convento de S. Francisco	Mértola
Ermida de Nossa Senhora de Aracellis	Mértola
Ermida de S. Barão	Corte da Velha
Torre do Relógio	Mértola
Torre Couraça	Mértola
Mina de S. Domingos	Mina de S. Domingos
Porto Fluvial do Pomarão	Pomarão
Canais do Guadiana	-
Moinho do Alferes	Besteiros
Moinho de S. Miguel	S. Miguel do Pinheiro
Azenhas/Moinhos do Guadiana (Escalda, Alferes, Relíquias, Brava, Canais)	-
Antas (Pias, Mosteiro e Corte Gafo)	Amendoeira da Serra / Corte Gafo

Fonte: CMM (2007b); Juntas de Freguesia. <http://www.cm-mertola.pt>, consultado em 02-01-2008.

Os elementos acima descritos constituem aqueles em que recai a promoção que é feita no concelho. Porém, além do património referenciado, existe em todo o concelho de Mértola, só ao nível do património religiosos, cerca de trinta igrejas e uma capela, pertencentes às diversas povoações. Pode-se ainda contar com outros elementos patrimoniais de importância específica para as populações. Ao nível arqueológico, proliferam os túmulos individuais, colectivos, pedras ou rochas gravadas e outros vestígios.

O concelho de Serpa, apesar de bastante rico em património construído e não construído, não é referenciado nos Quadros 4.32. e 4.33., uma vez que na região em estudo (PNVG) não se destaca nenhum em particular.

Quadro 4.33. Principais elementos do património cultural não construído no concelho de Mértola/PNVG.

Designação	Localidade
Artesanato	
Cestos, Bonecos	Bicada, Mesquita
Bota, rendas e bonecos	Santana de Cambas
Feiras/Festas	
Festival do Peixe do Rio (Março)	Pomarão
Feira do Mel, do Queijo e do Pão (Abril)	Mértola
Festival Islâmico de Mértola (Maio - bianual)	Mértola
Festas da Vila de Mértola (24 de Junho)	Mértola
Feira Agro-Pecuária Transfronteiriça de Vale do Poço	Vale do Poço
Mercado do Pago (dia 4 de cada mês)	Mina de S. Domingos
Festa de Verão	Mina de S. Domingos
Festa da Aldeia de Santa de Cambas (Julho)	Santana de Cambas
Festa Anual da Aldeia de Espírito Santo	Espírito Santo
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Corte Pinto*
Gastronomia	
<i>Produtos regionais:</i>	
Vinho da Herdade dos Lagos	Vale de Açor de Cima
Vinho da Herdade da Bombeira	Mértola
Queijos de Serpa, Frescos e de Cabra (6 rouparias)	Alçaria Ruiva, Corvos, Vale do Poço, Corte Gafó, Corte da Velha
Enchidos (paios, chouriços, salsichões, linguiças, farinheiras, morcelas)	Vários
Pão Alentejano	Vários
Azeite (2 produtores)	Lombardos, Zurrat*
Mel (7 produtores)	Mértola, Azinhal, Amendoeira da Serra, Santana de Cambas, Corte da Velha, Santana de Baixo*, Via Glória*
Ervas Aromáticas (3 produtores)	Mértola, Corte Sines
<i>Pratos típicos tradicionais:</i>	
Grelhados de Porco Preto	-
Borrego Assado no Forno	-
Ensopado de Borrego	-
Borrego do dia de Espiga	-
Sopa de Poejo com Entrecosto	-
Cozido de Grão à Alentejana	-
Favas à Alentejana	-
Migas de Azeite com Entrecosto	-
Feljoada de Javali	-
Javali Estufado	-
Javali à Moda de Mértola	-
Coelho à Caçadora	-
Coelho Frito com Tomilho	-
Sopa de Perdiz	-
Galinha do Campo de Cabidela	-
Arroz de Cabidela	-
Migas de Poejo com Carne de Porco	-
Cabeças de Borrego com Batatas Pequenas	-
Tornedó de Carne Mertolenga	-
Sopas de Peixe do Rio	-
Sopas de Achigã da Ribeira	-
Cataplana de Peixe do Rio	-
Gaspacho com Peixe Frito	-
Sopas de Cação	-
Açorda com peixe frito	-
Açorda de Bacalhau	-
Lampreia	-
Enguias Fritas	-
Ensopado de Enguias	-
Ovas de Saboga	-
<i>Doçaria Tradicional:</i>	
Costas	-
Bolo seco com canela, banha e azeite	-
Torrão real (mel e miolo de amêndoa)	-
Rolinhos de ovos	-
Rosas de mel	-
Papas de arroz	-

(continua)

Quadro 4.33. (cont.) Principais elementos do património cultural não construído no concelho de Mértola/PNVG.

Música Popular	
Grupo Coral "Os Caldeireiros de S. João"	S. João dos Caldeireiros*
Grupo Coral da Mina de S. Domingos	Mina de S. Domingos
Grupo Coral e Instrumental Feminino da Mina de S. Domingos	Mina de S. Domingos
Grupo Coral Guadiana de Mértola	Mértola

* Fora da área do PNVG.

Fonte: CMM (2007b); Juntas de Freguesia. <http://www.cm-mertola.pt>, consultado em 02-01-2008.

A localização geográfica de Mértola, as influências históricas e os diversos tipos de paisagem e habitats presentes nesta região, são factores fundamentais para que a mesma usufrua de uma riqueza muito grande ao nível dos produtos tradicionais e culturais. As características particulares da região adequadas à criação do borrego, as tradições agrícolas - associadas às culturas do trigo e cevada, as serras - detentoras de um conjunto de flora silvestre, e o Rio Guadiana principal elemento de tradições culturais e inspirador, leva a esta diversidade imensa de produtos apresentada no Quadro 4.33. . As festividades no concelho têm início no mês de Março e prolongam-se até ao final do Verão com as festas das Aldeias. A produção de "Queijo de Serpa" constitui uma referência a nível nacional e é um importante factor de desenvolvimento e reconhecimento da região. Outros produtos regionais como o mel (essencialmente de rosmaninho) e as ervas aromáticas são produtos de excelência visto a sua produção estar centralizada na região do PNVG, aproveitando todas as zonas naturais silvestres e de matos existentes.

A música popular também tem uma influência importante no concelho com a existência de quatro grupos corais. Por eles é cantado um conjunto de emoções do Alentejo e da sua região em particular que marca o testemunho da sua vivência, expresso na poesia popular que contribui para a história do cancionero popular do concelho de Mértola.

Tendo o Rio Guadiana como principal curso de água, onde a sua beleza influencia a vivência das gentes do concelho de Mértola, surgem um conjunto de ribeiras que convergem para o rio alimentando-o com os seus caudais. Estes pequenos cursos de água (Quadro 4.34.) são também muito importantes para as populações que deles se servem na sua vida diária. Alia-se à beleza dos cursos de água existentes um conjunto diversificado de mosaicos paisagísticos, temporais, que conferem uma beleza especial a todo o espaço envolvente.

Quadro 4.34. Principais elementos do património natural no concelho de Mértola

Designação
Rio Guadiana
Rio Cobre ou Ribeira de Terges
Ribeira de Cobres
Ribeira de Chança
Barragem da Tapada Grande e Pequena da Mina de S. Domingos
Ribeira do Vascão
Ribeira dos Cachopos
Ribeira de Alvacar
Ribeira de Oeiras
Ribeira de Limas
Ribeira de Alfamar
Ribeira do Mosteirão
Ribeira de Carreiras
Tapadas de Água-forte
Paisagem de Montado
Paisagem de Pastagens e Pousio
Paisagem de Olival
Paisagem Culturas Arvenses
Serra de Alcaria Ruiva
Pulo do Lobo

Fonte: PNVG (2001 a); Juntas de Freguesia.

Tendo o Rio Guadiana como principal curso de água, onde a sua beleza influencia a vivência das gentes do concelho de Mértola, surgem um conjunto de ribeiras que convergem para o rio alimentando-o com os seus caudais. Estes pequenos cursos de água (Quadro 4.34.) são também muito importantes para as populações que deles se servem na sua vida diária. Alia-se à beleza dos cursos de água existentes um conjunto diversificado de mosaicos paisagísticos, temporais, que conferem uma beleza especial a todo o espaço envolvente.

A imponência da Serra de Alcaria também constitui um factor relevante e apreciado, pois através dela é possível observar de uma forma ampla, grande parte da beleza desta zona.

O "Pulo do Lobo" constitui uma grande atracção nesta região do PNVG. Esta zona é um local com relevante interesse geológico onde o leito do Rio Guadiana se vê estrangulado, criando uma "ponte" natural que liga as duas margens, e que é atravessado pelo rio Guadiana; passada a "ponte", lança-se numa estrondosa queda de água para, de novo, se acalmar entre as margens do rio. A proximidade das duas margens sugere, na imaginação popular ou não, que seria um local onde os lobos tinham possibilidade de passar de um lado para o outro das margens do Rio – daí a sua designação.

Pode assim concluir-se que o concelho de Mértola, e consequentemente o PNVG, é possuidor de um vasto património natural diversificado e rico.

Parece, assim, ser possível afirmar que este concelho apresenta níveis de desenvolvimento turístico ainda incipientes, reflectindo a própria debilidade económica da região. De forma resumida, poder-se-á afirmar que este concelho se caracteriza por:

- uma forte dispersão espacial;
- um índice de envelhecimento muito grande;
- uma densidade populacional muito reduzida;
- uma economia centralizada fortemente no sector terciário;
- apresentar carências no que concerne à concentração de pessoal com formação média e superior e técnicos especializados e, por isso, subdimensionado em aspectos profissionais;
- apresentar um património natural, fauna e flora relevantes;
- apresentar um património cultural construído e não construído bastante diversificado e rico.

Os primeiros cinco pontos evidenciados, enquanto determinantes do desenvolvimento turístico de qualquer região, acabam por constituir no concelho de Mértola um forte obstáculo: seria importante que o empresariado neste concelho pudesse dispor de mais massa crítica por forma a se conseguir impor no mercado turístico nacional. Os dois aspectos seguintes são relevantes em termos regionais, no entanto, a existência de recursos numa região não constitui por si só uma mais valia em termos turísticos. É necessário analisar o valor desses recursos e avaliar o seu potencial de modo a torná-los recursos turísticos, formando um produto e associando uma imagem para a sua promoção, que no caso concreto se poderia traduzir em:

» património cultural construído – **VILA MUSEU** (face à sua importância histórica de outrora, bem como a sua importância e traços típicos existentes de influência islâmica);

» património natural e cultural - associada ao **PNVG** (para identificação dos produtos locais, associados a uma imagem de uma região ambientalmente preservada, de qualidade e de boas gentes).

O concelho de Mértola dispõe de poucos agentes turísticos, encontrando-se com excedentes de camas em alguns locais e défices noutros, considerando a região como um todo; por outro lado, e apesar de se considerar a existência de um número razoável de estabelecimentos do sector, manifesta uma reduzida operacionalidade no sentido de reunir condições para desenvolver um composto turístico competitivo continuando, em contrapartida, excessivamente ligado a dinâmicas territoriais que desaceleram a sua modernização e a sua inserção comercial.

Neste ponto de vista, pode-se afirmar que o desenvolvimento turístico do concelho de Mértola orienta-se muito mais por uma lógica territorial do que por uma lógica de mercado,

onde organismos como a autarquia e associações são entidades interlocutoras relevantes em função das respectivas responsabilidades em termos do planeamento, do ordenamento, do desenvolvimento ao nível das infra-estruturas, da animação e da promoção da actividade turística.

Neste contexto, parece ser razoável concluir que o concelho de Mértola, por si só, não se assume como um destino turístico mas deverá, no âmbito do processo de desenvolvimento turístico da região alentejana, constituir um pólo ou eixo de desenvolvimento turístico em torno do qual se deverá estruturar a oferta a disponibilizar.

A propósito da atractividade dos locais no Alentejo, o PDTA, configura cinco grandes áreas específicas de preferência/motivação turística: área de Évora, Litoral Alentejano, Serra de S. Mamede, eixo dos Mámore/Elvas, e Eixo **Beja/Mértola/Serpa** [a que se acrescenta Moura].

Segundo o documento citado, existem três concelhos de área do Guadiana posicionados num nível 3 de atractividade. Atenda-se ao seguinte:

" (...) Mértola apresenta valores patrimoniais de grande valor, quer naturais e ambientais (integra o Parque Natural do Vale do Guadiana), quer de património construído e monumental (como é sabido a Vila tornou-se um verdadeiro museu aberto da presença árabe em Portugal, além de que é um conjunto urbano muito harmonioso e, não muito longe, em S. Domingos, existe a memória arqueológica de todo um ilustre passado mineiro) quer ainda etnológico e cultural (desde o artesanato às tradições gastronómicas, cujo expoente máximo é a carne mertolenga e a caça).

Moura, por sua vez, é um concelho que tem uma vila que, urbanisticamente, reflecte um passado de grande prosperidade agrícola e económica nas Terras do Além – Guadiana e que, ao mesmo tempo, também encerra memórias e vestígios dos tempos da romanização e da arabização.

Serpa integra o Parque Natural do Vale do Guadiana e é, tal como Moura, um valor patrimonial do património construído, monumental e cultural, tendo nos famosos queijos e na curiosidade natural do Pulo do Lobo atractivos de renome.

A maior desvantagem destes três concelhos reside, no fundo, nas carências de equipamentos e serviços turísticos e na localização demasiado periférica face aos principais mercados turísticos (...)" (ARTA, 2001).

Os concelhos de Mértola e Serpa deverão por isso saber aproveitar as suas próprias valências, procurando inserir-se num produto turístico apelativo, tendo por base as cidades mais próximas, beneficiando exactamente do facto de dispor já de uma relativa oferta de

equipamentos e serviços turísticos complementares, podendo no imediato, colmatar as suas lacunas. A criação da Empresa Municipal "Merturis" constituiu um passo importante no que diz respeito à compilação e agregação da oferta turística. Resta, contudo, um trabalho estratégico e de planeamento conjunto que consiga colocar Mértola, no mapa turístico nacional e internacional.

Quanto à actividade turística no PNVG, deverá saber aproveitar as valências que se estão a desenvolver nos dois concelhos. Contudo, este trabalho deverá ser feito, numa perspectiva estratégica diferente, uma vez que as comunidades residentes deverão constituir a base do desenvolvimento do seu produto, associada aos valores naturais existentes. Doutra forma, a população será apenas um mero espectador de um pseudo desenvolvimento orientado, quase exclusivamente, para a promoção de dois ou três pontos do concelho, tendo apenas como beneficiários alguns agentes privados da região bem como os operadores turísticos que possam intervir nesse sector.¹³⁰

Importa, para finalizar este ponto, enunciar quais as áreas turísticas e equipamentos complementares para o concelho de Mértola previstos quando da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana em 2001:

" . *Parque de Campismo (em Mértola);*

. *Áreas com apetência turística: Mesquita, Mina de S. Domingos, Pomarão, Formoa, Mértola, Corte Gafo, Amendoeira da Serra, Mosteiro, Bombeira, Penha de Águia;*

. *Duas outras situações foram indicadas pela autarquia de Mértola no que respeita a projectos de infraestruturas de apoio essencialmente ao turismo, a saber, projectos de Hotelaria Rural na Bombeira e Quinta do Rebolo, Bem como a navegabilidade do Guadiana no troço Mértola – Vila Real de Sto António, para o qual seria necessária a instalação de um cais junto a Mértola" (PNVG, 2001b:24).*

Até ao momento, nenhuns destes projectos que aqui se apresentam foram efectivamente realizados.

¹³⁰ De acordo com a Câmara Municipal de Mértola o número de turistas/ano é de 25.000 (<http://www.presidencia.pt/archive/doc/Mertola.pdf> , consultado em 20-01-2008). Face a esta afirmação importa interrogar-nos sobre várias pontos como sejam - turistas ou visitantes? Onde e quem beneficia? Porque não existem dados ao nível do INE?

4.2. Análise de Dados Primários

4.2.1. Entrevistas realizadas a entidades públicas e privadas com relevância

Ao nível da apresentação dos resultados, optou-se por individualizar as questões em quadros onde surgem todas as entidades entrevistadas e onde a medida de análise é a respectiva categoria.

I – Grau de aceitação/Receptividade Relativa à Prática de Actividades Turísticas No PNVG

Quadro 4.35. Posição relativa à prática de actividades turísticas no PNVG

Entidade	Categoria (Importância)
PNVG	- actividade importante
CMM	- muito importante, as actividades turísticas deverão ser mais intensas no seio do PNVG - a gestão do PNVG deverá ser mais proactivo nessa questão
JFAR	- desde que devidamente enquadradas dentro do que se pretende que seja o PNVG
JFCP	- carece de muita importância para a região
JFES	- território com muita potencialidade para o desenvolvimento dessa actividade, preservando a essência dos territórios
JFM	- evidencia uma importância relevante
JFSC	- é muito importante para dinamizar as actividades económicas no sentido de promover o desenvolvimento do território
JFSJC	- importante para a região e o seu desenvolvimento
CMS	- é possível conciliar as condicionantes de um parque natural com um conjunto de actividades que atraiam os turistas
JFSS-S	- as actividades turísticas geram outra dinâmica para as populações e trazem mais valias para as pessoas
RTPD	- desde que bem enquadradas e não criem impactes negativos
MERTURIS	- a actividade turística funciona como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais

II – Posição Relativa à Contribuição das População Residente para o Desenvolvimento da Prática de Actividades Turísticas no PNVG

Quadro 4.36. Possibilidade de contribuição da população residente para o desenvolvimento da prática de actividades turísticas no PNVG

Entidade	Categoria (contribuição)
PNVG	- pode contribuir
CMM	- pode e tem contribuído
JFAR	- a população residente é uma peça fundamental quando se pretende realizar qualquer actividade
JFCP	- pode contribuir se o Parque tiver uma boa relação com a população, devem ser feitas as actividades em parceria com o apoio dos residentes
JFES	- em particular os jovens podem impulsionar o desenvolvimento dessas actividades
JFM	- através da sua presença
JFSC	- os residentes podem ter um papel importante
JFSJC	- podem sempre contribuir
CMS	- a população vê com bons olhos este tipo de actividade desde que não colida com a sua actividade principal (agricultura e pecuária)
RTPD	- podem contribuir
MERTURIS	- a população residente tem tudo a ganhar com a actividade turística

Quadro 4.37. Forma de contribuição da população residente para o desenvolvimento da prática de actividades turísticas no PNVG

Entidade	Categoria (forma de contribuição)
PNVG	<ul style="list-style-type: none"> - possibilitando a abertura dos estabelecimentos de restauração aos fins-de-semana; - Existência de serviços mínimos para as pessoas terem a certeza que podem permanecer no concelho. - maior esforço para receber o turista (não entendimento que isso pode trazer algo mais ao concelho)
CMM	<ul style="list-style-type: none"> - através da criação de alojamentos devidamente enquadrados na região - através da criação de actividades de animação turística - realizar negócios na área do turismo como complemento às actividades agrícolas - produtos tradicionais dão um contributo
JFAR	<ul style="list-style-type: none"> - participando nas actividades turísticas
JFCP	<ul style="list-style-type: none"> - através do conhecimento do terreno - através dos produtos tradicionais (mel, óleos e produtos da terra)
JFES	<ul style="list-style-type: none"> - implementação de algumas dessas actividades através dos mais jovens auxiliados pelo conhecimentos dos mais idosos.
JFM	<ul style="list-style-type: none"> - participando nas actividades turísticas
JFSC	<ul style="list-style-type: none"> - pela participação em algumas infra-estruturas como na restauração e alojamento - através das suas praticas culturais - a população residente é o factor chave para o desenvolvimento do turismo no PNVG
JFSJC	<ul style="list-style-type: none"> - preservar a natureza e a conservação dos espaços
CMS	<ul style="list-style-type: none"> - participando na criação de pequenas infra-estruturas a nível de alojamento e restauração.
JFSS-S	<ul style="list-style-type: none"> - conservando a natureza para permitir o desfrute de determinadas actividades - preservando as zonas de habitação sem poluir o ambiente
RTPD	<ul style="list-style-type: none"> - como promotores de actividades (alojamentos TER, animação turística, como monitores de actividades enquanto conhecedores do terreno)
MERTURIS	<ul style="list-style-type: none"> - através do seu conhecimento do terreno - forte identidade cultural - através da sua melhor receptividade ao turistas - passa também pela maior abertura de espírito por parte dos residentes - melhorando a qualidade de serviços prestados nomeadamente ao nível dos alojamentos e restauração e da animação

III – Posição Relativa à Contribuição da Prática de Actividades Turísticas para o Desenvolvimento Socio-Económico das Comunidades Residentes

Quadro 4.38. Entendimento das actividades turísticas enquanto factor de desenvolvimento socio-económico para as comunidades residentes

Entidade	Categorias (entendimento)
PNVG	- entende-se como importante, neste momento é ainda diminuto, exclusivo ao alojamento e restauração.
CMM	- é uma das principais apostas de momento
JFAR	- qualquer iniciativa turística ou outra deve contribuir para esse desenvolvimento
JFCP	- pode dar alguma contribuição
JFES	- o turismo deverá ser o motor impulsionador desse desenvolvimento
JFM	- o movimento de pessoas faz gerar dinheiro, pode ajudar
JFSC	- constituindo-se como actividade complementar
JFSJC	- pode sem dúvida contribuir
CMS	- é sempre um contributo para além da sua actividade principal (no sector primário)
JFSS-S	- sem dúvida que contribui
RTPD	- pode certamente contribuir
MERTURIS	- sem dúvida

Quadro 4.39. Forma de contribuição do turismo para o desenvolvimento socio-económico das comunidades residentes

Entidade	Categoria (contribuição do turismo)
PNVG	- através dos alojamentos e restauração - não há outros serviços de apoio ao turismo
CMM	- através das mais valias geradas pelo turismo de natureza e cinegético
JFAR	- através das mais valias que todas essas actividades poderão trazer, em termos financeiros e outros
JFCP	- venda de produtos tradicionais
JFES	- criação de emprego - impulsiona a restauração e outros serviços - movimenta pessoas, gera desenvolvimento
JFM	- de momento sem grandes benefícios
JFSC	- potencia outras actividades directa ou indirectamente ligadas - dinamiza a indústria agro-alimentar (produtos tradicionais) - restauração (se bem que pouco utilizada por turistas hoje em dia)
JFSJC	- através de investimentos para desenvolver a região
CMS	- através da comercialização produtos tradicionais poderá ser uma boa fonte de rendimentos - o turismo pode ajudar a manter ou incrementar determinadas serviços e actividades
JFSS-S	- comercialização de produtos tradicionais(queijos, mel enchidos, artesanato) - através da criação de movimentos associativos que podem dinamizar essas actividades
JFSM-S	- através da restauração e alojamentos - pela pratica de actividades de animação turística
RTPD	- principalmente a restauração
MERTURIS	- criação de emprego - através da criação de maior número de infra-estruturas de apoio ao turismo que podem também ser usufruídas pelos locais melhorando a sua qualidade de vida - a cinegética é muito importante para esse efeito - restauração e alojamentos

IV – Identificação do Tipo de Actividades Turísticas que Melhor se Poderão Adequar à Região do PNVG, Assim como da Forma como Estas Deverão Ser Implementadas

Quadro 4.40. Tipo de actividades turísticas que melhor se adequam à região do PNVG

Entidades	Categoria (actividades e adequação)
PNVG	<ul style="list-style-type: none"> - canoagem - barcos de pequenas dimensões - percursos pedestres - rappel e escalada (embora não seja muito zona para esta actividade uma vez que o tipo de rocha não é muito segura) - passeios de jipe - cicloturismo - BTT - Fotografia de natureza - sempre de forma sustentável
CMM	<ul style="list-style-type: none"> - passeios pedestres - BTT - observação da flora - turismo ornitológico como um grande potencial - canoagem - embarcações de pequeno e médio porte - caça muito desejável e compatíveis com a conservação
JFAR	<ul style="list-style-type: none"> - cicloturismo - parapente - com respeito às condições ambientais da zona
JFCP	<ul style="list-style-type: none"> - observação aves - Percursos pedestres - canoagem - actividades balneárias (praia da tapada) - pesca desportiva - caça
JFES	<ul style="list-style-type: none"> - percursos pedestres - passeios - desportos náuticos - canoagem - caça
JFM	<ul style="list-style-type: none"> - passeios pedestres - caça
JFSC	<ul style="list-style-type: none"> - percursos de natureza - passeios temáticos para conhecimento dos produtos tradicionais e do património - passeios de barco de pequenas embarcações com aproveitamento das comunidades piscatórias
JFSJC	<ul style="list-style-type: none"> - percursos pedestres - passeios de bicicleta
CMS	<ul style="list-style-type: none"> - percursos pedestres - passeios de bicicleta - BTT - desde que não ponham em causa a qualidade ambiental do PNVG
JFSS-S	<ul style="list-style-type: none"> - passeios a cavalo - caça - BTT
RTPD	<ul style="list-style-type: none"> - passeios pedestres - BTT - escalada e outras actividades radicais
MERTURIS	<ul style="list-style-type: none"> - caça - percursos pedestres - BTT - turismo ornitológico (prioritariamente dinamizado pelo parque, quer pela sua experiência, quer para tirar proveitos financeiros para utilizar na conservação) - pesca - turismo náutico não motorizado

V – Identificação dos Atractivos e Condições que Podem Motivar a Visita de Turistas ao PNVG

Quadro 4.41. Existência de atractivos e condições que possam motivar a visita de turistas ao PNVG

Entidade	Categoria (existência)
PNVG	- tem alguns atractivos que chamam a atenção das pessoas - não tem os atractivos suficientes, nomeadamente a fauna não são suficientemente fáceis de observar que garanta a realização do turista quando se desloca ao PNVG
CMM	- zona com condições excepcionais para atrair pessoas
JFAR	- começa a ter alguns atractivos
JFCP	- tem atractivos
JFES	- tem muitos atractivos
JFM	- tem alguns atractivos
JFSC	- algum poder de atracção suficiente para trazer turistas, para um dia ou dois dias
JFSJC	- tem atractivos
CMS	- tem atractivos naturais
JFSS-S	- tem atractivos suficientes
RTPD	- atractivos tem , não tem ainda forma de as pessoas chegarem lá e descobri-los
MERTURIS	- sem dúvida que tem

Quadro 4.42. Atractivos que possam motivar a visita de turistas ao PNVG

Entidade	Categoria (atractivos)
PNVG	<ul style="list-style-type: none"> - valores naturais mas que não são fáceis de observar e cativem as pessoas - todas as espécies que existem no PNVG são difíceis de observar – existem sempre muitos constrangimentos; - observação de aves só em percursos e sem garantia absoluta de serem observados, não sendo possível através de postos de observação específicos - mais tarde só com um alimentador de abutres é que se pode criar esses postos de observação - para fotografia de natureza - corredoura do Guadiana - paisagem - gastronomia - campo arqueológico de Mértola - visitar o PNVG enquanto um lugar de visita de passagem inserido noutros percursos
CMM	<ul style="list-style-type: none"> - pulo do lobo - paisagem - gastronomia - rio - fauna e flora - muitos valores intrínsecos
JFAR	<ul style="list-style-type: none"> - paisagem - património edificado
JFCP	<ul style="list-style-type: none"> - zona com características próprias como a Mina de S. Domingos - fauna e flora específicas da zona - rio Guadiana
JFES	<ul style="list-style-type: none"> - a paisagem do rio Guadiana que é uma paisagem única;
JFM	<ul style="list-style-type: none"> - pulo do lobo - paisagem - a caça é um factor de movimentação de pessoas e de lucro da população
JFSC	<ul style="list-style-type: none"> - rio Guadiana com enorme potencial - pulo do lobo - fauna e flora existente - paisagem
JFSJC	<ul style="list-style-type: none"> - pulo do lobo
CMS	<ul style="list-style-type: none"> - rio Guadiana - pulo do lobo - paisagens maravilhosas
JFSS-S	<ul style="list-style-type: none"> - produtos regionais - pulo do lobo - praia fluvial da Mina de S. Domingos - algum património construído
RTPD	<ul style="list-style-type: none"> - paisagem - rio Guadiana (como o mais importante) - flora e fauna (em particular a avifauna) - caça - pulo do lobo
MERTURIS	<ul style="list-style-type: none"> - rio com potencial natural fantástico - gastronomia - caça - Mina de S. Domingos - património histórico e cultural

Quadro 4.43. Condições actuais na região do PNVG que podem motivar a vinda de turistas

Entidade	Categoria (condições actuais)
PNVG	<ul style="list-style-type: none"> - alojamentos suficientes de várias categorias - o PNVG actualmente passa por um lugar de visita e de passagem inserido noutros percursos. - falta de outros serviços de apoio ao turismo além do alojamento e restauração - necessidade de criar uma rede oferta de serviços de turismo mais activo, para que possa trazer algum benefício às populações; - necessidade de criar posto de venda de produtos tradicionais para que as pessoas saibam quais são os produtos do concelho - falta de sinalização de percursos, só a entradas estão sinalizadas - falta de empresas que podem acompanhar as pessoas (Guias para a parte natural) - falta de um parque de campismo
CMM	<ul style="list-style-type: none"> - existem condições mais do que suficientes (equipamentos e alojamentos com condições) - falta de prestação de serviços na área do património natural(deveria ser uma função prioritária do parque com pessoal especializado e para o efeito como forma de rentabilizar os recursos existentes financiando dessa forma também outras áreas da sua intervenção)
JFAR	<ul style="list-style-type: none"> - existência de alguma informação turística - alojamentos ainda deficitários
JFCP	<ul style="list-style-type: none"> - alojamentos suficientes - os produtos tradicionais deviam ser comercializados com a marca do PNVG - falta de promoção - falta de apoio ao artesanato(tecelagem, cestaria) em vias de extinção.
JFES	<ul style="list-style-type: none"> - populações não estão ainda dotadas de todas as infra-estruturas básicas em algumas populações (saneamento básico, etc) - esse facto não cria condições para trazer investidores nessa área
JFM	<ul style="list-style-type: none"> - existem condições suficientes (restauração e alojamento), a criação de mais infra-estruturas para pessoas que vêm de fora seria exagero, face à procura que hoje é registada - falta da criação de um canal fluvial através do rio Guadiana - poderia ser feito um observatório de aves (devia ser o parque)
JFSC	<ul style="list-style-type: none"> - têm surgido uma série de bons equipamentos (alojamento) - infra-estruturas públicas falham mais, nomeadamente na saúde, bem como em algumas vias de acesso - era importante o aproveitamento da antiga via férrea para a criação de uma via verde - era importante a navegabilidade do rio Guadiana até ao Pomarão para o desenvolvimento turístico na área do parque.
JFSJC	<ul style="list-style-type: none"> - restauração e alojamento temas muito poucos - tentar criar mais infra-estruturas para fazer as pessoas permanecerem mais tempo
CMS	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade de criação de ecovias - necessidade de criação de um pequeno restaurante, bar e alojamentos de natureza junto a determinadas zonas junto ao rio
JFSS-S	-
RTPD	<ul style="list-style-type: none"> - falta de sinalização turística - falta de percursos bem definidos - dificuldade em usufruir do PNVG - não há centro de interpretação do parque (só a sede tem esse serviço que não funciona no fim de semana) - pouca informação interpretativa no pulo do lobo - não tem carta de desporto da natureza, impossibilita o desenvolvimento turístico sobretudo o envolvimento das empresas de animação turísticas
MERTURIS	<ul style="list-style-type: none"> - já vai tendo algumas condições – restauração e alojamentos (acima da média) - tem condições suficientes para motivar turistas para esta região - tem sido feito um trabalho grande por parte de associações e organismos do concelho para dar a conhecer Mértola

A actividade turística na região do PNVG parece ser aceite pelas entidades entrevistadas e vista como um factor de desenvolvimento para a região. No que diz respeito à contribuição da população residente face à gestão do parque, sobressai a necessidade de existir uma boa relação entre ambos, sendo que a contribuição dos residentes é feita, em particular, através da criação dos estabelecimentos de alojamento e restauração e do melhoramento desses mesmos serviços, o que passa pelo conhecimento do terreno com possível participação em actividades, conservando e preservando a região, de modo a garantir uma boa qualidade ambiental. No entender dos entrevistados, o desenvolvimento socio-económico que a actividade turística pode dinamizar será visível através da criação da restauração e alojamento, da possibilidade de comercialização de produtos regionais, pela criação de emprego e pela possibilidade da criação e/ou melhoramento de determinadas infra-estruturas passíveis de utilização pelos locais e que, assim, vejam melhorada a sua qualidade de vida. A caça destaca-se como actividade muito relevante, sendo vista como aquela que potencia um conjunto de serviços que mais valias traz à região do PNVG.

Relativamente às actividades turísticas que melhor se adequam a esta região destacam-se a caça, o BTT, os percursos pedestres, os passeios de barco e a canoagem e também os passeios de bicicleta. Existe, contudo, alguma contradição face a determinadas actividades que certas entidades referenciam como relevantes e passíveis de se desenvolver. São nomeadamente a observação de aves (turismo ornitológico) e às actividades mais radicais como o slide e o rappel, de acordo com a opinião técnica referida pelos responsáveis do PNVG.

Quase todas as entidades são unânimes em referir que existem atractivos nesta região que motivam a visita de turistas. No entanto, referem que, e relativamente às infra-estruturas existentes para recepção aos turistas, ainda há muito trabalho a realizar referindo alguns pontos críticos como sejam a necessidade da criação de um parque de campismo (para complementar a tipo de alojamento oferecido), a deficiente sinalização turística existente, a falta de guias turísticos, a falta de condições básicas em algumas localidades que desviam a atenção dos investidores e a necessidade de desassoreamento do rio Guadiana a fim de permitir a navegabilidade até ao Pomarão e a Mértola, definido por alguns como a "auto-estrada turística de Mértola".

4.2.2. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes

4.2.2.1. Análise descritiva

A análise incidiu sobre 500 inquéritos válidos.

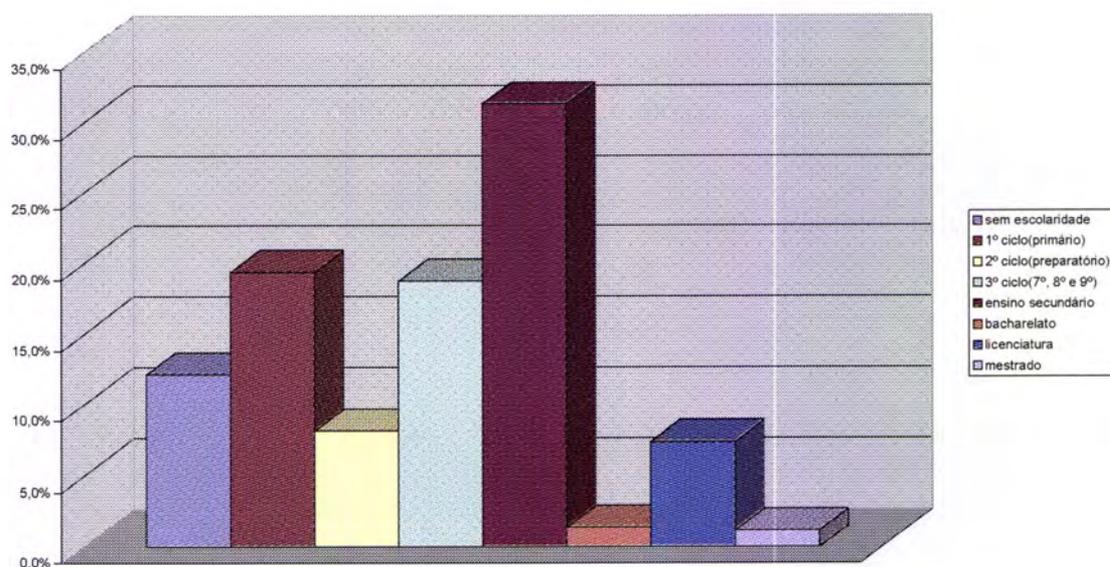
Os resultados obtidos foram:

1. Caracterização do perfil do turista que visita o município de Beja:

Características socio-económicas

- a) Sexo: A amostra apresentou um maior número de indivíduos do sexo feminino (51,8%) do que do sexo masculino (48,2%);
- b) Idade: o grupo etário dos 25-44 anos apresentou a maior representatividade (28,8%), logo seguido pelo dos 45-64 anos com (27,6%);
- c) Estado civil: os indivíduos casados constituíram a grande maioria dos inquiridos (48,4%);
- d) Grau de escolaridade: O grau de escolaridade que mais indivíduos afirmaram possuir foi o ensino secundário (31,4%). Contudo, também muitos afirmaram ter apenas o 1º ciclo(19,4%) e o 3º ciclo (18,8%) (Gráfico 4.2);

Gráfico 4.2. Grau de Escolaridade



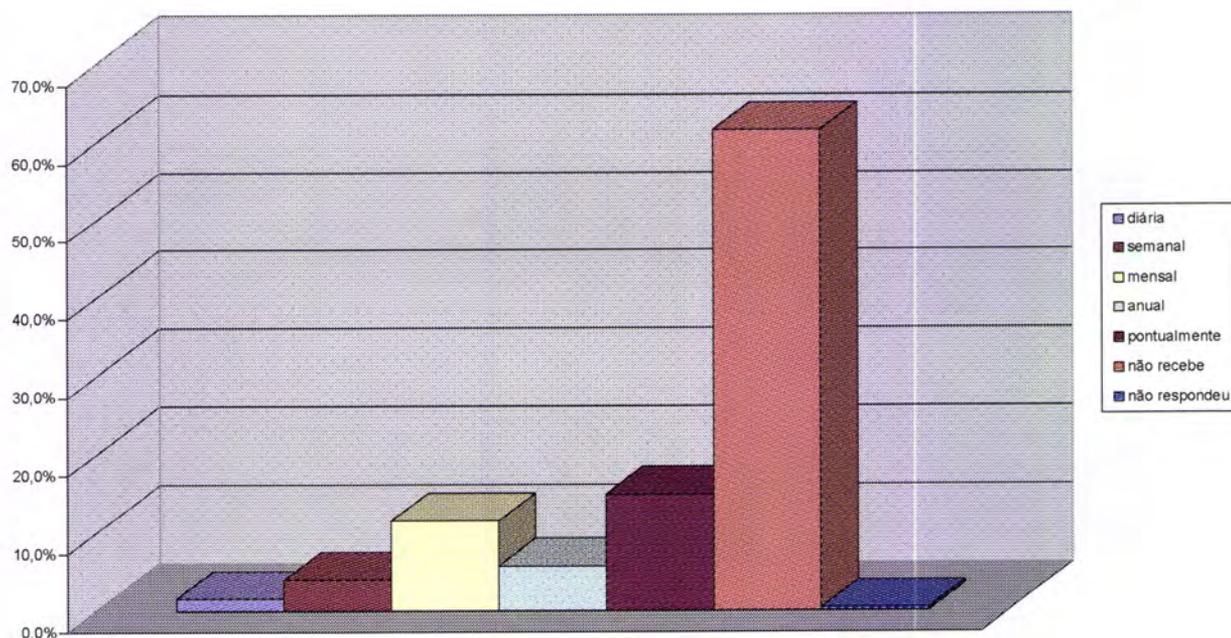
- e) Situação profissional actual: O grupo com maior representatividade foi o de "reformado/a" com (22,0%), o de "estudante" (18,8%) e o "trabalhador por conta própria" (17,2);

- f) Rendimento do agregado familiar: o maior número de respondentes afirmou ter um rendimento ao nível do agregado familiar até 900 euros (59,2%), sendo que praticamente todo o resto da população se situa no escalão seguinte de 901 a 2000 euros (31,8%);

Satisfação pela residência no PNVG

- g) Conhecimento dos objectivos da criação/gestão do PNVG: mais de metade dos inquiridos não conhece os objectivos da criação/gestão do parque natural (51,0%);
- h) Recepção/acesso a informações relativas à gestão/actividades realizadas: a maioria dos inquiridos não recebe/tem acesso a qualquer informação relativa ao parque natural (61,6%). Alguns recebem informação de forma pontual (15%) e mensal (11,6%) (Gráfico 4.3.);

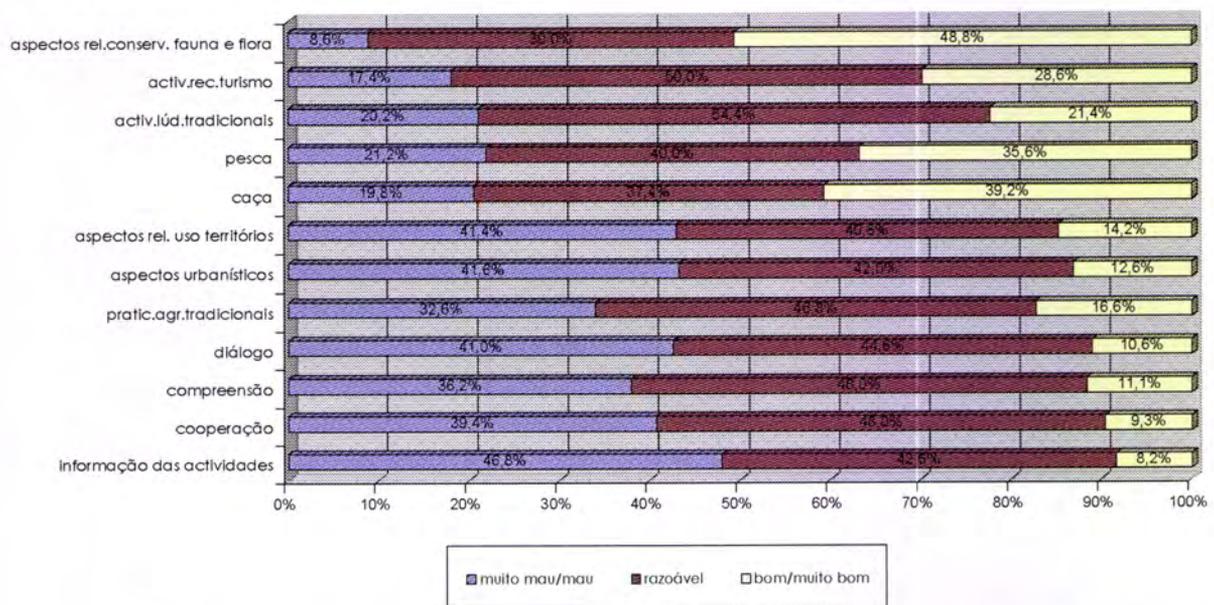
Gráfico 4.3. Recepção/acesso a informações do PNVG



- i) Melhor contributo da população residente para os objectivos de gestão do PNVG: dos itens identificados, destacam-se a "conservação da fauna e da flora" (18,3%), a "defesa do património e da paisagem" (18%) e a "qualidade ambiental" (16,7%);

- j) Relação existente entre o PNVG e as comunidades residentes: de uma forma geral a relação existente assume, na sua maioria, o carácter de *razoável*. Existem contudo alguns itens que se destacam pelo *mau/muito mau*, como sejam a "informação das actividades", os "aspectos relativos ao uso dos solos", e muito próximos desta classificação o "diálogo" e os "aspectos urbanísticos", bem como outros que assumem um factor *bom/muito bom*, donde se destacam as questões que se prendem com a "caça" e "os aspectos relativos à conservação da fauna e da flora" (Gráfico 4.4.);

Gráfico 4.4. Relação existente entre a gestão/administração do PNVG e as comunidades residentes



Tendo-se efectuado nesta questão o Teste de Friedman, pode-se referir que, através da análise dos valores médios obtidos, o item referente aos "Aspectos relativos à conservação da fauna e flora" é o que apresenta maior importância face às respostas globais dos inquiridos.

- k) Avaliação geral da residência numa área protegida: os inquiridos consideram na sua maioria que é "bom" (41,4%) o facto de aí residirem, mas também um grande número de inquiridos apenas considera "razoável" (35%) essa avaliação face ao local de residência;

Desenvolvimento de actividades turísticas no PNVG

- l) Importância do turismo no PNVG: uma grande maioria (88,8%), dos inquiridos reconhecem os eventuais benefícios que a actividade turística pode trazer à região do PNVG;
- m) Áreas de benefício do turismo para as comunidades rurais: as preferências dos inquiridos recaem para duas áreas fundamentais – o "emprego" (30%) e a "melhor qualidade de vida" (23%);
- n) Condições existentes para a recepção de turistas na região: as condições existentes situam-se no âmbito do "razoável" (em média cerca de 45%), para a maior parte dos inquiridos. Salienta-se o valor mais negativo – mau/muito mau - para os "transportes", bem como muito próximo desta valoração os "guias turísticos" e os "acessos", e como valoração mais positiva – bom/muito bom – a "restauração" em particular e logo a seguir o "alojamento" e a "segurança";
A aplicação do Teste de Friedman nesta questão evidencia a atribuição pelos inquiridos de uma maior importância na variável "restauração", logo seguida do "alojamento".
- o) Aspectos caracterizadores da região que podem determinar/aumentar a atractividade turística: os principais três aspectos considerados como factores de atracção da região foram, por ordem de valoração, a "paisagem" (18,09%), o "contacto com a natureza" (16,88%) e a "gastronomia" (15,17%);
- p) Actividades de carácter turístico cuja implementação mais se adequa a esta região: de uma forma geral todas as actividades apresentadas assumem uma aceitação por parte dos inquiridos com uma razoabilidade na ordem dos 36,6%. No entanto, as consideradas menos adequadas foram o "mergulho", o "tiro com arco" e o "balonismo". Dentro das mais evidenciadas destacam-se, por ordem de preferência, a "canoagem", os "passeios a pé", a "caça", a "pesca", a "observação de aves", os "passeios de barco", a "observação de flores silvestres", os "passeios de bicicleta", a "btt" e as expedições fotográficas. Logo a seguir às dez mais adequadas estão os "jogos tradicionais", a "asa delta/parapente" e os "acampamentos (Gráfico 4.5.).
O Teste de Friedman aplicado a esta questão, evidenciou que os residentes atribuíram uma maior importância às variáveis "Caça", logo seguida da "Pesca" e dos "Passeios de Barco".
- q) Disponibilidade para colaborar nas actividades turísticas: a maior percentagem dos inquiridos (43%) optou pela colaboração voluntária e desinteressada nas

actividades turísticas passíveis de ocorrer no PNVG. Contudo, um grande número de pessoas mostrou-se contra a participação nessas actividades (33,6%), e algumas delas apenas se poderão disponibilizar caso venham a ter um qualquer benefício associado (23,2%) (Gráfico 4.6.).

Gráfico 4.5. Actividades de carácter turístico que melhor se adaptam à região do PNVG

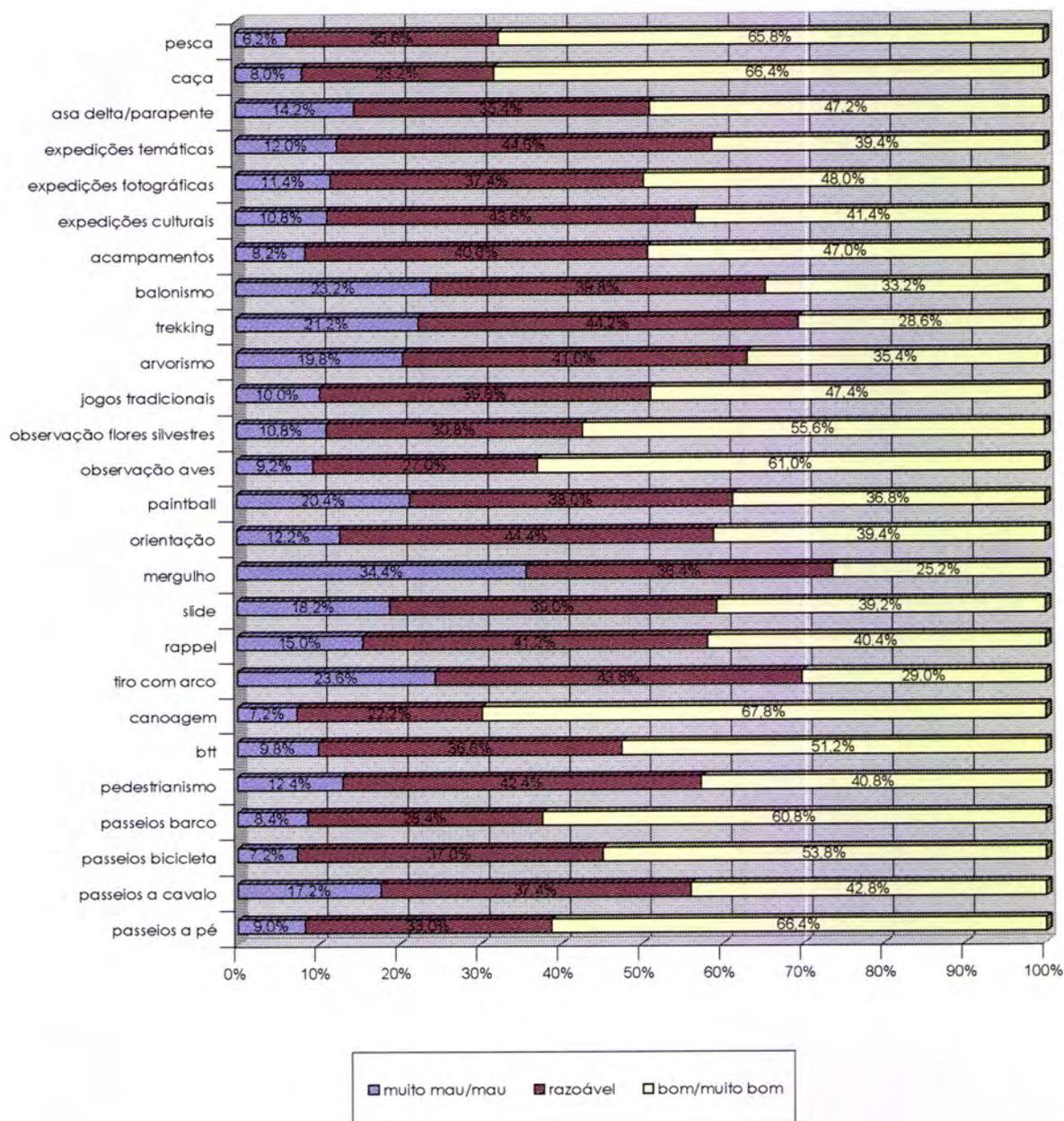
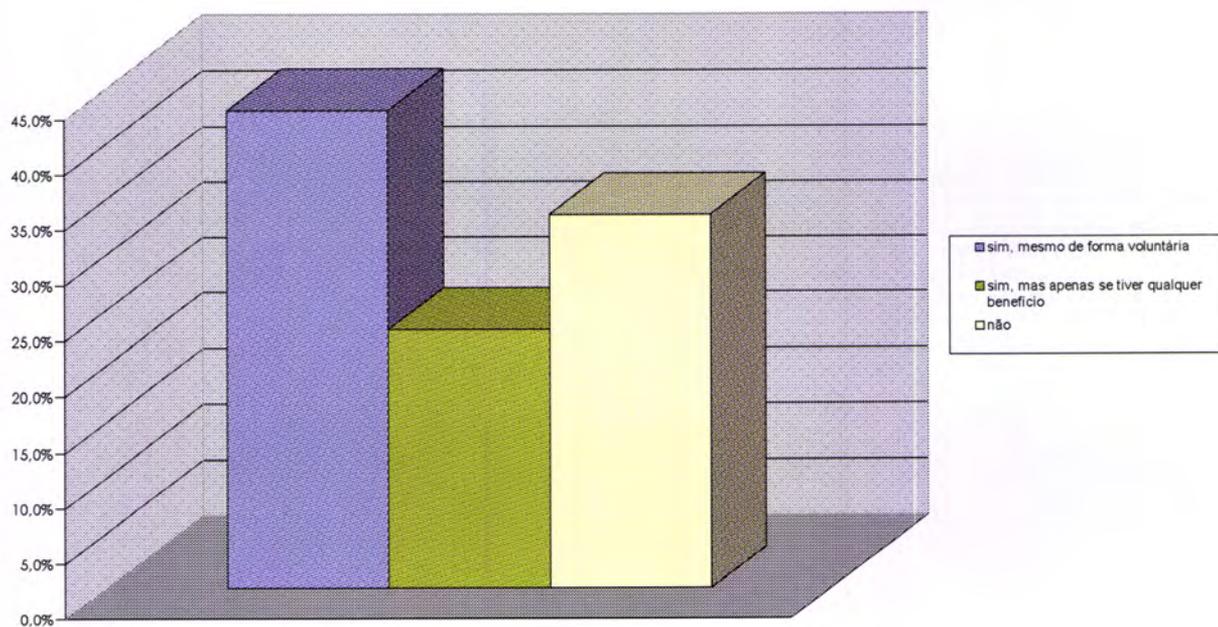


Gráfico 4.6. Disponibilidade de participação em actividades turísticas na região do PNVG



4.2.2.2. Análise das hipóteses de trabalho

- **a disponibilidade na participação das actividades turísticas no PNVG está associada ao escalão etário da população residente**

Para testar esta hipótese cruzaram-se duas variáveis criando-se uma tabela de contingência cujos valores observados se apresentam na Tabela 4.1. . Apresenta-se igualmente resultado do teste do Qui-Quadrado na Tabela 4.2. .

Tabela 4.1. Tabela de contingência "disponibilidade/idade"

Variáveis		Idade				
Disponibilidade		15-24 anos	25-44 anos	45-64 anos	mais de 65 anos	TOTAL
Sim, mesmo de forma voluntária		61 12,2%	82 16,4%	54 10,8%	18 3,6%	215 43,1%
Sim, mas apenas se tiver qualquer benefício		31 6,2%	34 6,8%	28 5,6%	23 4,6%	116 23,2%
não		31 6,2%	28 5,6%	55 11,0%	54 10,8%	168 33,7%
TOTAL	N	123	144	137	95	499
	%total	24,6%	28,9%	27,5%	19,0%	100%

Tabela 4.2. Teste do Qui-Quadrado

Variáveis	Valor	Graus de liberdade	Significância
Disponibilidade/Idade	49,749	6	,000

Verifica-se, pois, que esta associação é estatisticamente significativa, já que a significância do Teste de Qui-Quadrado é $p=0,000$. Da observação e análise da tabela de contingência, verificou-se que as pessoas cuja idade se situa entre os "15-24" e "25-44", constituem o conjunto cuja disponibilidade é manifestada de forma absolutamente voluntária. O escalão etário "mais de 65 anos" representam aqueles que não pretendem de modo algum participar nas actividades turísticas. Outro aspecto a evidenciar é a divisão do escalão etário "45-64", cuja disponibilidade parece dividir-se entre a participação de forma voluntária e a não participação.

- **a disponibilidade na participação das actividades turísticas no PNVG está associada à profissão da população residente**

Para testar esta hipótese cruzaram-se, novamente, duas variáveis criando-se uma tabela de contingência cujos valores observados se apresentam na Tabela 4.3.. Apresenta-se igualmente resultado do teste do Qui-Quadrado na Tabela 4.4..

Tabela 4.3. Tabela de contingência "disponibilidade/profissão"

Variáveis		Profissão								TOTAL	
Disponibilidade		Trabalhador por conta própria	Quadro superior público ou privado	Quadro técnico adm.nistração pública/privada	Trabalhador qualificado	Reformado/a	Doméstico/a	Estudante	Desempregado/a	Outro	TOTAL
Sim, mesmo de forma voluntária		35	20	30	18	31	9	44	13	13	213
		7,0%	4,0%	6,0%	3,6%	6,2%	1,8%	8,9%	2,6%	2,6%	42,9%
Sim, mas apenas se tiver qualquer benefício		22	6	11	3	25	6	25	10	8	116
		4,4%	1,2%	2,2%	0,6%	5,0%	1,2%	5,0%	2,0%	1,6%	23,3%
Não		29	12	9	6	54	6	25	7	20	168
		5,8%	2,4%	1,8%	1,2%	10,9%	1,2%	5,0%	1,4%	4,0%	33,8%
TOTAL	N	86	38	50	27	110	21	94	30	41	497
	%total	17,3%	7,6%	10,1%	5,4%	22,1%	4,2%	18,9%	6,0%	8,2%	100%

Tabela 4.4. Teste do Qui-Quadrado

Variáveis	Valor	Graus de liberdade	Significância
Disponibilidade/Profissão	37,850	16	,002

Verifica-se, pois, que esta associação é estatisticamente significativa, já que a significância do Teste de Qui-Quadrado é $p=0.002$. Os "estudantes" e os "trabalhadores por conta própria", são aqueles que mais se destacam para a participação voluntária em actividades de âmbito turístico. Como seria de esperar, os "reformados", constituem o grupo que evidencia uma maior aversão à participação em actividades. No entanto, parece existir alguns potenciais interessados em participar e até obter alguns lucros com isso.

- **O grau de escolaridade e o nível da avaliação efectuada pelos residentes estão positivamente associados**

Para testar esta hipótese cruzaram-se, novamente, duas variáveis criando-se uma tabela de correlação cujos valores observados se apresentam na Tabela 4.5..

Tabela 4.5. Teste de correlação "grau/avaliação"

Spearman's rho	grau	Coeficiente de Correlação	1,000	,209
		Significância	.	,000
		N	500	500
	avalia	Coeficiente de Correlação	,209	1,000
		Significância	,000	.
		N	500	500

A correlação mede o grau de associação entre duas variáveis. No caso concreto, o valor do coeficiente rho Spearman's é de 0,209 que nos indica haver uma correlação positiva entre as variáveis "grau de escolaridade e "avaliação pela residência no PNVG". O facto de ambas serem positivas permite-nos dizer que o aumento de uma implica o aumento da outra. Nesse sentido pode referir-se que com o aumento do grau de escolaridade aumenta também a avaliação que é dada a propósito da residência no PNVG.

Da análise conjunta das duas tabelas de contingência parece, assim, poder referir-se que a participação nas actividades turísticas recai tendencialmente na população cujas idades se situam até aos 44 anos, privilegiando os estudantes e os trabalhadores por conta própria, sendo estes os principais alvo a contactar caso os operadores e agentes turísticos queiram implementar quaisquer actividades nesta região. Por outro lado, leva a crer que à "formação" dos residentes está associada uma maior sensibilização e consciência da importância do património natural e sua conservação, considerada como uma mais valia para a residência numa área protegida.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Actualmente vive-se uma época em que é determinante a relação de interacção e interdependência que o Homem estabelece com o ambiente e o espaço envolvente. Por isso, as questões relacionadas com os recursos naturais e sua conservação e o respeito pelo ambiente surgem como um meio para atingir o desenvolvimento equilibrado e sustentável das regiões.

O uso abusivo e de sobre exploração dos recursos naturais ultrapassou a capacidade que a própria natureza tinha para os repor. Não está em causa o avanço tecnológico e o progresso visto como uma forma de desenvolvimento das comunidades, mas sim a forma como essas acções foram, muitas vezes, desencadeadas sem qualquer respeito pela natureza e sem medir as consequências futuras, nomeadamente, quando afecta a própria sobrevivência do Homem.

Em Portugal, a existência de um estado autoritário que durou cerca de cinquenta anos, não beneficiou uma política activa na defesa dos recursos naturais. Isto determinou que as poucas organizações de defesa do ambiente não tivessem um papel verdadeiramente eficaz. Aliado a este facto, o analfabetismo da população era tal que tomava inactivas quaisquer manifestações e mobilizações para causas públicas. Posteriormente, a influência externa e o processo de democratização do país levou a uma maior abertura para os problemas ambientais, tendo para isso sido determinante o contacto com instituições de âmbito internacional nessa área. Destaca-se aqui o contributo dado pelos biólogos, sociólogos, agrónomos, geógrafos, entre outros, para a compreensão dos fenómenos relacionados com o ambiente e as suas implicações com os modos de vida das populações.

Como resposta ao problema colocado no início deste trabalho, ou seja, à questão de saber se a aposta na prática de actividade turística contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável numa área protegida, procurou-se provar que é, de todo, imprescindível. A competitividade dos territórios e das regiões é o único caminho para a sua adequação à nova realidade e a perpetuação de um *status quo* na esperança de que algo exterior resolva o impasse, é apenas a certeza da sua exclusão. Há, por isso, que adoptar uma perspectiva activa, tendo em consideração os factores inerentes a uma área sensível, constituída por uma diversidade de recursos naturais, humanos, económicos, sociais, culturais, mas onde cada território deverá procurar conhecer quais as suas potencialidades para se poder especializar e criar uma identificação, permitindo-lhe criar condições para um desenvolvimento à sua medida com vista à sustentabilidade.

A actividade turística revela-se enquanto uma possibilidade de obter mais valias para as regiões, quer pelo incremento comercial que pode gerar, quer pela possibilidade de criação

de infra-estruturas que melhorem o nível de vida das comunidades residentes. O turismo estabelece uma relação muito próxima com o território, pois apodera-se do espaço, atribuindo-lhe um dado valor de uso, e transforma-o, conferindo-lhe um valor de troca. Pode, nesse processo, pôr em causa a qualidade ambiental e social das populações de acolhimento. Por isso, é tão importante planear o desenvolvimento do turismo já que só por esta via é possível ordenar as acções do Homem sobre o território e, ao mesmo tempo, direccionar a construção adequada de equipamentos e de facilidades e evitar ou minimizar os efeitos negativos que poderiam advir para os recursos, como seria o caso da sua destruição ou a diminuição da sua capacidade de atracção.

O turismo numa área protegida tem a ver não só com a administração/gestão dessa mesma área, mas também com os municípios, enquanto organismos do poder público (a quem cabe a responsabilidade de dar início ao processo de planeamento do turismo), ao movimento associativo nessa região, até ao residente individual (através da sua disponibilidade, participação, simpatia, etc). O desenvolvimento do turismo está intimamente relacionado com problemas urbanos, mas também com problemas rurais, e dado que ocorre num determinado espaço físico, o ordenamento territorial do mesmo é condição fundamental. Sumariamente, os objectivos deste ordenamento devem passar pela valorização máxima dos atractivos turísticos, pela defesa da paisagem e pela conservação e integração das características particulares das zonas onde se produz o fenómeno turístico.

As comunidades autóctones deverão passar por um processo de formação que lhes permita a sua adaptação a esta nova alternativa de desenvolvimento, sem que para isso tenham que perder a sua identidade cultural. Esse facto vai permitir a permanência dos seus jovens na «terra», e até entusiasmar alguns dos habitantes que até agora não se sentiam atraídos pela participação de projectos comunitários, redefinindo o seu contributo e papel social. Essa formação deverá ser feita no local a que se destina as acções de (eco)turismo sob pena da não participação efectiva da população face a determinadas restrições como sejam, de distância, financeira, entre outras. As autarquias, Juntas de freguesia, Associações de Desenvolvimento Local, e outras Empresas/Instituições deverão fazer todos os esforços conjuntos para que possa disponibilizar aos responsáveis pela formação, todas as infra-estruturas necessárias para o efeito.

No entanto não é apenas a comunidade que precisa de estar preparada, o (eco)turista também necessita de ser educado, face à necessidade de proteger e conservar os locais que visita. Para isso, o poder público terá que fazer o seu papel de sensibilização ambiental, através dos meios que lhe compete conforme o poder que o seu papel atribuído pela sociedade lhe confere.

A fim de conseguir dar resposta a estes propósitos, implícitos nos objectivos específicos que foram delineados para a realização deste trabalho, foram realizadas diversas actividades, planeadas e ordenadas. A revisão bibliográfica efectuada procurou, nomeadamente, aprofundar o conhecimento e o "estado da arte" ao nível da relação existente entre as temáticas – homem e o ambiente, conservação dos recursos naturais e turismo; as pesquisas secundária e primária realizadas foram determinantes para a realização do diagnóstico da situação actual do turismo na Região do Parque Natural do Vale do Guadiana.

Face ao resultado do inquérito por questionário aplicado, pode-se referir que os residentes no Parque Natural do Vale do Guadiana são, essencialmente, constituídos na sua maioria por pessoas de meia idade, casados, que apresentam um nível de escolaridade médio, com rendimentos médio/baixos (tendo por base o ordenado mínimo em Portugal) onde existe um número considerável cuja situação profissional se situa na condição de reformados. Apesar disso, existe também entre os inquiridos, um número aceitável de jovens estudantes e de profissionais por conta própria. Uma das lacunas identificadas foi o facto da maioria dos residentes não conhecer os objectivos da criação do parque natural nem receber quaisquer informações relativas às actividades desenvolvidas no mesmo. Se, por um lado, a primeira questão pode evidenciar uma falta de interesse por parte dos residentes, a segunda questão revela-se preocupante na medida em que não favorece, de modo algum, o desejo de um maior conhecimento e relativamente à gestão do mesmo. A grande maioria dos inquiridos considera bom o facto de residir nesta área. Contudo, existem alguns aspectos críticos relacionados, essencialmente, com o uso do solo e os urbanísticos que não são vistos com bons olhos. A actividade turística é vista, pela maioria, como benéfica para a região do parque, potenciando eventuais empregos e melhor qualidade de vida. Já a região é considerada como tendo razoáveis condições para a recepção de turistas, destacando-se como elementos de atracção principais, a paisagem, o contacto com a natureza e a gastronomia. A percepção dos residentes quanto às actividades turísticas mais adequadas à região, leva-os a evidenciar, a "canoagem", os "passeios a pé", a "caça", a "pesca", a "observação de aves", os "passeios de barco", a "observação de flores silvestres", os "passeios de bicicleta", o "btt" e as "expedições fotográficas", sendo que a maioria dos inquiridos se disponibiliza de forma voluntária para participar nas actividades turísticas.

Entendeu-se também realizar entrevistas a entidades públicas e privadas, locais e regionais, por forma a aferir a opinião e a envolver a comunidade neste trabalho. Constatou-se que existe uma percepção geral a propósito do benefício que o turismo pode trazer à região, donde ressalta a necessidade de um bom relacionamento com a administração/gestão do PNVG, no sentido de se poderem desenvolver acções conjuntas que possibilitem uma mais valia para a região. Consideram também estas entidades existirem algumas falhas ao nível das

infra-estruturas que possam potenciar esse desenvolvimento na região e que passam pela melhoria da sinalização existente, das condições básicas em algumas localidades, que em nada favorecem o investimento nessa área, bem como questões que se prendem com a navegabilidade do rio Guadiana.

Assim, o trabalho realizado procurou, nomeadamente, identificar os constrangimentos existentes ao nível do desenvolvimento da actividade turística no PNVG com base na informação recolhida para, de seguida, identificar quais os aspectos cuja resolução seria prioritária. Considera-se que este trabalho pode vir a constituir um instrumento útil e válido enquanto apoio à decisão, em particular aos responsáveis pela definição das actividades turísticas, à administração do Parque e às Câmaras Municipais que integram a região em estudo.

Entende-se que só depois destes problemas estarem resolvidos ou a caminho de o serem, se poderá, de forma sustentada, dizer que o Parque Natural do Vale do Guadiana está "preparado para atrair e receber devidamente os turistas".

Nesse sentido, propõem-se algumas acções que poderão ser decisivas para o incremento de um projecto (eco)turístico, que possibilitem o desenvolvimento de uma região economicamente frágil, envelhecida e desertificada em recursos humanos. Salientam-se:

- A necessidade de uma inventariação de recursos total – no sentido de avaliar de forma objectiva quais os recursos que podem constituir uma mais valia turística. Além disso, o uso das novas tecnologias, como a determinação de coordenadas para gps, poderão, futuramente, facilitar os turistas a encontrar o local desejado com mais facilidade;
- a criação de um local de entrada para o PNVG (no terreno)- onde os turistas tivessem a oportunidade de se dirigir e aí iniciar os seus percursos. Possibilitaria um controle da procura, uma dinamização ao nível da comercialização de determinados produtos e aluguer de equipamentos, bem como a aplicação de taxas inerentes à visitaçao do parque. A existência actual de umas instalações no meio da vila de Mértola, num local de difícil acesso não permite nem viabiliza o contacto frequente com os interessados;
- melhoria da sinalização referente ao PNVG;
- criação de circuitos turísticos adequados às actividades preponderantes a executar nessa região - os "passeios a pé", a "observação de flora", os "passeios de bicicleta", o "btt" e as expedições fotográficas (em parceria com as entidades locais ou empresas de animação turística);
- formação de guias de natureza - havendo um curso disponível que pudesse abarcar origens "académicas" variadas, e que conduzisse a uma certificação. Estes cursos teriam que ter sempre três componentes: linguística, turismo (recepção e motivação de grupos, primeiros socorros, legislação, direitos e deveres...) e interpretação e

conservação da natureza. A certificação deveria ser feita a nível nacional, mas obrigar também a uma credenciação por área protegida, de forma a evitar termos guias de natureza que são especialistas em flora de uma área protegida, estarem a fazer visitação de grupos noutra área protegida com valências e interesses diferentes;

- acções de sensibilização da população/realização de um boletim informativo mensal – permitia o esclarecimento de dúvidas e questões relacionadas com o PNVG por parte da população residente, melhorando o seu relacionamento. A criação do Boletim Informativo poderia constituir uma forma de difusão de informação importante. Poderia ser enviado para as Juntas de Freguesia através de correio electrónico, para consulta pública dos residentes e, posteriormente enviado para todos os interessados que possuam e-mail. Este boletim deveria conter de alguma forma, a participação das comunidades residentes;
- permitir a alteração da legislação do turismo de natureza, nomeadamente no aproveitamento de outro tipo de instalações (armazéns agrícolas e outros) para o ecoturismo que, de outra forma, apenas contribuem para a degradação da paisagem e da biodiversidade existente, na exigência do recurso às energias alternativas e na possibilidade de construções em madeira, do tipo eco-resorts;
- criação de linhas específicas para o financiamento deste tipo de projectos, com o mínimo de custos para os empresários, no sentido de incentivar, a médio/longo prazo a criação de infra-estruturas adequadas nos parques naturais;
- desburocratização do sistema, essencialmente no que diz respeito à necessidade de avaliação destes projectos por diversas entidades, tornando a sua aprovação morosa relativamente à criação dos mesmos;
- celeridade na aprovação dos projectos nos municípios das regiões envolvidas;
- integração de estudos turísticos nos Planos Directores Municipais – facilitaria a gestão do município relativamente à estratégia a adoptar para esta área e por outro lado, a integração com todos os espaços existentes no concelho, como pode ser exemplo uma área protegida;
- criação de uma marca comercial orientada para os produtos tradicionais de qualidade da região;
- criação de uma imagem comercial da região tendo por base a genuinidade dos produtos tradicionais, os elementos naturais e o património histórico;
- criação de um FUNDO, com base nas actividades turísticas e da comercialização dos produtos para os turistas - que permita ajudar as populações nas suas vulnerabilidades, nomeadamente nas questões da pobreza, saúde, formação da população, entre outros (poderia ser feita através de um entidade regional ou a criar);

- melhoria da qualidade do serviço prestado ao nível da restauração e hotelaria;
- criação de uma empresa de animação turística de carácter regional para dinamizar as acções inerentes ao PNVG;
- criação de lojas "tipo gourmet", onde os turistas poderiam conhecer e adquirir os produtos regionais existentes;
- dinamização das águas termais existentes nesta região – poderá constituir uma fonte de rendimentos complementares e atrair novos segmentos de turistas a esta região;
- criação de uma central de reservas – permitia superar os esforços financeiros relativa à promoção da oferta, agregava a oferta existente na região (restauração, hotelaria, actividades, produtos tradicionais), facilitando a sua comercialização e imagem. Promovia o encontro e a troca de experiências entre os vários proprietários (onde grande parte deles não se conhecem uns aos outros), permitindo uma melhoria nas relações interpessoais.

Entende-se que a realização de algumas destas acções não é, de todo, facilmente concretizável. Uma das dificuldades inerentes à área deste parque natural é o facto de que praticamente toda a área ser de foro privado. No entanto, caso se entenda o turismo como um meio de desenvolvimento sustentável de uma região é necessário trabalhar em parceria no sentido de ultrapassar esses constrangimentos.

Na realização deste trabalho colocaram-se também algumas dificuldades que, apesar de se procurarem ultrapassar, constituíram limitações ao mesmo. Destaca-se a informação desagregada disponível sobre a área do PNVG e, em particular, sobre as freguesias que o integram; constatou-se existir a necessidade de confirmar, o que aliás, já se vinha a suspeitar, que o nível de desenvolvimento turístico do PNVG é verdadeiramente incipiente e que existem fortes constrangimentos ao nível da organização da oferta e da concepção do produto turístico. Por tal, importava, numa primeira fase, desenvolver um estudo mais exploratório, que tivesse em conta a opinião de quem aí reside, e que pudesse vir a constituir a base para desenvolvimentos futuros.

Existe pois, ainda, um longo caminho a percorrer por forma a que o turismo possa contribuir, efectivamente, para os objectivos desejados e que anteriormente foram, por diversas vezes referenciados. O uso dos territórios é desejado, é fonte de desenvolvimento, mas deve ter-se em melhor conta a condição humana, porque sem as pessoas, e atendendo à realidade das nossas áreas protegidas, os territórios deixam de se constituir como verdadeiros atractivos, visto que não temos dimensão nem valores que possibilitem e atraiam visitantes de outros países, como sejam exemplos o *Grand Canyon* ou as *Cataratas do Niágara*, conhecidos e admirados mundialmente. Por outro lado as paisagens existentes são antropogénicas e o

desaparecimento do homem irá certamente afectar a existência de determinadas espécies, até mesmo a sua morte ou migração. A nossa riqueza está muito assente na diversidade cultural dos povos que habitam essas regiões e sem eles, a nossa cultura e o nosso futuro estará, de certo modo, comprometido.

Desta forma um turismo que sirva a defesa dos recursos locais, o respeito pelo ambiente, tenha em conta a opinião dos residentes, cujo modelo de gestão seja adequado à área, melhore a qualidade de vida dos residentes, valorize o património existente e fixador das gerações mais jovens – um turismo inteligente – é desejável, sobretudo em zonas muito fragilizadas em termos económicos e sociais.

Assim e com vista à realização de investigações futuras dando continuidade a este trabalho, propõe-se a realização de um estudo destinado à procura, no sentido de identificar as motivações dos potenciais visitantes na área protegida, para que depois se possam desenvolver produtos turísticos capazes de satisfazer essas motivações, desenvolvendo uma estratégia o mais adequada possível ao Parque Natural do Vale do Guadiana.

Em jeito de reflexão final importa referir que para a Humanidade, a consciência da necessidade de mudança constituiu o passo inicial desta reflexão. Neste momento, só conseguiremos tornar-nos cidadãos do mundo quando não necessitarmos de utilizar palavras como «sustentável» ou prefixos «Eco» ou «Bio» para podermos integrar as nossas ideias de desenvolvimento exactamente pelo facto destes elementos terem já sido completamente absorvidos, assimilados e incorporados nas nossas vivências quotidianas. Desta forma estaremos preparados para viver num mundo melhor.

BIBLIOGRAFIA

- ALAMO, Javier B. (1994). "A percepção da paisagem", **Naturopa**, 75:11.
- ALBAGLI, Sarita (1998). **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília, IBAMA.
- ALMEIDA, João e PINTO, José (1995). **A Investigação nas Ciências Sociais**, Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, Miguel (2006). **Um Planeta Ameaçado: A Ciência Perante o Colapso da Biosfera**, Lisboa: Esfera do Caos Editores, Lda.
- ALTAMIRANO, O. S. e ORTEGA, H. R. (s/d). "Planificación integral en áreas rurales: un desafío para la competitividad de los destinos de ecoturismo". [Acedido em 03-09-2007]. Disponível em http://www.uneptie.org/pc/tourism/ecotourism/wes_portfolio/statmnts/pdfs/sarichie.PDF.
- ALVARES, Daniela F. (s/d). "Metodologias Participativas para la Formación del Capital Social y Desarrollo del Ecoturismo". [Acedido em 03-09-2007]. Disponível em http://www.uneptie.org/pc/tourism/ecotourism/wes_portfolio/statmnts/pdfs/Albrae.pdf.
- AMARAL, Ilídio do (2001). "Acerca da Paisagem: apontamentos para um debate", **Finisterra**, XXXVI, 72:75-81.
- ANDRÉ, João M. (1996). "Homem, natureza e sociedade", **Vértice**, Outubro-Novembro, 74:9-16.
- ANDERSEN, D. L. (1999) "Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas", em Lindberg, K. e Hawkins, D. E., **Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão**, São Paulo: Editora SENAC.
- ANDRESEN, Teresa (2004). "A REN: uma questão de interesse nacional", **Ambiente 21**, Ano II, 16:56-57.
- ARAÚJO, Miguel (s/d). "Conservação da biodiversidade e a Rede Natura 2000 em Portugal", [Acedido em 12-04-2007]. Disponível em <http://www.naturalink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=1858&iLingua=1>.

ARCHER, B. and COOPER, C. (1994) "The Positive and Negative Impacts of Tourism", In: W. Theobald ed.: **Global tourism: The Next Decade**, Oxford: Butterworth-Heinemann, 73-91.

ARIAS, Miguel C. *et al* (1999). **Capacidad de Carga Turística de las Áreas de Uso Público del Monumento Nacional Guayabo**, Costa Rica: WWF Centroamérica.

ART, Henry W. (1998). **Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais**, São Paulo: Companhia Melhoramentos.

ASSOCIAÇÃO DAS REGIÕES DE TURISMO DO ALENTEJO – ARTA (2001). **Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo**. Évora: ARTA.

BAPTISTA, Mário (1990). **O Turismo na economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural**, Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.

BAPTISTA, Mário (1997). **Turismo: competitividade sustentável**, Lisboa/S.Paulo: Verbo.

BAPTISTA, Mário (2003). **Turismo – Gestão Estratégica**, Lisboa/S.Paulo: Verbo.

BARATA, Filipe T. e MASCARENHAS, José M. (2002). **Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega/Valverde**. Évora: Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos da Universidade de Évora.

BARDIN, Laurence (1994). **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70.

BARR, Jane *et al* (s/d). "De los principios a la práctica: Compendio de turismo sustentable *in situ* en América del Norte", [Acedido em 05-10-2007]. Disponível em [http://www.cec.org/files/pdf/ECONOMY/tourism-8-\\$2_ES.pdf](http://www.cec.org/files/pdf/ECONOMY/tourism-8-$2_ES.pdf).

BEBER, Ana M. C. e BARRETO, Margarida (2007). "Los cambios socioculturales y el turismo rural: el caso de una posada familiar", **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol.5 nº1 45-52.

BECKERT, Cristina (coord.) (2001). **Natureza e Ambiente: representações na cultura portuguesa**, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

BECKERT, Cristina (coord.) (2003). **Ética ambiental – uma ética para o futuro**, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

BELISLE, F.J and HOY, D.R. (1980) "The Perceived Impact of Tourism by Residents: A Case Study in Santa Maria, Columbia", **Annals of Tourism Research**, 7(1):83-101

BERNARDO, João M. (1995). **Ecologia das Populações e das Comunidades**, Lisboa: Universidade Aberta.

BERNO, T. (1999) "When a Guest is a Guest. Cook Islanders View Tourism", **Annals of Tourism Research**, 26(3):656-675

BJORK, P. (2000). "Ecotourism from a conceptual perspective, an extended definition of a unique tourism form", **The International Journal of Tourism Research**, 2: 189-202.

BLANGY, S. E NIELSON, T. (1993). "Ecotourism and minimum impact policy", **Annals of Tourism Research**, 20(2):357-360.

BLANGY, Sylvie (2000). **Sustainable Tourism and Natura 2000 – guidelines, initiatives and good practices in Europe**. Environmente DG - European Comission, Société d'Eco-Aménagement, Vol. II.

BOERS, H. e BOSCH, M. (1995). **La Tierra, destino turístico; introducción al turismo y al medio ambiente**, Madrid: SME/Institute for Environmental Communication and Netherlands, Institute of Tourism and Transport Studies.

BONNEFUS, Edouard (1973). **O Homem ou a Natureza?**, Lisboa: Parceria A. M. Pereira Lda.

BOO, Elizabeth (1992). "O Planeamento Ecoturístico para as áreas protegidas", em Lindberg, Kreg e Hawkins, Donald E. (1995). **Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão**, São Paulo: Senac.

BORGES, Marcos M. (2003). "Levantamento do potencial ecoturístico", em Sylvia Mitraud (Org.), **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**, Brasília: WWF-Brasil.

BORREGO, Carlos (1996). "Ambiente e desenvolvimento: uma utopia?", **Vértice**, Outubro-Novembro, 74:67-70.

BORRINI-FEYERABEND, Grazia (2002). "Local Communities and Protected Areas", **Parks**, 12:2. Gland, Switerland, IUCN.

BOYD, Stephen (2007). "Parques Nacionais: vida selvagem e cultura", em Lew, Alan *et tal.* **Compêndio de Turismo**: Lisboa: Instituto Piaget, 527-539.

BRANCO, Murgel S. (1995). "Conflitos conceituais nos estudos sobre o meio ambiente", **Estudos Avançados**, 9, 23:217-233.

BRÁS, José M. (2005). "Interpretação em Áreas Protegidas", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol. II, 2:25-34.

BREDA, Zélia (2004). "Avaliação do potencial de desenvolvimento turístico ao nível local: uma proposta de metodologia aplicada ao concelho de Ílhavo", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol.1, 1:35-42.

BRITO, Brígida R. (2006). "Turismo Ecológico em Contexto Insular : o caso de S. Tomé e Príncipe", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 5:77-94.

BRITO, António J. S. L. (1997). **A Protecção do Ambiente e os Planos Regionais de Ordenamento do Território**. Coimbra: Livraria Almedina.

BRYMAN, Alan e CRAMER, Duncan (1993). **Análise de Dados em Ciências Sociais: introdução às técnicas utilizando o SPSS**. Lisboa: Celta.

BUCKLEY, R. and PANNELL, J. (1990) "Environmental Impacts of Tourism and Recreation in National Parks and Conservation Reserves" **The Journal of Tourism Studies**, 1(1): 24-32

BUDOWSKI, G. (1976). "Tourism and Environmental Conservation: Conflict, Coexistence or Symbiosis?", **Environmental Conservation**, Vol. 3, 1:27-31.

BUREL, F. e BAUDRY, J. (2002). **Ecología del Paisaje. Conceptos, métodos y aplicaciones**, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa

BURNAY, Maria J. (2000). " As áreas protegidas", **Turismo Natureza, Ciclo de Debates 2000 – Livro de Actas**, Lisboa: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, 25-34.

BURNAY, Maria J. (2006). " O Turismo Sustentável e o Turismo de natureza – constrangimentos e oportunidades", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 6:167-179.

BURNS, P. e HOLDEN, A. (1995). **Tourism a New Perspective** : Prentice Hall.

BURKART, A. J. (1974). **Tourism : Past, present and future**, London : Heinemann.

BURTON, T. (1970). **Recreation Research and Planning**, London: George Allen and Unwin Ltd.

BUTTEL, F. H. (1978). "Environmental sociology: a new paradigm", **The American Sociologist**, Vol.13 (Novembro).

BUTTEL, F. H. (1987). "New directions in environmental sociology", **Annual Review of Sociology**, Vol.13:465-488.

BUTTEL, F. H. (1996). "Environmental and Resource Sociology: theoretical issues and opportunity for synthesis", **Rural Sociology**, 61(1):56-76.

BUTLER, R.W. (1978) "The Impact of Recreation on the Life Styles of Rural Communities", **Wiener Geographische Schriften**, 51:187-201

BUTTLER, R. W. (1991). "Tourism, Environment, and Sustainable Development": **Environmental Conservation**, 18,3.

CALDICOT, Júlia e FULLER, Don (2005). **The concept and relevance os ecotourism to Indigenous economic and human development in remote Australian communities**, Coffs Harbour: Center for Entreprise Development and Research.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA - CMM (2004). **Pré-Diagnóstico do Concelho de Mértola – Rede Social**, Mértola: Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Mértola, CMM.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA - CMM (2007a). "Documentos diversos", Mértola: **Gabinete técnico da Câmara Municipal de Mértola**, CMM.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA - CMM (2007b). **Gula de Oferta Turística**, Mértola: CMM.

CARREIRA, Henrique M. (1996). "As Políticas Sociais em Portugal", **A Situação Social em Portugal, 1960-1995**, António Barreto (org.), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 365-498.

CARRAPATO, Carlos (2007). "O Parque Natural do Vale do Guadiana", Beja: **Trabalho de Licenciatura em Biologia e Recursos Naturals**, ESA/IPBeja.

CARRILLO, António M. (1992). "Las Dimensiones Del «Ecoturismo» en Canarias", em Miguel Castroviejo e Júlio Herrero (Orgs.), **Ecoturismo - critérios de desarrollo y casos de manejo**, 45-62, Icona.

CARSON, Rachel (1962). **Silent Spring**, Boston: Houghton Mifflin.

CARVALHO, José F. C. L. (2001). **Manual de Apoio à disciplina de Conservação dos Recursos Naturals e Ambiente**. Beja: Instituto Politécnico de Beja/Escola Superior Agrária.

CARVALHO, Maria DA G. (2002). "Do Rio a Joanesburgo", **Ingenium**, II Série, 70:14-15.

CARY, Francisco C. (1994). "Paisagem e Agricultura", **Paisagem**, Margarida Abreu (coord.), Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 47-65.

CASTAÑER, Margarita e FREGUELL, Rosa M. (1998). "Turismo sostenible en los espacios protegidos. El caso del parque natural de la zona volcánica de la Garrotxa", **Sociedade e Território**, 28:80-87.

CATER, Eriet (1993). "Ecotourism in the third world: problems for sustainable tourism development", **Tourism Management**, 2:107-115.

CATER, Eriet (2007). "Ecoturismo: teoria e prática". em Lew, Alan *et al*, **Compêndio de Turismo**, Lisboa: Instituto Piaget, 541-555.

CATTON Jr, W. R. e Dunlap, R. E. (1978). "Environmental sociology: a new paradigm", **The American Sociologist**, Vol.13:41-49.

CEBALLOS-LASCURAIN, Hector (s/d). "Environmentally-friendly Tourism Facilities in Protected Areas", [Acedido em 03-09-2007]. Disponível em http://www.unep/ie.org/pc/tourism/ecotourism/wes_portfolio/statmnts/pdfs/cemexi.PDF.

CHARTIER, Roger (1988). **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel.

CHELLAN, Noel (s/d). "The social, economic and environmental impacts of ecotourism: case studies of the St. Lucia area and the Northern uKhahlamba-Drakensberg region in KwaZulu-Natal, South Africa". [Acedido em 19-09-2007]. Disponível em www.geography.ukzn.ac.za/seminars/noel_chellan.ppt.

CIBIEN, Catherine (1998). "Biosphere reserves (MAB) – original all-round strategies", **Naturopa**, 87:10.

CNAD (1987). **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa: Meribérica/Liber Editores.

CONFEDERAÇÃO DO TURISMO PORTUGUÊS – (CTP) (2005). **Reinventando o Turismo em Portugal**. Lisboa: CTP.

CONTUMÉLIAS, Ana (2004). "Um quadradinho de verde", **V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção**, Braga: [Acedido em 22-03-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>.

COOPER, Chris et al (2001). **Turismo, princípios e prática**, Porto Alegre: Bookman.

CORDEIRO, Itamar D. (2006). "Contribuição do Turismo para os Parques Nacionais Brasileiros: um estudo de caso do Parque Nacional do Catimbau (Buíque-PE/Brasil)", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 5:113-127.

CORREIA, Teresa P. (2007). "Novas Perspectivas para a Paisagem Rural: o desafio da multifuncionalidade", **Seminário «O Turismo no Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem» - Livro de Resumos**. Évora: Associação das Mulheres Agricultoras de Évora, Universidade de Évora, Naturlink.

COSTA, Carlos (2005). "Turismo e Cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)", **Análise Social**, Vol. XI, 175:279-295.

COSTA, Carlos *et al* (2006). "A escolha do Destino Turístico a Visitar – Motivos da Visita a Áreas Protegidas", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 6:109-123.

COSTA, Felipe A. P. L. (2004). "Dissonâncias conceituais", em **La Insignia** [Acedido em 12-04-2007]. Disponível em http://www.lainsignia.org/2004/abril/ecol_001.htm .

COSTA, Samir M. *et al* (s/d). "As trilhas como unidade de análise ambiental: o caso do Maciço Gericínó-Mendanha (RJ)", **X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. [Acedido em 10-10-2007]. Disponível em <http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo3/3.3/251/251.htm>.

CRAVEIRO, João L. (2000). "A Ecologia Social e a Sociologia do Ambiente: contributos para uma ciência com consciência", **Sociedade Portuguesa: passados recentes-futuros próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra: [Acedido em 01-02-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta042.PDF> .

CRAIK, Jennifer (1995). "Are There Cultural Limits to Tourism? ", **Journal of Sustainable Tourism**, Vol. 3, 2:87-97.

CRESPI, Franco (1997). **Manual de Sociologia da Cultura**. Editorial Estampa.

CROSBY, Arturo (1992). "Experiências en Europa", em Miguel Castroviejo e Júlio Herrero, **Ecoturismo Criterios de Desarrollo y Casos de Manejo**, ICONA, 71-76.

CUNHA, Licínio (2001). **Introdução ao Turismo**, Lisboa-S.Paulo: Editorial Verbo.

DELICADO, Ana (2004). "Recensão da obra de José Rebelo(coord.), *Novas Formas de Mobilização popular*", **Análise Social**, Vol. XXXIX, 172:676-681.

DIAS, Jorge (1986). **Antropologia Cultural**, Maia: Castoliva Editora.

DIAS, Reinaldo (2003a). **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**, São Paulo; Editora Atlas.

DIAS, Reinaldo (2003b). **Sociologia do Turismo**, São Paulo; Editora Atlas.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1994). **Paisagem**. Margarida Abreu (coord.), Lisboa: DGOTDU.

DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO – DGT (1994). **Avaliação do Impacte do Turismo no Ambiente – relatório final**, Lisboa: DGT.

DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO - DGT (2005). "Férias dos Portugueses – 2006", [Acedido em 12-07-2007]. Disponível em <http://www.daturismo.pt/ConhecimentodoSector/OMercado/MercadoAnalise/EstudosDocAnalise/index.htm> .

DORST, Jean (1973). **Antes que a Natureza Morra**. Mário Guimarães Ferri (coord.), São Paulo: Edgard Blücher, Ed. Universidade de São Paulo.

DOWER, Michael (1995). "Europe's landscape and the Bern Convention", **Naturopa**, 77:24-25.

DUNLAP, R. E. e CATTON Jr, W. R. (1979). "Environmental sociology", **Annual Review of Sociology**, 5:243-273.

DUNLAP, R. E. (1993). "From environmental to ecological problems", in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), **Social Problems**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 707-737.

DUNLAP, R. E. e CATTON Jr, W. R. (1994). "Struggling with human exceptionalism: the rise, decline and revitalization of Environment Sociology", **The American Sociologist**, Vol.25:5-30.

DUVIGNEAUD, P. (1980). **La synthèse écologique**. Doin Éditeur.

EAGLES, et al (2001). **Guidelines for Tourism in Parks and Protected Areas of East Asia**, Gland, Switzerland and Cambridge: IUCN.

ECKERSKY, R. (1995). **Environmentalism and political theory**. London, 3 reimp., UCL Press.

EDGEELL, D.L. (1993) "Socio-cultural and Environmental Aspects of International Tourism", In: H.V. van Lier - P.D. Taylor eds.: **New Challenges in Recreation and Tourism Planning**; Elsevier Sciences, Amsterdam, The Netherlands, 213-222 .

EDWARDS, J. and BANKS, M. (1990) "Environment, Tourism and Development", **Tourism Management**, 11(3): 266-267

ELIAS, Mário (s/d). **Subsídios para o Património Histórico e Cultural do Concelho de Mértola**. Mértola: ADPM.

ERICKSON, J. (1991). **Nosso Planeta está morrendo. A extinção das espécies. A biodiversidade.** São Paulo: Makron Books.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE BEJA - ESEB (2006). **Carta Educativa do Concelho de Mértola**, Beja: ESEB.

ESPERNICA, André (1994). "Paisagem e Sustentabilidade", **Paisagem**. Margarida Abreu (coord.), Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 83-96.

FEIO, Mariano (1983). **Les Bas Alentejo et l'Algarve**, Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora.

FENNEL, D. A. (1998). "Ecotourism in Canada", **Annals of Tourism Research**, 25(1):231-234.

FENNELL, D. A. (2002). **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto.

FERNANDES, Catarina (2003). "O ecoturismo enquanto factor de preservação ambiental: a Serra de Monchique", **Relatório de Projecto**, Beja: Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Beja.

FERREIRA, Eduarda (2007). "Parques e reservas naturais agrupados em quatro áreas", [Acedido em 12-04-2007]. Disponível em http://in.sapo.pt/2007/03/24/sociedade_e_vida/parques_e_reservas_naturais_agrupado.html.

FERREIRA, Luiz F. (2004). "Ecoturismo", em Lage, Beatriz Helena Gelas, **Turismo, Hotelaria & Lazer**, São Paulo: Editora Atlas, 71-99.

FERRI, Mário G. (1978). **Dicionário de Ecologia**. Vol. I, São Paulo: Edições Melhoramentos.

FIGUEIRA, Victor (1996). **Relatório de Pós-Graduação em Estudos Portugueses**, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

FIGUEIRA, Victor (2002a). "A Importância do Património na Actividade Turística", Ferreira do Alentejo: **Actas da V Feira Nacional da Água e do Regadio**, 53-57, Associação de Desenvolvimento das Terras do Regadio.

FIGUEIRA, Victor (2002b). "O Turismo no Baixo Alentejo: equilibrar ou desmoronar?", Vila Real: Comunicação efectuada no 1º Congresso de Estudo Rurais, **Colectânea de Comunicações**, Instituto Politécnico de Beja 2000-2001, 415-431.

FIGUEIRA, Victor, PATANITA, Manuel e MONTEIRO, Helena (2003). **Acesso e reflexão sobre o ensino na ESAB**, Beja: Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Beja (policopiado).

FIGUEIREDO, Elisabete e MARTINS, Filomena (1996). "O ambiente no discurso político em Portugal (1976-1995)", **Vértice**, Outubro-Novembro, 74:55-66.

FIGUEIREDO, Elisabete e FIDÉLIS, Teresa (2000). "No Meu Quintal Não I – Análise dos movimentos ambientalistas de raiz popular em Portugal (1974-1994)", **Sociedade Portuguesa: passados recentes-futuros próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra:[Acedido em 01-02-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta037.PDF> .

FIGUEIREDO, Elisabete e FIDÉLIS, Teresa, Ana (2003). "Movimentos Ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 65:151-173.

FIGUEIREDO, Elisabete (2003). "Manual do módulo de Ambiente e Sociedade – Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais", Departamento de Ambiente e Ordenamento – Universidade de Aveiro, [Acedido em 24-03-2007]. Disponível em http://www.ensino.uevora.pt/mpa/6ed/modulo_1/docs/mod_1_6/amb_soc_ef.pdf.

FIGUEIREDO, Elisabete (2004). "Proteger o ambiente em Portugal – de quem, para quem e para quê?", **V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção**, Braga: [Acedido em 22-03-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm> .

FOLCH, R. (1998). **Ambiente, Emoción y ética**, Barcelona: Ariel.

FORTUNA, Carlos (1995). "Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percursos teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 43:11-45.

FRANCO, C. (1995). "Estudo de Comunidades de aves da bacia hidrográfica do rio Guadiana – região de Mértola", Lisboa: **Relatório de Estágio da Licenciatura em Recursos Faunísticos e Ambiente**, FCUL.

FRIEDEL, Henri (1987). **Dicionário de Ecologia e do Meio Ambiente**, Porto: Lello&Irmão Editores.

GARCIA, José Luís e SUBTIL, Filipa (2000). "Conflito social e ambiente – a Ponte Vasco da Gama", **Análise Social**, Vol. XXXIV, 151/152:711-750.

GARCÍA, Álvaro C. (2004). "Claves del Turismo Consciente y Responsable", **Curso de Hostelería Y Medio Ambiente**, Dirección General de Desarrollo Sostenible. [Acedido em 05-10-2007]. Disponível em <http://www.xunta.es/conselle/crnc/gl/CMA04d/CMA04dCursoHostalaria/TurismoConsciente.pdf>.

GAUL, Dirk (2003). "Environmental Impacts of Ecotourism". [Acedido em 19-09-2007]. Disponível em <http://www.fao.org/forestry/foris/pdf/foph/ecotour.pdf>.

GIDDENS, Anthony (2000). **Sociologia**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GILPIN, Alan (1980). **Dicionário de Termos do Ambiente**, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

GOLDBLANT, David (1998). **Teoria Social e Ambiente**, Lisboa: colecção perspectivas ecológicas, Instituto Piaget.

GONÇALVES, Alexandra (2005). "Turismo Cultural, um complemento ao «Sol e Praia»", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol. II, 2:45-60.

GONÇALVES, José Luís da Silva (1998). "Áreas Protegidas - locais privilegiados para a educação ambiental", **Correio da Natureza**, 2:15-17.

GOODWIN, H. (1996). "In pursuit of ecotourism", **Biodiversity and Conservation**, 5(3):277-291.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (1998), Lisboa/Rio de Janeiro: Volume II, Editorial Enciclopédia, Lda.

GUIA TURÍSTICO DO NORTE - GTN (s/d). **Portugal Estradas**. ForWays.

GUIDO, Manuel R. (1999). "Landscape: a natural and cultural heritage", **Naturopa**, 91:15.

GUIVANT, Júlia S. (2002). "Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas", **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19:72-88.

HANNINGAN, John A. (1995). **Sociologia Ambiental – a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget.

HARRISON, Jeremy e KAREN Simpson (2002). "International Agreements and Programmes", **Parks**, 12:3. Gland, Switerland, IUCN.

HAWKINS, Donald E. (1994). "Ecotourism : opportunities for developing countries" In W. Theobald (ed), **Global Tourism - The next decade**, Oxford: Butterworth - Heinemann.

HERCULANO, Selene C. (2000). "Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos", **Revista Mundo e Vida: alternativa em estudos ambientais**, Ano I, 1:45-55, UFF/PGCA-Riocor.

HSU, Chiung-Hsin *et al* (2005). "Marine Eco-tourism and Its Sócio-economic Assessment for Hsiao-Liu-Chiu Island", [Acedido em 08-09-2007]. Disponível em <http://www.fst.sinica.edu.tw/journal/FS32-4-PDF/6.pdf> .

INSKEEP, Edward (1987). "Environmental Planning for Tourism", **Annals of Tourism Research**, Vol. 14, 1:118-135.

INSTITUTO DO AMBIENTE (s/d). "Relatório do Estado do Ambiente 1999 – Convenções e Acordos Internacionais", 339-341. [Acedido em 13-06-2007]. Disponível em <http://www.iambiente.pt/rea99/docs/38Instca.pdf> .

INSTITUTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2002). **Folheto Informativo do Parque Natural do Vale do Guadiana**, Lisboa: ICN - Divisão de Informação e Divulgação.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - ICN (2006). **Rede Natura 2000**. Lisboa: ICN.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE – ICNB (2007). "Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas – sumário executivo", [Acedido em 01-10-2007]. Disponível em http://www.icn.pt/downloads/visitacao_aps/PVC_RNAP_Sum_Executivo.pdf .

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (1991). **Recenseamento Geral da População**, Lisboa: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (2001). **Recenseamento Geral da População**, Lisboa: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004). **Estatísticas de turismo 2002**. INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (2007). **Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006**. Lisboa: INE.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE (2004). "Parques Visão XXI – estratégia e modelo de gestão para os parques naturais", [Acedido em 06-06-2007]. Disponível em http://www.icn.pt/destaques/destaques_anexos/SE200105.pdf.

INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE - IUCN (1994). **Guidelines for Protected Area Management Categories**. UK: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge.

JARDIN, Mireille (1992). "A responsabilidade comum", **Naturopa**, 70:11.

JONGMAN, Rob H. G. (1998). "Why ecological networks? – essencial natural elements", **Naturopa**, 87:4-5.

Jornal Diário do Alentejo (2008), Ano LXXVI, nº1343 (II série) de 18 de Janeiro.

KÁNEPA, Candice y LILIA Núñez (s/d). Sociología ambiental y ambientalismo en Cuba, [Acedido em 24-03-2007]. Disponível em <http://www.una.ac.cr/ambi/revista/77/Kanepa.html>.

KINKER, Sônia (2002). **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**, Campinas: Papirus Editora.

KOUSIS, M. (1999). "Environmental Protest Cases: The City, The Countryside and the Grassroots in Southern Europe", **Mobilization**, Vol.4:2.

KRIPPENDORF, Jost (1989). **Sociologia do Turismo**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

KROEBER, A. L. (1993). **A Natureza da Cultura**, Lisboa: Edições 70.

LAMY, Michel (1996). **As Camadas Ecológicas do Homem**, Lisboa: Instituto Piaget.

LANKFORD, Samuel V. (1994). "Attitudes Toward Tourism and Rural Regional Development", **Journal of Travel Research**, Inverno, 3: 35-43.

LARAIA, Roque B. (1986). **Cultura – um conceito antropológico**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LEACH, Edmund (1992). **Cultura e Comunicação**, Lisboa: Edições 70.

LEFEUVRE, Jean-Claude (1995). "Europe: no future without nature conservation", **Naturopa**, 77:11-12.

LEFEUVRE, Jean-Claude (1998). "Building networks of protected áreas – a necessity for the Europe of tomorrow", **Naturopa**, 87:6.

LEMOS, Francisco S. e BAPTISTA, António M. (1992). "Arqueologia da Paisagem", **Correio da Natureza**, 4º Trimestre, 17:23-28.

LIMA, Aida V. e SCHMIDT, Luísa (1996). "Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades", **Análise Social**, Vol. XXXI, 135:205-227.

LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (1995). **Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão**, São Paulo: Senac.

LOPES, António M. (2000). "Lazeres activos e meio ambiente", **Jornal «A Página»**, Ano 9, 97:32.

LOPES, António S. (2001). **Desenvolvimento Regional**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LUGINBÜHL, Y. (1998). "Les Paysages, projets d'une Europe Plurielle", **Naturopa**, 86:4-5.

MACEDO, Adolfo A. M. (1987). "Aspectos inovadores na criação do PNPG". **1º Congresso de Áreas Protegidas**, 123-126, Lisboa: SNPRCN.

MADER, Ron (2006). "Defining Ecotourism", **Responsible Travel Book**, Bennington: Educacional Travel Community e Sherry Schwarz, 17.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas (2002). **Directrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**, São Paulo: Roca.

MAGALHÃES, R. (1997). "Os Municípios e as Áreas Protegidas", **Seminário Os Municípios e as Áreas Protegidas**, Lisboa: SEMA.

MALINOWSKI, Bronislaw (1968) **Une théorie scientifique de la culture**. Paris : François Maspero.

MANNHEIM, Karl (1974). **Sociologia da Cultura**, São Paulo: Perspectiva, Ed. Da Universidade de São Paulo.

MANSINHO, Maria I. e SCHMIDT, Luísa (1994). "A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico", **Análise Social**, Vol. XXIX, 125/126:441-481.

MARTINS, João F. (2004). "Turismo em ilhas – sustentabilidade e globalização", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol.1, 1:15-20.

MARTINS, Victor (1999). "O Estado do Ambiente em Portugal: Balanço e Perspectivas". **Colóquio "Ambiente, Economia e Sociedade"**, Lisboa: Conselho Económico e Social da Fundação Calouste Gulbenkian.

MATHIESON, A. e WALL, G. (1992). **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**, London: Longman.

MCNEELY, J. A. (org.) (1993). **Parks for Life : Report of the 4th World Congress on National Parks and Protected Areas**. IUCN, Gland, Switzerland.

MEADOWS, D. (ed) (1972). **The limits to growth**, Massachusetts: Riversity Press.

MEDEIROS, Caio P. S. (2000). "A Importância Econômica da Biodiversidade – uma análise social de custo benefício para o Parque Nacional do Superagüi no litoral norte do Estado do Paraná, Brasil". Brasil: **Anais do V Encontro Brasileiro de Ecossistemas**, [Acedido em 08-02-2004]. Disponível em <http://www.superagui.net/biodiv.htm> .

MELA, Alfredo *et al* (2001). **A Sociologia do Ambiente**, Lisboa: Editorial Estampa.

- MELLO, Luiz G. (1987). **Antropologia Cultural**, Petrópolis: Vozes.
- MELO, J. e PIMENTA, C. (1993). **Ecologia**. Lisboa: Difusão Cultural.
- MELO, J. e PIMENTA, C. (2003). **Ecologia e Ambiente**, Lisboa : Difusão Cultural.
- MERTURIS – EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE MÉRTOLA (2007). "Documentos diversos", Mértola: **Gabinete Direcção da Merturis**, MERTURIS.
- MESSERLI, Paul (1993). "Gerir o meio ambiente vulnerável", **Naturopa**, 72:6-7.
- MIDDLETON, Victor T. C. (1998). **Sustainable Tourism: a marketing perspective**, Oxford: Butterworth-Heinemann.
- MILLER, Kenton R. (1997). **Evolução do Conceito de Áreas de Protecção - Oportunidade para o Século XXI**. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Vol. I, 3-21.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE (1997). "Pensar Globalmente ... Agir Localmente". **Comunicação apresentada pelo Secretário de Estado dos Recursos Naturais nas comemorações do Dia da Terra**, (fotocopiado). Lisboa: Secretaria de Estado dos Recursos Naturais, Instituto de Conservação da Natureza.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – MAOT (2002). **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**. Lisboa: MAOT.
- MISIAK, Jerzy (1994). "Um parque nacional às portas da cidade", **Naturopa**, 75:20-21.
- MITRAUD, Sylvia (2003). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**, Brasília: WWF-Brasil.
- MONTEIRO, Ângelo A. Q. (1987). "Áreas Protegidas: Que conceitos ? Que Planos?". **1º Congresso de Áreas Protegidas**, 131-136, Lisboa: SNPRCN.
- MORENO, J. e ALTERI, M. (1994). **Manejo y diseño de sistemas agrícolas sustentables**. Hojas divulgadoras 6-7 HD. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentacion, Instituto Nacional da Reforma y Desarrollo Agrário, Rivadeneyra S.A. – Gestafe.

MORIN, Edgar (1998). **Sociologia**, Mem Martins: Publicações Europa-América.

MOURÃO, Roberto M. F. (2004)(org.) **Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo – Turismo Sustentável**, Rio de Janeiro: Funbio, Instituto Ecobrasil.

MURPHY, Peter E. (1994). "Tourism and Sustainable Development", W. Theobald (ed.) **Global Tourism – the next decade**, Oxford: Butterworth-Heinemann.

MVULA, C. (2001). "Fair trade in tourism to protected areas - A micro case study of wildlife tourism to South Luangwa National Park, Zambia", **The International Journal of Tourism Research**,3(5): 393-405.

NASH, R. (1973). **Wilderness and the American Mind**, New Haven: Revised Edition, Yale University Press.

NAVE, Joaquim G. e FONSECA, Susana (2000). "Acção Colectiva e Participação na Área do Ambiente: Fenomenologia e Mobilização de Recursos das Organizações Não-Governamentais do Ambiente", **Sociedade Portuguesa: passados recentes-futuros próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra: [Acedido em 01-02-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta041.PDF> .

NETO, Paulo A. N. (coord.) (2006). **Território e Desenvolvimento Económico**. Lisboa: Instituto Piaget.

NICKERSON, Norma P. (1996). **Foundations of tourism**, New Jersey: Prentice-Hall.

NUNES, João A. (1998). **A "Ciência dos Recursos Naturais" e a Reconstrução da Economia: zonas de transacção e objectos de fronteira**. Coimbra: Oficina do CES.

ODUM, E. (1997). **Fundamentos de Ecologia**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ODUM, Eugene P. (2001). **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, António P. (2005). **Turismo e Desenvolvimento**, São Paulo: Editora Atlas.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (2003). **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**, Porto Alegre: Bookman.

OVIEDO, G. e BROWN, J. (1999). "Building alliances with indigenous peoples to establish and manage protected areas", em **Partnerships for Protection: New Challenges for Planning and Management for Protected Areas**, 99-108. WWF and IUCN. Earthscan.

OXINABLE, Miguel D. R. (1994). **Ecoturismo – Nuevas formas de turismo en el espacio rural**, Barcelona: Bosch, Casa Editorial.

PAGE, Stephen (1995). **Urban Tourism**: London: Routledge.

PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA (2000). **Aves do Parque Natural do Vale do Guadiana**. PNVG/ICN.

PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA (2001a). "Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana", **Relatório de 22 de Fevereiro de 2001**. PNVG/ICN.

PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA (2001b). "Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana", **Relatório de 20 de Dezembro de 2001**. PNVG/ICN.

PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA (2001c). **Peixes do Parque Natural do Vale do Guadiana**. PNVG/ICN.

PELLEGRINI FILHO, A. (2000). **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo**. São Paulo: Manole.

PENA, António *et al* (1985). **Fauna e Flora de Mértola: uma perspectiva ecológica do concelho**, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola/CMM.

PENA, António (1998). **Região de Turismo Planície Dourada - Roteiro Natural**, Beja: António Pena, Edição.

PESSOA, Fernando (1998). "Os Parques e o Renascimento da Vida Rural", **Correio da Natureza**, 2:18-23.

PIMBERT, Michel (1997). "Issues emerging in implementing the Convention on Biological Diversity". **Journal of International Development**, Vol. 9, 3:415-425.

PINTO, Bruno (s/d). "Reservas Naturais : últimos redutos da Natureza" [Acedido em 12-04-2007]. Disponível em <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=9779>.

PIRES, Paulo S. (2001). "Interfaces ambientais do turismo", Luiz Trigo (Org.), **Turismo, Como Aprender, como ensinar**, São Paulo: Senac, 1: 229-255.

PITÉ, Maria T. R. e AVELAR, Teresa (1996). **Ecologia das Populações e das Comunidades – uma abordagem evolutiva do estudo da biodiversidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PHILIPS, A. (2003). "Turning Ideas on their Head – the New Paradigm for Protected Areas". **The George Wright Forum** 20, 2:8-32.

QUERCUS (1993). **Documentos e Informações Fundamentais sobre a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza**, Viriato Soromenho-Marques (Coord.), Lisboa: Edições Colibri.

QUERCUS (2005). **1985/2005 – 20 anos Quercus**. Helder Spínola (Coord.), Lisboa: Quercus.

RABAÇA, João E. (2007). "Biodiversidade: o grande desafio dos próximos anos", **UE Line – Jornal On-line da Universidade de Évora** [Acedido em 13-06-2007]. Disponível em <http://www.ueline.uevora.pt/newsDetail.asp?channelId=7660D4C3-A594-41AC-B3CD-073A1B8BB9A3&contentId=B0FCB631-EDFF-439B-B748-95C19D4BE272>.

RAMOS, Catarina *et al* (2002). "Colóquio Paisagem". **Finisterra**, XXXVII, 74:193-198.

RAMOS, Francisco M. (1992). "O Turismo, a Economia e a Felicidade: Marvão e a Arqueologia do Desejo", **IBN MARUÁN**, 2:187-196.

RAMOS, Francisco M. (1996). **Textos Antropológicos**, Monsaraz: ADIM.

RAMOS, Francisco M. (2006). **Breviário Alentejano**, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

REIS, Maria C. (s/d) "Biodiversidade – porquê preocuparmo-nos com ela ?" [Acedido em 12-04-2007]. Disponível em <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=2183&ilanguage=1>.

RIBEIRO, Sérgio (1996). "Os efeitos político-ambientais da integração europeia)", **Vértice**, Outubro-Novembro, 74:50-54.

ROBINSON, Mike (1999). "Is cultural tourism on the right track?", **the UNESCO Courier**, July/August, 22-23.

RODRIGUES, Eugénia (1995). **Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal**, Coimbra: CES-FEUC.

RODRIGUES, Maria E. (2000). "Ambientalismo em Portugal: actores e recursos no «caso da incineradora de Estarreja»", **Sociedade Portuguesa: passados recentes-futuros próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra: [Acedido em 01-02-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta045.PDF> .

ROGER, Chartier (1988). **A História Cultural entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL.

ROMERIL, M. (1985). "Tourism and the environment – towards a symbiotic relationship", **Internacional Journal of Environment Studies**, 25:215-218.

RUSCHMANN, Doris (1997). **Turismo e Planeamento Sustentável: a protecção do meio ambiente**, Campinas: Papirus Editora.

SANTOS, Octávio (1996). "Ecos", **Vértice**, Outubro-Novembro, 74:71-73.

SEABRA , Giovanni (2001). **Ecos do turismo – o turismo ecológico em áreas protegidas**, Campinas, SP: Papirus.

SEABRA, Lília (2003). "Monitoramento Participativo do Turismo Desejável", Marinho e Bruhns (org) (2003). **Turismo, lazer e natureza**, São Paulo: Manole.

SERULLE, Haffe (s/d). "El Bosco y Darwin: pioneiros del ecoturismo", em *Ecoturismo y desarrollo sostenible en Republica Dominicana, el Caribe y el mundo*. [Acedido em 28-09-2007]. Disponível em <http://www.kiskeya-alternative.org/publica/fca1/boscodarwin.htm> .

SCHMIDT, Luísa (1999). "Sociologia do ambiente: geneologia de uma dupla emergência", **Análise Social**, Vol. XXXIV, 150:175-210.

SCHMIDT, Luísa (2000). "Recensão da obra de Moura, D., Ferreira, F., Nunes Correia, F., Ribeiro Telles, G. e Soromenho-Marques, V.(moderação e dir. col. José Rebelo), *Ecologia e Ideologia*", **Análise Social**, Vol. XXXIV, 153:1100-1107.

SCHMIDT, Luísa *et al* (2005). **Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – agenda 21 local e novas estratégias ambientais**. Porto: Fronteira do Caos Editores.

SCHMIDT, Luísa e FERREIRA, José G. (2004). "O ambiente na agenda mediática em 2003", **V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção**, Braga: [Acedido em 22-03-2007]. Disponível em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>.

SCHÖNBURG–GLAUCHAU, J. von (1992). "Prazeres da natureza", **Naturopa**, 70:4-5.

SIEBEN, Peter F. (1993). "Utilização racional dos recursos naturais", **Naturopa**, 72:24-25.

SILVA, João A. e SILVA, José A. V. (1995). "Inserção Territorial das Actividades Turísticas em Portugal – uma tipologia de caracterização", Coimbra: **Actas do III Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional**, 1-23.

SILVA, João A. (2004). "A investigação científica e o turismo", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol.1, 1:9-14.

SILVA, João A. e ANDRAZ, Jorge M. (2005). "Elementos de Avaliação Económica dos Principais Destinos Turísticos Portugueses", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol.II, 2:85-96.

SILVA, João A. *et al* (2006). "Para uma Cultura da Qualidade Total no Destino Turístico: Métodos de Diagnóstico e Estratégias de Desenvolvimento", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 5:21-40.

SILVÉRIO, Marta C. C. (2003). **Pesquisa de Marketing**, Évora: Publicações Universidade de Évora, Ciências Económicas e Empresariais nº11.

SIRIKAYA, E. *et al* (1999). "Redefining ecotourism: the need for a supply-side view", **Journal of Travel Research**, 38: 168-172.

SOIFER, Jack (2005). **Empreender turismo e ecoturismo**, Rio de Janeiro:Qualitymark Editora.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1994). **Regressar à Terra**, Lisboa: Fim de Século.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1996a). "A longa marcha da causa ambiental", **Vértice**, 74:39-49.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1996b). "Role of NGOs in Sustainable Development Decision-Making", **Environmental Democracy, Sustainable Development and Agenda 21 – Presentations from a European – U.S. Conference**, Lisbon-Washington D.C.: Luso-American Development Foundation, 47-49.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998a). **O Futuro Frágil: Os Desafios da Crise Global do Ambiente**, Mem Martins: Publicações Europa-América.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998b). "O Papel das Organizações Não Governamentais", **Participação Pública e Planeamento. Prática da Democracia Ambiental**, Lisboa : Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 199:214.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998c). "Ambiente e cultura – a caminho para um novo paradigma?", **Comunicações apresentadas na XII Semana de Estudos dos Açores**, Angra do Heroísmo-Madalena-Ponta Delgada : Instituto Açoriano de Cultura, 73-83.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998d). "O papel das Organizações Não Governamentais", **Participação Pública e Planeamento. Prática da Democracia Ambiental**, Lisboa : Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 199-214.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2001). "Ambientalismo e política em Portugal. Valores e facetas de um arco-íris débil", **Natureza e Ambiente. Representações na Cultura Portuguesa**, Cristina Beckert (coord.), Lisboa : Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 115:128.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2003a). "O associativismo ambiental em Portugal: potencialidades e limites", **Novas Formas de Mobilização Popular**, José Rebelo (coord.), Lisboa : Campo das Letras, 197:207.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2003b). "Globalisation, Risk and Interfentional Environmental Policy". **Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais**, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 4:45-50.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2004). "Conservação da Natureza: balanço e perspectivas", **Ambiente 21**, Ano II, 16:54-55.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2005). **Metamorfoses – entre o colapso e o desenvolvimento sustentável**, Mem Martins: Publicações Europa-América.

STEBBINS, Robert A. (1997). "Identity and Cultural Tourism", **Annals of Tourism Research**, 24:450-452.

SWANSON, Timothy (1997). **Global Action for Biodiversity. Na International Framework for Implementing the Convention on Biological Diversity**. London: Earthscan Publications Ltda, Gland: IUCN.

TELLES, Gonçalo R. (1992). "A conservação das Paisagens Históricas e Rurais", **Correio da Natureza**, 4º Trimestre, 17:52-55.

TELLES, Gonçalo R. (1994). "Paisagem Global", **Paisagem**, Margarida Abreu (coord.), Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 29-45.

TELLES, Gonçalo R. (2006). "O que é a Paisagem ?", **Raízes**, [Acedido em 01-07-2007]. Disponível em <http://raizes.blogs.sapo.pt/4939.html> .

TOLBA, Mostafa K. (1982). **Development without destruction – evolving environmental perceptions**. Dublin: Tycooly International Publishing, Ltd.

TOLVANEN *et al* (2004). "Research on ecological and social sustainability of nature tourism in northern Finland", [Acedido em 07-10-2007]. Disponível em <http://www.metla.fi/julkaisut/workingpapers/2004/mwp002-38.pdf>.

TRIBE, John *et al* (2000). **Environmental Management for Rural Tourism and Recreation**, London and New York: Cassel.

TRONCOSO, Bolívar (1999). Modelo de plan de manejo para el desarrollo del ecoturismo sostenible en áreas de conservación, [Acedido em 28-09-2007]. Disponível em <http://www.kiskeya-alternative.org/publica/bolivar/modelo.htm> .

TUR, António e GÓMEZ, José (2001). **Sociologia Ambiental**. Editorial Universitária.

UMBELINO, Jorge (2004). "Turismo e património – algumas ideias para reflexão", **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Vol.1, 1:21-26.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO (2006). "Datos Esenciales del Turismo – Edición 2006", [Acedido em 12-07-2007]. Disponível em http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/highlights/highlights06_sp_fr.pdf .

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO (2007). **World Tourism Barometer**, UNWTO, Vol. 5:2.

VASCONCELOS, Lia e BAPTISTA, Idalina (eds.)(2002). **Environmental activism in society**, Lisbon: Luso-American Foundation.

VIEIRA, Ana S. C. (2007). "Una aproximación al turismo sostenible", **IX Reunión de Economía Mundial**, Madrid, 1-25.

WARD, Natasha K. (1997). "Ecotourism: Reality or Rhetoric: Ecotourism Development in the state of Quintana Roo, Mexico", [Acedido em 07-10-2007]. Disponível em http://www.unep.itie.org/pc/tourism/ecotourism/wes_portfolio/statmnts/pdfs/Albrae.pdf.

WEARING, Stephen e NIEL, John (2000). **Ecoturismo: Impacto, tendências y posibilidades**. Madrid: Editorial Síntesis.

WIEVIORKA, Michel (2003). "Os movimentos "antimundialização", **Novas Formas de Mobilização Popular**, José Rebelo (coord.), Lisboa : Campo das Letras, 17:38.

WILSON, A. (1992). **The Culture of Nature**, Cambridge, MA: Blackwell.

WOOD, Megan E. (2002). **Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability**. UNEP, TIES.

ZUÑIGA, J. K. e CARRILLO, César A. M. (2006). **Guía Turismo Comunitário**, Bogotá: Fundação Natura, WWF Colômbia.

Legislação:

PORTUGAL. Lei 9/70, de 19 de Junho de 1970. Introduziu na ordem jurídica as noções de parque nacional e reserva. Presidência da República/Assembleia Nacional. **Lex:** Diário do Governo, I Série, de 19 de Junho de 1970.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 187/71, de 08 de Maio de 1971. Cria o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Secretaria de Estado da Agricultura/Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. **Lex:** DR I Série, nº 108, de 08 de Maio de 1971, 657-661.

PORTUGAL. Portaria nº 316/71, de 19 de Junho de 1971. Cria a Comissão Nacional de Ambiente. **Lex:** DG I Série, nº 143, de 19 de Junho de 1971.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 550/75, de 30 de Setembro de 1975. Cria o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Ministério do Equipamento Social e do Ambiente/Secretaria de Estado do Ambiente. **Lex:** DR I Série, nº 226, de 30 de Setembro de 1975, 1507-1516.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 50/80, de 23 de Julho de 1980. Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES). Ministério dos Negócios Estrangeiros/Serviços Jurídicos e de Tratados. **Lex:** DR I Série, nº 168, de 23 de Julho de 1980, 1806-1832.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 103/80, de 11 de Outubro de 1980. Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Conservação das Espécies migradoras pertencentes à Fauna Selvagem (BONA). Ministério dos Negócios Estrangeiros/Direcção-Geral dos Negócios Económicos. **Lex:** DR I Série, nº 236, de 11 de Outubro de 1980, 3265-3323.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 95/81, de 23 de Junho de 1981. Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos "Habitats" Naturais da Europa. Conselho da Europa. **Lex:** DR, nº 167, de 23 de Julho de 1981, 1835-1857.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 49/83, de 31 de Janeiro de 1983. Lei Orgânica do Ministério da Qualidade de Vida. Ministérios da Qualidade de Vida, das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa. **Lex:** DR I Série, nº 25, de 31 de Janeiro de 1983, 275-284.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 321/83, de 05 de Julho de 1983. Cria a Reserva Ecológica Nacional. Ministério da Qualidade de Vida. **Lex:** DR I Série, nº 152 de 05 de Julho de 1983, 2425-2427.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 256/86, de 27 de Agosto de 1986. Estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de turismo no espaço rural, revestindo a forma de "turismo de habitação", ou "agroturismo". Governo. **Lex:** DR I Série , nº 196, de 27 de Agosto de 1986, 220-2222.

PORTUGAL. Lei nº 10/87, de 04 de Abril de 1987. Lei das Associações de Defesa do Ambiente. Assembleia da República. **Lex:** DR I Série, nº 79, de 04 de Abril de 1987, 1370-1371.

PORTUGAL. Lei nº 11/87 de 7 de Abril de 1987. Lei de Bases do Ambiente. Assembleia da República. **Lex:** DR I Série, nº 81, de 7 de Abril de 1987, 1386-1397.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho de 1989. Regime da Reserva Agrícola Nacional. Governo. **Lex:** DR I Série , nº 134, de 14 de Junho de 1989, 2318-2327.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro de 1989. Promove a aplicação da Convenção relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa, redigida em Berna a 19 de Setembro de 1979. Governo. **Lex:** DR I Série , nº 219, de 22 de Setembro de 1989, 4224-4227.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro de 1993. Rede Nacional de Áreas Protegidas. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. **Lex:** DR I Série A , nº 19, de 23 de Janeiro de 1993, 271-277.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 193/93, de 24 de Maio de 1993. Orgânica do Instituto de Conservação da Natureza. Governo. **Lex:** DR I Série A , nº 120, de 24 de Maio de 1993, 2837-2843.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 21/93, de 29 de Junho de 1993. Aprova para ratificação a Convenção sobre Diversidade Biológica, adoptada em 20 de Maio de 1992. Governo. **Lex:** DR I Série A, nº 143, de 29 de Junho de 1993, 3356-3380.

PORTUGAL. Decreto Regulamentar nº 28/95, de 18 de Novembro de 1995. Cria o Parque Natural do Vale do Guadiana. Governo. **Lex:** DR I Série B , nº 267, de 18 de Novembro de 1995, 7111-7113.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96, de 08 de Julho de 1996. Políticas sectoriais nas áreas protegidas. Governo. **Lex:** DR I Série A , nº 156, de 08 de Julho de 1996, 1762-1762.

PORTUGAL. Lei nº 33/96, de 17 de Agosto de 1996. Estabelece as bases da política florestal. Assembleia da República. **Lex:** DR I Série A , nº 190, de 17 de Agosto de 1996, 2568-2572.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 60/97, de 10 de Abril de 1997. Estabelece um Programa de Acções de Intervenção Estruturante no Turismo. Presidência do Conselho de Ministros. **Lex:** DR I Série B, nº 84/87, de 10 de Abril de 1997, 1610-1614.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto de 1997. Aprova a lista nacional de sítios (1ª fase) prevista no artigo 3º do Decreto-Lei nº 226/97, de 27 de Agosto, que transpõe para o direito interno a Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens. Presidência do Conselho de Ministros. **Lex:** DR I Série B de 28 de Agosto de 1997.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 226/97, de 27 de Agosto de 1997. Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens. Ministério do Ambiente. **Lex:** DR I Série A, nº 197, de 27 de Agosto de 1997, 4433-4457.

PORTUGAL. Lei nº 35/98, de 18 de Julho de 1998. Define o Estatuto das Organizações Não Governamentais de Ambiente. Revoga a Lei nº 10/87, de 04 de Abril de 1987 (Lei das Associações de Defesa do Ambiente). Assembleia da República. **Lex:** DR I Série A, nº 164, de 18 de Julho de 1998, 3474-3477.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto de 1998. Cria o Programa Nacional de Turismo da Natureza. Presidência do Conselho de Ministros. **Lex:** DR I Série B , nº 195, de 25 de Agosto de 1998, 4348-4350.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro de 1999. Regula o turismo de natureza. Ministério da Economia. **Lex:** DR I Série A , nº 39, de 16 de Fevereiro de 1999, 805-818.

PORTUGAL. Decreto Regulamentar nº 2/99, de 17 de Fevereiro de 1999. Regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas de natureza. Ministério da Economia. **Lex:** DR I Série B , nº 40, de 17 de Fevereiro de 1999, 827-831.

PORTUGAL. Portaria nº 478/99, de 29 de Junho de 1999. Aprova o Regulamento do Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente. Ministério do Ambiente. **Lex:** DR I Série B, nº 149, de 29 de Junho de 1999, 3983-3987.

PORTUGAL. Despacho nº 16112/99 (2ª série), de 19 de Agosto de 1999. Aprova o Regulamento de Apoio Financeiro às ONGA. Ministério do Ambiente/Secretaria-Geral. **Lex:** DR II Série , nº 193, de 19 de Agosto de 1999, 12342-12242.

PORTUGAL. Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto de 1999. Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental. Ministério do Ambiente. **Lex:** DR I Série , n.º 200, de 27 de Agosto de 1999, 5932-5937.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro de 1999. Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.ºs 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio. Ministério do Ambiente. **Lex:** DR I Série A , n.º 223, de 23 de Setembro de 1999, 6644-(2) – 6644-(23).

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/01, de 11 de Outubro de 2001. Adopta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Presidência do Conselho de Ministros. **Lex:** DR I Série B, n.º 236, de 11 de Outubro de 2001, 6425-6451.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 54/02, de 11 de Março de 2002. Estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural. Ministério da Economia. **Lex:** DR I Série A , n.º 59, de 11 de Março de 2002, 2068-2083.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 56/02, de 11 de Março de 2002. Altera o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, que regula o turismo de natureza. Ministério da Economia. **Lex:** DR I Série A , n.º 59, de 11 de Março de 2002, 2112-2129.

PORTUGAL. Decreto Regulamentar n.º 17/03, de 10 de Outubro de 2003. Altera o Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto, que regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental. Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e Ambiente. **Lex:** DR I Série B , n.º 235, de 10 de Outubro de 2003, 6688-6689.

PORTUGAL. Portaria n.º 164/05, de 11 de Fevereiro de 2005. Taxas aplicáveis pelo ICNB pela concessão e renovação de licenças às entidades de praticam actividades em áreas protegidas. Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e do Ordenamento do Território. **Lex:** DR I Série B , n.º 30, de 11 de Fevereiro de 2005, 944-951.

PORTUGAL. Declaração de Rectificação nº 12/05, de 16 de Março de 2005. De ter sido rectificad a Portaria n.º 164/2005, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e do Ordenamento do Território, que fixa as taxas a cobrar pelo Instituto da Conservação da Natureza pela concessão e renovação das licenças, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 30, de 11 de Fevereiro de 2005. **Lex:** DR I Série B, nº 53, de 16 de Março de 2005, 2279-2280.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 207/06, de 27 de Outubro de 2006. Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. **Lex:** DR I Série , nº 208, de 27 de Outubro de 2006, 7473-7483.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 136/07, de 27 de Abril de 2007. Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, l. P. . Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. **Lex:** DR I Série , nº 82, de 27 de Abril de 2007, 2671-2675.

PORTUGAL. Portaria nº 530/07, de 30 de Abril de 2007. Estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, l. P. Ministro do Estado e das Finanças e Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. **Lex:** DR I Série , nº 83, de 30 de Abril de 2007, 2856-2860.

Sites na Internet:

<http://www.superagui.net>, consultado em 08-02-2004.

<http://www.icn.pt>, consultado em 08-02-2004; 20-05-2007; 06-06-2007; 13-06-2007; 01-10-2007.

<http://www.dgturismo.pt>, consultado em 20-01-2007.

<http://www.diramb.gov.pt/siddamb.htm>, consultado em 01-02-2007.

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/>, consultado em 26-02-07.

<http://www.geota.pt>, consultado em 26-02-2007.

<http://www.lpn.pt> , consultado em 26-02-2007.

<http://www.quercus.pt>, consultado em 26-02-2007.

<http://www.geota.pt>, consultado em 26-02-2007.

<http://www.fapas.pt>, consultado em 26-02-2007.

<http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/>, consultado em 26-02-2007.

<http://www.aps.pt>, consultado a 22-03-2007.

<http://www.lainsignia.org>, consultado a 12-04-2007.

<http://www.naturlink.pt>, consultado a 12-04-2007.

<http://in.sapo.pt>, consultado em 12-04-2007.

http://in.sapo.pt/2007/03/24/sociedade_e_vida/parques_e_reservas_naturais_agrupado.html, consultado em 12-04-2007.

<http://www.unesco.org/mab>, consultado em 20-05-2007.

<http://europa.eu>, consultado em 29-05-2007.

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/g24401.htm>, consultado em 29-05-2007.

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/g24006.htm>, consultado em 29-05-2007.

<http://www.ordemeconomistas.pt>, consultado em 29-05-2007.

http://www.ordemeconomistas.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3399&Itemid=664, consultado em 29-05-2007.

<http://www.icp.pt>, consultado em 29-05-2007.

<http://www.icp.pt/template20.jsp?categoryId=8258&contentId=292093>, consultado em 29-05-2007.

<http://pt.wikipedia.org>, consultado em 31-05-2007.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland, consultado em 31-05-2007.

<http://www.portugal.gov.pt>, consultado em 31-05-2007.

http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf, consultado em 31-05-2007.

<http://semanal.expresso.clix.pt>, consultado em 31-05-2007.

<http://semanal.expresso.clix.pt/1caderno/pais.asp?edition=1802&articleid=ES255348>, consultado em 31-05-2007.

http://portal.icn.pt/NR/rdonlyres/288A22AA-9325-4D86-AD3D-C058748D94E/0/estatutos_de_conservacao.pdf, consultado a 6 de Junho de 2007.

<http://www.iucn.org/>, consultado em 10-06-2007.

http://www.iucn.org/members/Documents/members_list_june2007.pdf, consultado em 10-06-2007.

<http://www.iucn.org/themes/wcpa/wcpa/wcpaindex.htm#mission>, consultado em 10-06-2007.

<http://www.euoparc.org/intemational/euoparc.html>, consultado em 10-06-2007.

<http://www.fao.org/>, consultado em 10-06-2007.

<http://www.wwf.org/>, consultado em 10-06-2007

<http://www.biodiv.org>, consultado em 13-06-2007.

<http://www.countdown2010.net>, consultado em 13-06-2007.

<http://www.iambiente.pt>, consultado em 13-06-2007.

<http://www.ueline.uevora.pt>, consultado em 13-06-2007.

<http://www.unwto.org/facts/menu.html>, consultado em 12-07-2007

<http://raizes.blogs.sapo.pt>, consultado em 01-07-2007.

<http://www.unwto.org/facts/menu.html>, consultado em 12-07-2007.

<http://www.dgturismo.pt/ConhecimentodoSector/OMercado/MercadoAnalise/EstudosDocAnalise/index.htm>, consultado em 12-07-2007.

<http://www.territorioportugal.pt>, consultado em 16-07-2007.

http://www.territorioportugal.pt/Storage/pdfs/Sumario_PNPOT.pdf, consultado em 16-07-2007.

<http://www.ecotourism.org>, consultado em 01-09-2007; 03-09-2007.

<http://www.iucn.org>, consultado em 01-09-2007; 05-10-2007.

<http://www.unep-tie.org>, consultado em 03-09-2007.

<http://www.ecotourismglobalconference.org>, consultado em 03-09-2007.

<http://www.world-tourism.org>, consultado em 08-09-2007.

<http://www.turismodeportugal.pt>, consultado em 27-09-2007.

http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/qualificacaooferta/classificacaoigualdade/ofertaturisticaclassificada/Anexos/Empresas%20de%20Anima%C3%A7%C3%A3o%20Turistica_Maio2007.pdf, consultado em 27-09-2007.

http://www.icn.pt/destaques/destaques_anexos/SE200105.pdf, consultado em 01-10-2007.

<http://www.icomos.org>, consultado em 01-10-2007.

<http://www.unwto.org>, consultado em 05-10-2007.

<http://www.ilam.org/ILAMDOC/resultados/03.html>, consultado em 05-10-2007.

http://www.unwto.org/code_ethics/pdf/languages/Codigo%20Etico%20Espl.pdf, consultado em 05-10-2007.

<http://www.world-tourism.org/sustainable/esp/top/concepts.html>, consultado em 05-10-2007.

http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=12762&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html, consultado em 18-10-2007

<http://www.ine.pt>, consultado em 19-10-2007; 01-12-2007.

<http://www.unep-tie.org/pc/tourism/sensitive/prot-areas.htm>, consultado em 24-10-2007.

http://dn.sapo.pt/2006/06/26/economia/taxas_parques_desviam_empresas_turis.html, consultado em 09-11-2007.

<http://www.europarc.org/european-charter.org/Documents/brochure.pdf>, consultado em 14-11-2007.

http://www.europarc.org/international/sources/report_juan_carlos_summary.pdf, consultado em 14-11-2007

<http://www.iucn.org/bookstore/HTML-books/BP8-sustainabletourism/Appendix%20E.html>, consultado em 14-11-2007

<http://www.europarc.org/european-charter.org/index.htm>, consultado em 14-11-2007.

http://www.europarc.org/european-charter.org/map_neu.htm, consultado em 14-11-2007.

<http://www.cm-mertola.pt>, consultado em 02-01-2008.

<http://www.presidencia.pt/archive/doc/Mertola.pdf>, consultado em 20-01-2008.

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

	Pág.
ANEXO 1 – Guião da Entrevista	ii
ANEXO 2 – Formulário do Questionário Aplicado aos Residentes do PNVG	iv
ANEXO 3 – Questionário on-line/áreas protegidas	x
ANEXO 4 – Questionário on-line/empresas de animação turística	xiii
ANEXO 5 – O Sistema de Categorias de Áreas Protegidas da IUCN	xvi
ANEXO 6 - Estatutos de Conservação	xix

ANEXO 1
Guião da Entrevista

GUIÃO DA ENTREVISTA

1. Parece-lhe bem a prática de actividades turísticas no PNVG?
2. Em que medida é que a população residente pode ou não contribuir para o desenvolvimento dessas actividades? E como?
3. Entende que a prática de actividades turísticas pode contribuir para o desenvolvimento socio-económico das comunidades residentes?
4. Qual o tipo de actividades turísticas que melhor se poderão adequar à região do PNVG? E como?
5. Considera que o PNVG tem atractivos e condições suficientes que motivem a visita de turistas? Se sim, quais?

ANEXO 2
Formulário do Questionário Aplicado aos Residentes do PNVG



**Inquérito por questionário aplicado a uma amostra da população residente na área geográfica do
Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG)**

1. Este questionário insere-se no âmbito de estudos de Doutoramento da Universidade de Évora, na área do Turismo.
2. Agradece-se que leia com muita atenção cada uma das perguntas e escolha a resposta que melhor traduzir a sua opinião.
3. Garante-se a confidencialidade das respostas obtidas.
4. Este trabalho será, de certeza, enriquecido com o seu contributo. Apela-se, pois, à sua importante colaboração, o que desde já se agradece.

Instruções de preenchimento

Correcto: ●

Incorrecto:

- Em caso de engano coloque uma cruz sobre a opção errada e assinale a opção desejada.

Parte I – Caracterização Sócio – Económica

1. Sexo

Masculino

Feminino

2. Idade

15 – 24 anos.....

25 – 44 anos.....

45 – 64 anos.....

mais de 65 anos

3. Estado Civil

Solteiro/a.....

Casado/a

Viúvo/a.....

Divorciado/a...

4. Grau de Escolaridade

Sem escolaridade.....

1º ciclo(Primário).....

2º ciclo(Preparatório)

3º ciclo(7º, 8º e 9º anos).....

Ensino Secundário.....

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento.....

5. Situação Profissional Actual

Trabalhador por conta própria.....

Quadro superior Público ou Privado.....

Quadro Técnico da Administração Pública/Privada..

Trabalhador Qualificado.....

Reformado/a

Doméstico/a

Estudante.....

Desempregado/a.....

Outro.....

6. Rendimento do Agregado Familiar

Até 900 €.....

De 901 € a 2000 €

Mais de 2001 €.....

Parte II – Verificação da satisfação pela residência no PNVG

7. Conhece os objectivos da criação/gestão do PNVG ?

Sim

Não

8. Com que frequência recebe informações relativas à gestão e/ou actividades realizadas no PN ?

- Diária
- Semanal
- Mensal
- Anual
- Pontualmente
- Não recebe ...

9. De entre os itens abaixo listados, indique os cinco (5), que são para si mais representativos do maior e melhor contributo da população residente para a prossecução dos objectivos de gestão do PNVG.

- Participação activa na gestão do PNVG.....
- Conservação da flora e da fauna
- Herança cultural
- Defesa do património e da paisagem.....
- Desenvolvimento de actividades económicas com vista à melhoria da economia regional.....
- Qualidade ambiental.....
- Qualidade dos alimentos
- Emprego
- Formação da população

10. Classifique, de acordo com a sua percepção e experiência, os seguintes aspectos relativos à relação existente entre o PNVG e as comunidades residentes.

1 – Muito Mau 2 – Mau 3 – Razoável 4 – Bom 5 – Muito Bom

- Informação das actividades 1 2 3 4 5
- Cooperação 1 2 3 4 5
- Compreensão 1 2 3 4 5
- Diálogo 1 2 3 4 5
- Práticas agrícolas tradicionais 1 2 3 4 5
- Aspectos urbanísticos 1 2 3 4 5
- Aspectos relativos ao uso dos territórios 1 2 3 4 5
- Caça..... 1 2 3 4 5
- Pesca 1 2 3 4 5
- Actividades lúdicas tradicionais..... 1 2 3 4 5
- Actividades de recreio e turismo 1 2 3 4 5
- Aspectos relativos à conservação da fauna e flora 1 2 3 4 5

11. De uma forma geral, como avalia o facto de residir numa área protegida ?

- Muito bom.....
- Bom.....
- Razoável.....
- Mau
- Muito Mau.....

Parte III – Desenvolvimento de actividades turísticas no PNVG

12. Entende como importante o desenvolvimento do turismo no PNVG ?

Sim

Não

13. Indique três (3) áreas que a prática do turismo pode beneficiar as comunidades rurais ?

Emprego

Formação

Melhoria dos rendimentos

Preservação cultural das comunidades residentes

Melhor qualidade de vida

14. Classifique, de acordo com a sua percepção e experiência, os seguintes aspectos relativos às condições existentes na região do PNVG que envolvem a recepção de turistas.

1 – Muito Mau 2 – Mau 3 – Razoável 4 – Bom 5 – Muito Bom

Alojamento 1 2 3 4 5

Restauração 1 2 3 4 5

Transportes 1 2 3 4 5

Acessos 1 2 3 4 5

Saneamento 1 2 3 4 5

Segurança 1 2 3 4 5

Actividades de entretenimento e recreação 1 2 3 4 5

Sinalização e informação turística 1 2 3 4 5

Guias turísticos 1 2 3 4 5

16. Indique cinco (5) aspectos que considera que caracterizam esta região e que podem determinar/aumentar a sua atractividade turística?

Paisagem

Contacto com a natureza

Possibilidade de actividades lúdicas/recreativas aquáticas

Possibilidade de actividades lúdicas/recreativas terrestres

Gastronomia

Festas/Feiras tradicionais

Simpatia das gentes

Flora e fauna

Outro(s)

Qual/Is ? _____

17. Classifique, de acordo com a sua percepção e experiência, quais as actividades de carácter turístico cuja implementação mais se poderá adequar a esta região.

1 – Muito Mau 2 – Mau 3 – Razoável 4 – Bom 5 – Muito Bom

Passeios a pé	<input type="radio"/>				
Passeios a cavalo e similares	<input type="radio"/>				
Passeios em bicicleta.....	<input type="radio"/>				
Passeios de barco.....	<input type="radio"/>				
Pedestrianismo	<input type="radio"/>				
BTT	<input type="radio"/>				
Canoagem	<input type="radio"/>				
Tiro com arco e similares.....	<input type="radio"/>				
Rappel.....	<input type="radio"/>				
Slide	<input type="radio"/>				
Mergulho.....	<input type="radio"/>				
Orientação	<input type="radio"/>				
Paintball.....	<input type="radio"/>				
Observação de aves.....	<input type="radio"/>				
Observação de flores silvestres	<input type="radio"/>				
Jogos tradicionais.....	<input type="radio"/>				
Arvorismo.....	<input type="radio"/>				
Trekking.....	<input type="radio"/>				
Balonismo.....	<input type="radio"/>				
Acampamentos	<input type="radio"/>				
Expedições culturais.....	<input type="radio"/>				
Expedições fotográficas.....	<input type="radio"/>				
Expedições temáticas.....	<input type="radio"/>				
Asa Delta/Parapente	<input type="radio"/>				
Caça.....	<input type="radio"/>				
Pesca	<input type="radio"/>				

18. Estaria disponível para colaborar nas actividades turísticas que ocorrem no PNVG ?

- Sim, mesmo de forma voluntária
- Sim, mas apenas se tiver um qualquer benefício
- Não

ANEXO 3
Questionário on-line/áreas protegidas

Este inquérito é dirigido a quem tem responsabilidades ao nível da administração/gestão das áreas protegidas em Portugal.

Leia atentamente todas as questões. Na pergunta 5., de escolha múltipla, marque apenas quatro itens de acordo com o que é solicitado.

Obrigado pela sua colaboração.

1. Existem actividades turísticas no âmbito dessa área protegida? (Se respondeu Não, passe à pergunta 4)

- Sim
- Não

2. Refira cinco (5) actividades de carácter turístico que mais se desenvolvem.

1	
2	
3	
4	
5	

3. Quem desenvolve, prioritariamente, essas actividades?

- Empresas/associações do concelho
- Empresas/associações do distrito
- Empresas/associações nacionais
- Por iniciativa da direcção da área protegida
- Por iniciativa de entidades/juntas de freguesia

4. Considera importante o desenvolvimento de actividades turísticas no âmbito das áreas protegidas?

- Sim
- Não

5. De entre as duas opções listadas, indique apenas quatro (4) que são para si os mais representativos de maior e melhor contributo do turismo nas áreas protegidas.

- Preservação das áreas protegidas
- Melhor conhecimento e conservação da flora e da fauna
- Preservação da natureza e cultura
- Melhoria da qualidade e da segurança
- Desenvolvimento de actividades alternativas que não afectem o ambiente natural
- Desenvolvimento sustentável
- Educação
- Promoção da investigação

ANEXO 4
Questionário on-line/empresas de animação turística

Este inquérito destina-se a recolher a opinião das empresas de animação turística em relação às actividades que desenvolvem, em particular, nas áreas protegidas em Portugal.

Lê atentamente todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

1. Desenvolve actividades turísticas no seio das áreas protegidas? (Se respondeu Sim, passe à pergunta 3; caso tenha respondido Não, responda apenas à pergunta 2)

- Sim
- Não

2. Qual a razão para o não desenvolvimento das actividades turísticas nas áreas protegidas?

- O problema de maior de sustentação é muito complexo
- O problema de maior de sustentação é muito simples
- O problema de maior de sustentação não é claro para todos os indivíduos que o enfrentam
- As áreas protegidas não têm condições para a prática de actividades turísticas
- A estrutura de gestão da sustentação não é das áreas protegidas

3. Refira as cinco (5) actividades específicas, de carácter turístico, que mais desenvolve?

1	
2	
3	
4	
5	

4. Para a operacionalização das suas actividades recorre à colaboração de empresas de restauração e alojamento locais?

- Sim, sempre
- Sim, esporadicamente
- Nunca

5. Para a caracterização das suas actividades recorre à contribuição de pessoas residentes na área protegida em questão?

- Sim, sempre
- Sim, quase sempre de forma esporádica
- Sim, esporadicamente
- Não, nunca e nunca muito embora
- Não

6. Qual o tempo médio de duração dessas actividades?

- Uma hora
- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- Mais que 3 dias

7. Qual o valor médio que pode ser pago, diariamente, a um colaborador nessas actividades?

- até 10 €
- entre 10 e 20 €
- entre 20 e 30 €
- mais de 30 €

ANEXO 5
O Sistema de Categorias de Áreas Protegidas da IUCN

I. Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre.

Áreas terrestres e/ou marítimas que possuem ecossistemas excepcionais ou representativos, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis principalmente para a pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental; ou extensas áreas de terra e/ou mar inalteradas ou pouco alteradas, que mantenham o seu carácter e influência naturais sem habitação permanente ou significativa, protegidas e geridas de forma a preservar a sua condição natural.

II. Parque Nacional: áreas protegidas cuja gestão é voltada principalmente para a conservação do ecossistema e recreação.

Áreas naturais terrestres e/ou marítimas destinadas a (a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para esta e futuras gerações, (b) impedir a exploração ou ocupação contrárias aos propósitos da criação da área, e (c) fornecer uma base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreacionais e de visitação, as quais devem ser compatíveis ambiental e culturalmente.

III. Monumento Natural: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a conservação de características específicas.

Áreas que contém uma ou mais características naturais ou naturais/culturais específicas que sejam de valor sobressalente ou único devido à sua raridade inerente, representativa de qualidades estéticas ou de importância cultural.

IV. Áreas de gestão de habitat/espécies: áreas protegidas cuja gestão visa principalmente a conservação através da gestão activa.

Áreas terrestres e/ou marinhas sujeitas à intervenção activa com fins de manejo de modo a assegurar a preservação de habitats e/ou corresponder às necessidades de espécies específicas.

V. Paisagem terrestre e marinha protegidas: áreas protegidas cuja gestão visa principalmente a conservação da paisagem terrestre/marinha e recreação.

Áreas de terra abarcando costa e mar, onde a interação entre população e natureza no decorrer do tempo produziu uma área com características especiais de significativo valor estético, cultural e/ou ecológico, e frequentemente com grande diversidade biológica. Resguardar a integridade desta interação tradicional é vital para a protecção, conservação e desenvolvimento deste tipo de área.

VI. Área Protegida com recursos geridos: área protegida cuja gestão visa principalmente a utilização sustentável dos ecossistemas naturais.

Áreas contendo predominantemente sistemas naturais não modificados, gerida para assegurar a protecção e preservação da diversidade biológica a longo prazo, e ao mesmo tempo possibilitar o fluxo de produtos naturais e serviços de modo a satisfazer as necessidades das comunidades.

Fonte: IUCN (1994). Adaptado.

ANEXO 6
Estatutos de Conservação

Áreas Protegidas de Portugal Continental

Estatutos de Conservação

(áreas protegidas citadas de norte para sul; legislação essencial por ordem cronológica; dados referentes a março 2006)

Pedro Castro Henriques - DID

As áreas protegidas a seguir apresentados dividem-se entre:

áreas de interesse nacional

parque nacional, parque natural, reserva natural, área de paisagem protegida, sítio classificado e monumento natural;

áreas de interesse regional

paisagem protegida;

áreas privadas

refúgio ornitológico.

Sobre estes espaços, para além dos estatutos nacionais acima indicados, incidem também:

estatutos de natureza comunitária

Zona de Protecção Especial para as Aves Selvagens (primitivamente associado à Directiva Aves e integrando, directamente, a Rede Natura 2000)

Sítio de Importância Comunitária (associado à Directiva Habitats - rede Natura 2000 e já aprovado, por região biogeográfica, pela Comissão)

Sítio proposto para Sítio de Importância Comunitária (associado à Directiva Habitats - rede Natura 2000 e proposto à Comissão para aprovação)

estatutos de natureza internacional

Reserva Biogenética - rede de reservas constituída pelo Conselho da Europa com base na Convenção de Berna e que, hoje em dia, no caso dos países da União Europeia, se encontra integrada nas listas de sítios propostos para Sítios de Interesse Comunitário - rede Natura 2000.

Reserva da Biosfera - distinção conferida pela UNESCO no âmbito do programa "O Homem e a Biosfera" em cujos objectivos figura a criação de uma rede mundial de reservas destinadas a conservar os recursos da biosfera.

Sítio da Lista Ramsar - a Convenção relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional particularmente como habitat de aves aquáticas (Convenção de Ramsar) tem, entre outros

objectivos, a constituição de uma Lista de Sítios à escala mundial destinados a proteger e valorizar as zonas húmidas.

Sítio do Património Mundial - distinção conferida pela UNESCO no âmbito da Convenção do Património Mundial e cujo objectivo é a protecção do património natural e cultural mais prestigioso a nível planetário.

áreas protegidas e estatutos de conservação correntes

parque nacional de peneda-gerês

- Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio:** cria o Parque Nacional da Peneda-Gerês
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Serras da Peneda-Gerês" (Sítio de Importância Comunitária - SIC - Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 29 DEZ 2004 em que se integra o Parque Nacional da Peneda-Gerês)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens da "Serra do Gerês" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Matas de Palheiros -Albergaria" (área actualmente integrada no SIC "Peneda-Gerês" - rede Natura 2000)

parque natural de montesinho

- Decreto-Lei nº 355/79, de 30 de Agosto:** cria o Parque Natural de Montesinho
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Montesinho - Nogueira" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - Rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens das "Serras de Montesinho - Nogueira" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 5-A/97, de 4 de Abril:** reclassifica a Área Protegida mantendo o estatuto anterior

paisagem protegida do corno do bico

- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Corno do Bico" (Sítio de Importância Comunitária - SIC - Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 29 DEZ 2004 em que se integra a Paisagem Protegida do Corno do Bico)
- Decreto Regulamentar nº 21/99, de 20 de Setembro:** cria a Paisagem Protegida do Corno do Bico

paisagem protegida das lagoas de bertlandos e são pedro dos arcos

- Decreto Regulamentar nº 19/00, de 11 de Dezembro:** cria a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertlandos e São Pedro dos Arcos
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Rio Lima" (Sítio de Importância Comunitária - SIC – Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 29 DEZ 2004 em que se integra a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertlandos e São Pedro dos Arcos)

parque natural do litoral norte

- Decreto-Lei nº 357/87, de 17 de Novembro:** cria a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende
- Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho:** cria o Sítio "Litoral Norte" (Sítio de Importância Comunitária - SIC – Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 29 DEZ 2004)
- Decreto Regulamentar nº 6/2005, de 21 de Junho:** reclassifica a Área Protegida como Parque Natural do Litoral Norte e altera os seus limites passando também a incluir uma área marinha adjacente

paisagem protegida da albufeira do azibo

- Decreto Regulamentar nº 13/99, de 3 de Agosto:** cria a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo

parque natural do douro internacional

- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Douro Internacional" a incluir na rede Natura 2000 (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 8/98, de 11 de Maio** - cria o Parque Natural do Douro Internacional
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro** - cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens do "Douro Internacional e Vale do Rio Águeda" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)

parque natural do alvão

- Decreto Lei nº 237/83, de 8 de Junho:** cria o Parque Natural do Alvão
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Alvão - Marão" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)

reserva natural das dunas de são jacinto

- Decreto-Lei nº 41/79, de 6 de Março:** cria a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto
- Decreto Regulamentar nº 46/97, de 17 de Novembro:** reclassificação da Área Protegida mantendo o estatuto anterior
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens da "Ria de Aveiro" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 24/04, de 12 de Julho:** reclassificação da Área Protegida mantendo o estatuto anterior mas alterando os limites

parque natural da serra da estrela

- Decreto-Lei nº 557/76, de 16 de Julho:** cria o Parque Natural da Serra da Estrela
- Decreto Regulamentar nº 50/97, de 20 de Novembro:** reclassifica a Área Protegida mantendo o estatuto anterior mas redefinindo os seus limites
- Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho:** cria o Sítio "Serra da Estrela" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)
- Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Planalto Central da Serra da Estrela" (área actualmente integrada no Sítio "Serra da Estrela" - rede Natura 2000)

reserva natural da serra da malcata

- Decreto-Lei nº 294/81, de 16 de Outubro:** cria a Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata
- Decreto-Lei nº 384-B/98, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens da "Serra da Malcata" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 28/99, de 30 de Novembro:** reclassifica a Área Protegida como Reserva Natural da Serra da Malcata e redefine os seus limites
- **Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Serra da Malcata" (área actualmente integrada na ZPE "Serra da Malcata - rede Natura 2000)

paisagem protegida da serra do açor

- Decreto-Lei nº 67/82, de 3 de Março:** cria a Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor
- Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho:** cria o Sítio "Complexo do Açor" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)
- **Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Mata da Margaraça" (área actualmente integrada no Sítio "Complexo do Açor - rede Natura 2000)

reserva natural do paul de arzila

- **Decreto-Lei nº 219/88, de 27 de Junho:** cria a Reserva Natural do Paul de Arzila
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Paul de Arzila" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 45/97, de 17 de Novembro:** reclassifica a Área Protegida mantendo o estatuto anterior
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens do "Paul de Arzila" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Rede de Reservas Biogénéticas do Conselho da Europa:** "Paul de Arzila" (área actualmente integrada no Sítio e na ZPE "Paul de Arzila" - rede Natura 2000)
- Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional):** "Paul de Arzila" (7 MAI 96)

sítio classificado dos montes de santa olaia e ferrestelo

- Decreto-Lei nº 394/91, de 11 de Outubro:** cria o Sítio Classificado dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo

parque natural do tejo internacional

- Decreto-Lei nº 284-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Tejo Internacional, Erges e Pônsul" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto-Regulamentar nº 9/00, de 18 de Agosto:** cria o Parque Natural do Tejo Internacional; o Decreto Regulamentar nº 3/2004, de 12 de Fevereiro altera os limites da Área Protegida

sítio classificado do monte de são bartolomeu

- Decreto-Lei nº 108/79, de 2 de Maio:** cria o Sítio Classificado do Monte de São Bartolomeu

parque natural das serras d'aire e candeeiros

- Decreto-Lei nº 118/79, de 4 de Maio:** cria o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
- Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho:** cria o Sítio "Serras de Aire e Candeeiros" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC -rede Natura 2000)

monumento natural das pegadas de dinossáurio de ourém

- torres novas
- Decreto Regulamentar nº 12/96, de 22 de Outubro:** cria o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurio de Ourém .- Torres Novas

reserva natural das berlengas

- Decreto-Lei nº 264/81, de 3 de Setembro:** cria a Reserva Natural da Berlenga
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Arquipélago da Berlenga" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei 284-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Ilhas Berlengas" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 30/98, de 23 de Dezembro com nova redacção dada pelo Decreto Regulamentar nº 32/99, de 20 de Dezembro:** mantém o estatuto anterior da Área Protegida, altera os seus limites bem como a designação (Reserva Natural das Berlengas em vez de Reserva Natural da Berlenga) passando a incluir uma área de Reserva Marinha
- Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Berlenga" (área actualmente integrada no Sítio "Arquipélago da Berlenga" e na ZPE Ilhas Berlengas" - rede Natura 2000)

parque natural da serra de são mamede

- Decreto-Lei nº 121/89, de 14 de Abril:** cria o Parque Natural da Serra de São Mamede
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, 28 de Agosto:** cria o Sítio "São Mamede" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 20/2004, de 20 de Maio:** reclassifica a Área Protegida mantendo o estatuto anterior mas redefinindo os seus limites

reserva natural do paul do boquilobo

- Decreto-Lei nº 198/80, de 24 de Junho:** cria a Reserva Natural Parcial do Paul do Boquilobo
- Decreto-Lei nº 49/97, de 20 de Novembro:** reclassifica a Área Protegida como Reserva Natural do Paul do Boquilobo
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Paul do Boquilobo" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 2/2005, de 23 de Março:** altera os limites da Área Protegida
- Reservas da Biosfera do Programa MAB - UNESCO:** "Reserva Natural do Paul do Boquilobo" (15 DEZ 81)
- Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional):** "Paul do Boquilobo" (7 MAI 96)

paisagem protegida da serra de montejunto

- Decreto Regulamentar nº 11/99, de 22 de Julho:** cria a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto
- Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho:** cria o Sítio "Serra de Montejunto" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)

sítio classificado dos açudes de monte da barca e agolada

-Decreto-Lei nº 197/80, de 24 de Junho: cria o Sítio Classificado dos Açudes de Monte da Barca e Agolada

sítio classificado do centro histórico de coruche

-Decreto-Lei nº 28/79, de 10 de Abril: cria o Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche

reserva natural do estuário do tejo

-Decreto-Lei nº 565/76, de 19 de Julho: cria a Reserva Natural do Estuário do Tejo

-Decreto-Lei nº 280/94, de 5 de Novembro: cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Estuário do Tejo" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)

-Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto: cria o Sítio "Estuário do Tejo" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)

-Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa: "Estuário do Tejo" (área actualmente integrada na ZPE e Sítio "Estuário do Tejo" - rede Natura 2000) **-Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional):** "Estuário do Tejo" 24 NOV 80)

parque natural de sintra-cascais

-Decreto-Lei nº 292/81, de 15 de Outubro: cria a Área de Paisagem Protegida de

Sintra - Cascais **-Decreto-Lei nº 8/94, de 11 de Março:** cria o Parque Natural de Sintra - Cascais **-Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio

"Sintra-Cascais" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)

-Lista de Sítios do Património Mundial (Convenção do Património Mundial – UNESCO):

"Paisagem Cultural de Sintra" - 19ª sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO – Paris, 6 DEZ 95

sítio classificado campo de lapíás da granja dos serrões e negrais

-Decreto-Lei nº 393/91, de 11 de Outubro: cria o Sítio Classificado da Granja dos Serrões e Negrais

monumento natural de carenque

-Decreto-Lei nº 19/97, de 5 de Maio: cria o Monumento Natural de Carenque

paisagem protegida da arriba fóssil da costa da caparica

- Decreto-Lei nº 164/84, de 22 de Maio:** cria a Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica que inclui a Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos ou Pinhal do Rei classificada como Reserva Botânica através do Decreto nº 444/71, de 23 de Outubro

reserva natural do estuário do sado

- Decreto-Lei nº 430/80, de 1 de Outubro:** cria a Reserva Natural do Estuário do Sado
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Estuário do Sado" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Estuário do Sado" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional):**
"Estuário do Sado" (7 MAI 96)

parque natural da arrábida

- Decreto-Lei nº 622/76, de 28 de Julho:** cria o Parque Natural da Arrábida. Através do Decreto nº 55/71, de 16 de Agosto, já tinha sido criada a Reserva da Serra da Arrábida
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Arrábida - Espichel" (proposto para Sítio de Importância Comunitária - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Cabo Espichel" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 23/98, de 14 de Outubro:** reclassifica a Área Protegida mantendo o estatuto mas alterando os limites e incluindo uma área de Reserva Marinha
- Resolução do Conselho de Ministros nº 141/2005, de 23 de Agosto:** alarga os limites da Área Protegida, incluindo uma área mais extensa de Reserva Marinha
- Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Serra da Arrábida" (área actualmente integrada no Sítio "Arrábida - Espichel" - rede Natura 2000)

sítio classificado da gruta do zambujal

- Decreto-Lei nº 140/79, de 21 de Maio:** cria o Sítio Classificado da Gruta do Zambujal monumentos naturais dos lagosteiros, da pedra da mua e da pedreira do avelino
- Decreto nº 20/97, de 7 de Maio:** cria o Monumento Natural da Pedra da Mua, o Monumento Natural dos Lagosteiros e o Monumento Natural da Pedreira do Avelino

refúgio ornitológico do monte novo do roncão

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 7/91, de 21 de Fevereiro:** cria o Refúgio Ornitológico do Monte Novo do Roncão

reserva natural das lagoas de santo andré e da sancha

- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Comporta - Galé" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria as Zonas de Protecção Especial para Aves Selvagens "Lagoa de Santo André" e "Lagoa da Sancha" (estas ZPE integram directamente a rede Natura 2000)
- Decreto Regulamentar nº 10/00, de 22 de Agosto:** cria a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha que inclui uma área marinha adjacente
- Decreto Regulamentar nº 4/2004, de 29 de Março:** altera os limites da Área Protegida
- **Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância Internacional):** "Lagoa de Santo André / Lagoa da Sancha" (7 MAI 96)

parque natural do sudoeste alentejano e costa vicentina

- Decreto-Lei nº 241/88, de 7 de Julho:** cria a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- Decreto Regulamentar nº 26/95, de 21 de Setembro:** cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina que inclui uma área marinha adjacente
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Costa Sudoeste" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 22 de Julho:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Costa Sudoeste" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa:** "Ponta de Sagres" (área actualmente integrada no Sítio e na ZPE "Costa Sudoeste - rede Natura 2000)

parque natural do vale do guadiana

- Decreto Regulamentar nº 28/95, de 18 de Novembro:** cria o Parque Natural do Vale do Guadiana
- Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio "Guadiana" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Vale do Guadiana" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)

sítio classificado da rocha da pena e fonte benémola

- Decreto-Lei nº 392/91, de 10 de Outubro:** cria o Sítio Classificado da Rocha da Pena e Fonte Benémola

reserva natural do sapal de castro marim e vila real de santo antónio

- Decreto-Lei nº 162/75, de 27 de Março:** cria a Reserva Natural do Sapal deCastro Marim e Vila Real de Santo António (limites da Área Protegida publicados, como "rectificação", no Diário da República, I, de 6 de Maio de 1975)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens "Sapais de Castro Marim" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional):**
"Sapais de Castro Marim" (7 MAI 96)

parque natural da ria formosa

- Decreto-Lei nº 45/78, de 2 de Maio:** cria a Reserva Natural da Ria Formosa -**Decreto-Lei nº 373/87, de 9 de Dezembro:** cria o Parque Natural da Ria Formosa -**Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto:** cria o Sítio
"Ria Formosa - Castro Marim" (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000)
- Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro:** cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens"Ria Formosa" (esta ZPE integra directamente a rede Natura 2000)
- Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional):**
"Ria Formosa" (24 NOV 80)

.....

reserva botânica do cambarinho*

- Decreto nº 364/71, de 25 de Agosto:** classifica a Reserva Botânica do Cambarinho como Reserva Botânica Integral.

Fonte : http://portal.icn.pt/NR/rdonlyres/288A22AA-9325-4D86-AD3D-C058748D94E/0/estatutos_de_conservacao.pdf, consultado a 6 de Junho de 2007.